



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO**

**A GEOGRAFIA DA PESCA:
MODO DE VIDA E LAZER NA BACIA DO RIO
ARAGUARI-MG.**

FERNANDO BRACONARO

**UBERLÂNDIA
2011**

FERNANDO BRACONARO

**A GEOGRAFIA DA PESCA:
MODO DE VIDA E LAZER NA BACIA DO RIO
ARAGUARI-MG.**

Dissertação apresentada ao programa
de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Uberlândia
como requisito para a obtenção do
título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e
Gestão do Território

Linha de Pesquisa: Análise,
Planejamento e Gestão dos Espaços
Urbano e Rural.

Orientador: Dr. Rosselvelt José Santos

**UBERLÂNDIA/MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2011**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

B797g Braconaro, Fernando, 1980-

2011 A geografia da pesca: modo de vida e lazer na bacia do Rio Araguari-MG / Fernando Braconaro. - 2011.
316 f.: il.

Orientador: Rosselvelt José Santos.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Araguari, Rio, Bacia (MG) - Teses. 3. Pesca - Araguari (MG) - Teses. I. Santos, Rosselvelt José. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

FERNANDO BRACONARO

**A GEOGRAFIA DA PESCA: MODO DE VIDA E LAZER NA BACIA DO RIO
ARAGUARI-MG.**

Banca examinadora

Prof. Dr. Rosselvelt José Santos (orientador)

Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguez

Prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos

Prof. Dr. Leomar Tiradentes (Suplente)

Prof. Dr. João Cleps Júnior (Suplente)

Data ____/____/____.

Resultado: _____

**Aos meus pais, Dárcio e Rosália
pelo amor incondicional.
À minha irmã Patrícia,
pelo estímulo.
À Ana,
pelo companheirismo.**

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de muita dedicação, esforço e renúncias. Não se trata, porém, do empenho individual do autor. Na verdade, refiro-me aquelas pessoas que nos rodeiam, que se abdicam das tarefas individuais e não medem esforço para ajudar o próximo. Falo daquelas pessoas que sempre estão dispostas a estender a mão e dar uma força, seja com uma conversa, um conselho, uma cobrança, com atitudes, sorrisos. Sem estas, o fardo da vida tornar-se-ia penoso, talvez, insuportável.

Certamente, o fim deste trabalho só se concretizou graças às condições dadas pelas pessoas que convivi e que me cercaram. Portanto, esta obra é fruto de uma coletividade, de co-autores que me proporcionaram dar conteúdo e forma a esta dissertação. Por isso, as tiro do anonimato e mais que agradecimentos, às homenageio.

Agradeço aos meus Pais, Dárcio Braconaro e Rosália Barros Braconaro, pelo amor incondicional, pela dedicação, pelas renúncias das quais só os pais são capazes de fazer pelos filhos. Por todas as oportunidades criadas ao longo de toda vida, da atenção dedicada, dos sorrisos, das cobranças e cuidados sempre oportunos e pertinentes que uma metrópole exige. Meu vocabulário é limitado para demonstrar todo meu amor, gratidão e orgulho que sinto de vocês.

Agradeço a minha irmã, Patrícia Braconaro, pelo carinho e paciência que sempre teve comigo. Pelas oportunidades, conselhos e inúmeros e variados auxílios dado ao irmão, mesmo quando este estava distante. Ao Cesar Silva, meu cunhado, pelos conselhos, pelas oportunidades, pela paciência comigo, pela amizade e admiração conquistada à base do respeito e do bom humor.

À minha esposa Ana Flávia Ribeiro Santana, que já me acompanha há 13 anos. Seus carinhos, dedicação, sorrisos são inspiradores. Seu empenho absoluto em tudo que faz é exemplo e motivação pra vida.

Aos meus tios Edson Pereira do Nascimento e Lélia Castanheira do Nascimento, por me acolherem em Uberlândia. Agradeço os incentivos, a torcida, carinho, paciência e ensinamentos. Aos meus primos, Lud, Vinícius e Flávia pela partilha do lar, paciência, carinho, ensinamentos e amizade.

À minha outra família, Pedro Santana Neto, Maria Perpétua Ribeiro Santana, Poliana e Douglas pela recepção, conselhos, carinho e auxílios.

Ao meu tio Cláudio, tia Selma, primo Lucas e Nicole pelos conselhos e a amizade sincera. Também pelos inúmeros e inesquecíveis momentos de felicidades no rancho e em cima do barco.

Ao tio Antônio Carlos, Tetéu e tio Nivaldo pelas inúmeras pescarias compartilhadas.

Ao Flávio e à Denise, pelos conselhos e momentos de felicidades compartilhados.

Aos amigos da Latitude, Flávio, Filipi Bacci (Frater) e Guilherme Dantas (Tiguila), Marcos e Zago, pelas oportunidades e ensinamentos ‘geocartográficos’. Graças a vocês possuo uma profissão.

Ao Diogo Finotti, ao George (Garrafinha), ao Alfredo, ao Daniel Superbi, ao Max, sempre solícitos e pacientes nas minhas eternas dúvidas com Autocad e Arcgis.

Ao Arley Haley, pela amizade, conselhos e revoltas compartilhadas.

Ao Rodrigo Borges Andrade, Nelson Ney, Leomar Tiradentes, Jean Carlos, Paulo Henrique (PH), à Daniela Almeida e Grazi Morelli, pelas inúmeras conversas e aprendizados. Pela ajuda ao lerem e relerem meu pré-projeto de mestrado, indicando caminhos, modificações, correções que tornaram-se fundamentais para minha aprovação processo seletivo e construção deste trabalho.

À Luana pelos trabalhos de campos, fotos e conversas compartilhadas durante a pesquisa.

Aos amigos do Laboratório de Geografia Cultural e Turismo, Ronaldo Milani, Jaqueline, Káren.

Ao colega de pós-graduação Pedro pelas fotos cedidas

Ao programa de Pós-Graduação em Geografia. À Dilza pela tranquilidade com a qual sempre me socorreu nos anos de pós.

À Profª Rita de Cássia Martins de Souza, Coordenadora do Curso de Pós-Graduação do Instituto de Geografia pela tranquilidade transmitida em tempos conturbados

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa de pesquisa, sem a qual não seria possível realizar esta dissertação.

Ao Diogo Lemos, que me encaminhou um email sobre um evento científico, e sem saber, me fez entrar em contato com a geografia da pesca.

Ao ‘Zé do Rádio Team’, Geovane Araujo e ao Iron Andrade, por me proporcionarem participar de dois campeonatos de pesca e adentrar no mundo mágico, contagiate e conturbado dos torneios.

Aos amigos historiadores, em especial ao Rafael Silva Resende pelas dicas sobre como digitalizar as entrevistas, proporcionando um tempo a mais na escrita. À Lígia, Roberto, Roger, Renato, Fernanda e Érica pela amizade e por compartilhar comigo suas experiências da pós-graduação.

À todas as pessoas entrevistados nesta pesquisa as quais cederam inúmeras informações e fotos que compõem esta obra.

Ao Marlúcio Ferreira, que mesmo sem me conhecer, abriu a porta de sua casa para dialogarmos sobre o universo da pesca esportiva.

Ao Ronivan, que em meio à organização de um campeonato de pesca em andamento, encontrou tempo para um bate papo sobre as competições realizadas no rio Araguari.

Ao Newdon Veloso, pela atenção e pelo esforço dedicado, entre muitas coisas, à proteção dos peixes no lago de Nova Ponte.

Ao André e ao Ronaldo (Piau-açu) pela atenção.

À turma do Tucunazul, em especial ao André (Metal Forte), Leandro (Sapão), Douglas Prado e ao Eribert pelas conversas e fotos cedidas.

Ao professor Samuel do Carmo Lima pela ajuda e indicação nos tempos de Graduação, e ao professor Adriano Rodrigues pelas histórias de pesca no Pau-Furado.

Aos moradores do Assentamento Vida Nova, em especial à família do Zé Vazante, à família da Gerosélia, e à família do Rubens (Rubico).

Aos moradores da comunidade Tenda do Moreno, à tia Lilica, Sr. Antônio Umberto Martins, Afonso Martins Ferreira e familiares.

Aos moradores da comunidade Jatobá, em Nova Ponte, em especial ao Sr. Alceu e família.

Ao Leandro, meu agradecimento pela atenção dedicada e pelo trabalho desenvolvido no IEF, e ao Eng.^º de Pesca Andrey, pelo envio das legislações de pesca.

Ao Rubens e à Jandira, pela receptividade e atenção no Recanto Guaritá. À Sueli pelas inúmeras entrevistas concedidas no Recanto do sossego.

À Ivone (IBAMA) e Prof^º Pinese pelas dicas e obras emprestadas.

Ao Rubão e ao Cido pela atenção.

Ao Sr. Prochedes por me relatar suas experiências nas paisagens do rio Araguari no município de Indianópolis.

Ao Nelson Nakamura pela atenção e informações cedidas, e ao Fábio Carneiro pelo relato de pesca no Capim Branco II.

Aos moradores dos distritos de Cruzeiro dos Peixoto e Martinésia, em especial ao Lando, à memória do Sr. Francisco (Calango) e ao Francisco de Almeida Filho por me relatarem suas habilidades com a pesca.

RESUMO

Neste trabalho, analisamos a pesca praticada na bacia do rio Araguari-MG, localizada na região do Triângulo Mineiro. Nesta análise levou-se em consideração as habilidades, conhecimentos, importância e significado da pesca para aqueles que se aventuram com esta atividade. Deste modo, a investigação considerou o modo de vida da população urbana e rural para compreender as transformações dos valores e significados relacionados à pesca. A pesquisa teve como objetivo principal analisar a metamorfose desta prática no tempo e no espaço. Por isso, elegemos a construção das hidrelétricas e a formação das cidades como momentos de ruptura e transformação social. A pesca praticada no rio pelos moradores rurais constituía uma atividade complexa e não se desvinculava do cotidiano rural, pois esta era conciliada com as demais práticas realizadas nas propriedades. Neste contexto, esta atividade representava, de uma só vez, uma alternativa alimentar, fonte de renda e lazer, sendo que, parte dos materiais utilizados na pesca eram produzidos artesanalmente nas fazendas. O sucesso nesta atividade só era possível graças aos conhecimentos relacionados às técnicas, aos hábitos dos peixes e o reconhecimento dos locais de captura. No entanto, a edificação das hidrelétricas transformou a dinâmica ambiental do rio, causando a diminuição e extinção de diversas espécies. Mas a pesca como prática social, não desapareceu, ela ressurge com um universo inteiramente renovado associado ao lúdico. Neste processo, novas sensibilidades surgem em relação aos peixes, e a captura destes animais representa uma oportunidade de fugir do cotidiano das cidades e de entreter com a natureza. A transformação desta atividade torna-se evidente quando constata-se a existência de práticas que evitam o sacrifício dos peixes, além da existência de campeonatos de pesca. Como atividade lúdica e esportiva, a pesca promove transformações também no espaço rural, possibilitando o surgimento de determinados serviços no interior das propriedades rurais, promovendo a pluriatividade e também a urbanização em determinadas localidades. Como atividade complexa, analisou-se a elaboração das legislações que normatizam a pesca na bacia do rio Araguari, os embates pelo uso do espaço, dos confrontamentos decorrentes das práticas datadas em tempos distintos.

Palavras-chave: Pesca; Modo de Vida, Rio Araguari, Lazer, Turismo no espaço rural..

ABSTRACT

In this work, fishes we analyze it practised in the basin of the river Araguari-MG, located in the region of the Triângulo Mineiro. In this analysis one took in consideration the abilities, knowledge, importance and meaning of it fishes for that if they venture with this activity. In this way, the inquiry considered the way of life of the urban population and agricultural to understand the transformations of the values and meanings related to it fishes. The research had as objective main to analyze the metamorphosis of this practical in the time and the space. Therefore, we choose the construction of the hydroelectric plants and the formation of the cities as moments of rupture and social transformation. A complex activity fishes it practised in the river for the agricultural inhabitants constituted and it was not disentailed of daily the agricultural one, therefore this age conciliated with the excessively practical ones carried through in the properties. In this context, this activity represented, of one alone time, an alimentary alternative, source of income and leisure, being that, part of the materials used in it fishes were produced artisan in the farms. The success in this activity alone was possible thanks to the knowledge related to the techniques, the habits of the fish and the recognition of the capture places. However, the construction of the hydroelectric plants transformed the dynamics ambient of the river, causing the reduction and extinguishing of diverse species. It fishes but it as practical social, it did not disappear, it resurges with a universe entirely renewed associated to the playful one. In this process, new sensibilities appear in relation to the fish, and the capture of these animals represents a chance to run away from the daily one of the cities and to entertain with the nature. The transformation of this activity becomes evident when is evidenced existence of practical that they prevent it the sacrifice of the fish, beyond the existence of championships of fishes. As playful and esporting activity it fishes, it also promotes transformations in the agricultural space, making possible the sprouting of determined services in the interior of the country properties, promoting the pluriatividade and also the urbanization in determined localities. As complex activity, it was analyzed elaboration of the legislation that fish normatizam it in the basin of the river Araguari strikes, them for the use of the space, of the dated decurrent confrontations of the practical ones in distinct times.

key word: fishes; Way of Life, River Araguari, Leisure, Tourism in the rural space.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
01. A PESCA NO TEMPO LENTO NAS ÁGUAS RÁPIDAS DO RIO DAS VELHAS ...	36
1.1 Histórico da Ocupação e a Produção da Vida nas Vertentes do Rio Araguari ...	46
1.2 Da Terra Para a Água: a pesca como complemento alimentar e fonte de renda	63
02. DAS CLIVAGENS AO LÚDICO: O LAZER COMO MEDIADOR DA RELAÇÃO HOMEM - NATUREZA.....	96
2.1 O Processo de Urbanização da Bacia do Rio Araguari.....	102
2.2 A Construção das Usinas Hidrelétricas e as Implicações Sociais e Ambientais.	106
2.3 A Pesca Como Atividade Lúdica e sua Transformação em Atividade Esportiva	125
2.4 Novas Práticas e Sensibilidades em Relação aos Peixes	141
03. PLURIATIVIDADE E URBANIDADES NO PROCESSO DE REORDENAMENTO DO RURAL.....	172
3.1 A Pesca e o Novo Rural na Bacia do Rio Araguari.....	173
3.2 Pluriatividade, Serviços e Urbanidades: O Reordenamento Produtivo do Rural na Bacia do Rio Araguari.	185
3.2.1 A Pesca no Lago de Nova Ponte	185
3.2.2 A pesca no lago da UHE de Miranda e as transformações do espaço.	202
3.2.3 Urbanidades e pluriatividade no entorno das UHE'S Capim Branco I e II .	207
3.3 A Produção de Iscas na Bacia do Rio Araguari	233
04. A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E AS DIFERENTES PRÁTICAS DA PESCA NA BACIA DO RIO ARAGUARI-MG	242
4.1 Ordenamento Pesqueiro na Bacia do Rio Araguari	257
4.2 Impactos e Transformações Espaciais dos Condomínios de Segunda Residência e Tablados na Bacia do Rio Araguari.	280
05. CONSIDERAÇOES FINAIS	299
06. REFERÊNCIAS	305

LISTA DE FIGURAS

FOTO 1: Rio Araguari em período anterior à formação da UHE de Miranda.....	47
FOTO 2: Meandro no rio Araguari onde foi demarcada a reserva do Jacob após a formação do lago da UHE de Miranda.....	47
FOTO 3: Instrumentos rústicos.....	55
FOTO 4: Carreata de Carro-de-boi.....	56
FOTO 5: Piracema no rio Araguari.....	65
FOTO 6: Corredeiras localizadas entre os municípios de Uberlândia e Araguari	74
FOTO 7: Peixes capturados no rio Araguari.....	81
FOTO 8: Apetrechos de pesca.....	82
FOTO 9: Antiga ponte conhecida localmente como Pau-Furado.....	87
FOTO 10: Fotografia aérea destacando a Usina Hidrelétrica de Nova Ponte e imagem da UHE de Miranda.....	117
FOTO 11: Fotografias aéreas das UHE's Capim Branco I e II.	119
FOTO 12: Espécies de Dourados capturados no município de Pratinha-MG, no ano de 2008.	123
FOTO 13: Vale do rio Araguari com vertentes íngremes protegidas com vegetação de encosta..	124
FOTO 14: Topo de cachoeira com lago formado pela UHE de Nova Ponte ao fundo.....	125
FOTO 15: Jaú capturado no rio Araguari próximo a antiga ponte do Pau-Furado localizada entre os municípios de Uberlândia e Araguari.....	132
FOTO 16: Placa afixada em rancho de segunda residência evidenciando os novos significados associados à pesca como atividade lúdica.	136
FOTO 17: Pescadores na cachoeira do Salto, em Nova Ponte-MG, dédaca de 1980..	138
FOTO 18: Corredeiras localizadas no rio Araguari, na década de 1980.....	138
FOTO 19: Tablados de pesca no lago da UHE Capim Branco I.	140
FOTO 20: Estrutura de pesca na UHE de Nova Ponte..	145
FOTO 21: Galhadas de vegetação exposta no lago de Miranda.....	145
FOTO 22: Pesca do Tucunaré com isca artificial.....	147
FOTO 23: Traíra capturada com isca artificial..	147
FOTO 24: Tatuagens de tucunaré..	148
FOTO 25: Pesca Esportiva. Liberação de tucunaré na represa Capim Branco II no torneio realizado em março de 2010.....	153
FOTO 26: Devolução de Traíra capturada no 1º Torneio Nacional de Pesca Esportiva realizado no lago da Capim Branco II no ano de 2010.....	153
FOTO 27: Medição dos peixes capturados no torneio realizado na UHE Capim Branco I	164
FOTO 28: Premiação concedida aos vencedores do torneio realizado no município de Nova Ponte..	166
FOTO 29: Infraestrutura existente no Condomínio GUMI.	189

FOTO 30: Tablados e Condomínio Beira Lago.....	190
FOTO 31: Restaurante Peixe-Frito.....	193
FOTO 32: Placas publicitárias na BR-452.....	195
FOTO 33: Aluguel de tablados e barcos.....	196
FOTO 34: Transporte de barco.....	197
FOTO 35: Placa indicando acesso à propriedade Rancho do Vale no município de Pedrinópolis-MG.....	200
FOTO 36: Condomínio Bahia Branca.....	200
FOTO 37: Área urbana de Nova Ponte-MG denominada Prainha	201
FOTO 38: Ranchos no entorno da UHE de Miranda.....	203
FOTO 39: Infraestrutura receptiva em propriedade rural no lago da UHE de Miranda.....	204
FOTO 40: Clube Náutico no entorno do lago da represa de Miranda, Uberlândia-MG.....	206
FOTO 41: Campeonato de pesca no Clube Náutico realizado na represa de Miranda.....	206
FOTO 42: Pluriatividade na propriedade Serra Dourada.....	211
FOTO 43: Edificações na propriedade Recanto do Sossego.....	216
FOTO 44: Chalé edificado no assentamento Vida Nova.....	220
FOTO 45: Infraestrutura na propriedade Rancho Liliane.....	222
FOTO 46: Propriedade Recanto do Guaratá.....	229
FOTO 47: Propriedade Recanto das Águas.....	232
FOTO 48: Piscicultura e comercialização de iscas.....	236
FOTO 49: Comércio e venda de minhocas no distrito de Martinésia, Uberlândia-MG.....	238
FOTO 50: Redes de pesca com aproximadamente 200 metros encontrada por pescadores esportivos no lago da UHE de Furnas no ano de 2011.....	247
FOTO 51: Rede de pesca encontrada as margens do lago de Nova Ponte.....	268
FOTO 52: Redes de emalhar capturadas por pescadores esportistas no Campeonato de pesca realizado em 2010 no município de Nova Ponte-MG.....	269
FOTO 53: Barco, tablado e pescadores no lago da UHE Amador Aguiar I no período de proibição da pesca no lago.....	274
FOTO 54: Rede recolhida no lago de Capim Branco II às margens de rancho de 2 ^a Residência.....	278
FOTO 55: Condomínio localizado no município de Uberlândia, às margens do rio Araguari, 2006.....	282
FOTO 56: Estabelecimento comercial no interior de condomínio de segunda residência.....	284
FOTO 57: Placa afixada em porteira de propriedade rural, informando a comercialização de frango caipira e doces caseiros.....	285
FOTO 58: Encontro do Rio Claro com o rio Araguari, Década de 1990.....	290
FOTO 59: Foz do rio Claro represado pelo lago de Miranda.....	290

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Localização da Bacia do rio Araguari.....	18
MAPA 2: Localização das UHE's Nova Ponte e Miranda	109
MAPA 3: Localização das UHE's Capim Branco I e II.....	110
MAPA 4: Localização das áreas urbanizadas entre Nova Ponte e Santa Juliana.	198
MAPA 5: Localização das áreas urbanizadas no entorno da UHE de Nova Ponte....	288
MAPA 6: Localização das áreas urbanizadas no entorno da UHE de Miranda	293
MAPA 7: Localização das áreas urbanizadas no entorno das UHE's Capim Branco I e II	295

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O interesse em propor uma investigação sobre a pesca na bacia do rio Araguari, é antes de tudo, resultado de uma paixão pela pesca praticada ao lado de meus familiares na infância. Atividade lúdica, herdada, que ainda, depois de ‘velho’, se manifesta nos momentos de consumo do tempo livre.

Ao ingressar na Universidade Federal de Uberlândia aos 22 anos de idade, para cursar a Graduação em Geografia, iniciei minhas pesquisas como estagiário no laboratório de Geografia Médica e Vigilância Ambiental em Saúde no período de 2004 à 2005. No final deste último ano, fui indicado pelo Profº Samuel, a participar de uma outra pesquisa relacionada às atividades de turismo e lazer no entorno das UHE's Capim Branco I e II.

Como integrante deste novo projeto, aprofundei meus estudos sobre as temáticas Lazer, Turismo e Cultura. Este projeto foi um marco divisor na minha vida acadêmica, e durante quase três anos de dedicação, estabeleci uma parceria de pesquisa junto com outros pesquisadores, marcado por inúmeros e incessantes trabalhos de campo e debates teóricos, que culminaram na publicação de um cd-rom, um documentário e um livro sobre as práticas culturais, atividades e potencialidades turísticas existentes no entorno das referidas hidrelétricas.

Findado este projeto, ingressei em outro como bolsista de iniciação científica, que durou mais dois anos, investigando ainda as atividades de lazer e turismo no baixo curso da bacia do rio Araguari. Projeto este que se transformou em minha monografia, que defendida em Dezembro de 2008, pôs fim a um ciclo de pesquisas desenvolvidas na graduação.

Após formado geógrafo, o desejo de ingressar no curso de Pós-Graduação era imenso. Nestes anos de pesquisas dedicados à temática lazer e turismo, percebi que a pesca era uma das principais atividade de lazer realizadas nesta bacia. A partir deste momento, parafraseando Milton Santos, razão e emoção uniram-se e transformaram-se num novo projeto, que iniciou-

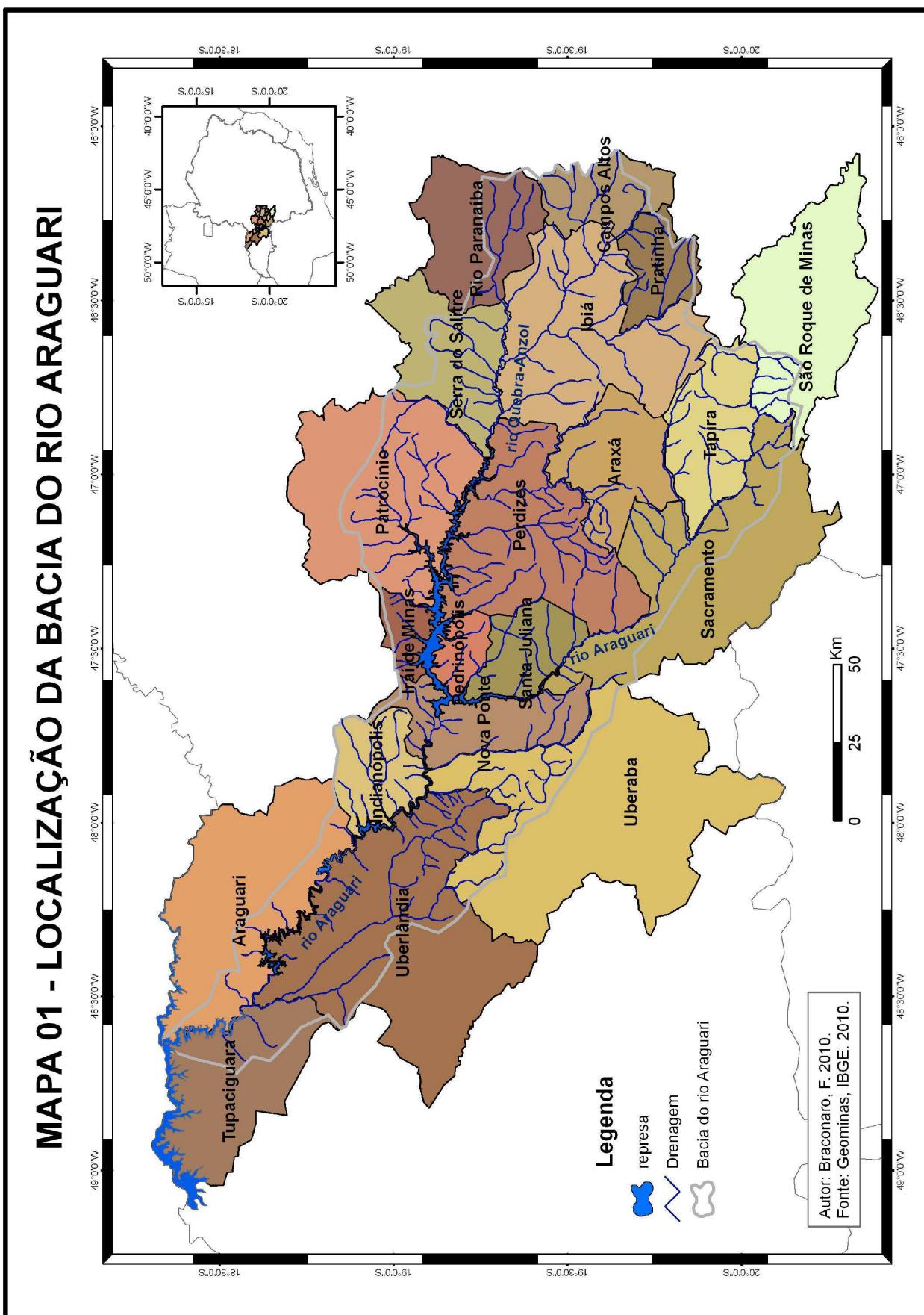
se com a aprovação no processo seletivo da Pós-Graduação do Instituto de Geografia da UFU no ano de 2009.

Embora a pesca como atividade lúdica, praticada principalmente por moradores das áreas urbanas, tenha sido constatada nas pesquisas que já tínhamos realizados, havia a necessidade de aprofundar as investigações a respeito desta atividade, assim como tornava-se necessário reconhecer como a pesca era praticada pela população local, qual era o significado e importância do pescado para estas pessoas.

Diante deste fato, uma justificativa para a pesquisa surgia, pois, a pesca nesta bacia foi um tema relegado, esquecido por muitos pesquisadores que por abordarem outros problemas e temas pertinentes à realidade local, pouco ou nada falaram sobre esta atividade enquanto fonte de alimento e/ou renda. O silêncio acadêmico a respeito da pesca na bacia do rio Araguari era tão intenso e profundo quanto o deslizar de um pescador solitário ao navegar com sua canoa pelo rio no anseio que antecede a captura dos cardumes de peixes.

Ao delimitarmos a bacia do rio Araguari como área de estudo, conforme mapa a seguir, um fato nos chamou a atenção, fato este que vincula-se ao topônimo do principal afluente do rio Araguari, denominado rio Quebra-Anzol. A toponímia, segundo Corrêa (2003) constitui um rico campo de investigação na ciência Geografia, pois “constitui em relevante marca cultural e expressa uma efetiva apropriação do espaço por um dado grupo cultural. É ainda um poderoso elemento identitário” (Corrêa, 2003, p. 176). Ainda para este autor, “Nomear e renomear rios, montanhas, cidades, bairros e logradouros tem um significado político e cultural, envolvendo etnias ou grupos culturais, hegemônicos ou não” (Corrêa, 2003, p. 176).

MAPA 01 - LOCALIZAÇÃO DA BACIA DO RIO ARAGUARI



Evidentemente, o topônimo Quebra-Anzol remete-nos à pesca como uma atividade cultural, mas não poderíamos partir desse entendimento e afirmar que esta denominação decorre das práticas manifestadas pela população que habitavam esta área. Isto se deve porque no período de ocupação do Triângulo Mineiro, tanto o rio Araguari, como seu principal afluente, o rio Quebra-Anzol, eram identificados como rio das Velhas sem distinção. Não sabemos exatamente o momento histórico no qual estes rios foram renomeados, mas para os antigos moradores, o rio é ainda popularmente conhecido como rio das Velhas e desconfiamos que a mudança no topônimo ocorreu devido a existência de um outro rio homônimo, afluente do rio São Francisco, evitando assim a duplicidade dos mesmos.

Com algumas leituras e pesquisas realizadas na bacia do rio Araguari, encontramos indícios que poderiam indicar caminhos de investigação nesta pesquisa. Na obra de Cândido (1982), este autor ao estudar a sociedade caipira formada pelas entradas em território paulista, encontrou semelhanças culturais da população residente na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (oeste de Minas). Para este autor:

a fixação generalizada do paulista ao solo, em seguida ao fim dos ciclos bandeirantes, no século XVIII, fez com que se espalhasse pela Capitania, até os limites do povoamento, uma população geralmente marcada pelas características acima definidas. Um lençol de cultura caipira, com variações locais, que abrangia partes da capitania de Minas, Goiás e mesmo Mato Grosso. Cultura ligada a formas de sociabilidade e de subsistência que se apoiavam, por assim dizer, em soluções mínimas, apenas suficientes para manter a vida dos indivíduos e a coesão dos bairros (CANDIDO, 1982, p. 79).

As soluções mínimas referidas por Cândido (1982) manifestavam-se nas práticas sociais de solidariedade e trabalho mútuo, multirão. Com um arsenal de instrumentos rudimentares, somados aos conhecimentos sobre o ambiente que os cercavam, o caipira paulista explorava de forma diversificada as possibilidades do meio. A obtenção dos meios de vida e a autossuficiência para esta população era quase em sua totalidade produzida nas roças. Ao adentrar

no mundo alimentar do caipira paulista, Cândido (1982) identificou três elementos que complementavam a dieta caipira: a coleta, a caça e a pesca.¹

A toponímia e o relato extraído da obra de Cândido (1982) apenas nos revelam que a pesca, a exemplo do que ocorria no interior paulista, poderia ser uma das atividades praticadas na bacia do rio Araguari pela população local.

Diante disso, entendemos que era necessário abordar a pesca sob uma perspectiva geográfica, investigando sua origem, importância e significado, além de dar conta do movimento e transformação desta atividade em lúdica. Esse entendimento nos aproximou de obras pertencentes à geografia Cultural, e com as evidências encontradas na obra de Cândido (1982) sobre a importância da pesca, direcionou-nos aos estudos sobre o Modo de Vida.

Na história do pensamento geográfico, no que se convencionou chamar de escola alemã de geografia, os estudos envolvendo a temática cultura, primeiramente, esforçou-se em entender como o homem através de suas práticas e com as ferramentas que dispunham, livravam-se das imposições naturais e modelavam a paisagem.

Embora com boas contribuições, seus estudos deixaram de lado aspectos imateriais que direcionavam e guiavam os homens em suas práticas cotidianas. Esta abordagem, só se concretizou de fato na escola francesa, e os estudos sobre o Modo de Vida ganhou força e importância.

Recentemente, as abordagens culturais na geografia passa por um processo de renovação, sendo o homem o centro das análises (Claval, 1999), com estudos envolvendo temáticas sobre tempos e lógicas sociais, valores e práticas culturais, ecologia e percepção ambiental, espaço vivido, identidade, religião, etc.

Analizando os estudos com os quais a geografia cultural se dedicou, Corrêa (1995) afirma que esta corrente “produziu um enorme volume de livros,

¹ “Só poderemos, todavia, compreender de que modo esta dieta representava uma fórmula viável de sobrevivência dos grupos, se indicarmos o seu complemento: coleta, caça, pesca” (CANDIDO, 1982, p. 55).

artigos e teses sobre uma ampla temática reunida em quatro temas maiores: a análise da paisagem cultural, a história da cultura no espaço, as áreas culturais e a ecologia cultural ou o estudo da ação do homem alterando natureza" (Corrêa, 1995. p. 2).

Para Wagner & Mikesell (2003) os estudos decorrentes da geografia cultural deve estar ligada à terra, particularmente aqueles produzidos ou modificados pela ação humana. Desta forma, explicam os autores:

O estudo destes aspectos geográficos resultantes da ação do homem considera as diferenças entre as comunidades humanas que as criam ou criaram e se refere aos modos especiais de vida de cada uma como culturas (WAGNER & MIKESELL, 2003, p. 112)

Para Claval (1997) os estudos da geografia cultural está também associada à experiência que os homens têm da terra, da natureza e do ambiente. Nesta perspectiva os estudos da geografia cultural buscam analisar e entender :

a maneira pela qual eles os modelam para responder às suas necessidades, seus gostos e suas aspirações e procura compreender a maneira como eles aprendem a se definir, a construir sua identidade e a se realizar (CLAVAL, 1997, p. 89).

Desta forma, entendemos que a pesca, como prática social e cultural, pode ser estudada na perspectiva apontada pela Geografia Cultural, pois de fato ela nos remete a uma relação homem-meio e revela-se como uma experiência ligada à natureza. Tal atividade também promove, através das práticas sociais, intervenções no meio acarretando em transformações na paisagem. Tal intervenção é resultado de relações sociais e com a natureza, de onde retiraram aquilo que lhe é necessário, independente se a pesca resulta em fonte alternativa de alimentos, renda ou até mesmo como atividade reinventada nos momentos de consumo do tempo livre.

Entendida como uma prática cultural que envolve técnicas, valores, habilidades e conhecimentos ecológicos, esta atividade ainda relaciona-se com os ciclos naturais e tempos sociais que estão presentes na administração do

cotidiano. Encarada desta forma, é possível compreender metodologicamente a pesca no tempo e no espaço, através da transformação do significado e essência da pesca.

A pesca independente do meio na qual se insere e da forma como é praticada, seja ela tradicional, industrial, ou até mesmo como simples atividade lúdica recreativa, constitui uma atividade complexa, podendo ser analisada por diversas ciências e portanto por múltiplas perspectivas, seja ela biológica, ecológica, social, econômica, cultural.

Devido a estes fatores, podemos afirmar que a pesca comporta um conjunto de elementos que são também intrinsecamente geográficos, pois tal prática evidencia, como relatado, uma relação entre sociedade e natureza na qual os homens se cercam de diversas e variadas técnicas no processo de captura dos peixes, pondo em prática assim, suas estratégias, seus conhecimento sobre o meio que o circunda, além de demonstrarem seus valores e crenças a respeito do significado da natureza.

A pesca, para Claval (2003, p. 156) é um tema clássico na geografia, e em seus escritos destaca a tese de Eric Dardel sobre a atividade em Boulogne-sur-Mer, o mais importante porto de pesca na França. No Brasil, diversos autores, não apenas geógrafos, abordam a importância da pesca inserida no cotidiano e no modo de vida das comunidades tradicionais ribeirinhas e caiçaras, evidenciando as habilidades e conflitos decorrentes do embate entre pesca tradicional e industrial, assim como os processos de clivagens promovidos pela urbanização e turistificação dos espaços.

Morelli (2010) investigou a comunidade caiçara do Puruba, localizada no município de Ubatuba, litoral norte paulista, enfocando o cotidiano e as territorialidades instituídas pelas práticas sociais dos membros pertencentes ao Puruba. Para Morelli (2010, p. 19), no Puruba:

a relação entre homem e natureza apresenta-se por meio de práticas sociais que se constituem em conhecimento que as comunidades desenvolveram no cotidiano e no domínio do território, principalmente sobre as espécies de fauna e flora

A exploração dos ambientes existentes nas matas, rio e mar, proviam uma rica e diversificada fartura de bens alimentares que asseguravam através das relações mútua e de solidariedade, a vida em comunidade e no território caiçara.

Thé (2003) estuda a pesca praticada por comunidades ribeirinhas e pescadores no médio e alto curso do rio São Francisco, investigando o conhecimento ecológico, as regas de uso comum e o manejo dos recursos naturais praticado pelos pescadores no ambiente. Ao tratar dos usos comuns do rio, a autora recorre à categoria território para compreender como são articuladas regras sociais que delimitam o uso do espaço. Para Thé (2003, p. 91), baseado Godelier (1984), território é compreendido como:

uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte de recursos naturais ai existente, que ela deseja ou é capaz de utilizar. Além disso, o território é definido não somente pelo tipo físico explorado, mas também pelas relações sociais existentes.

Os usos do ambiente, as técnicas empregadas, o conhecimento e as regras sociais que delimitam os territórios da pesca, são questões pertinentes à ciência Geografia, e a nosso entender, são também elementos pertencentes ao modo de vida das comunidades e pescadores.

Diante disso, ao definirmos a pesca como tema da pesquisa e a bacia do rio Araguari como área de estudo, surgiu a necessidade de enquadrar a pesca numa perspectiva geográfica e portanto, definir quais seriam os conceitos chaves utilizariam no decorrer da pesquisa. Tal definição só ganhou corpo e sentido na medida em que se desenrolava a pesquisa e as leituras teóricas que definem os conceitos e os procedimentos teórico-metodológicos da Ciência Geografia.

Diante do exposto, surgiram alguns questionamentos que orientaram o pesquisa. Como a pesca praticada pela população rural foi um tema pouco

explorado, questionamos como esta se inseria no cotidiano da população rural e era conciliada com as demais atividades e afazeres existentes no cotidiano? Quais técnicas eram utilizadas e qual era a importância e significado desta atividade?

Como atividade lúdica, questionamos quais os processos ocorridos na bacia do rio Araguari responsáveis pelas clivagens sociais e ambientais que estão relacionados à transformação desta prática? Como atividade reinventada, quais os novos significados e valores engendrados nesta prática?

Considerando o espaço como elemento indissociável das práticas humanas, e portanto das atividades lúdicas, tornou-se necessário investigar quais as implicações e reordenamentos a pesca promoveu nas propriedades rurais localizadas no entorno do rio e dos lagos formados pelas usinas hidrelétricas?

Como uma atividade reinventada e ressignificada no tempo e no espaço, considerou-se pertinente investigar quais eram os desencontros e contradições promovidos por práticas datadas em momentos históricos distintos?

Ao longo de toda a pesquisa, o entendimento do conceito de modo de vida foi fundamental para entender a pesca praticada na bacia do rio Araguari. Como nos revela Sorre (1984) o conceito modo de vida extrapola os aspectos materiais e envolve elementos imateriais, incorporando os valores, conhecimentos ecológicos, tempos sociais e lógicas próprias. Pela abrangência do conceito, ela é extremamente rica e envolve a vida individual, coletiva e está associada a um conjunto de afazeres e técnicas.

Diante disso, entendemos que ao tratar sobre o modo de vida das pessoas, estamos lidando com dimensões concretas e abstratas do cotidiano e da vida. Assim, entendemos que além de mutável, no tempo e no espaço, o modo de vida se relaciona à circunstâncias históricas e sociais, portanto, abarca em seu entendimento a relação que o homem estabelece com o meio, com o espaço.

Além disso, Claval (1997, p. 90) relata que a noção de modo de vida “tem uma dimensão ecológica, naturalista; ela serve primeiramente para mostrar como os grupos se adaptam ao ambiente. Ela tem também, entretanto, uma dimensão social e cultural”.

Para a pesquisa que se apresenta a seguir, a dimensão ecológica, como constituinte do modo de vida e como interpretação cultural, foi extremamente importante no decorrer do trabalho, pois mesmo diante de profundas transformações, a natureza não deixa de existir, mesmo por vezes sendo por relações abstratas. Para Wagner & Mikesell (2003, p. 46) a ecologia cultural, como uma aplicação do modo científico de pensar, diz respeito ao processo envolvido numa sequência de eventos” (WAGNER & MIKESELL,2003, p. 46). Desta forma, a ecologia cultural:

é direta: descobre, descreve e analisa os processos reais. Assim, um estudo cuidadoso de técnicas de cultivo, com frequência, revela exatamente como um solo é degradado ou gradualmente enriquecido e estabilizado; a investigação da procura habilidosa e a utilização sistemática dos recursos da pesca e da caça demonstram como uma determinada população se multiplica e prospera num habitat inóspito; a observação detalhada do uso de uma área florestal por uma comunidade humana e seus rebanhos traz à tona o impacto dos cortes, coleta, queimada, introdução de forragens, dispersão de sementes e outras interferências sobre a constituição da flora e a fisionomia da vegetação.

Concordamos com Wagner & Mikesell (2003) que a corrente intitulada ecologia cultural fornece bases teóricas para a compreensão de como as pessoas ao relacionarem com a natureza, valoriza determinadas áreas e técnicas no processo de obtenção dos meios de vida, e assim, entendemos que estas habilidades, e conhecimentos são aspectos integrantes do modo de vida das pessoas e é através destas que a exploração do ambiente possibilita construir e ampliar uma base alimentar diversificada. Como a pesca praticada no rio Araguari foi um tema relegado e constitui uma incógnita, certamente este tema envolve uma descoberta.

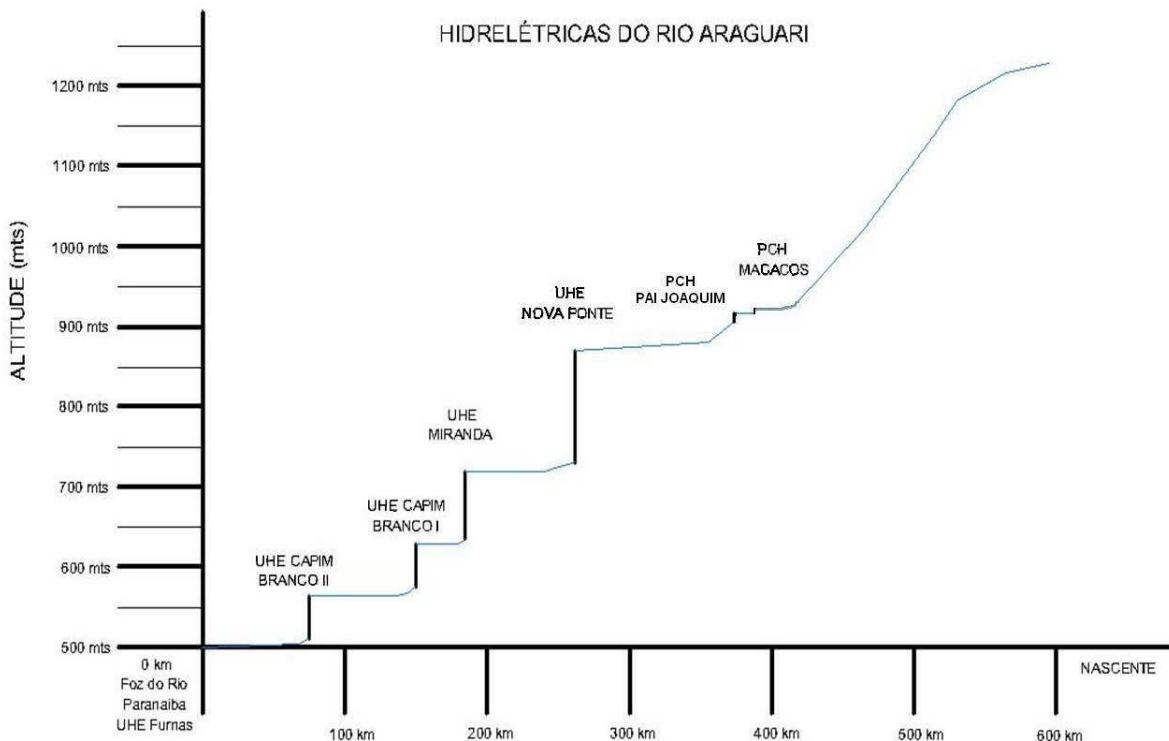
A descrição das técnicas e sabedorias dos homens em relação ao ambiente que exploram também constitui etapa da pesquisa com consequente análise destas. A análise dos processos reais aqui merece um esclarecimento.

Processos reais não deve ser entendido somente como práticas atuais pois estaríamos cometendo o erro de reduzir a ação do homem sobre o ambiente desconsiderando seu passado, seu conhecimento, sua memória, e portanto sua história de vida, o vivido. Consequentemente, estaríamos considerando o meio que o cerca como inerte ou imutável, esquecendo ou encobrindo outros processos naturais e humanos que no decorrer do tempo, transformam e impõem outra dinâmica ao espaço e ao meio ambiente.

Na bacia do rio Araguari, o ambiente e elementos naturais foram intensamente modificados ao longo dos processos que envolvem desde a ocupação, fixação dos homens, constituição das cidades e processos industriais que ocorreram em diversas localidades. Devido ao conjunto destes fatores, as paisagens e dinâmicas locais foram gradualmente transformadas e reconfiguradas.

Em relação a pesca, o principal evento que impôs profundas transformações à esta atividade relaciona-se com a construção de uma sequência de cinco hidrelétricas nesta bacia conforme gráfico abaixo.

GRÁFICO 01: SEQUÊNCIA DAS HIDRELÉTRICAS EXISTENTES NA BACIA DO RIO ARAGUARI.



Org: BRACONARO, Fernando. 2011.

Os primeiros barramentos realizados na bacia do rio Araguari foram as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) Pais Joaquim, década de 1940, e dos Macacos, década de 1950². Na década de 1980, a foz do rio Araguari foi inundada com a construção da UHE de Furnas, Itumbiara-Go, localizada no rio Paranaíba. Na década seguinte, de 1990, foi edificada a primeira grande represa no rio, no município de Nova Ponte (UHE de Nova Ponte, 1994), posteriormente e a jusante, foram construídas mais três, a UHE de Miranda (1998), e recentemente, no ano de 2005 e 2006, as hidrelétricas Capim Branco³ I e II (Amador Aguiar I e II). Estas edificações são responsáveis por

² Estas PCH's foram reformuladas e revitalizadas nas décadas de 1990 e 2000.

³ Estas hidrelétricas originalmente eram denominadas Capim Branco I e Capim Branco II. No ano de 2007, em homenagem póstuma, foram renomeadas com o nome de um dos fundadores das empresas consorciadas responsáveis pela edificação destas. Popularmente, estas

alterar profundamente a dinâmica ecológica do rio e a composição da ictiofauna existente.

Portanto, processos reais aqui são entendidos como processos vividos, o que de certa forma não nos impede de entendê-los como reais, e nos permite compreender a condição de existência das pessoas que pescam, habitam e portanto vivenciaram a bacia do rio Araguari nos momentos anteriores e de transformação ocorridos na área de pesquisa.

Assim, como informantes-chave, elegemos os moradores mais antigos, muitos dos quais, sexagenários, septuagenários, octogenários, com quem estabelecemos diálogos sobre as condições de existência, a pesca e portanto do mundo vivido. Como procedimento metodológico, realizamos diversos levantamentos em acervos públicos, jornais, sites e revistas vinculadas à pesca.

Porém, como a pesca praticada na bacia do rio Araguari possui poucos registros, elegemos as entrevistas e as fontes orais como principal meio para investigarmos esta prática. Entendemos que era necessário dar voz aos moradores mais antigos da área de estudo, além disso, este procedimento permitiu analisar de forma mais representativa a pesca ao longo de toda a bacia hidrográfica.

Diante dos represamentos ocorridos no rio, e a transformação de extensas áreas, foi por meio da memória que conseguimos investigar parte das experiências e vivências estabelecidas com o rio, através de uma prática que hoje não existe nos moldes como era praticada.

Para Halbwachs (1990) a memória é fruto de uma coletividade e transcende o indivíduo. Entendemos, porém, que ao lidar com indivíduos estamos trabalhando em uma outra escala, a individual, que a torna subjetiva e seletiva. Além disso, em ampla maioria dos diálogos que estabelecemos, os relatos orais revelavam a pesca como prática individual e solitária.

hidrelétricas ainda são conhecidas pelo nome original, e serão mantidas ao longo de todo trabalho.

Reconhecemos a vulnerabilidade nas análises da memória quando esta na verdade, através das oralidades, é selecionada e portanto, passível de erros e manipulações. Entendemos que parte de nosso trabalho é justamente analisar os relatos orais, mas sem deixar de considerar as representações que se estabelecem nessa relação entre pesquisador e pesquisado.

Bosi (1979) demonstra em seu livro 'Memória e Sociedade: Lembranças de velho' que as atividades e ocupações desenvolvidas no decorrer da vida marcam fortemente a memória das pessoas, portanto, daí decorre a justificativa em estabelecer diálogos com os antigos moradores das propriedades rurais adjacentes ao rio. Ainda para Bossi (1993, p. 281) "a memória, é sim um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo".

Desta forma, procuramos investigar, através da oralidade e da memória dos antigos moradores da bacia do rio Araguari, lembranças das atividades e experiências realizadas e relacionadas ao rio Araguari, principalmente a pesca. Como relatamos, a memória neste caso é uma fonte fundamental para a pesquisa, pois as paisagens existentes atualmente na bacia do rio Araguari, são extremamente modificadas pelas construções das hidrelétricas, e constituem momentos de clivagens impostas por uma racionalidade exterior à população local.

Mesmo diante de um processo amplo de clivagens sociais e de transformações ambientais, a pesca não desaparece, pelo contrário, ela ressurge reinventada, permeada de um universo renovado, onde o lúdico se encarrega de mediar a relação homem natureza na constituição de um modo de vida urbano.

Portanto, decorrente de um processo urbano-industrial, o modo de vida se transforma, e a instituição do tempo-livre e do lazer, elevam a pesca como atividade lúdica e esportiva. Para Magnani (1998), as transformações não se vinculam apenas ao ritmo e habilidades exigidas no trabalho urbano, mas, significa transformações no modo de vida das pessoas, pois estas reorganizam

o cotidiano, as relações sociais, assim como as necessidades e as formas de saciá-las.

Consideramos que a metamorfose de uma sociedade rural/tradicional em uma sociedade urbana tecnificada, inevitavelmente é acompanhada de transformações nas relações sociais, na percepção e organização das tarefas, na percepção do tempo, das bases alimentares, enfim, há uma ressignificação da vida e das necessidades. Embora a vida e as condições vivenciadas no urbano sejam diversificadas e desiguais, concordamos com Dumazedier (1976) que é no tempo livre, e nas práticas lúdicas que as pessoas possuem maior possibilidade de se realizarem enquanto ser social. Desta forma é no tempo livre, e através dos momentos de autonomia e nas práticas que é possível formar:

em cada grupo e para cada indivíduo um estilo de vida. O estilo de vida poderia ser definido como o modo pessoal pelo qual cada indivíduo ajeita sua vida cotidiana. Como já estudamos, a individualidade de inúmeros trabalhadores tem mais oportunidade de afirmar-se nas atividades livres e cada vez menos no trabalho como atualmente é concebido. Recorrendo a essas atividades, o indivíduo terá tempo e oportunidade para encontrar e desenvolver o estilo de sua própria vida, mesmo com relação ao trabalho. A procura e a realização de um estilo de vida conferem ao lazer seu mais alto significado (DUMAZEDIER, 1976, p. 263)

Para Marcellino (2000) as funções do tempo livre e do lazer vão além das necessidades, materiais, de descanso e divertimentos. É neste hiato temporal da vida cotidiana que se encontra as possibilidade e oportunidade privilegiadas “de tomada de contato, percepção e reflexão sobre as pessoas e as realidades nas quais estão inseridas” (MARCELLINO. 2000, Pág. 14).

Trata-se portanto, de compreender o modo de vida como sendo um elemento histórico e social, formado por circunstâncias particulares, nos quais as pessoas vão ajeitando e administrando a vida cotidiana, seus hábitos, valores e práticas.

A pesca diante das novas condições formadora de um modo de vida, rearticula a relação homem-natureza, na qual esta última passa a ser entendida também como fonte de lazer, descanso. A compreensão desta dinâmica foi

fundamental para entender a essência e sentido dados à pesca, assim como os novos valores e sensibilidades em relação aos animais engendrados nesta prática. Novas sensibilidades e valores em relação aos animais, neste caso os peixes, surgem diante de condições históricas e espaciais processadas na bacia do rio Araguari. O que anteriormente era tido como fonte de alimento e renda, transforma-se numa atividade lúdica esportiva, cujo captura dos peixes passa a não ser acompanhada do sacrifício dos mesmos.

Tamanha transformação se concretiza não somente no tempo livre e nas práticas eventuais. Ela toma forma e corpo nos campeonatos de pesca realizados nos lagos das hidrelétricas existentes no rio Araguari. Nestes eventos, reúnem-se centenas de pescadores que compartilham um universo simbólico comum em relação à pesca.

A pesca como atividade lúdica característica do modo de vida urbano, promove transformações no espaço rural. Especificamente, há um reordenamento econômico e produtivo que atende a procura e demanda por apetrechos, iscas e principalmente acesso aos lagos. Para Silva; Vilarinho e Dale (1998) as represas formadas para geração de energia elétrica representa um importante fator de indução do crescimento de atividades não-agrícolas no meio rural, e dentre as várias atividades praticadas nesses locais a pesca vem ganhando destaque, sendo uma das mais praticadas, demandando uma série de serviços do setor turismo.

No entorno das represas existentes no rio Araguari, é fácil identificar as transformações sócioespaciais derivadas desta atividade. Isto porque no ato da pesca, são necessários não apenas equipamentos comercializados nas cidades, mas também é preciso acesso aos lagos e portanto às propriedades rurais existente no entorno. Nesse processo, formam-se redes em função da pesca envolvendo e integrando economicamente o espaço rural e urbano, promovendo novos usos do espaço dinamizando-o através das novas funções que este abriga.

A busca por acesso ao lago para a prática da pesca promove então a receptividade nas propriedades rurais, dando início à pluriatividade e

urbanização do rural. No espaço rural, surgem uma série de serviços relacionados à pesca, tais como alugueis de barcos, venda de iscas e apetrechos, edificações de chalés para pernoite, delimitações de áreas de camping, acesso e aluguel de tablados, comercialização de refeições, bebidas entre outros.

Todo esse processo de transformação que envolve práticas, valores, tempo e espaço relacionados à pesca, não se desenrola sem contradições e desencontros. No espaço e no tempo das represas, ocorrem sobreposições de práticas conflitantes. Portanto, todo processo de transformação pelo qual passou a bacia do rio Araguari, sua população com seus modos de vida, não é capaz de eliminar as práticas e hábitos decorrentes do tempo do rio.

No caso da bacia do rio Araguari, há temporalidades na relação homem-meio que estão em processo de descompasso e desencontro, pois o que é a essência da pesca como atividade lúdica-esportiva, é ainda, fonte de renda e alimento para parte da população. Os desencontros também se concretizam, não somente por práticas sociais herdadas e decorrentes de tempos e lógicas diferentes, mas também ocorre pelos confrontos em relação às legislações referente ao ordenamento pesqueiro instituídos pelo Estado e pelos municípios banhados pelo rio Araguari.

Desta forma, este trabalho possui quatro capítulos. No primeiro, intitulado 'A pesca no tempo lento nas águas rápidas do rio das velhas' teve como objetivo principal, analisar a pesca praticada no rio Araguari pela população rural num momento histórico anterior à edificação das Hidrelétricas. Considerou-se neste capítulo, a condição de existência da população rural, analisando seu modo de vida através das habilidades, conhecimentos e técnicas utilizadas na exploração do rio com a pesca.

No segundo capítulo, intitulado 'Das clivagens ao lúdico: o lazer como mediador da relação homem – natureza' foram analisados os processos de transformação socioambiental e a formação de um modo de vida urbano, responsável por engendrar novos conteúdos, valores e sentidos à pesca. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo foi caracterizar a pesca como atividade

lúdica e esportiva, evidenciando a transformação e renovação de seu conteúdo e essência.

No terceiro capítulo, ‘Pluriatividade e urbanidades no processo de reordenamento do rural’, a análise se deu sobre o espaço reorganizado e apropriado em função da pesca como atividade lúdica. O objetivo deste capítulo foi demonstrar os usos, dinâmicas e serviços que emergem no rural, promovendo a pluriatividade em algumas propriedades assim como a urbanização em determinados locais.

O quarto capítulo, “A legislação ambiental e as diferentes práticas da pesca na bacia do rio Araguari-MG”, tratará dos desencontros e contradições decorrentes de valores e significados divergentes na pesca. Desta forma, os embates relacionados à pesca decorrem de relações e valores datados de tempos históricos distintos, mas que se sobrepõe na atualidade.

Nesta pesquisa, procuramos registrar e analisar as transformações do modo de vida relacionando-a pesca como prática cultural. Por meio das oralidades e memórias da população mais velha residente na bacia do rio Araguari, abordamos a pesca praticada antes da construção das UHE’s. Como atividade lúdica, investigamos a transformação dos significados e valores presentes na pesca, assim como a reorganização do espaço em função das atividades lúdicas.

Neste processo, percebemos que as práticas relacionam-se a condições históricas e espaciais, e que a transformação da atividade implica em práticas reinventadas, com inovações técnicas e novos usos do espaço. O procedimento metodológico por meio do qual realizamos a pesquisa, baseou-se em informações orais com distintos informantes-chave, um público que conheceu e vivenciou a paisagem anterior as transformações, e constitui uma parcela dos moradores rurais da bacia do rio Araguari, e o outro, que busca as paisagens formadas pelos lagos para, através da pesca, consumirem seu tempo livre pescando e divertindo-se. Desta forma, foram entrevistadas um universo de quarenta e sete pessoas, entre moradores antigos, proprietários

rurais, pescadores amadores, esportistas e comerciantes. Estas pessoas tornaram-se fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

Além dos relatos orais obtidos com as entrevistas e diálogos realizados sempre com o consentimento do entrevistado, a pesquisa foi acompanhada por inúmeros trabalhos de campo que nos permitiu registrar as paisagens da bacia do rio Araguari, identificando as propriedades e serviços existentes no rural em função da pesca.

Por meio destes procedimentos, foi possível identificar as particularidades da pesca e do modo de vida existentes na bacia do rio Araguari. As descobertas exigiram o entendimento dos valores e significados associados à pesca.

CAPÍTULO 01

01. A PESCA NO TEMPO LENTO NAS ÁGUAS RÁPIDAS DO RIO DAS VELHAS

Ao estudarmos a pesca praticada na bacia do rio Araguari, partimos do pressuposto de que esta atividade, entre outras, revela as necessidades e estratégias que os homens, habitantes desta área, dispunham e colocavam em prática na relação que se estabelecia com a natureza. Desta forma, ao buscarmos uma metodologia que nos permitisse compreender e analisar cientificamente esta atividade no tempo e no espaço, deparamos com a necessidade de compreendemos, antes de tudo, os homens e suas práticas, seu trabalho e cotidiano no processo de edificação de suas humanidades.

A partir desse entendimento, buscamos compreender a pesca como uma prática cultural atrelada ao modo de vida dos moradores das áreas adjacentes ao rio Araguari. Modo de Vida foi o conceito chave por nós utilizados para investigarmos como a pesca se inseria no cotidiano das pessoas, sua importância e significado.

O estudo do modo de vida na ciência geográfica remete-nos à escola francesa do século XIX, que buscava então ampliar o horizonte da ciência geográfica incorporando novos elementos à Geografia. A cultura neste contexto ganha então uma nova dimensão com esta corrente. Se na escola antecessora, o determinismo geográfico de origem alemã, o estudo da cultura baseava-se principalmente nas técnicas, mais precisamente nos instrumentos materiais pelos quais os homens modelavam as paisagens e com os quais se livraram das imposições naturais, na corrente possibilista francesa, os aspectos imateriais ganham força e são incorporados aos estudos geográficos. Não interessa apenas as técnicas, mas o conjunto de conhecimentos, valores, ideias que os homens possuem e que também mediatizam as relações com a natureza e com o grupo no qual está inserido.

Na geografia francesa do final do século XIX, a noção de cultura foi ampliada sem que deixasse de lado o debate da relação entre homem e natureza. Neste processo de inovação na geografia francesa o poder ou

imposições naturais cede lugar à criatividade humana, à organização social e cultural, abordando assim as relações sociais, os costumes e hábitos, o cotidiano, os conhecimentos e habilidades necessárias e utilizadas no processo de obtenção dos meios de vida.

Para Silva (2002, p. 75), a noção de gênero de vida foi importante para a ciência geográfica pois permitiu ao geógrafo abordar questões que antes eram ignoradas, mas que estavam presentes na relação entre homem e natureza. Desta forma, o entendimento dos Modos de Vida permitiu que se compreendesse a:

existência das pessoas, da maneira como trabalham elas, como moram, como organizam seu tempo e frequentam os lugares próximos ou distantes do seu domicílio, e que permite, primeiramente, precisar as ligações que os grupos estabelecem com o meio. É uma noção que permite explorar a dimensão ecológica da geografia, compreender detalhadamente o calendário das atividades dos membros de uma comunidade, verificar sua mobilidade, seus encontros e dispersão. É o que possibilita a análise da vida social em seu desenvolvimento concreto, nos lugares onde se organiza e com os ritmos que lhes são próprios, assim como permite igualmente mostrar a multiplicidade das formas de relação que existem entre os grupos, e entre estes e a ocupação do solo (SILVA, 2002, p. 75).

Ao abordarmos a pesca na bacia do rio Araguari, a escolha pelo Modo de Vida assim se justifica pois, conforme aponta Max Sorre (1984) “A expressão (gênero de vida) aplica-se, primeiro, a categorias extensas de modos de existência, na exploração direta do meio vivo por intermédio da coleta, da pesca, da caça, da criação de gado, da cultura” (Sorre, 1984, p. 117).

Para Sorre (1984) a noção de Gênero de Vida ou Modo de Vida é, em seu entendimento:

extremamente rica, pois abrange a maior parte, senão a totalidade, das atividades do grupo humano. É preciso atingir um grau de cultura bastante avançado para que os indivíduos se libertem da tirania do costume. Esses elementos materiais e espirituais são técnicas transmitidas pela tradição, mediante as quais os homens asseguram domínio sobre a natureza. Técnicas de obtenção de energia, técnicas de produção de matérias-primas, de utensílios; elas são sempre produtos da arte, técnicas, e também, assim, as instituições que

mantêm a coesão do grupo, assegurando-lhe a perenidade. Criações do gênio humano: a pressão do meio físico estimula, orienta esse gênio, mas é preciso ter sempre em mente sua força criadora (SORRE, 1984, p. 99-100).

No entender de Max Sorre (1984) modo de vida se desdobra em um conjunto diversificado de técnicas e sabedorias aos quais os homens transformam a natureza no processo de satisfação de suas necessidades vitais.

No processo de ocupação da bacia do rio Araguari, iniciado no século XVIII e intensificado no século XIX, a manutenção da vida se dava pela conjunção de tarefas e afazeres que se desdobravam na administração do tempo despendido na lida nas lavouras, no trato de animais, assim como baseava-se em complementos alimentares obtidos na exploração dos rios e córregos com a pesca e nas matas do Cerrado com a coleta e a caça.

Assim, entendemos que até a década de 1970, período no qual a área de estudo começa a se reestruturar em função das transformações decorridas principalmente das novas formas de produzir no Cerrado e da edificação das Usinas Hidrelétricas, o modo de vida da população rural desta bacia tinha como característica essencial a utilização de um conjunto de instrumentos rústicos, porém diversificado, que conciliado ao conhecimento do ambiente que o cercava, sedimentou um modo de vida rico em estratégias que por meio das habilidades em conjugar atividades e explorar o ambiente de muitas maneiras, permitiam sua permanência e edificação de suas humanidades. Desta forma, concordamos com Sorre (2002, p. 16) ao afirmar que “não é abuso considerar um gênero de vida como uma combinação de técnicas”.

Sorre (2002) foi um dos responsáveis por aprofundar a noção de Gênero de Vida, aqui entendida como sinônimo de Modo de Vida. Para ele a conduta humana não era resultado das imposições naturais, o comportamento humano era mais rico e complexo e deveria também ser compreendido dentro de um contexto histórico e espacialmente localizado. Sorre (2002) portanto contribui ao ampliar a dimensão cultural da geografia de sua época e criar bases para

que a cultura fosse tomada como elemento essencial na interpretação das humanidades.

Porém, Sorre (2002) não deixa de considerar a influência que o meio que cerca os homens exerce sobre determinadas condições de existência, ora limitando determinadas ações, ora orientando possibilidades de usos e estratégias. Para Sorre (1984) o termo meio:

Na prática, tem o mesmo valor que ambiente ou meio ambiente. Isto significa que os elementos que ele comporta não constituem um quadro inerte no âmbito do qual se situa a atividade do Ser. Ele representa mais do que um valor topográfico, pois seus constituintes estão estreitamente associados à execução de todas as funções vitais, uma vez que exercem, sobre qualquer forma de atividade, uma pressão ora de limitação, ora de orientação e uma vez que é, primeiramente, às suas expensas que se constrói a matéria viva. [...] Nós estamos mergulhados no meio e ele nos penetra de todos os lados. (SORRE, 1984, p. 31)

Sorre (1984) continua sua exposição sobre meio ambiente relatando que este termo é:

[...] de prodigiosa riqueza, não somente pela quantidade de elementos que entram em sua definição, mas também porque esses elementos formam inúmeras e variadas combinações entre si. Cada um deles age por contra própria, através e por intermédio de todos os outros. No que se segue, não percamos de vista essa ideia: os homens não estão submetidos à ação de tal ou tal fator mesológico, mas, sim, à do complexo como um todo (SORRE, 1984, p. 31)

Portanto, a interpretação do meio que o cerca, certamente é tão importante para a sobrevivência dos homens que, de fato, sem o conhecimento sobre a dinâmica do mundo natural, as técnicas e ferramentas utilizadas não alcançariam os propósitos e finalidades pelos quais a criatividade humana o concebeu.

Consideramos que toda relação entre Sociedade e Natureza é mediada por uma ou mais técnicas, materiais e imateriais. Nesse sentido, no caso da pesca praticada na bacia do rio Araguari, as técnicas utilizadas pelos habitantes da bacia do rio, são resultados de percepções e experiências com o ambiente formado pelo rio Araguari, e portanto, estão inserido num mundo

vivido e dinâmico, cujo contato e conhecimento deste ambiente permitiu que diversas técnicas de pesca fossem criadas, adaptadas e utilizadas nesta área.

Desta forma concordamos com Buttiner (1982) quando esta nos relata que o habitar extrapola a morar, cultivar ou organizar o espaço. Para esta autora, habitar significa:

viver de um modo pelo qual se está adaptado aos ritmos da natureza, ver a vida da pessoa como apoiada na história humana e direcionada para um futuro, construir um lar que é o símbolo de um diálogo diário com o meio ambiente ecológico e social da pessoa (BUTTINER, 1982, p. 166)

Entendemos que no período anterior a década de 1970, os processos de clivagem⁴ pela qual passou a bacia do rio Araguari, foram menos intensos, e até esse momento, permitiu aos habitantes uma relação mais próxima e dependente do ambiente e dos ciclos naturais.

Partindo do entendimento que as atividades realizadas na bacia do rio Araguari tinham como característica a dependência e o entendimento dos ciclos naturais, consideramos pertinente compreender suas interpretações sobre a dinâmica e ecologia natural. O entendimento do homem, como um ser ecológico, que observa, apreende, interpreta e transforma por meios de suas ferramentas e práticas, o próprio ambiente que vive e do qual ergue sua humanidade, permite-nos pensar a ecologia como um fator cultural. Sorre (1984, p. 91) escreve que:

Para a ecologia, o gênero de vida representa um conjunto de adaptações – seja qual for a ideia que este termo denote. Adaptações das atividades do indivíduo e do grupo, em outras palavras, técnicas. O gênero de vida é um conjunto de técnicas. Em decorrência, devemos voltar a considerar a capacidade de reação dos grupos humanos, sua faculdade de criar a paisagem geográfica.

Aqui então se justapõe e agem conjuntamente diversos aspectos que compõem o modo de vida. Observação e conhecimento sobre a natureza,

⁴ Entendemos que estes processos de clivagem relacionam-se principalmente ao crescimento urbano, à mecanização do rural, além da edificação de quatro Usinas Hidrelétricas construídas nesta bacia.

estratégias de sobrevivência e administração do tempo. Produção e inovação de ferramentas. Adaptação dos meios e das condutas. Todos elementos da cultura considerados técnicas utilizadas individualmente ou em grupo e que nos ajudam a entender como a pesca era realizada na bacia do rio Araguari.

Os saberes e técnicas com os quais os homens intervêm no espaço e modelam a superfície terrestre ganha uma dimensão ecológica e por consequência possuem uma perspectiva cultural, pois trata-se dos homens adquirindo, produzindo e repassando conhecimento através das observações e interpretações do meio que o cerca, possibilitando determinadas intervenções.

O estudo da ecologia numa perspectiva geográfica não é algo recente. A própria abordagem cultural na geografia abre espaço para o debate da ecologia como construção cultural. Analisando este fato e os estudos com os quais a geografia cultural se dedicou, CORRÊA (1995) afirma que esta corrente “produziu um enorme volume de livros, artigos e teses sobre uma ampla temática reunida em quatro temas maiores: a análise da paisagem cultural, a história da cultura no espaço, as áreas culturais e a ecologia cultural” (Corrêa, 1995. p. 2). Esta última corrente do pensamento geográfico no seu entender estuda a ação do homem no processo de transformação da natureza.

No entender de Wagner & Mikesell (2003, p. 28) a Ecologia Cultural estuda “os processos específicos nos quais estão envolvidas manipulações humanas do meio ambiente, juntamente com suas implicações para o bem-estar da comunidade e da humanidade”.

A relação entre homem e natureza então deve ser compreendida numa dupla dimensão, que envolve processos históricos e transformação espacial, pois na medida em que se desenrola a sucessão de tempos, transformam-se também as maneiras pelas quais os homens se organizam em determinado local, inovam-se as técnicas pelas quais os homens mediatizam as relações sociais e com o ambiente que os cerca, recriando constantemente nestes processos, novas condições sociais e ambientais.

Portanto, as habilidades, sabedorias que os homens possuem da natureza, são temporais e correspondem ao período técnico aos quais vivem e

estão inseridos, e desta forma, estão sujeitas às inovações e também descartes.

A relação entre homem e ambiente, desde as mais remotas às mais recentes correntes de pensamento que se estruturaram no ceio da Ciência Geografia, sempre foi objeto de estudo e questionamentos desta área do conhecimento humano. Porém, esta relação não é exclusividade da Geografia, basta considerarmos que a própria geografia e a corrente ecologia cultural acima citada foram fortemente influenciadas e difundidas por diversos antropólogos (Begossi, A. 1993).

O estudo da relação do homem com o ambiente que o cerca constitui também interesse da Ciência Ecologia, que ao especificar a interação do homem com o meio, a denominou Ecologia Humana. A Ecologia Humana então como uma ramificação da Ecologia foi fortemente influenciada por diversas ciências, tais como “Antropologia, Geografia e da Sociologia e, mais recentemente da Economia” (Begossi, A. 2004, p. 15).

Begossi (2004), tendo como referência o trabalho escrito por Bruhn, relata que a geografia certamente contribui:

muito ao estudo entre os organismos e o ambiente. Em 1822, Ritter chamou atenção para o planeta como uma entidade total e suas ideias associadas às de Kohl, na mesma época, e de Von Humboldt (1849), auxiliando no suporte da “Antropogeografia”, fundada por Ratzel (1882) (em Bruhn, 1974). A revisão de Bruhn continua descrevendo a importância de áreas como ‘área cultural’, ‘história cultural’ e ‘paisagem cultural’ como áreas da Geografia Cultural. De acordo com Bruhn (1974), todo o campo da Geografia foi considerado como ‘Ecologia Humana’ (BEGOSSI, A. p. 16)

Certamente a Geografia teve um papel importante na formação da Ecologia Humana, pois além de ser uma Ciência antiga, teve diversas correntes de pensamento que contribuíram para o entendimento da relação homem e meio ambiente. Porém, a Ecologia Humana estabeleceu algumas linhas de pesquisa que ao nosso ver, podem enriquecer e contribuir para o

entendimento da pesca que era então praticada na bacia do rio Araguari, pois os:

Estudos de ecologia são muito apropriados quando se trata de analisar as interações entre populações humanas e os recursos naturais. O contato direto com os recursos naturais, a observação diária desses recursos e a dependência econômica de recursos aquáticos e da vegetação são relações ecológicas em seu sentido estrito (BEGOSSI, 2004, p.13)

Aqui vemos a proximidade entre geografia e ecologia humana, pois o contato direto com o meio, a observação, a dependência dos recursos naturais, e o conhecimento que é necessário para torná-los alimento e/ou recursos, mais além de complexas relações ecológicas (para a ecologia humana), são elementos constitutivos do modo de vida destas pessoas (para a geografia).

Para Begossi (2004) então, a ecologia humana inscreve-se dentro da ciência Ecologia, e há cinco campos de pesquisa que buscam compreender a relação da humanidade com os recursos, que inclui aspectos cognitivos, comportamentais e de conservação. Segundo esta autora estes campos são: “etnobiologia, sociobiologia e coevolução Gens-Cultura, Psicologia Evolutiva, Economia Ecológica, Manejo e Conservação” (Begossi, p. 19). Destacamos aqui o campo denominado etnobiologia que refere-se aos conhecimentos ecológicos que as populações locais possuem dos ambientes que vivem (Begossi, 2004).

O conhecimento que as pessoas possuem dos ambientes que as circundam e que exploram para erguer e concretizar sua sobrevivência nos remete à ecologia e à cultura, pois segundo Wagner & Mikesell (2003)

Qualquer sinal da ação humana numa paisagem implica uma cultura, demanda uma história e exige uma interpretação ecológica; a história de qualquer povo evoca a sua fixação numa paisagem, seus problemas ecológicos e concomitantes culturais; e o reconhecimento de uma cultura exige a descoberta de traços que a mesma deixou na superfície terrestre. (WAGNER & MIKESELL,2003, p. 50)

O reconhecimento e os resquícios deixados na superfícies terrestre aqui se torna uma tarefa importante, pois com o represamento de praticamente toda

a bacia do rio Araguari pelas UHE's existentes, o ambiente e a pesca então praticada no rio Araguari submergiu com o alagamento, pois as novas condições ambientais além de promover uma drástica transformação na paisagem, provoca uma reconfiguração na ecologia dos reservatórios com profundas implicações para a ictiofauna, a pesca e consequentemente o modo de vida dos moradores localizados no entorno do rio⁵.

Aqui então nos interessa a paisagem e sua dinâmica, existentes antes das UHE's, pois é neste ambiente que a pesca e a vida das pessoas se desenvolveram por longos anos, explorando tanto as possibilidades que a terra e as matas proporcionavam, como também usufruíam das águas do rio Araguari e dos recursos existentes nele. Não desconsideramos então neste contexto, a observação da paisagem, pois ela revela uma diversidade de usos e de atividades que possibilitaram a manutenção e sobrevivência das populações locais. Segundo Claval (2002):

A análise da paisagem revela um mundo composto por um mosaico de ambientes locais. Alguns se conservam puramente naturais. Outros foram modificados pelo homem, que tomou posse das terras e modificou seu propósito: das primeiras pirâmides ecológicas, subsistem sistemas de cultivo que colocam à disposição mais produtos consumíveis que as florestas, savanas e estepes primitivas. A inserção dos grupos humanos na natureza é alcançada quando os ecossistemas originais que fazem uso, ou dos ecossistemas cultivados que criaram, garantam a alimentação em condições de abundância e segurança, permitindo a sua reprodução sem problemas.⁶ (CLAVAL, 2002, p. 24)

⁵ Os impactos e transformações promovidos pela edificação das UHE's serão debatidos no 2º capítulo.

⁶ El análisis Del paisaje revela um mundo compuesto por um mosaico de entornos locales. Algunos se conservan puramente naturales. Otros fueron modificados por El hombre, quien tomo posesión del suelo y modiflico los usos: de las primeras pirámedes ecológicas, subsisten sistemas de cultivo que ponen a sus disposición más productos consumibles que los bosques, lás sabanas o lás estepas primitavas. La inserción de los grupos humanos em La naturaleza se consigue cuando los ecosistemas originales de los que que sacan partido, o los ecosistemas cultivados que han creado, garantizan su alimentación em condiciones de abundancia y de sugeridad, lo cual les permite reproducirse sin problemas. (Claval, 2002, p. 24)

Considerando ainda a relação entre modo de vida, ecologia e cultura, Claval (2002, p. 24) relata que no processo de intervenção do homem na natureza, ou seja, o estudo baseado no processo de humanização da natureza, segue com:

[...] a análise das ferramentas que têm os grupos sociais. Descansa no inventário das espécies vegetais ou animais que se usam para fazer de encontro a suas necessidades. Nas zonas que continuam virgens, a operação descansa na colheita de alimentos de plantas e na captação da fauna por meio da caça ou dos peixes. Em outros lugares, a avaliação implica desdobramentos que permitem a propagação das espécies domesticadas. A análise dos estilos de vida mostra, assim, as modalidades práticas da inserção ecológica dos grupos humanos nos arredores⁷. [...]

Pelo que expomos até o momento, entendemos que o conceito de modo de vida nos dá embasamento para entender como a pesca era praticada na bacia do rio Araguari, pois nesta perspectiva, analisa-se as práticas, os valores e conhecimentos que as pessoas possuíam do ambiente em que viviam. Entendemos também que este conceito é amplo e inclui também em seus estudos aspectos ecológicos, pois conforme aponta Claval (2002, p. 25) “O estudo ecológico ajuda a entender os laços que estabelecem os grupos sociais com o meio no qual estão instalados”⁸, ou ainda, possibilita entender “as atitudes dos indivíduos diante da natureza e os sentidos que eles dão as suas vidas” Claval (2003, p. 163).

⁷ “El estudio ecológico ayuda a entender los lazos que establecen los grupos sociales con El medio en el que están instalados”

⁸ “El estudio de La humanización de La naturaleza pasa por El análisis de lás herramientas de las que disponen los grupos sociales. Descansa en El inventario de especies vegetales o animales que utilizan para hacer frente a sus necesidades. En lás zonas que siguen siendo vírgenes, La explotación descansa en La recolección de plantas comestibles y La captura de fauna mediante caza o pesca. Em otros lugares, La valorización implica desbroces que permiten la propagación de especies domesticadas.”

1.1 Histórico da Ocupação e a Produção da Vida nas Vertentes do Rio Araguari

A bacia hidrográfica pode ser definida como uma área topograficamente definida por uma drenagem fluvial ou por um sistema de canais, que conectados, convergem toda a água existente para um único ponto ou uma única saída (exutório).

Desta forma, considerando a drenagem principal representada pelo rio Araguari, as nascentes mais elevadas situam-se no atual Parque Nacional da Serra da Canastra. Nasce no município de São Roque de Minas, passa pelo município de Tapira, e após percorrer aproximadamente 100 quilômetros, margeia o histórico distrito de Desemboque, no município de Sacramento. Depois atravessa o município de Santa Juliana, e distante aproximadamente 280 quilômetros de sua nascente, encontra com seu maior afluente, o rio Quebra-Anzol no então município de Nova Ponte. O rio Quebra-Anzol, por sua vez, até chegar a esta localidade, percorre aproximadamente 300 quilômetros e drena as nascentes e córregos dos municípios de Campos Altos e Pratinha, onde as águas descem até o município de Ibiá, avolumando-se com as drenagens pertencentes aos municípios de Rio Paranaíba, Serra do Salitre, Patrocínio, Araxá, Perdizes, Pedrinópolis e Iraí de Minas.

A partir do encontro desses dois rios, o rio Araguari torna-se muito volumoso e ainda recebe as águas do rio Claro, e já na parte final recebe as águas do rio Uberabinha. Do encontro do rio Araguari com o Quebra-Anzol, até seu exutório, na margem esquerda do rio Paranaíba, ele percorre ainda aproximadamente 290 quilômetros e passa pelos municípios de Uberaba, Indianópolis, Uberlândia, Araguari e Tupaciguara. Os vinte municípios citados acima, integrantes da bacia do rio Araguari, localizam-se na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.



FOTO 1: Rio Araguari em período anterior à formação da UHE de Miranda. As corredeiras e ilhas eram locais estratégicos para a prática da pesca. Nas vertentes, nota-se áreas mais íngremes preservada com matas e áreas planas utilizadas como pastagem.

Fonte: CEMIG, 1996.



FOTO 2: Embora seja um rio com grandes correntezas, o curso do rio percorria trechos ora meandrantes, ora retilíneos. Na foto, meandro localizado entre os municípios de Indianópolis e Uberlândia, local onde foi demarcada a reserva do Jacob após a formação do lago da UHE de Miranda.

Fonte: CEMIG, 1996.

Historicamente, esta região que compreende o oeste do estado de Minas Gerais, foi ocupada somente no inicio do século XVIII, com o desbravamento do interior do país pelas expedições bandeirantes em busca de índios e minérios.

Teixeira (1970) afirma que essa parte do atual território mineiro até o ano de 1722 foi até então desprezadas pelas bandeiras, pois a inexistência de metais preciosos desestimulava a fixação e ocupação destas terras. Este cenário começou a ser transformado a partir do momento em que na região central do país, principalmente nos Estados de Goiás e Mato Grosso foram descobertos grandes jazidas de minério de ouro⁹.

Para Bacelar (2003, p. 64) nas áreas mineradoras os núcleos urbanos eram o fim da linha e o sentido da busca, porém, como na região do Triângulo Mineiro a existência de metais e pedras preciosas eram escassas, a ocupação e o estabelecimento dos primeiros núcleos humanos, eram claramente destinados à passagem, pouso e abastecimento das tropas

Desta forma, a região do Triângulo Mineiro foi por um longo período apenas uma área de travessia e passagem para as tropas e viajantes que se deslocavam para as áreas de mineração localizadas na região central do país. Para proteger as picadas abertas tanto de contrabandistas como também da população indígena que ainda habitava as matas do Cerrado e que frequentemente atacavam os viajantes, foram criados alguns aldeamentos ao longo deste caminho.¹⁰

Muitos municípios, cidades e comunidades rurais hoje existentes na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba localizadas na bacia do rio Araguari

⁹ Entre 1722 e 1725, sertanistas paulistas, liderados por Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera) e João Leite da Silva Ortiz, descobriram as Minas dos Goiases, nas cabeceiras do rio Vermelho, afluente da bacia do Araguaia. Em pouco tempo, paulistas afluíram para lá, criando arraiais em torno das lavras, tais como Santa Cruz (Luziânia), Meia Ponte (Pirenópolis) e Jaraguá, e uma vila planejada, Vila Boa (Cidade de Goiás). Lourenço (2005, p. 51).

¹⁰ Após 1750 os índios caiapós foram extermínados da região compreendida entre os rio Grande e Paranaíba e a partir do final do século XVIII em diante, (a região) passaria a ser conhecida por Sertão da Farinha Podre. Em seguida, alguns aldeamentos foram fundados ao longo do trecho cumprindo ordens do governo paulista, que distribuiu índios bororós responsáveis pela defesa do trânsito na estrada. (Lourenço, 2002, p. 56)

tiveram sua formação historicamente vinculadas e influenciadas¹¹ pelas picadas e estradas a partir do final do século XVIII as quais interligavam o litoral atravessando vastas regiões em direção às minas.

Este período de travessias remete-nos ao período no qual a mineração nas minas e nas regiões centrais do país estavam em pleno auge. Para Arruda (1990 apud Abdala, 1997, p. 50) a história de Minas pode ser dividida claramente em dois períodos bem distintos, sendo a primeira, século XVIII, vinculada ao período de mineração no qual surgem os sítios urbanos adjacentes às áreas mineradoras, e a segunda a partir do século XIX em diante, em consequência da retração das atividades mineradoras, que é o período denominado por ela de ruralização da economia mineira.

Neste processo de ruralização, decorrentes do declínio da exploração de pedras e metais preciosas na região central de Minas Gerais, associados ao esgotamento do solo pela atividade mineradora e pela agricultura, promoveu o deslocamento de um contingente de pessoas em direção às regiões adjacentes, em busca de terras férteis e novas fontes de exploração de pedras preciosas.

É neste contexto que efetivamente a região do Triângulo Mineiro começa a ser ocupada e a partir desse momento que a vida no campo e a experiência com o Cerrado ganha significado, pois conforme aponta Arruda (apud, Abdala, p. 50) a fazenda e a vida comunitária se elevam em verdadeiro microcosmo da vida social e cultural quando no espaço rural a produção volta-se para o consumo próprio e familiar.

Na bacia do rio Araguari a produção da vida inicialmente esteve ligada à exploração do Cerrado, baseada numa produção de subsistência conciliada a uma pequena produção pecuária. Neste processo de produção e obtenção dos

¹¹ O município de Ibiá “está localizado em um dos caminhos utilizados pelos Bandeirantes paulistas para se chegar aos “minerais de fortuna” extraídos nas minas onde atualmente localizam-se os estados de Goiás e Mato Grosso. Com a necessidade de oficialização destes caminhos – conhecidos como “Picadas” –, a fim de conter o contrabando que crescia com a abertura de rotas alternativas é que se criou a “Picada de São João Del Rey-Goiás”, aberta no ano de 1737. Por ali, na passagem de Bandeirantes e tropeiros, na criação de entrepostos, surgiu a povoação que anos mais tarde originaria o município” (Faria. A. 2011, p. XX).

meios de vida deu-se com a chegada de migrantes que obtinham terras através da concessão das sesmarias, e traziam consigo, familiares e agregados.

Cândido (1982), em *Parceiros do Rio Bonito*, conforme mencionado, notou inúmeras semelhanças presentes no modo de vida destas populações. Tais semelhanças eram marcadas pela vida em comunidade, pela religiosidade católica rústica, pela utilização de equipamentos manufaturados e rústicos que auxiliavam e ampliavam a obtenção de alimento e a exploração do ambiente que os cercavam.

Desta forma, ao investigarmos o modo de vida e a pesca na bacia do rio Araguari, num primeiro momento, procuramos identificar aqueles sujeitos que vivenciaram e conheceram o rio Araguari antes das construções das Usinas hidrelétricas existentes atualmente.

Portanto, optamos em dialogar com moradores mais antigos, as quais resistiram aos processos de transformação pelo qual passou a bacia. Estas pessoas entrevistadas ainda se encontram na condição de moradores das zonas rurais e ainda possuem um vínculo sócio-espacial com o rural e uma memória do ambiente que vivenciaram, e nesta primeira etapa da pesquisa, foram nossos informantes chaves.

Neste processo de descoberta, tomamos como referência o modo de vida e a condição de existência dessas pessoas, que nos relataram suas dificuldades e estratégias de sobrevivência na bacia do rio Araguari. Desta forma, tivemos que compreender e concordar com Cândido (1982, p. 55) que a sobrevivência e as estratégias alimentares além de baseadas numa agricultura de subsistência, tinha seus complementos que eram a coleta, a caça e a pesca¹².

O modo de vida e a condição de existência, de forma direta ou indireta, foram objetos de estudo de diversos autores de muitas localidades existentes na bacia do rio Araguari. Santos (1998) estuda a condição dos cerradeiros do

¹² “Só poderemos, todavia, compreender de que modo esta dieta representava uma fórmula viável de sobrevivência dos grupos, se indicarmos o seu complemento: coleta, caça, pesca” (CANDIDO, 1982, p. 55).

município de Iraí de Minas antes dos grandes projetos destinados ao desenvolvimento do cerrado, Polocentro e JICA PRODECER-I, para entender como estes projetos e a chegada de um contingente gaúcho transforma o cerrado e a vida das pessoas que já se encontravam no município. Neste estudo este autor revela as dificuldades em produzir no cerrado e as habilidades individuais e comunitárias que se desdobravam em ajuda mútua e em relações de reciprocidade entre parentes e vizinhos.

Andrade (2007) estuda a comunidade da Tenda do Moreno no município de Uberlândia e revela como a religiosidade está presente tanto no processo histórico de ocupação e fixação, estendendo-se para as relações sociais e comunitária, abarcando a produção coletiva dos meios de vida que promovem o sentimento de pertencimento e de identidade com o lugar.

Borges (2004) investiga a história do município de Indianópolis através de diversos documentos, registros de viajantes e entrevistas com a população local. Ribeiro (2007) estuda a expansão das igrejas evangélicas neste mesmo município e nestes estudos resgatam também as condições de existência que a população local vivenciou nos cerrados e matas existentes na bacia do rio Araguari. Para Ribeiro (2007) a vida no município até a década de 1970 se desenrolava principalmente na zona rural, nas fazendas, e:

obedecia a um ritmo bem próprio, em que a produção era feita para a subsistência e, de certa forma, gerava também uma produção que era feita de maneira artesanal, e que tinha outros significados e valores que afirmavam e reforçavam o modo de vida daquele momento histórico (RIBEIRO, G. J. 2007, p. 76).

O ritmo de vida próprio relatado por Ribeiro (2007) não é uma exclusividade do município nem da população rural de Indianópolis. Todos os autores acima mencionados relatam em seus estudos a dependência da produção rural com os ciclos naturais e a utilização de técnicas rudimentares de produção.

Borges (2006) ao estudar a formação da comunidade rural do Fundão, localizada no município de Araguari, relata que a lida na lavoura:

além do tempo, [...] exigia muito esforço e paciência. As dificuldades impostas pelas características naturais da paisagem, aliadas à utilização de técnicas tradicionais de cultivo leva-nos a entender que o tempo social era lento, ou seja, tudo demandava um período maior para que fosse realizado. Na administração desse tempo, as relações de produção eram baseadas no trabalho coletivo. Não era possível realizar todo o processo produtivo sozinho, porque era um trabalho árduo e nada prazeroso. Diante disso, recorria-se à mão de obra de toda a família, inclusive das mulheres que, com o enxadão nas mãos, ajudavam os homens da família na execução do trabalho (BORGES. J. O. 2006, p. 54-55).

A ajuda de familiares, de parentes e vizinhos foi uma característica marcante em grande parte das comunidades e bairros rurais existentes na bacia do rio Araguari as quais, somente com este tipo de associação podiam superar os limites técnicos e ambientais que o Cerrado imponha às pessoas no processo de obtenção de seus meios de vida. A ajuda mútua foi uma característica observada por Silva (2004) no município de Nova Ponte, que num período anterior à construção da UHE de Nova Ponte, segundo este autor a pequena área urbana assemelhava-se a um bairro rural, onde o rio Araguari constituía uma referência sócio-espacial para as pessoas que ali viviam, pois estas encontravam no rio, uma possibilidade de lazer associada à uma bela paisagem, e que ainda provia através dos peixes capturados, uma fonte de alimento para os moradores do município.

Os relatos expostos acima demonstram que a vida na bacia do rio Araguari deu-se principalmente através da exploração dos solos por uma agricultura de subsistência, apoiada numa variedade de técnicas de diversas finalidades consideradas para o padrão atual, como simples ou tradicional. Essa realidade também foi vivida e relatada por diversas pessoas que dialogamos no decorrer da pesquisa.

O rio Araguari e seus afluentes possuíam então uma importância que era tida como fundamental para os produtores e moradores das áreas rurais, pois a proximidade com os recursos hídricos possibilitava sua utilização seja como fonte de irrigação, força motriz ou para o próprio consumo. TUAN (1980) observa que a presença humana nas proximidades dos rios e lagos se dá por razões óbvias, pois um:

vale ou bacia fluvial de tamanho modesto atrai os seres humanos [...]. Ele promete uma subsistência fácil por ser um nicho ecológico altamente diversificado: há uma grande variedade de alimentos nos rios, nas planícies de inundação e nas encostas do vale. O ser humano depende muito do acesso fácil à água: não dispõe de mecanismos para retê-la por longos períodos, em seu organismo. O vale acumula água em seus cursos, em poças e em fontes. Se o curso de água é suficiente grande, também serve como um meio de comunicação natural. Os agricultores valorizam os solos ricos dos fundos dos vales. É claro que houve desvantagens, especialmente para o homem primitivo, que dispunha de ferramentas rústicas. (TUAN, 1980, p. 134-135).

Morar e obter os meios de vida no Cerrado exigia a identificação das áreas mais propícias ao plantio, requerendo-se assim, habilidades no reconhecimento dos solos e das áreas cuja produtividade recompensa-se o esforço empregado nas lavouras e lhes garantisse os gêneros alimentícios necessário à manutenção da vida.

No cerrado da bacia do rio Araguari, as áreas mais férteis consideradas de cultura situavam-se nas proximidades dos cursos d'água, nas áreas onde o relevo tinha sido escavado pelos córregos e rios, tornando-os irregulares. Estas áreas, segundo os relatos, eram denominadas terras de cultura, ao contrário das terras planas localizadas nos topo das chapadas cuja característica arenosa e de acidez elevada impediam que ali se desenvolve-se, para o conjunto técnico da época, qualquer tipo de plantio.

Segundo o relato de um antigo morador do município de Nova Ponte, as terras agricultáveis e as principais lavouras localizavam-se geralmente na:

beira rio das veia. O que tinha bão era lavoura. As terra tudo era terra boa, era terra diferente era terra boa, não é essas terra que agente vê hoje não. Porque em geralmente tinha água tinha tudo, quer dizer que agente precisava... agente sobrevivia, muita gente sobrevivia até agente mesmo era com as beira rio¹³.

A sabedoria e manejo do cerrado não se resumia apenas nas escolhas das áreas potencialmente agricultáveis. O manejo destas áreas eram

¹³ Entrevista realizada no município de Nova Ponte durante trabalho de campo em Março de 2009.

realizadas em determinadas épocas do ano, sempre anteriores às chuvas, e com ferramentas rústicas.

Aqui agente usava uma foice, um inxadão, e machado. Era só foice, um inxadão e um machado. Agente derrubava us mato era só com isso, pegava o machado cortava de cá e depois de lá, dos dois lado. Ai depois nós tacava fogo¹⁴.

Em relação às áreas tornadas agricultáveis, ocorriam com o passar do tempo, diferenciações entre as roças recém criadas, e as roças mais antigas. Pela dificuldade em arar e arrancar as raízes deixadas no processo de desmate, estas áreas eram chamadas de roça de toco, as roças mais antigas já encontravam esses resíduos já decompostos ou queimados, o que permitia a utilização dos arados.

Segundo o relato registrado em trabalho de campo, a produção das roças ocorria da seguinte forma, com o arado de boi:

era um risquin só. Um risquin pra lá um risquin pra cá... chegava lá virava o arado e ... e seis bois em cada ... ai arava chão bruto... chão de soquera... ai depois vinha com a picadeira de boi. A picadeira é um sistema dessas picadéra de um picadeira dessas de arrasto de trator, mas só que ela é de um ponto mais pequeno. Também gastava seis boi... Depois cortava uma macaúba e fazia a alizadeira. Alizadeira era pra alizá o chão, quer dizer que cortava ela mais ou menos de quatro metro, furava ela no meio e punha um cabeçario de pau, ali marrava a corrente e já engabunhava uns oito, deis boi, porque ai já gastava uns deis boi. Então ia pra lá e pra cá, a ponta dela trespassando no chão... no chão liso. Então cê olhava assim, ficava lizin. Depois vinha e plantava... pudendo ser de cova, tanto fazia o arroiz o fejão quanto o milho. Usava muito ser de cova, depois já vêio a matraca... antes era com a mão, covava e plantava. Eu ainda alembrô de arrois plantado de cova, depois que vêio a matraca... depois que vêio a plantadêra. A plantadêra é de cavalo... ai já pôe a cuaeira no cavalo, já ingata na plantadêra.... Ai depois eles invento a plantadeira que vem... a plantadeira com adubo, mas era duas lata, uma de adubo uma de arroz.¹⁵

Pelo relato acima exposto, percebemos que a lida na roça era uma atividade que demandava tempo e muito esforço, embora os homens já

¹⁴ Entrevista realizada com Sr. A. P. N no município de Nova Ponte durante trabalho de campo em Março de 2009.

¹⁵ Entrevista realizada com Sr. A. P. N no município de Nova Ponte durante trabalho de campo em Março de 2009.

contassem com auxílio de animais, ferramentas, e algum tipo de maquinário rústico como arados e plantadeiras, popularmente chamadas de matracas. Esta realidade, o desmate, o preparo do solo e a produção na lavoura, também se encontram descritas em outras obras já mencionadas aqui (Borges, 2006; Andrade, 2007; Santos, 1998) e como afirma Borges (2006) há que se ressaltar “que o plantar na roça de tocos era prática comum em toda a região” (Borges, 2006, p. 56)



FOTO 3: Instrumentos rústicos. Monjolo, utilizado para triturar milho; roda de fiar empregada na fiação e produção de linhas; matraca, instrumento utilizado no cultivo de milho e feijão. Estes artefatos constituíam parte das ferramentas utilizadas nas propriedades rurais e auxiliavam a produção de bens de uso e obtenção dos meios de vida no rural.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.



FOTO 4: Carreta de Carro de boi. Além de meio de transporte, os carros de boi eram também utilizados no preparo dos solos e no escoamento dos excedentes produzidos nas propriedades rurais.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2006.

Do ponto de vista ecológico, a identificação das áreas com melhores condições para o plantio, o manejo do cerrado, a delimitação em áreas de cultivo nas encostas e pastagens nas áreas planas, eram habilidades e saberes que os mais antigos adquiriram com a observação e interpretações que faziam da natureza. A escolha do ambiente e do preparo do solo não são frutos do acaso, sendo que estas escolhas vinculam-se também às condições históricas e sociais, portanto, técnicas e estão também associadas às espécies que serão cultivadas, assim, como explica Peroni (2004):

A diversidade de espécies agrícolas que um agricultor detém, ou a chamada agrodiversidade, representa o que num determinado momento e melhor se adapta aquela condição do ambiente manejado, mas é resultado de anos anteriores de experimentação (PERONI, 2004, p. 65)

A experiência e sabedoria exigida no manejo e plantio praticados no Cerrado advêm dos conhecimentos e técnicas empreendidas por gerações que ao longo do tempo foram repassadas e aprimoradas. August de Saint-Hilaire,

um viajante Frances que percorreu diversas partes do território brasileiro, ao atravessar a região do Triângulo Mineiro no século XIX, descreve uma derrubada de mata da seguinte forma:

Quando ali cheguei, era dia de festa. Um de seus moradores tinha acabado de derrubar um trecho da mata, o qual, depois de queimado, iria servir para fazer uma roça. Todos os lavradores pedem ajuda dos vizinhos para esse tipo de serviço e em seguida lhes oferecem um repasto, com muita cachaça, o qual termina sempre com danças e batuques (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 135)

Essa prática descrita por Saint-Hilaire foi recorrente em muitas regiões do Brasil e constituía uma importante técnica de cultivo nos cerrados da bacia do rio Araguari. Mais além do que a derrubada da mata e o preparo do solo para o plantio, Saint-Hilaire nos revela uma condição social para se produzir no Cerrado, pois a rusticidade técnica existente demandava um longo período de tempo para que as tarefas cotidianas fossem realizadas. Com a ajuda mútua, o esforço empreendido por muitos, minimizava o tempo despendido nestas tarefas. Esta prática era realizada principalmente entre vizinhos, parentes e demais membros pertencentes à comunidade ou bairro rural e era conhecida popularmente como mutirão ou traição.

Um antigo morador da zona rural pertencente ao Município de Uberlândia descreve o mutirão da seguinte forma:

O povo trabalhava muito, fazia muito mutirão. Mutirão era assim, vamos supor, por exemplo, o sujeito tava com a roça muito suja, ai pedia, pedia um, pedia outro, ai tal dia marcava o dia do povo trabaíá, depois daquilo, no sábado da frente era o baile, arrumava um tocador de sanfona, era essa vida assim. Era uma vida até... na nossa vida aqui hoje, agente pergunta 'como é que eu dei conta de fazê isso?'. Porque hoje o povo não tem coragem mais né, ninguém dá conta. Parece que num... num sei se é porque não precisa trabaíá igual nós trabaíava, e era o jeito de trabaíá também né¹⁶.

¹⁶ Entrevista realizada em Fevereiro de 2009 na comunidade rural de Uberlândia Tenda do Moreno.

O relato acima exemplifica bem o quanto o trabalho grupal amenizava o tempo e o esforço empreendido nas roças, pois ao lembrar das tarefas realizadas, é possível perceber um certo orgulho e espanto com as tarefas realizadas em conjunto com outros membros das áreas rurais. Outro morador da zona rural de Pedrinópolis que também vivenciou esta prática, relata-o da seguinte forma:

Então tinha os mutirão.. marcava. Os mutirão por exemplo 'nóis vamo fazê um mutirão de bateção de pasto lá pra fulano de tale... então a turma já saia convidando. Durante o dia, juntava ai de trinta a sessenta peão, limpava um mundo véio de pasto... Mas qué dizer que aquelas despesas, aquela comida, aquilo tudo era por conta do dono da fazenda. Aí de noite era o baile, tinha tocador, era uma sanfoninha e uma violinha né..... mas só que amanhecia¹⁷ [...].

Cândido (1982) ao estudar um bairro rural no município de Bofete localizado no interior do estado de São Paulo, revela que esta era a base da produção rural daquela localidade e segundo seu relato o mutirão assemelhava-se muito às falas transcritas acima, pois este consistia na reunião entre vizinhos para efetuar alguma tarefa, podendo ser uma derrubada de mata, uma roçada de pasto, uma colheita, malhação, construção de casas e até mesmo fiação.

Neste tipo de atividade não ocorria remuneração, ficando a cargo do dono da terra a obrigação de servir a comida durante as horas de trabalho. Como visto nas falas transcritas acima, ao final das tarefas era sempre encerrada com um baile, cuja confraternização geralmente terminava muitas vezes ao amanhecer do outro dia. Ainda para Cândido (1982) apesar de não haver remuneração, restava uma dívida moral “do beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram” (CANDIDO, 1982, p. 68)

A produção dos meios de vida, muito embora se desse por relações sociais de produção não capitalistas através dos mutirões e ajuda mútua, não encobre as imposições e hierarquias sociais existentes nas sociedades rurais presentes na bacia do rio Araguari.

¹⁷ Entrevista realizada em Julho de 2010 no município de Pedrinópolis.

Existiam nas fazendas muitas famílias que, sem possuir o título de propriedade da terra, eram incorporados às propriedades rurais na forma de peões e agregados, aos quais em acordo com o proprietário, exploravam pequenas parcelas de terra e/ou ainda prestavam algum outro tipo de serviço no meio rural.

A vida aqui de antigamente aqui só tinha os fazendeiro. Praticamente cada fazendeiro tinha lá... treis... quatro família morando e trabalhando... Quê dizer que eles arrumavam o chão de arado de boi e arrancado de inxadão... rancava cerrado de inxadão, arado de boi, plantado de matraca, outras veis na mão. Então dava a meia pra quele povo pra eles sobrevive, sabe? Daí ai sim por diante... Plantava só o arrois, o milho e o feijão. Era mesmo pra alimentação, era só pra gasto... maioria do povo. Agora, já os fazendeiro que já... preparava os chão pros arrendante tocá, quer dizer que os arrendantes só tirava os de comê mesmo. E um dia de serviço... era em troca de um litro de banha. Tinha muito companheiro que trabalhava.. porque eles num tinha lavoura... grande lavoura, então sobrava tempo pra trabalhar pros fazendeiro né. Era um litro de banha, um dia de serviço. Uma galinha... e era um dia de serviço... era a base mais ou menos. Isso até pra nós mesmo, muita gente já trabalhou em troca de um litro de banha, em troca de uma galinha.¹⁸

Na fala transcrita acima, fica claro que a posse da terra criava uma distinção social, hierarquizando os proprietários rurais e não proprietários, sendo que estes necessitavam da aceitação dos fazendeiros para estabelecer moradia na propriedade rural.

Além dos gêneros alimentícios produzidos no local, arroz, feijão e milho para consumo próprio, percebe-se que parte dessa produção era repassada ao proprietário. A remuneração, por um dia de serviço, muitas vezes se dava pelo pagamento de gêneros alimentícios, como galinha e banha de porco, utilizado na conserva de alimento.

No trecho acima, fica exposto também que pelo fato de “até pra nós mesmo, muita gente ter trabalhado assim” revela que o entrevistado possuía uma condição social diferente dos agregados e peões existentes na propriedade. A aceitação e permissão para que as pessoas morassem e trabalhassem na propriedade rural garantia assim uma forma de sujeição e

¹⁸ Entrevista realizada na comunidade Jatobá, município de Nova Ponte.

exploração dos serviços e tarefas que estas pessoas deviam aos donos dos imóveis rurais.

Nos relatos expostos fica claro que a obtenção dos meios de vida, sofria imposições de diversas ordens. Imposições naturais, pelas características ambientais impostas pelas condições encontradas nas áreas de Cerrado, como solos ácidos nas chapadas e períodos longo de estiagem; imposições técnicas devido à rusticidade das ferramentas e equipamentos utilizados no manejo das roças; assim como as imposições sociais, presentes nas relações sociais de produção que se estabeleciam entre proprietários rurais e demais agregados e peões.

Sobreviver em meio a tantas imposições exigia das pessoas uma conjunção de atividades e tarefas no processo de obtenção dos meios de vida. Desta forma, procurava-se produzir nas propriedades rurais, quase que a totalidade dos gêneros alimentícios necessário ao consumo familiar. Isto era possível, tornando a propriedade rural um fonte diversificada de alimentos, mediante à criação de alguns animais tais como galinhas e porcos, além da manutenção nos quintais de pequenas plantações de hortaliças, verduras e frutas.

[...] colhia as coisas tudo aqui quase, né. Era porco que matava aqui, tinha banha, tinha arrois, e tinha feijão, fazia queijo, e comprava o que? Sal, café. Produzia tudo o que consumia, o básico era tudo aqui¹⁹

A obtenção de proteína animal era baseada principalmente com os abates realizados nas propriedades com as criações de gado, aves e suínos. Porém, existia conforme aponta Cândido (1982), uma atividade complementar e de certa forma, uma dependência em relação ao consumo de proteína animal através da caça. A caça na bacia do rio Araguari foi uma atividade amplamente praticada pela população rural, e em algumas visitas realizadas às

¹⁹ Trabalho de campo realizado na comunidade Tenda do Moreno, no município de Uberlândia em Fevereiro de 2010.

propriedades rurais, era possível encontrar chifres de veado utilizados como ornamento nas residências.

Candido (1982) afirma que a caça praticada pelos caipiras paulistas era uma atividade necessária e ocorria conjuntamente com os cuidados exigidos nas lavouras, pois espécies de animais como tatu e o lagarto teiú eram frequentemente avistados e capturados próximos às áreas destinadas ao plantio. A caça com arma de fogo também era uma outra forma de obtenção de alimento, e segundo Candido (1982), o saber tradicional possibilitou ao caipira, produzir através de algumas espécies vegetais, a pólvora utilizada no abate dos animais.

Na bacia do rio Araguari, a caça também representava uma forma alternativa de obtenção de alimento e segundo um entrevistado, os animais mais procurados eram:

geralmente... era maioria paca, capivara, que sempre.. mesmo que seja um veado, tinha muito caçador, então isso ai tinha. E mesmo caçador de paca.. tinha muita gente que vinha caçá.. e até agente mesmo ajudava, dá mó do outro, e fazia a festa... O povo aqui também era doidin com esse bixo... o povo aqui não pudia vê um tiú... então ai dividia um pedaço mais ou menos em quantos tivesse... se tivesse quatro ou cinco²⁰.

A caça de animais como a capivara, o veado e a paca, segundo as informações fornecidas pelos entrevistados, geralmente eram caças de espera. Neste tipo de empreitada, o caçador escondia-se próximo a algum local onde geralmente estes animais eram vistos. A escolha dos locais de espera geralmente se dava perto das rastros deixadas pelos animais nas matas, ou próximas à espécies de árvores frutíferas que serviam de alimento para estes animais, tais como Macaúba, no caso dos veados. Os animais como a paca e a capivara eram abatidos mais comumente nas proximidades dos pequenos córregos e rios.

Embora ocorre-se de forma individualizada, a caça também era uma prática que envolvia relações de parentesco e vizinhança, e conforme aponta o

²⁰ Entrevista realizada em Março de 2009 na comunidade rural Jatobá, Nova Ponte.

relato exposto acima, o resultado do esforço empreendido nesta atividade era recompensado com a partilha dos animais abatidos. A caça então constituía-se numa só jornada, atividade laboriosa e lúdica, pois além de prover um complemento alimentar, esta atividade continha também um aspecto recreativo, por ocorrer sempre após as atividades exigidas nas propriedades rurais. Esta realidade também foi estudada por Cândido (1982) e segundo este autor:

[...] não é possível fundir no mesmo ciclo de atividade humana o labor agrícola, penoso por sua natureza, e a caça, que é pelo menos em parte recreativa. Deve-se ponderar, todavia, em primeiro lugar, que nos agrupamentos que, para subsistir, dependem de modo mais ou menos direto do meio imediato, não há diferença qualitativa tão marcada entre ambos, pois neles a caça, como ficou dito, é elemento ponderável na construção da dieta. Em segundo lugar, não esqueçamos que a agricultura se baseava, em boa parte, nos trabalhos de ajuda mútua, mais ou menos amplos, cujo cunho festivo e portanto recreativo, já foi assinalado. Assim, temos de um lado uma atenuação da pena inerente ao trabalho, e de outro lado uma redução do prazer desportivo da caça, desde que esta visa, em primeiro lugar, a obter carne para a dieta e, longe de ser eventual, é atividade permanente e monótona. (CÂNDIDO, p. 174)

A realidade estudada tanto por Cândido, quanto por nós, não é marcada pela distinção clara em trabalho e tempo livre. Nos relatos colhidos sobre a vida rural e as atividades desenvolvidas nas propriedades, a obtenção dos meios de vida e portanto do tempo desprendido nestas atividades começavam geralmente antes do amanhecer e encerravam-se muitas vezes depois do anoitecer.

Cândido sugere que na realidade paulista por ele estudada, o caipira-básico intitulado por ele, também diversificava as atividades no processo de obtenção dos meios de vida com outras fora da lavoura, e este “passava normalmente da enxada e do machado para o anzol ou a espingarda; da foice para o visgo, a arapuca, a zagaia, o mundéu, como quem circula na mesma atmosfera contínua de luta pela vida.” (Cândido, p. 174). Aqui a percepção é a mesma e passaremos então para o anzol.

1.2 Da terra para a água: a pesca como complemento alimentar e fonte de renda

Embora a pesca seja uma atividade muito associada ao litoral e aos grandes rios brasileiros, onde tal atividade é praticada pelas comunidades ribeirinhas, ao investigarmos a pesca na bacia do rio Araguari, deparamos com alguns registros e relatos de antigos moradores que indicam que esta atividade foi amplamente praticada na área de estudo e na região do Triângulo Mineiro.

Saint-Hilaire, ao atravessar o rio Paranaíba entre os atuais municípios de Cascalho Rico e Catalão, fez algumas observações a respeito deste rio e destaca que o Paranaíba:

tem sua nascente na Comarca de Paracatu na vertente oriental da cadeia que divide suas águas das do S. Francisco (Serra do S. Francisco e do Paranaíba). Seus Principais afluentes são o Rio das Velhas, o S. Marcos e o Corumbá, e embora os dois últimos venham de pontos mais distantes perdem o seu nome ao se reunirem a ele. Grandes pedras afloram à sua superfície bem como à do Paranaíba, e infelizmente impedem que este último seja navegável. Que eu saiba, nunca foi encontrado outro em seu leito, mas o rio tem fama de ser muito pescoso. Todavia, convém observar que o peixe só morde o anzol na época das chuvas, o que, aliás, é o comum em todos os rios da região (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 127).

Na época em que percorreu as terras do Triângulo Mineiro, o atual rio Araguari era conhecido como o rio das Velhas, citado por Saint-Hilaire. No relato acima, Saint-Hilaire nos fala da fama que rio Paranaíba possuía em relação à pescosidade. Sabendo que o trecho no qual atravessou o rio Paranaíba possui aproximadamente cem quilômetros de distância acima da foz do rio Araguari, não é absurdo afirmar que as características apontadas por Saint-Hilaire também fossem atribuídas ao rio Araguari.

Outro relato interessante é apresentado pelo Alferes José Peixoto da Silva Braga, que acompanhou parte das expedições de Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como Anhanguera, em passagem pelo Triângulo Mineiro no

ano de 1722. Nesta expedição relata ele que ao final de uma caminhada de cinco dias chegaram “ao rio das Velhas, que entra no rio Grande, é caudaloso, tem bastante peixe, mas sem mostras de ouro. Falhamos nele dois dias, pescando e caçando por ter bons matos, e para provimento da viagem.²¹

Como já relatamos anteriormente, o rio das velhas, atual Araguari, é afluente da bacia do Paranaíba, e não do rio Grande como afirma o relato exposto acima. Sem ignorar o erro cometido, estamos nos referindo ainda sim à bacia hidrográfica do Paraná, no qual fazem parte o rio Grande e Paranaíba.

Estes relatos nos revelam que nestes rios, e portanto na região do Triângulo Mineiro, a pesca já era uma atividade praticada por viajantes e bem provavelmente praticada por antigos moradores destas áreas desde o princípio da ocupação e colonização desta região.

Mas reconhecer a piscosidade do rio Araguari não era tarefa difícil para quem morava às suas margens ou o visitava nas épocas de piracema. A piracema é a época na qual algumas espécies de peixes migram rio acima para se reproduzirem, e na região, esta migração iniciava-se e prolongava-se com o início dos tempos das águas, nos meses mais quentes e chuvosos do ano.

Por ser um rio repleto de pequenas, médias e grandes corredeiras, facilmente os peixes eram visualizados saltando estes obstáculos naturais na tentativa de transpô-los conforme foto a seguir.

²¹ Fonte: <http://www.pirenopolis.tur.br/silva-braga>

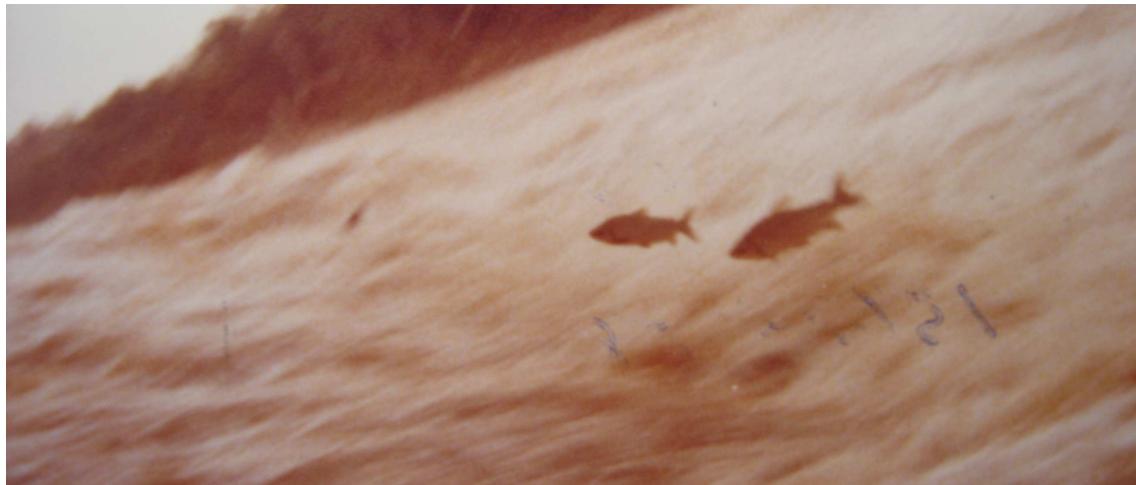


FOTO 5: Piracema no rio Araguari. A transposição das corredeiras existente no rio pelos peixes migradores, ocorria sempre nas épocas de temperatura e precipitação elevada, e eram facilmente visualizados saltando nos trechos onde a água apresentava pequenos desníveis.
Fonte: Arquivo pessoal de Gilson Conceição Pereira.

Um antigo morador da área rural localizada no município de Uberlândia relata que:

Quando o rio enchia, eu pegava meus menino e minha muié, nós ia pra lá, cê oiava em cima das pedra, correndo um tantim de água assim, aquelas pedras, porque o rio enche, corredera era braba demais, em cima da pedra ficava desse jeito assim, de camada assim de mandizão amarelo. Eu falava pra eles 'ceis num tem prática, mesmo assim eu tomava muita ferroada, chegava e pegava e jogava ele pra fora', sabe? Ai eu falava pra eles, 'seis pega com o chinelo'. Rapais, naquela época nós enchia saco de mandi²².

Outro relato, porém de um visitante e não de um morador, que presenciou a subida de um cardume de peixes nos conta que:

uma vez eu fui pescar lá... ali no Pau-Furado, e peguei um cardume de papa-terra subindo o rio né, que era época da piracema. Mais era tanto peixe, pulando, e tentando subir as corredéra, que muitos caía pra fora, nas pedras. Esse dia eu enchi a caçamba da caminhonete de tanto peixe que eu peguei fora d'água²³.

A pesca então constitui uma possibilidade concreta de diversificação alimentar no processo de obtenção dos meios de vida para aqueles que

²² Entrevista realizada na comunidade rural de Uberlândia Tenda do Moreno.

²³ Entrevista realizada no município de Uberlândia.

desejassem explorar o rio Araguari. Porém, a relação homem - natureza exige como mediadora um meio técnico, e portanto, o uso do espaço exige determinadas habilidades e conhecimentos.

Como vimos anteriormente, o ritmo de vida e o cotidiano das pessoas que moravam no campo era marcado por uma certa morosidade, pois além de influenciados pelas sazonalidades natural do cerrado, os equipamentos utilizados na preparo e obtenção dos meios de vida eram rústicos. Ao investigarmos a pesca com os moradores mais idosos das áreas rurais, percebemos que esta rusticidade técnica também esteve presente nesta atividade. No relato abaixo, um morador da área rural de Uberlândia nos descreve a pesca e os equipamentos utilizados da seguinte forma:

Eles faziam um chiqueiro dentro da água. Então é como eu tava te falando, eles faziam os chiqueiros dentro d'água, procurava um poço que tinha uma corredeira na entrada do poço, e punha as estaca lá e depois os peixe entrava. Aqui é a corredeira, depois os peixe entrava e caia dentro do chiqueiro, ficava preso lá, e eles vinha e pegava o peixe que quiria²⁴.

Pelo exposto acima, fica claro que este tipo de pesca exigia a construção deste equipamento, que era feito de estacas de bambu, e inserido em locais específicos, logo abaixo das corredeiras existentes no rio Araguari. Este relato foi singular em toda nossa pesquisa e tal técnica não foi relatada por outros entrevistados. Desta forma procuramos identificar em outros trabalhos científicos, alguma forma de pesca semelhante apontada pelo entrevistado acima.

Encontramos na obra de Santos & Santos (2008), que estudou a tribo indígena dos Enawene-Nawe situados no sul da Amazônia, uma técnica muito semelhante ao relatado. Santos & Santos (2008) intitulam este tipo de técnica como pesca de barragem e esta acontece no período de vazante, no qual os peixes retornam das áreas alagadas em direção ao canal principal do rio.

²⁴ Entrevista realizada no distrito de Cruzeiros dos Peixoto, zona rural do município de Uberlândia-MG.

A construção desta barragem acontece em rios de pequenos e médio porte e segundo Santos & Santos (2008) constitui uma verdadeira obra de engenharia. Basicamente a barragem construída pelos Enawene-Nawe inicia-se com a fixação de um feixe de cipó que transpõe o rio de uma margem à outra. Neste cipó são amarradas hastes verticais de madeira paralelas uma às outras, deixando pequenos vãos entre uma e outra. Outras hastes são inseridas num ângulo de 45º em relação às hastes verticais e mais outras são inseridas no fundo, tornando-se a base da barragem, dando um aspecto triangular a armadilha. Neste tipo de pesca, o peixe que retorna ao leito do rio, é levado pela correnteza para a armadilha, e ao entrar pelos vãos das hastes verticais, não consegue se livrar, sendo capturado pelos índios posteriormente.

Para estes autores, esta é uma “estratégia, desenvolvida em função do ciclo hidrológico e das condições ambientais, e é bastante semelhante àquela adotada nas pescarias de subsistência em toda a Amazônia” (Santos & Santos, 2008, p. 49).

Não queremos afirmar que a técnica relatada a nós por um antigo morador é a mesma utilizada pelos índios Enawene-Nawe estudada por Santos & Santos (2008), mas sim, traçar algumas semelhanças. Em ambas as pescas, a necessidade das corredeiras era fundamental para a captura dos peixes através das armadilhas e ambas eram construídas com hastes de madeira e bambu. Em relação à pesca praticada pelos índios utilizando a técnica de barragem, esta atividade ocorria somente nos meses de vazante do rio, e no caso do rio Araguari, esta técnica poderia ser utilizada ao longo do ano nas corredeiras existentes no rio e afluentes, pois as características do rio Araguari correspondem a um rio de planalto onde as corredeiras existentes são perenes.

Pelo relato podemos supor que esta técnica de barragem, aqui denominada ‘chiqueiro’ pode ser uma herança indígena e que possivelmente foi apropriada, adaptada e utilizada no rio Araguari. A herança indígena foi notada por Cândido (1982) nos estudos realizados com os caipiras paulistas no município de Bofete-SP. Para este autor, citando Sérgio Buarque de Holanda, esta influência foi mais que um ajustamento, foi um:

verdadeiro comensalismo do paulista com o meio físico. Comensalismo em que ele se despojou não raro da iniciativa civilizadora para, na parcimônia do seu equipamento tecnológico, regredir ao antepassado índio, e deste modo, penetrar mais fundo no mundo natural (CÂNDIDO, p. 176)

A herança indígena manifesta-se também na pesca praticada na bacia do rio Araguari, pois além de supormos que o relato apresentando anteriormente assemelha-se às técnicas indígenas praticadas em outras regiões do Brasil, outros relatos nos levam a reconhecer outras técnicas empreendidas na pesca. Ao continuar o relato sobre as formas de se pescar, o entrevistado relata que:

tinha outro processo que era o jiqui (jequi) que eles faziam de bambu, que eu cheguei até vê, era os tipo deles pesca²⁵.

O jequi, também conhecido como covo, constitui certamente uma técnica de pesca herdada das populações indígenas e ainda é amplamente praticada por diversas comunidades costeiras e ribeirinhas. Esta armadilha, também produzida artesanalmente com estacas de bambu, possui formato cilíndrico e numa de suas extremidades é deixada uma entrada na forma de funil de tal maneira que o peixe encontra facilidade ao entrar, mas não consegue sair da armadilha. Para atrair o peixe para dentro desta armadilha, é inserido algum alimento, podendo ser o atrativo alguma fruta, milho, mandioca ou pequenos resíduos de carne.

O jiqui é assim, é um bicho desse tamanho assim, com uma boca. O peixe que entra ali, ele não sai. Lá dentro agente poê torresmo, milho. Nesse tipo de pesca é mais peixe miúdo que pesca²⁶.

Este tipo de armadilha é inserido no rio e a correnteza da água difundi o cheiro atraindo os peixes para dentro da armadilha. Este tipo de apetrecho, relata o entrevistado, capture apenas peixes de pequeno e médio porte. Mas o

²⁵ Entrevista realizada no distrito de Cruzeiros dos Peixoto, zona rural do município de Uberlândia-MG.

²⁶ Entrevista realizada no distrito de Cruzeiros dos Peixoto, zona rural do município de Uberlândia-MG.

rio Araguari possuía espécies de peixes de grande porte e segundo relata o entrevistado:

Quando queria pegar um peixe maior, fazia... num tinha linha, como tem hoje, as linha de pesca, eles fazia do algodão. Fazia o fiado, eles fazia aquela linha, torcia ela, passava cera, então pegava peixe grande. Nesse rio nosso aqui o que dava era o Jaú, então eu vi eles pegando o Jaú assim. A pesca antigamente era nesse sistema²⁷.

No relato acima, percebe-se que a estratégia para capturar peixes de maior porte era diferente e envolvia a confecção de linhas de algodão, pois as linhas de náilon utilizadas atualmente não eram encontradas nos comércios existentes nas cidades. Certamente, a produção de linhas destinava-se à confecção de tecidos, produzido artesanalmente nas propriedades rurais e constituía uma importante tarefa que supria a necessidade de vestimentas das pessoas. No relato acima, as linhas ganham uma nova utilidade, sendo empregadas também na pesca.

A linha de algodão que era utilizada para se praticar a pesca tinha que, conforme aponta o relato, ser passada na cera. A cera utilizada era extraída das colmeias de abelhas Jataí, encontradas nas matas de Cerrado, e seu uso era necessário, pois impermeabilizá-la aumentava sua durabilidade, evitando que a mesma deteriora-se com o contato com a água. Torcer a linha ou transá-las aumentava sua resistência.

Obviamente, esta linha era amarrada ao anzol. Mas como nos mostra os relatos de pesca até aqui apresentado, a rusticidade técnica também estava presente na confecção dos apetrechos utilizados nesta atividade, e questionamos então onde eram comprados os anzóis utilizados nesta época. Segundo o entrevistado:

Fazia anzol... aqui quando começou Uberlândia, era os Carrijos... então tinha a Tenda dos Carrijo, e lá eles fabricavam os anzol [...] Quando começou Uberlândia, a primeira família... tradição de Uberlândia era Carrijo.... Os Carrijo tinha, ah..... ferraria... ferreiro né, naquele tempo chamava ferreiro... Tenda do Carrijo. Lá eles fazia

²⁷ Entrevista realizada no distrito de Cruzeiros dos Peixoto, zona rural do município de Uberlândia-MG.

anzol, armadilha de pegá bicho... Ce armava ela assim, tinha uns dente, uma mola muito forte, quando batia aquilo ali, segurava qualquer bicho²⁸.

Conforme mencionado, o entrevistado faz referência à uma comunidade rural chamada Tenda do Moreno, localizada na parte norte do município de Uberlândia que nos remete a formação da cidade de Uberlândia, sendo os primeiros habitantes do local pertencentes à família Carrijo. Nesta comunidade, conforme nos aponta Andrade (2007) o topônimo Tenda decorre da existência de uma Tenda de Ferraria cujo proprietário era Felisberto Alves Carrijo e seu filho Joaquim Carrijo Filho. Para Andrade (2007) existia uma:

demanda dos produtores por ferramentas, máquinas, artigos para montaria e utensílios domésticos era suprida pelas fábricas artesanais, principalmente de carpintaria e ferraria, conforme o caso da tenda de ferreiro localizada na antiga fazenda da tenda (ANDRADE, 2007, p. 19-20)

Conforme nos aponta o relato do entrevistado e a afirmação de Andrade (2007), é plausível considerarmos a possibilidade de que em meio aos utensílios e ferramentas produzidos na ferraria dos Carrijos, também eram forjados e confeccionados anzóis utilizados na pesca no rio Araguari. No distrito de Martinésia, também pertencente ao município de Uberlândia ocorria, segundo outro relato, a forja de anzóis.

Eu sei que fabricava no Martinésia lá, fabricava anzol lá, com Sr. Ismael, nós buscava lá, anzol de pinda, chumbada. Ele mexia com chumbada, anzol e mexia com outros trem lá. Nós num comprava na cidade não, porque os anzolin dali num prestava, o dele lá era bão, sabe? Anzol forte, os anzolin da cidade era muito fraco²⁹.

A preferência em buscar os anzóis produzidos artesanalmente neste local dava-se pela sua qualidade e resistência. O que expomos até aqui, são relatos que demonstram que explorar o rio Araguari tendo como objetivo a pesca, exigiam técnicas as quais eram localmente produzidas nas ferrarias

²⁸ Entrevista realizada no distrito de Cruzeiros dos Peixoto, zona rural do município de Uberlândia-MG.

²⁹ Entrevista realizada no Assentamento Vida Nova, município de Uberlândia.

com a forja dos anzóis e nas propriedades rurais com a confecção das linhas e armadilhas utilizadas no rio.

Nestes relatos, percebe-se que o saber-pescar permitia, pela experiência, determinar os equipamentos corretos e com qualidades. No processo de obtenção destes equipamentos, concretizavam-se trocas materiais e sociabilidades que nos revelam uma divisão do trabalho no espaço rural, no qual estabelecimentos rurais forjavam as ferramentas necessárias utilizadas no cotidiano.

Percebemos através destes relatos, que neste tipo de organização social, a vida tinha seu ritmo próprio e a dependência e contato com outros centros eram de certa forma limitados, exigindo das pessoas e comunidades estratégias e sabedorias para enfrentar as dificuldades encontradas no processo de obtenção dos meios de vida. Para Santos (2006) isso se deve porque:

O espectro do consumo era limitado. Exceto para uns poucos indivíduos, as sociedades locais tinha suas necessidades localmente satisfeitas. Os itens trocados eram pouco numerosos e as trocas pouco frequentes. A competitividade entre grupos territoriais era praticamente inexistente, em períodos normais. O tempo era vivido como um tempo lento. (SANTOS, 2006, p. 264-265).

Certamente, a vida no ambiente rural tinha uma dimensão local cujas necessidades eram em grande parte satisfeitas pelos trabalhos realizados nas propriedades, porém, isso não implica um rural autárquico e independente do meio urbano e outros centros regionais. Havia necessariamente uma troca e dependência entre rural e urbano, pois o que não era produzido era adquirido nas cidades e uma parcela do que era produzido nas propriedades eram comercializados nos centros urbanos.

A preferência em buscar anzóis mais resistentes no distrito de Martinésia era uma opção em relação aos comercializados na cidade, e demonstra que o comércio de apetrechos utilizados na pesca já era uma realidade nos centros urbanos. Certa vez, entrevistando um pescador residente do município de Indianópolis, este nos relatou que os equipamentos de pesca utilizados por ele, e mesmo na pesca praticada por seu pai, eram adquiridos no município de

Uberlândia, e só posteriormente apetrechos como as redes, tarrafas, anzóis e linhas de pesca passaram a ser revendidos por comerciantes do município de Indianópolis. Para este entrevistado, a maioria dos apetrechos utilizados eram comprados, somente as varas de bambus e as chumbadas eram produzidas ou improvisadas no ambiente rural.

Na ampla maioria dos entrevistados que pescaram no rio Araguari, a utilização do anzol era apenas uma das opções de apetrecho. As redes de espera e a utilização de tarrafas certamente foram os materiais mais utilizados. Falar dos apetrechos utilizados nesta atividade remete-nos às técnicas empreendidas, e conforme aponta Silvano (2004) a pesca artesanal promovida por ribeirinhos “são de natureza complexa e imprevisível, envolvendo grande variedade de técnicas de pesca utilizadas e grande diversidade de espécies de pescado capturadas” (SILVANO, 2004, p. 187).

Tais técnicas são sabedorias que os homens adquiriram na prática ao relacionarem-se com o rio Araguari no processo de satisfação de suas necessidades vitais. Portanto, nos referirmos às habilidades e conhecimentos colocadas em prática e que são elementos pertencentes ao modo de vida destas pessoas, pois isto implica em estratégias cotidianas de administração do tempo, e da conciliação da pesca com outras atividades desenvolvidas na lida rural.

Segundo um entrevistado “nascido e criado aqui na região, no fundo do Cruzeiro (dos Peixotos) e aqui em Martinésia”, distritos rurais pertencentes ao município de Uberlândia, a pesca foi uma atividade aprendida com:

meu pai. Eu que aprendi com meu pai né. Meu pai tomava conta das fazenda, trabalhava nas fazenda, ai quando não tinha serviço ele pescava, a noite, de tardizinha, ai agente ia junto, agente aprendeu com ele³⁰.

Considerando o relato acima, percebe-se que a pesca constituiu uma atividade praticada por seu pai, e os primeiros contatos com esta atividade constitui uma herança familiar passada pelo seu progenitor. Para Claval (1999, p. 63-66), uma das características centrais da cultura é que esta constitui uma

³⁰ Entrevista realizada no distrito de Martinésia, zona rural do município de Uberlândia-MG.

herança e a transmissão dos saberes implica sistemas eficazes de comunicação. No exposto acima, o processo de aprendizagem teve origem ainda no período de infância quando este acompanhava seu pai em suas pescarias, e nestes momentos, herdou do pai, sabedorias e técnicas referentes à pesca no rio Araguari.

Hoje (2010), morador do distrito de Martinésia devido a formação da represa de Amador Aguiar II que inundou a propriedade onde morava e trabalhava, relembra as atividades na propriedade rural e conta que conciliava a pesca da seguinte forma:

Aqui eu morava e tomava conta da fazenda, era zelador da fazenda, ai nas hora vaga também, a tarde, agente ia pesca todo dia. Lá nós plantava era o milho, o arrois, que plantava lá, o que sobrava vendia né, que dava muito, mas lá era mais era o gado né, mexê com o gado. Era leite, olhá o gado, zelá da fazenda. Nessa época eu tomava conta da fazenda, fazia meu serviço todinho, e tinha a hora deu pescá todo dia de tarde e de noite. Eu começava a pescá assim, depois das seis horas, hora que acabava o expediente da fazenda³¹.

A pesca, conforme aponta o relato acima, foi uma herança de seu pai, ambos, além de trabalharem nas propriedades rurais, supriam parte de seus meios de vida conciliando a pesca no rio Araguari com outras atividades. A lida na propriedade rural, desdobrava-se com cuidados nas plantações de arroz, feijão e milho existentes na propriedade que serviam tanto para o “gasto”, consumo próprio, quanto para a venda dos excedentes. Além destes, existiam outros afazeres referentes à lida com o gado, como tirar leite, cuidar do pasto e prover a alimentação dos animais. O tempo da pesca para este entrevistado então só era possível após o fim das obrigações exigidas pelo dono da propriedade rural ao qual o entrevistado além de trabalhador, era morador.

A conciliação entre pesca e lida rural foi uma realidade apontada por outros entrevistados, conforme relato:

³¹ Entrevista realizada no distrito de Martinesia, zona rural do município de Uberlândia-MG.

Eu morava no funil ali, era do meu pai lá, Fazenda da mata, lá. Lá na fazenda agente produzia leite. Lá só tinha uma lavourinha pro gasto, plantava arrois, uma moita de milho pra tratá dos porco. Era arrois, feijão, milho e leite só, pro gasto lá. Era cedo, duas horas da madrugada tinha que levantá, todo mundo. Ajudava ele a tirá o leite, e eu pegava, falava que ia pra roça e ia pra rede³².



FOTO 6: Corredeiras localizadas entre os municípios de Uberlândia e Araguari conhecidas como Funil, devido ao afunilamento das águas, e que é mencionada no relato acima, como um dos locais no qual a pesca era praticada.

Fonte: Carlos & Oliveira, 2007.

No município de Indianópolis, outro entrevistado que viveu às margens do rio Araguari, e que devido à construção da Usina Hidrelétrica de Miranda e a formação do lago, teve seu local de moradia e trabalho inundado, obrigando-o a deslocar-se para a área urbana do município, local onde reside atualmente, relata que:

Agente moremo lá mais de trinta anos, a fazenda era do lado do rio. Agente só mexia com lavoura né. Plantava arroz, milho, feijão. Era tudo pra consumo próprio, um poquinho pra vender. Nessa época

³² Entrevista realizada no Assentamento Vida Nova, zona rural do município de Uberlândia-MG.

agente colhia vinte saco de feijão. Agente pescava direto, era todo dia. Armava rede, pindava anzol³³.

Conciliar as atividades em terra com as praticadas na água impunha uma administração do tempo e certamente promovia um sobre-trabalho. Para aqueles que buscavam diversificar as bases alimentares com a pesca no rio Araguari, esta atividades segundo os relatos colhidos em campo, ocorriam sempre no período da manhã e no período da noite, sendo que na maior parte do dia, as tarefas dedicadas estavam vinculadas à lida com gado, plantação, colheita e demais atividades desenvolvidas na propriedade rural.

Porém, quem pescava não passava à noite toda à beira do rio como poderíamos imaginar. Para otimizar o esforço e resultados da pesca, eram usadas diferentes estratégias para capturar os peixes, as quais envolviam a utilização de redes, pindas e espinheis. A diferentes formas de pescar também implica sabedorias que permitem explorar diferentes lugares e ambientes existentes no rio, diversificando também as espécies de peixes capturadas.

A utilização destas técnicas de pesca possibilitava então a conciliação com outras tarefas. As redes eram inseridas no rio durante o dia, e só eram recolhidas casualmente quando algum dano ocorria nas mesmas, exigindo reparo ou substituição. Os peixes capturados nas redes eram então recolhidos à canoa e a rede então era deixada no rio.

A pinda, ou anzol de galho, constitui uma técnica praticada nas margens do rio. Neste tipo de pesca, é utilizado um anzol e um pequeno pedaço de linha resistente, cuja extremidade é amarrada em alguma árvore localizada nas margens do rio. Na outra extremidade, é utilizado um anzol, que é iscado com algum peixe vivo, e depois inserido na água. Neste tipo de pesca, as árvores escolhidas eram preferencialmente frutíferas, tais como goiabeiras, ingás e Jenipapos, pois segundo os relatos, as frutas constituíam parte da alimentação de algumas espécies, que por sua vez atraiam outras espécies maiores de peixes predadores, estruturando no entorno destas árvores, uma ecologia e

³³ Entrevista realizada na área urbana de Indianópolis-MG, em Março de 2009.

dinâmica reconhecida pelos moradores e pescadores do rio Araguari. Segundo um entrevistado:

A pinda era no galho. Você põe o anzol lá no galho, e deixa, um anzol só. Ai você põe, distancia de deis em deis metros, você põe um em cada galho, e vai pondo na berado do rio³⁴.

Outro relato em relação a pinda alerta que:

Se você vai colocar anzol de pinda, tem que ser só anzolão, certo? Porque ali só vem peixe grande. E não é linha de pesca não, tem que ser cordinha mesmo, aquelas de náilon, tem que ser a cordinha mesmo, porque essas linha ai não guenta nada não³⁵.

Outra forma de explorar o rio e a pesca era através dos espinhéis. Esta técnica também envolvia linhas e anzóis. Uma das extremidades da linha partia do barranco, onde era amarrada, a outra extremidade geralmente era amarrada numa pedra e inserida no meio do rio, ou se estendia até a outra margem do rio. Nesta linha ou corda que cortava o rio, eram inseridos outras linhas menores com anzóis na sua extremidade onde eram iscados peixes vivos e pedaços de carne (tripas de animais como galinha ou pedaços de coração vaca) conforme relatos:

Agente tinha espinhel lá que atravessava o rio de uma lado pro outro, chegava lá tinha Pintado desse tamanho. Teve uma noite que agente pegou seis. Tudo pintadinho assim, tudo bão. Mandi dessa grossura ó. Mandi pega até hoje. Jaú lá nós já pegou no anzol lá né, e na pinda também. A pinda agente amarrava numa árvore. Aquele rio era cheinho de pinda moço, fora os espinhel. Tinha muita gente que pescava nesse rio, e num era pouco não³⁶.

A utilização destas três diferentes formas de pescar permitia desenvolver outras atividades durante a parte do dia, e as redes, pindas e espinheis, após inseridos no rio, só eram revisitadas no período da noite e/ou na parte da manhã para a retirada dos peixes. A conciliação entre as tarefas em terra e nas águas também foi evidenciada por Herles dos Santos (2005) ao estudar uma

³⁴ Entrevista realizada no distrito de Martinésia, zona rural do município de Uberlândia-MG.

³⁵ Entrevista realizada no distrito de Martinésia, zona rural do município de Uberlândia-MG.

³⁶ Entrevista realizada no distrito de Martinésia, zona rural do município de Uberlândia-MG.

comunidade camponesa localizada no município de Barra do Pacuí em Minas Gerais. Para este autor a pesca constitui:

[...] o exemplo mais claro que se pode oferecer desta “polivariedade” das atividades sociais em Barra do Pacuí, uma vez que se estando na beira do rio São Francisco, nada mais natural do que exercer a pesca. Não é incomum encontrar na região, comunidades que se reconhecem como pesqueiras. Este fato não ocorre em Barra do Pacuí, na qual a pesca, apesar de importante e significativa, representa um complemento e integra o modo de vida local. Quero dizer que o camponês de Barra do Pacuí é um agricultor que pesca. Essa afirmativa não deve ser limitada a uma simples questão de semântica, ser um agricultor e também pescador, significa dizer, que em muitos casos esse sujeito camponês extraí sua sobrevivência baseado na articulação de atividades socialmente diferentes. (HERLES, 2005, p. 206)

Embora pesquisando os antigos moradores e não comunidades, percebemos que há algumas semelhanças apontadas por Santos (2005) entre a realidade por ele estudada e a vivenciada por nós na bacia do rio Araguari, pois em ambos estudos ocorre uma ‘polivariedade’ de atividades combinadas e conciliadas entre as atividades desenvolvidas na terra e as praticadas na água. Embora não se reconheçam somente como pescadores, mas sim como agricultores-pescadores, esta atividade correspondia a um importante complemento alimentar e as habilidades exigidas nesta atividade compunham o modo de vida destas pessoas. Como exemplifica um entrevistado:

O pessoal pescava pra comer, aquela história, hoje você come frango, amanhã você come carne de porco, ai vai lá e pega um peixe, você tinha aquele recurso que tava na margem que era tranquilo, você ia lá e pegava... a pesca não era uma atividade profissional pra maioria... os outros dava vontade de come, ia lá e pescava. Muita gente que eu conheci que mora nas margem ai pescava, e pescava muito, não tinha dificuldade, pescava fácil, ia lá e pescava o almoço, pescava a janta, sagrado, garantido, não tinha problema, era uma época muito boa³⁷.

Embora seja um recurso considerado fácil e sem dificuldades para alguns, não generalizamos aponto de considerar esta prática como algo simples e presente no cotidiano da maioria das pessoas que moravam e/ou

³⁷ Entrevista realizada na zona rural do município de Uberlândia-MG.

trabalhavam próximos ao rio Araguari. Borges (2006) ao estudar a comunidade do Fundão, localizada no município de Araguari traz um depoimento de um morador desta comunidade onde este se refere às dificuldades da vida no meio rural e dos usos do rio Araguari, e que reproduzimos a seguir:

Praticamente só trabalhava. Ficava descansando lá na sombra só. O descanso era descansar na sombra. Quando dava tempo né, porque lá quase não dava tempo disso. Só descansava de noite na hora que deitava. Divertimento não tinha nenhum [...] as veis num dia de domingo nós ia nadar lá no rio. Nós atravessava o rio de lá pra cá...quando tava vazio, né. Quando tava cheio não dava pra fazê isso não. Naquele tempo o rio enchia que tampava os mato. Agora hoje não enche porque a represa controla. As veis nós pescava, mais toda vida ali foi ruim de peixe (informação oral apresenta por BORGES, 2006, p. 189).

No relato acima, percebe-se que a pesca não fazia parte do mundo vivido do entrevistado, pois além de ser praticada nos momentos de lazer, o rio para ele era percebido como um ambiente com poucos peixes, o que contrasta com a percepção dos entrevistados aqui já apresentados.

Para um leigo, o rio é apenas um curso de água uniforme e perene. Para um pescador, o rio é um universo de ambientes diversificado e heterogêneo, que se transforma com o tempo e altera sua dinâmica. Reconhecer os ambientes, a ecologia e vida aquática associada a estes locais permite aos pescadores, identificar e selecionar as técnicas apropriadas à cada espécie e local.

Para Begossi (2004b) os pescadores tanto de rio e mar “não procuram as suas presas ao acaso, mas as buscam em locais específicos [...]. Em termos ecológicos, tal comportamento não surpreende, visto que na natureza os organismos também não estão distribuídos uniformemente” (Begossi, 2004b, p. 223). Na bacia do rio Araguari, a pesca não ocorria ao acaso, pois como informa um entrevistado abaixo:

Agente tinha os ponto certinho né, o lugar onde era bão de pega. Nós sabia tudo os ponto certo. Tinha a boca da corredeira, tinha os

remanso, né, os galhos das árvore. Então, cada local pegava aquela espécie né³⁸.

Para Buttiner (1982,) o mundo vivido numa perspectiva geográfica pode ser entendido como um substrato latente da experiência. Portanto, no caso da pesca, o mundo vivido origina-se da experiência como o ambiente formado pelo rio Araguari, e permite aos homens reconhecerem e estabelecerem por meio de referencias naturais os locais adequados e piscosos para a realização da pesca.

O saber-pescar pressupõe o reconhecimento dos diferentes ambientes e às espécies encontradas nestes locais. Portanto há uma biogeografia que precisa ser descoberta e interpretada para a prática da pesca, pois não se pesca em qualquer lugar e de qualquer forma.

Para Thé (2003, p.17) o reconhecimento e compartimentação do ecossistema aquático, decorrentes das experiências e conhecimentos locais, contribui para o sucesso da pesca na medida em que a torna mais eficiente e produtiva. Estas interpretações então otimizam o esforço da pesca empregado pelos pescadores. Neste sentido, o relato exposto vai ao encontro da afirmação de Begossi (2004b) ao afirmar que:

Os pescadores conhecem pontos no rio ou no mar onde determinadas espécies são encontradas, e em função do aspecto seletivo da pesca, diferentes técnicas são usadas para a captura de determinadas espécies, assim como os pontos de pesca são em geral direcionados à captura de determinadas espécies. Esses pontos são reconhecidos pelos pescadores por meio de referências aquáticas (BEGOSSI, 2004, p. 224)

Na bacia do rio Araguari, os ambientes relatados as quais a pesca era praticada correspondem às corredeiras localizadas na parte central do rio; nas partes posteriores às corredeiras; e nos remansos ou poços localizados nas partes marginais do rio, onde as águas corriam mais calmamente, sem grandes velocidades.

³⁸ Entrevista realizada no distrito de Martinésia, zona rural do município de Uberlândia-MG.

Nas corredeiras localizadas nas partes centrais do rio, a pesca preferencialmente ocorria com a utilização de redes. Tal apetrecho não é seletivo e captura uma variedade muita grande de espécies, tais como, Piau, Piapara, Piracanjuba, Curimba, mas este tipo de apetrecho quando colocados nas partes centrais do rio buscavam capturar principalmente as espécies de Pintado e Dourado.

O Pintado era mais pros lados da corredeira, pro lado dos Dourados. Tinha corredeira do lado de cá e de cá assim, né, sempre fais uma correnteza assim no meio, eu puxava a rede ali assim, ai amanhecia Dourado, Pintado, tudo misturado nas redes. Eu peguei muito, eu peguei mas foi muito mesmo. [...]

Eu num cercava o rio não, num tinha jeito por causa das corredeira. Eu só punha rede no veio da água. Você tem que acompanhá a correnteza. Se você coloca ela cercando a correnteza, ela vai acumula tudo quanto é tipo de sujeira que a água carrega, e se você coloca atravessado, a correnteza num para ela, ai ela engastaia tudo naquelas pedra, nus pau que tive lá. Os peixe chega, vai subindo as corredeira aqui, ele tem que vir nesse remanso aqui, nessa pedra, ai chega ali, a hora que ele vai pra pegá a corredeira pra subir, ele já malha na rede³⁹.

As redes também eram utilizadas para capturar espécies de Jaú, porém, estas eram inseridas nas partes mais calmas do rio, nos poços e remansos.

O Jaú pegava era naqueles poço que fazia uma espuma assim, puxava a rede ali, no outro dia era só i lá buscá⁴⁰.

A utilização dos espinheis capturava uma variedade de peixes maior e não era tão seletiva. Neste tipo de pesca, os peixes capturados eram o Dourado, o Jaú, o Pintado a Traíra e o Mandi.

O Pintado era de espinhel ou na pinda no galho. O espinhel por exemplo, você estica a corda no meio do rio, você põe por exemplo, é permitido você por até na metade do rio né, você não pode atravessar de fora a fora não, e punha por exemplo, doze... doze anzol, então numa distância de dois em dois metros cada um. A isca era o piau vivo, a Taguara, a Traíra, a Turvira, era o que nós usava pra pega o Pintado. O Pintado e o Jaú era do mesmo jeito⁴¹.

³⁹ Entrevista realizada no Assentamento Vida Nova, no município de Uberlândia-MG.

⁴⁰ Entrevista realizada no Assentamento Vida Nova, no município de Uberlândia-MG.

⁴¹ Entrevista realizada na zona rural do município de Uberlândia-MG.



FOTO 7: Peixes capturados no rio Araguari. Estas espécies, Pintado e Jaú, eram espécies preferencialmente capturadas pelos antigos moradores da bacia pelo tamanho que alcançam, provendo por muito tempo, uma alternativa alimentar para a família.

Fonte: acervo particular de Carivaldi Pereira Neto.

Conforme demonstra o relato acima, as pindas amarradas nas árvores localizadas nas margens do rio eram utilizadas na pesca do Jaú e do Pintado, e era uma técnica mais seletiva, embora raramente também se capturava o Dourado.

O Dourado chegava a pega também, mas era mais difícil. As veis lá no meio do rio você pegava mas era difícil, mais pegava, mais no espinhel do que na pinda⁴².

A utilização de varas de bambu e linhas de mão (sondero) eram outros apetrechos utilizados na pesca.

meus equipamento é esses trem ai que você ta vendo. O 'sondero', que é uma latinha com a linha enrolada e a varinha de bambu, que muito custoso da gente levá. É mais sondero anzol e chumbada e as minhoca. Eu tenho mulinete, mas não gosto não, nunca gostei, não gosto de jogar, não do conta. Agora aquele sonderinho não, eu jogo assim, vai lá nas corredeira. Nesses lugar mais ruim assim de chegar, mais apertado de corredera que é bão de pegar os Mandizão, né⁴³.

⁴² Entrevista realizada no distrito de Martinési, município de Uberlândia-MG.

⁴³ Entrevista realizada no Distrito de Martinésia, município de Uberlândia-MG.



FOTO 8: Apetrechos de pesca. Varas de bambu guardadas em propriedade rural e 'Sondero' (lata, linha e anzol) utilizados na pesca de espécies de pequeno porte
Autor: BRACONARO, Fernando. 2010. Luana Marques, 2009.

Em alguns casos, a pesca com este tipo de equipamento, varas e linhas de mão, se dava em locais específicos, onde frequentemente eram inseridos no rio, restos vegetais e animais que serviam de atrativo para os peixes. O conjunto de atrativos inseridos no rio é denominado pelos pescadores como ceva.

O piau agente pegava na ceva né, nois fazia a ceva e pegava na ceva. Agente colocava milho, mandioca, torresmo. Ai agente só pegava na varinha né, porque ai agente pegava pra usá, pra iscá. Piapara agente também pegava, mas num era muito não, mas pegava, de veis enquando você pegava alguma⁴⁴.

Esta prática, de cevar determinado local do rio para atrair os peixes é muito comum em diversas regiões do Brasil e faz parte das estratégias e sabedorias colocadas em prática na pesca na bacia do rio Araguari. Segundo Ceccarelli (2006, p. 18) o “uso da ceva é um procedimento antigo, usado pelos índios brasileiros, para atrair os peixes, condicionando-os em um determinado local”.

⁴⁴ Entrevista realizada no Distrito de Martinésia, município de Uberlândia-MG.

Nas falas expostas, além dos conhecimentos exigidos na pesca e os apetrechos utilizados, fica explícito também outro elemento importante desta atividade que vincula-se as interações tróficas entre as espécies, pois as iscas utilizadas demonstram que os pescadores possuem e constroem modelos simplificados da cadeia alimentar das espécies que capturam.

Com as informações apresentadas acima, organizamos as falas no quadro abaixo, correlacionando as técnicas empreendidas, sua descrição e as espécies que comumente eram capturadas.

CORRELAÇÃO ENTRE TÉCNICAS UTILIZADAS E ESPÉCIES CAPTURADAS

Técnicas	Descrição	Espécies
Redes	Tecido de malhas espaçadas	Pintado, Dourado, Jaú, Mandi, Pacu-Caranha, Curimba, Piapara, Piau, Traíra, Piracanjuba.
Espinheis	Linha com anzol atada a outra linha central	Pintado, Dourado, Jaú, Mandi
Pindas	Linha com anzol amarra em árvores	Pintado, Jaú e Dourado raramente.
Tarrafas	Tecido de malhas espaçadas que são arremessadas	Curimba, Mandi, Piapara, Piau, Traíra.
Vara de bambu e linha de mão e anzol	Haste de bambu com linha e anzol atada a vara	Lambari, Mandi, Bagre, Piau, Piapara, Traíra.
Jequi	Armadilha cilíndrica feita de bambu e entrada com formato de漏斗.	Mandi, Piau, Piapara.

Quadro 01: Correlação entre as técnicas de pesca utilizadas e espécies de peixes capturadas.
Org. BRACONARO, Fernando. 2010.

Com os relatos acima, podemos afirmar que a pesca então se inseria no cotidiano de parte dos moradores da bacia do rio Araguari e desta forma, não se reproduz sem as habilidades e conhecimentos do rio, sendo estes elementos parte integrante do modo de vida das pessoas, pois se insere num universo de atividades voltadas à obtenção dos meios de vida.

Conforme aponta Cândido (1982) em relação a caça, compreendemos que a pesca embora suprisse uma necessidade vital, também tornava-se uma atividade prazerosa pois em parte é atividade recreativa. Deste modo, como fonte de alimento, o aspecto lúdico existente era minimizado conforme aponta os relatos abaixo:

Meu pai as veis ia de charrete né, levava almoço, comia lá. Sempre levava comida pronta já, pra gente almoça, pra gente jantá, e pescando, pescando só de varinha mesmo, né. Num tinha murinete, num existia, se existia agente não sabia, murinete, essas coisa. Rede, nós num pescava com rede, só com vara mesmo, vara de bambu mesmo, a tradicional. [...] Mas a gente já comeu muito peixinho ai desse rio ai, sempre pescava mesmo pra comê. A importância tanto pra nós mais aqui, não é tanto de sustento, assim da família, mas diversão né. A nossa diversão que agente tinha mais aqui, uma que agente gosta demais de pescá, mais ao mesmo tempo, né, mas também já matou muita fome aqui, matou muita fome aqui.⁴⁵

Certa vez, num dos trabalhos de campo realizados nas propriedades rurais do município de Uberlândia onde previamente tinha combinado um diálogo com o proprietário, a importância da pesca como fonte alimentar ficou evidente. Neste trabalho, ao chegar na propriedade, o funcionário que morava com sua família no local, avisou-me que o patrão tivera que sair e que voltaria logo, o que me fez esperar na propriedade.

Após algumas horas esperando em função do desencontro, recebi do funcionário um convite para almoçar juntamente com sua família, desde que não reparasse a ausência de carne na refeição. Com o convite aceito, a refeição servida a mim continha além do tradicional arroz, feijão e salada, uma

⁴⁵ Entrevista realizada em propriedade rural no município de Uberlândia-MG, comunidade Tenda do Moreno.

porção de peixes fritos capturados no rio Araguari. Este fato exemplifica de forma mais concreta a importância que a pesca ainda possui para alguns moradores, mas também nos fez refletir sobre a dieta alimentar e a relação entre o pescado e as outras fontes de alimento animal. Cogitamos a hipótese na qual o peixe era considerado uma carne menos nobre em relação às demais (vaca, porco e galinha) e que a oferta da refeição “sem carne” era apenas uma estratégia para preservar um alimento no qual o acesso era mais restrito ou oneroso.

Outra possibilidade cogitada era de que o esforço empreendido na pesca e a captura dos peixes provia alimento suficiente que permitia ou possibilitava a diminuição ou até a substituição por alguns períodos de outras fontes protéicas de origem animal. Esta possibilidade nos parece mais concreta, visto que moradores mais antigos relataram este tipo de situação:

Quando pega muito peixe, nem precisa comprar carne, tem muito peixe né⁴⁶.

Outro morador do município de Indianópolis relata que a pesca foi uma herança familiar e que o consumo do pescado embora salgado para evitar sua deterioração, era por vezes ineficiente, pois um peixe de grande porte provia alimento por muito tempo.

Eu, eu aprendi com meu pai, ele gostava né. Era todo dia. Armava rede, pindava anzol. Pegava deis, doze numa noite. Pindava anzol pra pegar Jaú. Teve uma noite que eu peguei dois Jaú de setenta e dois quilos, cada um. Peguei os dois num lugar só, só podia ser o casal, era bonito, uma grossura assim, ó.

Comia... não tinha geladeira lá né.. Não tinha quem comprar. Agente salgava os peixes, mas mesmo assim perdia, porque não dava conta de comer as vezes, igual o Jaú de setenta quilos, é carne pra muito tempo né, tinha que dar pros outros, porque perdia. Acabava ali, buscava mais, era só i buscar⁴⁷.

⁴⁶ Entrevista realizada na zona rural de Nova Ponte.

⁴⁷ Entrevista realizada com antigo morador da zona rural de Indianópolis.

A ausência de mecanismos para conservar o alimento por períodos prolongados e a ausência de um mercado consumidor do pescado impossibilitava que o mesmo fosse transformado em mercadoria e comercializado, assim, parte dos peixes capturados eram doados aos vizinhos e parentes. Mesmo sem um mercado consumidor para a pesca, esta atividade como fonte de renda foi relatada, mas ocorrida de forma circunstancial, pois segundo as informações colhidas em campo de um antigo morador da zona rural de Indianópolis:

Uma vez foi um pessoal parente do patrão pescá lá na fazenda dele, onde eu trabaiaava. Eles pescó lá o final de semana inteiro, feis ceva lá. Ai quando eles foram embora, eu fui pescar lá no lugar onde eles tinha cevado. Eu peguei muita piapara na varinha, tudo de um quilo pra cima assim ó. Quando meu patrão viu os peixe, que eu peguei, ele comprou tudo de mim⁴⁸.

Certamente, a comercialização destes peixes capturados ocorreu de forma esporádica e circunstancial, pois nem todos os peixes capturados pelo funcionário eram comercializados. Mas a pesca como fonte de renda foi relatada por muitos moradores do município de Uberlândia. Muitos relatos nos remetem à memória destas pessoas, pois parte da população que moravam e trabalhavam nas propriedades localizadas próximas ao rio Araguari e que tinham a pesca como fonte de renda, por diversos motivos migraram para a cidade ou faleceram.

eu lembro de um caso aqui, um cara até que já morreu, ele chamava divino. Ele vivia de pescá. Era a atividade profissional dele. Ele pescava a semana inteira e no final de semana ele ia vender. Ele pescava sempre no período do ano que dava mais peixe, né, ele pescava Pintado. Ele pescava toda a semana cinco seis Pintado, de quinze a vinte e cinco quilo. Ele vivia disso, morava num rancho na beira do rio e vivia de pesca. Isso tem trinta, quarenta anos, naquela época não existia esse controle que tem hoje, de piracema, época de pode pesca, de pode levar uma quantidade igual a que ele levava, mas naquela época tinha abundância também. É... todo mundo pescava.. o pessoal da região, pesca um ou dois pra comer, aqueles que vem de fora, da cidade, leva um pouco mais, mesmo assim, não afetava... não alterava a quantidade de peixe do rio. O que mudou de fato foi as barragens⁴⁹.

⁴⁸ Entrevista realizada em Indianópolis-MG.

⁴⁹ Entrevista realizada em propriedade rural localizada no município de Uberlândia-MG.

Conforme o depoimento acima, a atividade desenvolvida remete-nos às décadas de 1970-1980 e revela que a pesca como atividade comercial era intensificada na época mais quente do ano, período de piracema, e que esta atividade tornou-se uma das principais formas de obtenção de renda com a venda dos peixes. Outro relato informa que:

teve um rapaí ai que, ele pescava pra vendê, e ele pegava, ele pegava muito peixe. Ele tinha rede de cem, cento e cinquenta metros de comprimento, ele pegava. Ele pescava, ele pegava bastante peixe ai. Ele vendia na cidade, já tinha os pessoal que comprava dele né.

Tinha um homem lá na ponte, onde era a ponte do pau furado, lá tinha um homem muito antigo, que agente chamava de ambrolino. Ele pescava demais, ele pescava pra vender, ai ele pegava. Inclusive, um primo meu compro um Jaú dele, um parente meu, um vizinho aqui, um mundo de peixe assim óh. Ele pois ele numa bacia, uma baciona, e encheu a bacia, sabe⁵⁰.

O relato acima colhido de um antigo morador na comunidade Tenda do Moreno, no município de Uberlândia revela uma estratégia de venda do pescado, pois parte era comercializado entre os vizinhos e moradores próximos, o que eliminava o deslocamento até a cidade, local onde o restante do pescado era vendido.



FOTO 9: Antiga ponte localizada sobre o rio Araguari conhecida localmente como Pau-Furado. Local onde a pesca era praticada conforme relato acima.
Fonte: acervo particular de Carivaldi Pereira Neto.

⁵⁰ Entrevista realizada em propriedade rural localizada na comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia-MG.

Mesmo com um rural profundamente modificado, foi possível encontrar nas visitas e trabalhos de campo antigos moradores que relataram a pesca como principal atividade desenvolvida e vivenciada por eles. O entrevistado descreve a pesca da seguinte forma:

Eu pescava Dourado, Pintado, aquelas Curimba, né, Piapara, aqueles Pacu-Caranha, aqueles grandão, trairão ai tinha também. Isso foi em sessenta e oito, sessenta e nove (1968 – 1969).

Minha canoa era de madeira. Eu mandei fazê uma, meu primo é que feis uma de madeira. Canoa perigosa rapais, tinha dia que ela quais virava comigo lá com os sacos de peixe lá no meio do rio, e eu corria pra segura o peixe.

Eu nunca puix remos em canoa, eu usava a zinga, é tipo um pau assim, de bambu, ai você bate assim, lá no fundo, firma, sobe até corredera, dava impulso assim.

Os peixe grande, esses ai eu pegava eles, passava o cabresto e punha porque a canoa tem aquele trem de amarra perto do banco da gente, atrás. Passava o cabresto, passava ali e pisava pra eles da um engate, pra num dá aqueles pulo, porque se num fizesse assim, virava até a canoa, e minha canoinha era pirigosa, pequena⁵¹.

A pesca descrita acima demonstra além da simplicidade da canoa e o perigo de navegar no rio, que a pesca já constituía fonte de renda desde a década de 1960. Para o entrevistado, a pesca também supria uma necessidade vital e também era considerada um complemento alimentar.

Eu tirava pra nós cumê e vendia o resto tudo, era dimais uai. Os que ficava na casa, salgava eles, naquela época não tinha geladeira. Salgava eles e punha lá no sol⁵².

Como fonte de renda, a pesca tornou-se atividade diária. Mesmo apontando que na época das chuvas e do calor a captura era maior, esta atividade ocorria também na época mais fria do ano.

Nesse tempo meu ai, num parava não, era direto. Tinha muito peixe nesse rio ai, num tinha represa né, era só o rio mesmo. Nessa época tinha peixe, nós pegava peixe o ano inteiro, diretão. Era todo dia, o ano inteiro⁵³.

⁵¹ Entrevista realizada com atual morador do Assentamento Vida Nova, município de Uberlândia-MG.

⁵² Entrevista realizada com atual morador do Assentamento Vida Nova, município de Uberlândia-MG.

⁵³ Entrevista realizada com atual morador do Assentamento Vida Nova, município de Uberlândia-MG.

A comercialização do pescado ocorria da seguinte forma:

Eu tirava um sacão grande cedo e um a tarde, todo dia. Eu vendia, tinha um amigo meu que tinha um bar lá no Tibery, eu levava cedo uma sacada, vendia tudo lá, voltava, ia corrê as rede, quando tinha pouco nas rede, eu saia com a tarrafa, pra catá Curimba. Ai enchia outro saco e vazava. Quando eu chegava cedo com a primeira sacada, o povo já tava tudo lá nesse buteco me esperando. Num dava pra eles, uns ficava tão doido, um catava um, outro catava outro, já ia pra balança e pesava, ai o povo perguntava 'ou, de tarde você vai voltá? Vô, até cinco hora eu to aqui'. Cinco hora eu tava lá e chegava e era um limpo. Vendê peixe naquela época era bão demais⁵⁴.

Conforme revela o relato acima, os peixes capturados eram diariamente escondidos para a cidade de Uberlândia, e revendidos no comércio de seu amigo localizado no bairro Tibery. O entrevistado relata que a pesca no rio Araguari foi intensa e lucrativa “Até oitenta e seis (1986) eu lembro que foi bão, depois pra cá vem só acabando” e relata que a mesma prática era comum entre membros de sua família, pois além dele:

tinha um outro irmão meu que pescava também, pra baixo de onde eu pescava, mas ele mudou, e tinha meu sogro também, mas ele faleceu. Era igual eu, tirava pro gasto e vendia o resto. Eu já pegava, arrancava a buxada e já corria com os meus e vendia⁵⁵.

Desta forma, o entrevistado relata que a pesca:

era importante demais, foi o melhor salário que eu tive na minha vida foi a pescada. Era um dinheiro certo, Nossa Senhora⁵⁶.

Outro morador do município de Uberlândia relata que:

Eu pescava sozinho, só eu. Teve época do ano lá, teve época lá deu chegá a pegá quatorze por noite, e não era só eu não, os outro tudo pegava, quais o mesmo tanto, era muito peixe. Eu peguei um Jaú de oitenta e dois quilo limpo, limpinho, e peguei um Pintado de quarenta quilo limpinho também. Quando eu pegava um peixe desse, eu brigava com ele até tirá e po dentro da canoa, quando não dava conta

⁵⁴ Entrevista realizada com atual morador do Assentamento Vida Nova, município de Uberlândia-MG.

⁵⁵ Entrevista realizada com atual morador do Assentamento Vida Nova, município de Uberlândia-MG.

⁵⁶ Entrevista realizada com atual morador do Assentamento Vida Nova, município de Uberlândia-MG.

de colocá dentro da canoa, amarrava ele no bico da canoa e tocava pra trainha⁵⁷.

O fato do entrevistado relatar que não era apenas ele que capturava grandes quantidades de peixe revela que outras pessoas também praticavam e que também tinham esta atividade como complemento alimentar e também como fonte de renda. Em relação a importância da pesca, o entrevistado relata que:

Agente pegava um pouco pra alimentá e vendia o que sobrava, né, daí vendia o que sobrava. Aqui eu morava e tomava conta da fazenda, era zelador da fazenda, ai nas hora vaga também, a tarde, agente ia pesca todo dia. Esses peixes eu já pegava tudo e vendia pros fazendeiro vizinho. Então eu já pegava e vendia pra eles. Eu nunca armazenei não, já pegava e vendia. Eu vendia pro pessoal aqui mesmo de Martinésia, os fazendeiros na fazenda. Já tinha os fregueis certo de entregá⁵⁸.

A conciliação entre trabalho e pesca segundo o entrevistado ocorria da seguinte forma. As redes utilizadas no rio normalmente não eram recolhidas e eram deixadas na água por tempo indeterminado até que os danos causados pelos peixes exigiam reparos. Assim as redes eram vistoriadas diariamente pelo período da manhã ou final da tarde juntamente com as pindas e espinheis que eram utilizados por ele. A comercialização do pescado ocorria geralmente no final do dia, onde eram entregues os peixes nas propriedades rurais e moradores do distrito de Martinésia. Para o entrevistado, a pesca representava uma alternativa econômica, pois:

eu ganhava meu salário né, e depois o peixe era outro salário né, eu pegava e vendia. Uai, era um dinheiro a mais né, era uma ajuda mio, porque agente ganhava pouco né, era um salário, um salário e meio, ai o da pesca aumentava né, ajudava mais nas despesas⁵⁹.

Embora capturasse uma ampla variedade de espécies de peixes, sua preferência se dava pela captura das que eram mais procuradas o que possibilitava a comercialização de forma mais rápida e segura. Segundo seu relato, os peixes mais procurados e valioso eram:

⁵⁷ Entrevista realizada com morador do Distrito de Martinésia, Uberlândia-MG.

⁵⁸ Entrevista realizada com morador do Distrito de Martinésia, Uberlândia-MG.

⁵⁹ Entrevista realizada com morador do Distrito de Martinésia, Uberlândia-MG.

o Pintado, e o Dourado. Na época que tinha o Pintado mesmo, era na época, quando tinha muito, era na faixa de seis, cinco real o quilo. E a Piracanjuba era a mais cara, a Piracanjuba quando você pegava ela, era deis conto o quilo, nessa época né, quando dava muito Pintado. O Pintado e o Dourado era mais procurado.... esses era os mais procurado. Porque a Piracanjuba ai já desapareceu né, já não pegava mais. Mesmo antes da represa ela já tinha dado uma sumida⁶⁰.

Como fonte de renda, a pesca se inseria no cotidiano pois era uma atividade diária e era praticada ao longo de todo o ano, porém, existia um período na qual ela se intensificava em função da valorização do pescado.

Na quaresma ai nós sungava. Na quaresma ai nois aumentava o preço né, ai ia pra quais o dobro⁶¹.

A quaresma faz parte do calendário cristão e inicia-se na quarta feira de cinza e estende-se por quarenta dias até a páscoa. Neste período, a igreja católica propõe aos cristãos uma série de atividades relacionadas à caridade, oração e penitência⁶². Para muitos católicos, a proibição em se alimentar de carne bovina, suína e de aves na Sexta-Feira Santa, é estendida por todo período da quaresma como uma forma de penitência. Desta forma, a procura por peixes se intensifica elevando o valor dos mesmos.

A comercialização de peixes no distrito de Martinésia foi relatada por outras pessoas.

eu pescava demais, né. Tinha o dono do cartório ali né, ele me comprava os peixe que eu pegava. Ele comprava os bagre que eu pegava. Chegava em casa, limpava os peixe e entregava pra ele. Tinha dia que entregava oito quilo, deis quilo de bagre, era assim⁶³.

Outro informante revela que:

Já teve pescador forte aqui também. Teve uma vez que ele pegou um Pintado, maior do que nois. Ninguém aqui deu conta de comprar o peixe dele, teve que levar pra peixaria. Era dessa grossura assim⁶⁴.

⁶⁰ Entrevista realizada com morador do Distrito de Martinésia, Uberlândia-MG.

⁶¹ Entrevista realizada com morador do Distrito de Martinésia, Uberlândia-MG.

⁶² Fonte: <http://www.portaldafamilia.org.br/datas/pascoa/quaresma.shtml>

⁶³ Entrevista realizada com comerciante do Distrito de Martinésia, Uberlândia-MG.

⁶⁴ Entrevista realizada com morador do Distrito de Martinésia, Uberlândia-MG.

Diante dos relatos, comprehende-se que a pesca na bacia do rio Araguari foi uma atividade muito importante na dieta dos moradores desta área, principalmente para aqueles que dispunham de fácil acesso ao rio. Como fonte de renda, esta atividade foi percebida mais concretamente na parte do baixo curso do rio Araguari, nas adjacências do município de Uberlândia, o maior centro urbano da bacia, onde o processo intenso de urbanização possibilitou a formação de um mercado consumidor para os peixes capturados neste rio.

O relatório técnico produzido pelo consórcio responsável pela construção das UHE's Amador Aguiar I e II referente ao programa de monitoramento e de conservação da ictiofauna relata que atualmente a pesca comercial não foi identificada na área da UHE Amador Aguiar I, embora historicamente esta foi relatada na pesquisa realizada por nós. A pesca como atividade profissional e comercial ainda foi identificada na área onde foi edificada a UHE Amador Aguiar II, o que certamente revela que a pesca como fonte de renda este associada ao baixo curso do rio Araguari.

Com os relatos expostos, percebe-se que a mercantilização do pescado faz parte de um processo mais amplo de ressignificação e transformação do rural, cuja entrada do capital foi fundamental para que as bases alimentares e sociais existentes fossem transformadas com base na lógica mercantil.

Entendemos que, com os diversos relatos apresentados, podemos classificar os pescadores em duas categorias distintas. Desta forma, para exemplificar de forma mais didática, apresentamos o quadro abaixo correlacionando o tipo de pescador com a respectiva importância desta atividade e do pescado.

SUBDIVISÃO DO PESCADOR E IMPORTÂNCIA DA PESCA			
	Fonte de Renda	Subsistência	Atividade Lúdica
Pescador A	X	X	
Pescador B		X	X

Quadro 2: Subdivisão do pescador e importância da pesca.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2011.

Nota-se que para o pescador enquadrado por nós na categoria A, a pesca constituía além de uma fonte de renda, uma importante fonte de proteína animal, pois parte do pescado, como demonstram os relatos, eram consumidos pelos familiares. Não desconsideramos totalmente o aspecto lúdico e prazeroso que esta atividade propicia as pessoas, mas entendemos que pelos relatos, ocorria uma dependência econômica e alimentar em relação ao pescado, o que por sua vez imponha a necessidade de garantir e diversificar os meios de vida através da pesca, elevando-a como um sobre-trabalho diário.

Por outro lado, para os pescadores enquadrados na categoria B, a pesca não tinha relevância econômica e não constituía uma fonte de renda. De fato, ela supria em um só tempo, uma necessidade biológica e outra social. Entendemos que mesmo como atividade lúdica, esta não se dissocia de uma subsistência ou complemento alimentar, mesmo quando praticada nas horas vagas ou tempo livre, pois a captura dos peixes inevitavelmente era acompanhada do sacrifício dos mesmos, que por sua vez, constituíam parte da alimentação dos pescadores e familiares.

Assim, acreditamos que o modo de vida dos antigos moradores desta bacia caracterizava-se também pelas habilidades em explorar diversos ambientes, entre os existentes destacamos o rio Araguari. Conforme aponta Cândido (1982) acreditamos que:

o trabalho agrícola, a caça, a pesca e a coleta não eram práticas separadas, e de significado diverso – mas complementares, significando cada uma per si, e todas no conjunto, os diferentes momentos dum mesmo processo de utilização do meio imediato. A roça, as águas, os matos e campos encerravam-se numa continuidade geográfica, delimitando esse complexo de atividades solidárias - de tal forma que as atividades do grupo e o meio em que elas se inseriam formavam por sua vez uma continuidade geossocial, um interajuste ecológico, onde cultura e natureza apareciam, a bem dizer, como dois pólos de uma só realidade (CÂNDIDO, p. 173)

A pesca seja como complemento alimentar ou fonte de renda representou uma alternativa viável para uma parcela significativa da população rural. A pesca então não se desvinculava do cotidiano nem do modo de vida da pessoas, pois os elementos exigidos nesta atividade ligavam-se a um contínuo processo de obtenção dos meios de vida e reprodução da mesma.

Desta forma, acreditamos que mesmo contento alguns aspectos recreativos que a atividade enseja, a parte lúdica desta atividade era minimizada em função das condições sociais e no quadro no qual se inseria. O aspecto lúdico só é potencializado quando a obtenção dos meios de vida não atrelam-se à exploração direta do meio, e este aspecto será tratado no capítulo a seguir.

Diante disso, estudaremos a seguir, a transformação da pesca em atividade lúdico-esportiva. Destacamos que este processo de transformação vincula-se à institucionalização do tempo livre que é decorrente do processo urbano-industrial pela qual a bacia do rio Araguari passou.

CAPÍTULO 02

02. DAS CLIVAGENS AO LÚDICO: O LAZER COMO MEDIADOR DA RELAÇÃO HOMEM - NATUREZA

Vou fazer o meu ranchinho na beira do rio só pra mim pescá
 Pra fugir do baruião da cidade grande pra não istressá
 Lá eu fico amoitado jogo um farelinho pra cevar o poço
 Até esqueço que no banco eu tô atolado até o pescoço

Ai como é difícil a vida do pescador
 de noite ele enrosca o anzor na gaiada da taboca
 De dia ele queima no sor dando banho na minhoca

Levanto de madrugada pego a minha enxada e começo a cavá
 Mais é pra ranca minhoca pra fisgar uns bagres pra nós armocá
 Depois ranco umas mandiocas e jogo na água prelas istrágá
 Pra cevar peixe graúdo eu faço de tudo pra não trabaíá

Ai como é difícil a vida do pescador
 de noite ele enrosca o anzor na gaiada da taboca
 De dia ele queima no sor dando banho na minhoca

Vou chamar o Anizião um cabocro bão pra tarrafiá
 Ele da uma tarrafiada que precisa quatro pra poder puxá
 Dias desses lá no córgo ele apichou a sua tarrafinha
 Pegou cinco jiripoca uma onça parda e dezoito galinha

Ai como é difícil a vida do pescador
 de noite ele enrosca o anzor na gaiada da taboca
 De dia ele queima no sor dando banho na minhoca

Tudo aqui no meu ranchinho é bem simpresinho eu falar pro ceis
 É um farturão danado nós pega Dourado e sorta tra veiz
 A pexaiana miúda nós tem uma vara que é pra compará
 Se não der um metro e meio nós sorta o bichinho preles miorá

Ai como é difícil a vida do pescador
 de noite ele enrosca o anzor na gaiada da taboca
 De dia ele queima no sor dando banho na minhoca

Quando vai escurecendo nós vorta pro rancho é hora de jantá
 Um arroz com cambuquira um franguinho caipira que é pra variá
 Depois nós ferra no truco joga umas partidas que é pra relaxá
 Ai nós vai dormir tranquilo pra no outro dia nós vorta pescá.

Mato Grosso e Mathias

No capítulo anterior descrevemos a pesca como uma manifestação cultural que historicamente possibilitou e representou uma alternativa alimentar e econômica para a população residente na bacia do rio Araguari. Explorar o rio exigia habilidades das pessoas que implicavam o reconhecimento dos ambientes, das técnicas, dos ciclos naturais, do comportamento dos peixes, da administração do tempo e das diversas atividades que compunham o cotidiano rural presente no ciclo de reprodução da vida. Tais elementos então, constituíam o saber fazer exigido na pesca e era parte integrante do modo de vida das pessoas.

O aspecto recreativo que esta atividade possuía, era então reduzida pelas condições sociais, técnicas e histórica vividas pela população rural, a qual elevava a pesca como fonte alternativa de alimento e renda. O que trataremos neste capítulo, é que o aspecto lúdico será potencializado na medida em que o capital avança e penetra o mundo vivido das pessoas, comunidades, população rural e urbana.

Toda transformação pela qual passa o campo e a cidade decorrentes do processo urbano-industrial remodela o viver e o modo de vida das pessoas, promovendo uma nova concepção cultural e entendimento da natureza, desta forma, a percepção e valorização do espaço rural passa por um processo de ressignificação que acompanhado da transformação do ritmo de vida revaloriza o rural sob a perspectiva do lazer e do turismo.

Para Sorre (1982) o modo de vida embora duradouro não é estático, e este se transforma com o tempo e no espaço em função da dinâmica social. Embora reconheça que as mudanças processadas nas diversas localidades do mundo ocorra em função da globalização, da aproximação e encontro de diversas culturas, acredita-se que, ainda sim, o conceito de Modo de Vida possui sua validade, pois:

Gêneros de vida dissolvem-se sob os nossos olhos. Outros se organizam, conquistam espaço e impõem-se aos homens. As vezes, hesitamos em reconhecê-los, ou porque, situados no meio do rio, distinguimos mal as suas margens, ou porque a aceleração das mudanças de todas as formas da vida – devido a penetração dos dados científicos em todos os ramos da atividade – constrange a consolidação de complexos de hábitos, de sentimentos e de ideias,

ou porque um véu de uniformidade mascara as diferenças. Estas subsistem, tanto num plano como outro, e a tarefa do geógrafo consiste em desvendá-las" (SORRE, 1982, p. 122).

Na bacia do rio Araguari, as transformações ambientais e sociais são de diversas ordens, decorrentes e associados à incorporação do capital e de tecnologias na atividade agropecuária. O atrelamento entre produção agropecuária tecnificada e capital é de fato a base de toda transformação social e ambiental pela qual passou grande parte do Cerrado, e da população residente na bacia do rio Araguari. Tal processo impôs a lógica produtivista e de mercado inerente ao capital, solapando, em parte, a lógica social construída historicamente, na qual a produção da vida ocorria num ritmo lento para uma parcela da população rural, e com uma dimensão local, muitas vezes baseada na exploração direta do Cerrado, em ajuda mútua e nas relações de vizinhança.

Para Granou (1975) estas transformações não são frutos do acaso. Para instaurar sua lógica, o capitalismo necessita criar as condições sociais que reproduzam a lógica capitalista baseada na produção de mercadorias. Desta forma, explica Granou (1975):

[...] o capitalismo não podia impor-se definitivamente contra os modos de produção anteriores se não levasse a revolução começada na maneira de produzir [...] até ao modo de reprodução da vida. Dissolver o antigo modo de vida e reconstituir-lo na base das relações capitalistas, impor aquilo a que se chamará o reino das mercadorias, tal é em definitivo a condição do alargamento a toda a sociedade das relações de produção capitalistas, a condição para um novo lançamento (provisoriamente) durável da acumulação do capital. (GRANOU, 1975, p.48).

A organização rural tradicional, caracterizada pelo vínculo pessoal e parcerias entre membros comunitários, foi cedendo espaço a outros tipos de organização social e novos rearranjos produtivos, onde a mercantilização da mão de obra tornou-se característica marcante das novas condições sociais. Parte deste processo de modernização, reordenamento econômico e produtivo, que ocorreu em grande parte do Cerrado brasileiro, só foi possível graças à investimentos e incentivos estatais para se produzir nas áreas que em função

das técnicas rudimentares e características naturais não eram efetivamente aproveitadas.

Desta forma, os topos de chapadas, naturalmente menos férteis que as vertentes mais íngremes localizadas no entorno dos pequenos córregos e rios, deram origem a uma agricultura altamente mecanizada, possibilitada pela aplicação de novas tecnologias. Devido aos incentivos, avanços científicos e tecnológicos aplicados na correção dos solos, estas áreas de relevo plano, antes consideradas inférteis, transformaram-se então, em boa parte da bacia do rio Araguari, em áreas valorizadas e com expressiva produtividade de grãos, cujo mercado nacional e internacional constitui o destino final da produção.

A modernização tecnológica não é exclusividade da agricultura, pois todas as esferas produtivas do rural foram de forma direta ou indiretamente reorganizadas. A pecuária contou com avanços científicos em relação ao melhoramento genético do rebanho, conciliado ao melhoramento das pastagens e mecanização da ordenha, e desta maneira, proporcionou uma alternativa econômica para parte dos produtores rurais.

O processo de mecanização decorrente da industrialização do campo promoveu rearranjos produtivos e a especialização das propriedades rurais, e a agricultura de subsistência comum no meio rural baseada principalmente no cultivo de milho, arroz e feijão, foi substituída pela aquisição desses produtos e outros bens de consumo na área urbana, através dos rendimentos monetários adquiridos com as novas formas de produzir no rural.

Toda transformação pela qual passou o campo, é resultado de um processo amplo de industrialização tanto do espaço urbano quanto do rural, sendo este último incorporado mais recentemente à lógica industrial. Desta forma, o processo de urbanização e industrialização não referem-se apenas à cidade mas também incorpora o rural promovendo profundas transformações em ambos os espaços, que se integram, promovendo um fluxo migratório campo-cidade, diminuindo suas diferenças e aumentando as semelhanças.

A cidade afirma-se como local de destino e moradia para grande parte da população, e nela se concentra alguns dos principais sustentáculos da

sociedade capitalista, tais como a produção das mercadorias, distribuição e consumo das mesmas. A industrialização e a formação do urbano segundo Lefebvre (1991) deve ser considerado como um divisor de águas, um marco que se deve analisar a partir das transformações consolidadas pela industrialização, percebidas no ritmo e no modo de vida decorrentes desse processo. Assim, Lefebvre (1991) acrescenta que:

para apresentar e expor a “problemática urbana”, impõe-se um ponto de partida: o processo de industrialização. Sem possibilidade de contestação, esse processo é, há um século e meio, o motor das transformações na sociedade. Se distinguirmos o indutor e o induzido, pode-se dizer que o processo de industrialização é indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir a crescente importância dos lazeres e das questões relativas à “cultura” (LEFÉBVRE, 1991, p.03)

No exposto acima, percebe-se que o processo de industrialização, presente tanto do urbano quanto no rural é um marco, e pode ser considerado nas palavras do autor, um processo dominador da organização espacial e também temporal, desta forma, é também um transformador da organização social, ambiental, econômico, político e, portanto de transformação da vida. Para Granou (1975) a transformação do modo de vida rural vincula-se a dois fenômenos determinantes, “a urbanização e a invasão das artes e das técnicas na concepção dos meios de consumo” (GRANOU, 1975, p.59)

A passagem de um modo de vida rural para um modo de vida urbano implica em metamorfoses radicais de diversas ordens. A proximidade com os elementos naturais exigidos na lida rural, a dependência dos ciclos naturais são eliminados pela linearização do tempo em função do uso e dependência das máquinas, e, além disso, a vida no urbano afasta de seu cotidiano o ambiente e a relação com os elementos naturais. A organização da vida e as referências sócio-espaciais são radicalmente reorganizados. Para Sorre (1982)

No mundo rural, as áreas de habitat disperso opõem-se às de habitat concentrado. No mundo urbano, as grandes aglomerações constituem um ambiente com características marcantes. O conjunto das condições de vida – clima urbano, alimentação, alojamento,

profissão, participação em algum grupo social – marca fortemente os homens. Pode ser que num futuro mais ou menos próximo as diferenças entre habitat rural e habitar urbano se atenuem ou mesmo desapareçam. [...] Em nossas regiões, muitos índices acusam a penetração dos meios rurais por traços culturais de origem urbana. Mas a oposição ainda subsiste e é origem de diferenciações psicológicas (SORRE, 1982, p. 45).

Para Sorre (1984) as diferenças também aparecem na paisagem com os aglomerados urbanos, no clima, no ritmo de vida proporcionado pelo trabalho, na alimentação, sendo estes elementos uma marca dos homens que vivem neste meio. Assim, continua Sorre (1982) a invenção e o funcionamento das máquinas constituíram e inauguraram uma nova era na história dos gêneros de vida, pois:

Com os progressos da indústria e também das cidades, entretanto, os modos de existência fundamentados unicamente em ocupações industriais conquistaram independência em face da cultura do solo, e localizaram-se conforme suas próprias leis. Em sua formação e em seu progresso, o avanço das técnicas instrumentais, dominado há um século e meio pelo progresso científico, desempenhou papel dominante. (SORRE, 1982, p. 108).

Desta forma é fundamental entender que concomitante a uma reorganização produtiva, do espaço e do modo de viver, estão indissoluvelmente associada às novas maneiras de organização da vida, do cotidiano, e, portanto, da percepção e administração do tempo. Assim, a mudança de vida promove novas necessidades, acompanhadas de novas visões de mundo e de natureza.

Para Velho (1995) a cidade é o lócus dessas transformações não apenas porque ocorrem nela “novas formas de sociabilidade e interação social”, mas, porque é em função de “suas atividades comerciais e industriais, constituíram-se nos pontos de articulação dessa grande rede que passou a conectar esferas diversificadas da vida social de sociedades distantes, geográfica e culturalmente, umas das outras”. (VELHO, 1995, P. 228)

O processo urbano e a moradia na cidade é então local de transformação por envolver elementos diversificados de grupos culturais

distintos, que se encontram no espaço, promovendo e permitindo trocas e transformações culturais.

A industrialização e a urbanização são então eventos concomitantes que abarcam tanto o urbano quanto o rural. Desta forma, destacaremos a seguir, dois processos de clivagens que foram determinantes para a transformação da pesca em atividade lúdico-esportiva: o processo de urbanização da bacia do rio Araguari e a construção das Usinas Hidrelétricas que estão intimamente vinculadas ao processo de industrialização.

2.1 O Processo de Urbanização da Bacia do Rio Araguari.

A urbanização brasileira pode ser entendida como consequência de um amplo processo de transformação produtiva pelo qual passou o território brasileiro a partir da tecnificação e industrialização, principalmente a partir da década de 1950. Santos (2005) na obra *A Urbanização Brasileira* refere-se a este período como uma ruptura, pois é exatamente neste momento histórico que se verifica a “construção ou reconstrução do espaço” com “um crescente conteúdo de ciência, de técnicas e de informação” (Santos, 2005, p. 37).

Assim, este período marca a substituição do meio natural, “no qual o homem escolhia da natureza aquilo que considerava fundamental ao exercício da vida e valorizava diferentemente essas condições naturais” (Santos, 2005, p. 37), ao meio técnico-científico-informacional, cujas ações atrelam-se às rationalidades e operacionalidades dos objetos e máquinas. Assim, este momento é marcado pela “presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização” (Santos, 2005, p. 38)”

A urbanização é um processo vinculado à industrialização do país. Industrialização que necessita se expandir, incorporando novos espaços e

remodelando a maneira de viver e produzir da população, impondo assim, através da lógica e premissas capitalistas baseadas na oferta da mão de obra assalariada e na produção de mercadorias, o modelo de produção dominante da sociedade.

É com a industrialização que o território brasileiro começa a integrar-se de forma mais concreta. Até este momento (1950), as regiões brasileiras mantinham dinâmicas próprias e relativamente independente uma das outras, característica que se transforma com construção de infraestruturas de acesso e deslocamento entre as regiões.

Como parte do processo de industrialização o urbano se solidifica em todo território brasileiro, recebendo um contingente significativo das pessoas que, expulsas do campo, migram em direção a cidade onde tornam-se em grande parte, excedente de mão de obra tão importante para a produção industrial. Como dito anteriormente, o processo de urbanização no Brasil se intensifica a parti da década de 1950. Na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, essa característica se concretiza principalmente a partir da década de 1970.

Para Bessa & Soares (2002, p. 43) é a partir desse momento que “os componentes do período técnico-científico-informacional” dispersam pela região, e este processo atinge “de modo geral, todas as cidades” que “apresentaram avanços importantes no processo de urbanização”. Ainda para estas autoras, “o processo de urbanização é incrementado pelos movimentos migratórios, seja pela saída de população dos centros de menor porte como pela saída da população do campo (Bessa & Soares, 2002, p.43).

Desta forma, é neste contexto que o “meio natural” do Cerrado, ou seja, as condições elaboradas pelos inúmeros processos de formação natural desta área, passa a ser transformado pelo meio técnico.

O intenso movimento em direção das cidades, principalmente para aquelas de maior porte, se deve em função de um processo amplo de transformação tanto da cidade, quanto do campo. Assim, a base das transformações e dinâmicas que a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba atravessaram, ocorreram segundo Soares et all (2004) em função da:

expansão industrial, com a criação de um complexo agroindustrial constituído de processador de grãos, carnes, frutas, vegetais e laticínios, e também por indústrias para a agricultura, isto é, aquelas associadas ao segmento da biotecnologias animal e de insumos agrícolas; e também à diversificação e ampliação do setor terciário, marcado pelo comércio atacadista e varejista e pela prestação de serviços de apoio. (SOARES ET ALL, 2004, p. 131)

A tabela abaixo demonstra a evolução da população urbana e rural da bacia do rio Araguari a partir da década de 1970, onde é possível observar que o número da população urbana cresce vertiginosamente neste período e o número da população rural, inversamente, diminui a ponto de, já na década de 2000, todos os municípios possuírem ampla maioria da população residindo no urbano.

TABELA 01: POPULAÇÃO URBANA E RURAL DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO RIO ARAGUARI A PARTIR DA DÉCADA DE 1970

MUNICÍPIOS	1970		1980		1990		2000		2010	
	Urbana	Rural								
ARAGUARI	49.741	13.627	74.270	9.253	82.020	9.182	92.712	9.223	102.558	7.221
ARAXÁ	31.520	4.156	51.311	2.093	67.919	1.939	77.591	1.257	92.300	1.383
CAMPOS ALTOS	6.040	2.647	8.542	1.943	9.951	1.154	11.615	1.200	12.921	1.292
IBIÁ	10.622	6.160	11.677	4.432	14.499	3.806	17.361	3.693	19.695	3.570
INDIANÓPOLIS	1.201	2.690	1.640	2.030	2.653	2.212	3.204	2.183	4.053	2.128
IRÁI DE MINAS	496	3.084	1.168	2.267	2.458	2.017	4.593	1.290	5.154	1.310
NOVA PONTE	2.303	3.958	2.941	2.374	4.347	5.811	7.535	1.945	11.001	1.822
PATROCÍNIO	21.432	14.146	31.216	13.157	47.051	13.510	62.969	10.091	72.822	9.719
PEDRINÓPOLIS	841	1.631	2.106	1.554	2.996	1.391	2.853	499	2.927	563
PERDIZES	1.468	8.505	2.787	6.457	4.553	6.177	7.140	5.205	9.955	4.436
PRATINHA	974	2.358	1.048	1.423	1.188	1.313	1.638	1.244	1.779	1.506
RIO PARANAÍBA	1.892	5.698	3.955	6.803	4.491	4.972	6.195	5.325	7.301	4.597
SACRAMENTO	9.156	13.655	10.561	8.239	13.609	6.729	15.859	5.442	19.278	4.602
SANTA JULIANA	2.244	3.264	3.648	2.380	5.993	1.835	6.629	1.445	9.797	1.546
SÃO ROQUE DE MINAS	1.658	5.485	2.417	4.024	2.752	3.574	3.728	2.598	4.222	2.464
SERRA DO SALITRE	1.739	3.921	2.951	3.342	4.908	3.061	6.616	2.800	7.751	2.790
TAPIRA	608	2.598	970	1.753	1.675	1.297	2.213	1.111	2.744	1.358
TUPACIGUARA	13.383	11.744	17.574	7.671	20.054	6.507	20.619	2.504	22.045	2.140
UBERABA	108.259	16.231	182.519	16.684	200.258	11.098	243.406	7.753	289.408	6.592
UBERLÂNDIA	111.466	13.240	231.598	9.363	357.848	8.881	488.270	12.218	583.879	16.406

Fonte: Censo IBGE 2010. Soares at II (2004).

Org. BRACONARO, Fernando. 2010.

Conforme demonstra a tabela acima, a urbanização é parte integrante da realidade vivida pela maioria da população residente nos municípios pertencentes a bacia do rio Araguari, o que implica a constituição de um novo modo de vida. Para Carlos (2007), a urbanização generalizada e a consolidação de uma sociedade urbana “produz novos padrões de comportamento que obedecem a uma racionalidade inerente ao processo de reprodução das relações sociais, no quadro de constituição da sociedade urbana revelado na prática sócio-espacial” (CARLOS, 2007, p. 11).

Desta forma, tais transformações impõem à sociedade, uma nova noção de tempo, que não é mais cíclica nem natural, mas sim, um tempo humano contínuo e linear construído e vivido socialmente no bojo das imposições técnicas e científicas presentes no processo de tecnificação da relação homem natureza, e que tem por finalidade essencial, a produção e reprodução de mercadorias.

2.2 A construção das usinas hidrelétricas e as implicações sociais e ambientais.

A construção de barragens e reservatórios de água são obras de engenharia que a sociedade humana edifica ao longo de sua existência com diversas finalidades. Segundo Petts (1984, apud Rêgo, 2008, p.01) estas obras acompanham a humanidade a pelo menos cinco mil anos, e suas finalidades variam entre controle de inundações, abastecimento e consumo doméstico, além da utilização da água para a irrigação na produção agrícola.

Porém, foi com a revolução industrial que a construção de barragens passou a ser edificadas com o propósito de produzir energia elétrica. Este processo se expandiu e intensificou-se em diversas regiões do mundo, e é a base energética e o sustentáculo da produção industrial de diversos países⁶⁵.

⁶⁵ No Brasil, a hidroeletricidade é responsável por cerca de 76,6% da capacidade instalada de geração no país, e por 82,8% da eletricidade consumida (Aneel, 2007, apud Bermann 2007).

Tal processo não pode ser dissociado da industrialização e urbanização, pois a demanda de energia é fruto do desenvolvimento econômico industrial, do crescimento populacional e da consolidação de uma sociedade baseada no consumo de mercadorias.

Como parte do processo de Industrialização, a construção de Usinas Hidrelétricas, no Brasil, intensificou-se a partir da década de 1960, período na qual o país começa a criar as bases de sua industrialização. Segundo Silva (2004, p. 83) a:

[...] criação das Centrais Elétricas do Brasil - ELETROBRÁS, no início da década de 1960, representou um marco importante na intensificação do aproveitamento da energia produzida por hidrelétricas, constituindo-se a arrancada para o intenso aproveitamento dos recursos hídricos que se impôs a partir daí e que se materializou em grandes obras.

Na região do Triângulo Mineiro, diversas UHE's foram construídas a partir deste período nas bacias dos rios Paranaíba e Grande. Na bacia do rio Araguari⁶⁶, o processo de represamento, notadamente os grandes projetos, só se materializaram na década de 1990 com a construção da UHE de Nova Ponte (1994), UHE de Miranda (1998) e recentemente com a construção das hidrelétricas Amador Aguiar I e II (Capim Branco I e II) respectivamente nos anos de 2005 e 2006. Embora construída no rio Paranaíba no ano de 1980, a UHE de Furnas, Itumbiara-GO, foi a primeira a promover transformações ambientais na área de estudo, pois com a formação do lago, aproximadamente cinquenta e cinco quilômetros a montante da foz do rio foram inundados.

A construção de UHE's e o consequente barramento do rio implicam profundas transformações na paisagem e na dinâmica ambiental. Implicações e

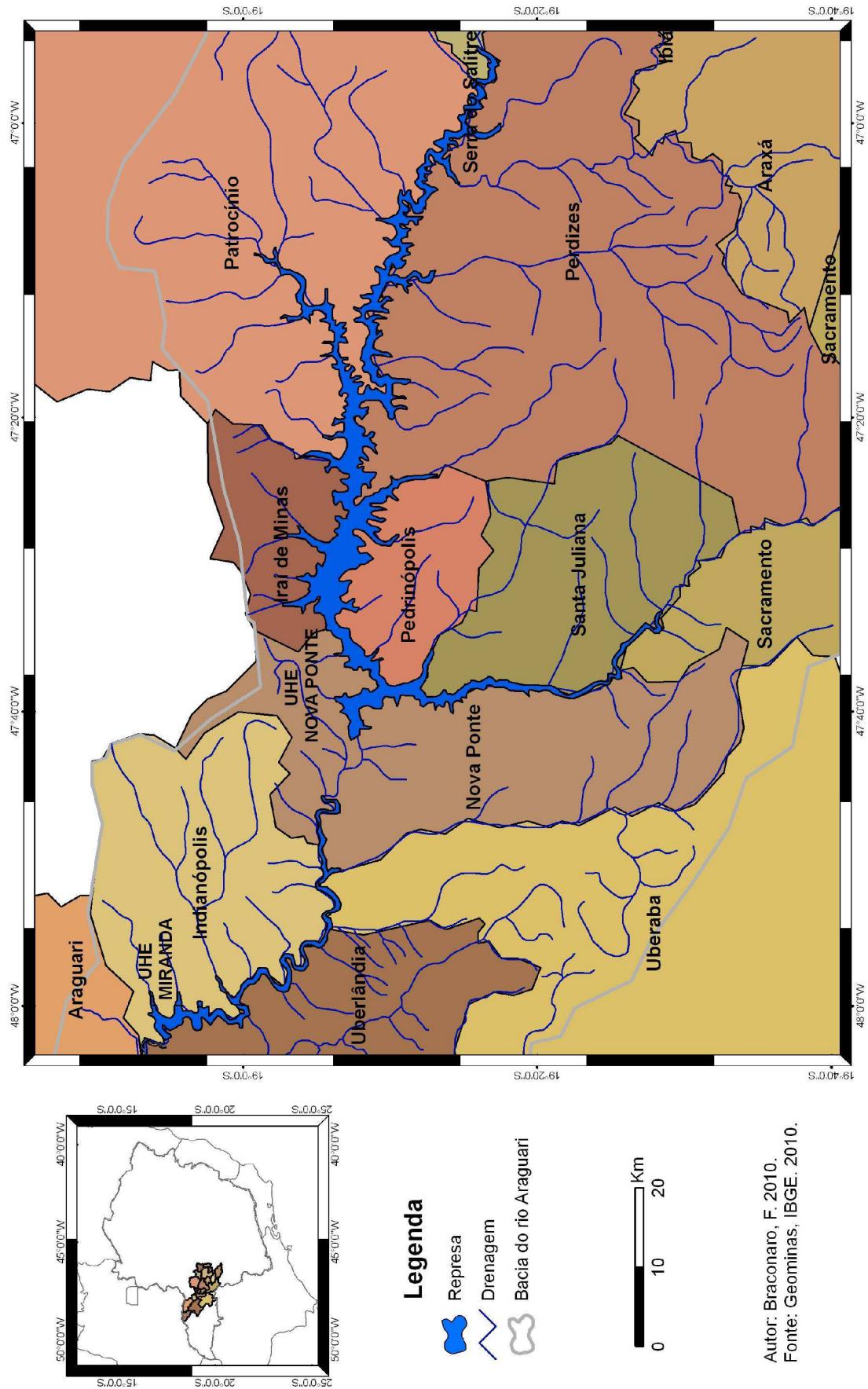
⁶⁶ A primeira usina a ser construída na bacia do rio Araguari foi a PCH Pai Joaquim, que inundou uma pequena área entre os municípios de Nova Ponte e Santa Juliana. Esta usina aproveitou a queda de uma cachoeira que naturalmente constituía uma barreira para a migração das espécies de peixes da bacia. A PCH Pai Joaquim foi construída em 1941, mas teve sua casa de força inundada pela construção da hidrelétrica Nova Ponte (510 MW) e reconstruída posteriormente. A segunda PCH dos Macacos localizada à montante da Pai Joaquim, foi edificada no ano de 1952 para suprir a demanda de energia elétrica de uma pequena fábrica local. Foi revitalizada na década de 2000 após ser danificada por uma cheia excepcional no rio Araguari (SUPRAM, 2011).

impactos que não se resumem à diversidade biológica, mas também promovem novas dinâmicas sociais e econômicas. Na bacia do rio Araguari, o conjunto de barramentos provocados pelas usinas instaladas promoveu profundas transformações, pois a formação dos reservatórios implicou em perdas dos solos até então considerados mais férteis e propícios à produção dos meios de subsistência da população rural; o processo de inundação também promoveu o deslocamento compulsório de parte da população rural em direção aos centros urbanos.

Para aqueles que se dedicavam à pesca, seja como fonte de alimento, seja como fonte de renda, tiveram suas atividades praticamente extintas, pois a ampla maioria dos grandes peixes que até então eram capturados no rio não se reproduzem nas condições impostas pelos represamentos.

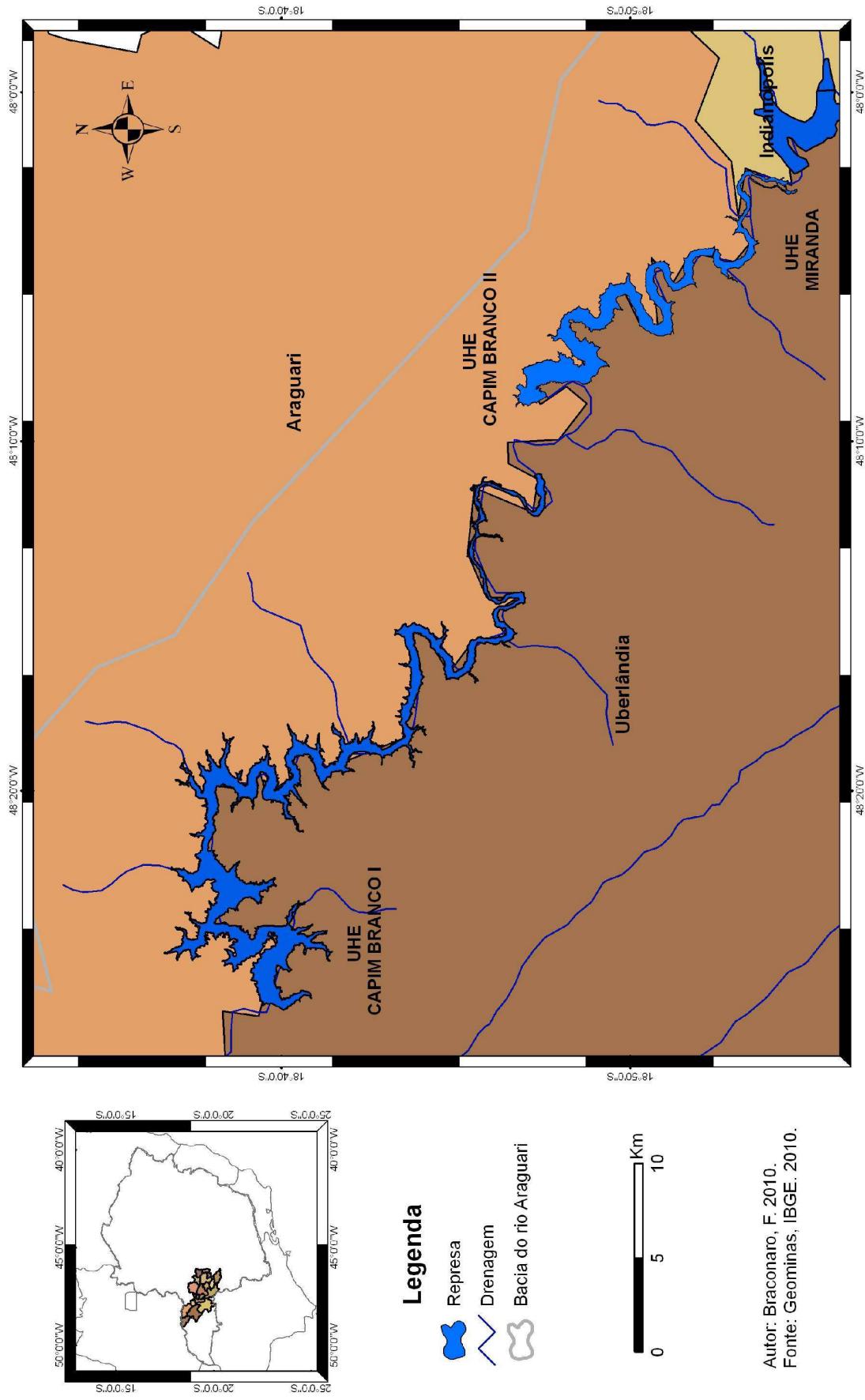
Desta forma, a construção das barragens implica num processo de transformação do modo de vida destas pessoas, pois a perda não se reduz ao aspecto material, implica também, em perdas de referências sócio-espaciais que foram herdadas, construídas individualmente e coletivamente ao longo da vida destas pessoas, e que historicamente obtinham seus meios de vida e produção dos bens alimentares com a exploração das terras, das águas e das matas.

MAPA 02 - LOCALIZAÇÃO DAS UHE'S NOVA PONTE E MIRANDA



Autor: Braconaro, F. 2010.
Fonte: Geominas, BGE. 2010.

MAPA 03 - LOCALIZAÇÃO DAS UHE'S CAPIM BRANCO I E II



Segundo um pequeno proprietário rural, atingido pela construção da Usina Hidrelétrica de Amador Aguiar II no ano de 2006, sua propriedade foi parcialmente atingida e sua rotina e tarefas foram totalmente transformadas pois:

Agente tinha um sítio de dez alqueire, a parte plana, mais produtiva, que podia plantá lavoura, fazê capineira, essas coisas, foi toda atingida pela barragem, fico tudo embaixo d'água. Nossa atividade aqui era basicamente produzi leite, eu tinha gado de leite. Então nessa parte que eu tava te falando, que era um terço do sítio, trêis alqueire e mei, eu tinha canavial, lavoura de milho pra fazê silagem pro gado, lavoura de milho pra secá né, pra tratá de porco e de galinha, mas a atividade principal era leite, produzi leite. Então eu tinha uma estrutura pra produzi leite. Quando chegou a inundação, inundo essa parte. Então o que que fico? Fico meio encosta, que não tem como você plantá, aproveita pra pastagem, só. Mas não tem aquele lugar de você plantá, pra no período de seca você ter estoque de alimento pro gado, que é a silagem, pra tratá na seca. [...] A sede, tudo que tinha construído na propriedade ficou na área de inundação, perdeu tudo lá⁶⁷.

As perdas, mesmo que parciais, são materiais e simbólicas, pois a reformulação do cotidiano e das atividades é também acompanhada do sentimento de perda do lugar no qual se desdobrou durante muitos anos, atividades diárias e rotineiras ligadas a lida na terra, a qual possibilitou a constituição da vida familiar e comunitária nas margens do rio Araguari.

Outro proprietário rural, atingido pela Hidrelétrica de Nova Ponte nos relata que as terras localizadas no entorno do rio Araguari possuíam características singulares, pois:

tudo era terra boa, era terra diferente, era terra boa, não é essas terra que agente vê hoje não. A terra de prantá mesmo, a terra boa mesmo, essa nós hoje não vê, ela ta debaixo d'água. Praticamente sobrou alguns pedacinhos, mas não imita aquela que era da beira do rio não⁶⁸.

No município de Indianópolis, o relato tem o mesmo sentido de perda das referências sócio-espaciais, pois parte da vida se desenrolava em meio as paisagens criadas pelo rio.

⁶⁷ Entrevista realizada com proprietário rural do município de Uberlândia-MG.

⁶⁸ Entrevista realizada com proprietário rural do município de Nova Ponte, na comunidade Jatobá.

Conheci esse rio de baixo em cima. Agente ia pra todo lado, tinha muita cachoeira, aquelas correderona brava. Conhecia, do Barreiro até na usina de são Joaquim. Quem conheceu conheceu, quem não conheceu não conhece mais. Eu pescava nessa região toda (do rio), pescava na barra da furna, na cachoeira, na ilha seca, na ilha de baixo. Era muita correnteza, tinha cachoeira bonita demais. Quem conheceu tem pena, tem pena de tê acabado. A CEMIG fez a represa, a represa acabou com a natureza tudo. Era bonito demais esse rio, foi um pecado⁶⁹.

Na bacia do rio Araguari, os processos de ruptura e transformação do cotidiano e da vida foram amplos e atingiram a população tanto rural quanto urbana. No espaço rural, as terras planas localizadas nos topos de chapadas foram revalorizadas e reocupadas por um processo de produção de monocultura altamente tecnificado, enquanto o fundo dos vales e áreas mais íngremes foram parcialmente inundadas pelos lagos das Usinas instaladas no rio.

Silva (2004) aponta que no município de Nova Ponte, antes da construção da UHE, as áreas destinadas ao cultivo de arroz eram significativas e presentes em diversas propriedades rurais. Porém, segundo este autor, verifica-se que no momento posterior à formação do reservatório:

esse produto sofreu um decréscimo da área de plantio equivalente a cerca de 65%. A produção caiu em 74%, e a produtividade por área também diminuiu em 35% em função de ter perdido uma significativa parcela das terras mais férteis do vale do rio (SILVA, 2004, p. 78).

A formação dos reservatórios assim foi responsável pela perda de solos de vital importância para a população rural, pois nela se dava o cultivo de alimentos que representavam a base da produção familiar de subsistência dos pequenos produtores, assim como esta produção fornecia excedentes e eram direcionadas aos mercados próximos. Mas como afirmamos anteriormente, os impactos também se materializaram no espaço urbano, não só porque foi este o destino de uma parcela significativa da população rural expulsa do campo, mas também porque, particularmente, a construção da UHE de Nova Ponte promoveu o alagamento do espaço urbano da antiga cidade com consequente

⁶⁹ Entrevista realizada na área urbana de Indianópolis, com antigo morador da zona rural.

planejamento e (re)construção de uma nova cidade, hoje localizada nas margens desta represa. Silva (2004) estudou a reconstrução e reorganização da vida e do cotidiano na nova cidade de Nova Ponte. Para este autor, a construção desta usina:

promoveu o que aqui chamamos de ruptura, ou seja, o fato de que tanto a cidade quanto seus moradores tiveram o curso de sua história transformado e seus símbolos foram destruídos. Os moradores perderam as referências constituídas pelas marcas definidas de vários tempos superpostos. (SILVA, 2004, p. 71)

A formação dos reservatórios das usinas hidrelétricas foi responsável pela mudança da vida dos moradores, pois promoveu profundas transformações de ordem simbólica e material. A vida reformulada, obrigatoriamente transposta de um lugar para outro espaço muitas vezes desconhecido, é marcada pelo sentimento de perda, pois ali estabeleceram-se laços sociais, de identidade e pertencimento sócio-espaciais.

Segundo uma entrevistada, hoje moradora do assentamento Vida Nova, edificado pelo consórcio responsável pela construção das represas Amador Aguiar I e II, a qual possui um conjunto de oito lotes que abrigam antigos funcionários e moradores das propriedades rurais atingidas pelo reservatório da UHE Amador Aguiar I:

a diferença foi grande, porque hoje... no início foi difícil. Mas até hoje eu sinto um pouco de falta mesmo é do rio, igual, eu ia no rio, tomava banho com as crianças, hoje no lago eu tenho medo, muita água⁷⁰.

A perda das referências sócio-espaciais, simbólicas e materiais é uma característica comum a todas as usinas construídas na bacia do rio Araguari, pois, mesmo com indenizações, o valor sentimental e o apego ao lugar não são elementos fáceis de contabilizar. Na verdade, embora ocorram negociações entre representantes destas grandes obras e proprietários rurais e moradores com intuito de minimizar as perdas, há determinadas imposições que culminam na retirada do local de moradia e trabalho. Silva aponta que “no caso da Usina Hidrelétrica de Miranda o território precisou ser abandonado não por vontade

⁷⁰ Entrevista realizada com atual moradora do Assentamento Vida Nova, Uberlândia-MG.

dos moradores, mas por imposição, provocando assim uma destruição do território e posteriormente uma reconstrução, com novos usos" (Silva, 2004, p. 188).

Segundo afirma Bermann⁷¹ (Sem data) invariavelmente as populações atingidas por estas obras, são "desconsideradas diante da perspectiva da perda irreversível das suas condições de produção e reprodução social, determinada pela formação do reservatório". Além disso, afirma o autor, que a construção de usinas hidrelétricas representa uma maneira concreta de destruição dos projetos de vida das pessoas atingidas, impondo a expulsão da população rural sem que haja garantias reais ou asseguradas de "manutenção de suas condições de reprodução num mesmo nível daquele que se verificava antes da implantação do empreendimento". Ainda para este autor, "histórica e coincidentemente, muitas usinas hidrelétricas são instaladas em espaços sociais inicialmente concebidos pelas e para populações ribeirinhas produzirem suas formas de subsistência por meio da pesca e da lavoura".

A destruição das formas de subsistência, além de sociais, são também ambientais, pois promovem uma radical transformação nas características físico-químico-biológicos e dinâmicas ecológicas do rio. Bermann (sem data) enumera sete impactos constatados após a construção de reservatórios:

1. Alteração do regime hidrológico, comprometendo as atividades a jusante do reservatório;
2. Comprometimento da qualidade das águas, em razão do caráter lêntico do reservatório, dificultando a decomposição dos rejeitos e efluentes;
3. Assoreamento dos reservatórios, em virtude do descontrole no padrão de ocupação territorial nas cabeceiras dos reservatórios, submetidos a processos de desmatamento e retirada da mata ciliar;
4. Emissão de gases de efeito estufa, particularmente o metano, decorrente da decomposição da cobertura vegetal submersa definitivamente nos reservatórios;
5. Aumento do volume de água no reservatório formado, com consequente sobrepressão sobre o solo e subsolo pelo peso da massa de água represada, em áreas com condições geológicas

⁷¹

Disponível em:
http://www.portalpch.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=566&Itemid=134.
 Acesso em 13 de Junho de 2010.

desfavoráveis (por exemplo, terrenos cársticos), provocando sismos induzidos;

6. Problemas de saúde pública, pela formação dos remansos nos reservatórios e a decorrente proliferação de vetores transmissores de doenças endêmicas;

7. Dificuldades para assegurar o uso múltiplo das águas, em razão do caráter histórico de priorização da geração elétrica em detrimento dos outros possíveis usos como irrigação, lazer, piscicultura, entre outros.(Bermann)

Além destas transformações, podemos mencionar outro impacto promovido pela construção das UHE's, que referem-se às alterações na biodiversidade ictiológica existente nos rios, com consequente transformações na composição e na diminuição da diversidades de espécies, o que implica muitas vezes na redução ou até mesmo extinção das atividades de pesca para grande parte da população rural, como é o caso verificado na bacia do rio Araguari.

Destacaremos nesta discussão, os resultados obtidos por algumas pesquisas realizadas especificamente na bacia do rio Araguari pelos autores Vono (2002) que estudou especificamente o efeito da implantação das UHE's de Nova Ponte e Miranda sobre a ictiofauna do rio Araguari, Rêgo (2008) que pesquisou a composição, a abundância e a dinâmica reprodutiva e alimentar dos peixes da usina Amador Aguiar I; Martins (2009) que pesquisou a biologia da espécie conhecida popularmente como traíra, e os relatórios técnicos produzidos pela UFMG, referente ao programa de monitoramento e de conservação da ictiofauna das usinas Amador Aguiar I e II.

Segundo aponta a pesquisa de Vono (2002) foi registrada para a bacia do rio Araguari uma parcela significativa da ictiofauna pertencente à bacia do Paraná. O número de espécies registradas equivale a 16% da riqueza total de espécies já registradas para toda a bacia do rio Paraná, e 73% daquela já registradas para a parte superior da bacia. Porém, o autor ressalta que, em levantamentos recentes, o número de espécies registradas para a parte superior da bacia do Paraná passou para cerca de 250 diferentes espécies, resultando assim, numa representatividade da Bacia do rio Araguari de cerca de 38% deste total. Vono (2002, p. 49) destaca ainda que a riqueza do rio

Araguari, quando consideradas espécies nativas capturadas nos trechos lóticos, é superior ao encontrado para os rios do alto Paraná.

Essa variedade de espécies encontrada no rio Araguari começa a ser alterada com a formação das barragens, pois a edificação destas torna-se barreiras intransponíveis para parte das espécies de peixes que migram rio acima para completarem seu ciclo biológico de reprodução. Para Rodriguez-Ruiz (apud Vono, 2002, p. 53), “o distúrbio local provocado pela construção da barragem tem grande influência sobre a composição e abundância de espécies que habitam trechos a jusante de barramentos”. Isto se deve ao fato de que além de ser uma barreira, as usinas controlam a vazão do rio a jusante da barragem, alterando suas características naturais, tais como, velocidade e turbidez da água.

A pesquisa desenvolvida por Vono (2002) permite a caracterização da ictiofauna do rio Araguari, pois este autor participou de pesquisas antes e depois da formação do reservatório de Nova Ponte e Miranda. Estes dois períodos da pesquisa possibilitou a comparação dos dados obtidos em dois momentos distintos, e na bacia do rio Araguari, é o único trabalho com esta característica. Este autor revela que a sequência de eventos referentes à construção das UHE's de Nova Ponte e Miranda promoveu profundas transformações na composição da ictiofauna existente na bacia do rio Araguari, pois:

De 1993 a 1996, quando a barragem de Nova Ponte já havia sido fechada e o rio na região de Miranda encontrava-se desviado por túneis escavados em rocha, foi registrada acentuada alteração na composição e abundância das espécies em relação ao rio antes da formação dos reservatórios. As alterações continuaram a se processar a jusante de Miranda a partir de 1997, quando seu reservatório já havia sido formado. Assim, a comunidade de peixes dos trechos lóticos remanescentes sofreram os efeitos cumulativos de dois eventos, o fechamento de Nova Ponte, associado ao desvio do rio em Miranda, e o fechamento de Miranda. A maioria dos fatores mencionados anteriormente, excluindo-se aqueles que ressaltam a mortandade de peixes, podem ter influenciado a ictiofauna presente a jusante dos barramentos em estudo. (VONO, 2002, p.52)

Seguindo o raciocínio utilizado por Vono (2002), podemos afirmar que a composição e abundância das espécies de peixes do rio Araguari foi alterada por inúmeros outros eventos. O primeiro a ser considerado refere-se à construção da UHE de Furnas Itumbiara, que alagou a foz do rio Araguari, e que segundo os diálogos estabelecidos em campo com antigos moradores, após a construção e formação deste lago, as espécies migradoras presentes no rio Araguari, tais como Dourado e Pintado, tiveram maior incidência de captura, o que nos possibilita cogitar a hipótese de que estas espécies buscavam o rio Araguari como rota alternativa para a migração e reprodução.

O segundo grande evento refere-se a construção da UHE de Nova Ponte. O desvio do curso natural do rio, a edificação da barragem, o processo de formação do lago, com consequente diminuição da vazão do rio a jusante da barragem implicam em alterações na composição da ictiofauna local. Portanto, as espécies de peixes que colonizaram no lago de Nova Ponte são aquelas que se encontravam presentes no rio antes deste evento.



FOTO 10: Fotografia aérea destacando a Usina Hidrelétrica de Nova Ponte e parte do lago formado pelo empreendimento e imagem da barragem da UHE de Miranda localizada entre os municípios de Uberlândia e Araguari.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.

O terceiro evento segue com a construção da UHE de Miranda, que por sua vez, herda parte das características acima citadas com o agravante de encontrar a composição das espécies de peixes já alterada pela construção da UHE de Nova Ponte. Vono (2002) ressalta que:

A ictiofauna que colonizou o reservatório de Miranda foi submetida aos efeitos proporcionados por três eventos ambientais distintos, primeiro o desvio do rio para a construção de sua barragem, segundo a interrupção de fluxo para enchimento do reservatório de Nova Ponte e terceiro as flutuações de vazão e nível a jusante inerentes à operação do reservatório de Nova Ponte (VONO, 2002, p.58)

O efeito da construção de seguidos reservatórios para a ictiofauna é acumulativo, pois herda-se os impactos anteriores e as novas construções promovem e aprofundam ainda mais os impactos já existentes. Desta forma, a construção da UHE de Miranda promoveu transformações a sua jusante, trecho onde atualmente se encontra a UHE Amador Aguiar I, e que consequentemente, herda parte das transformações promovidas anteriormente. Vono (2002) destaca que:

O desvio do rio Araguari através de túneis deve ter interferido no transito dos peixes devido, principalmente, às alterações de luminosidade e fluxo. Além disso, as obras de desvio do rio proporcionam condições adversas para as espécies que se deslocam neste trecho, principalmente relacionadas às perturbações locais (ex: detonações, movimentação de máquinas, aporte de rejeitos e poluentes na água, alteração de curso, aumento inicial de turbidez e redução na disponibilidade de espaço). Estes fatores podem ser considerados, portanto, limitantes aos deslocamentos das populações de espécies para trechos de montante do eixo de Miranda" (VONO, 2002, p.53)

A construção da UHE Amador Aguiar I e II, localizada a jusante de UHE de Miranda constituem respectivamente o quarto e quinto eventos de grande impacto para a ictiofauna da bacia, e conforme apresentamos para as UHE's de Nova Ponte e Miranda, promovem e herdam impactos das usinas já construídas na bacia.



FOTO 11: Fotografias aéreas das UHE's Capim Branco I e II localizadas no baixo curso do rio Araguari entre os municípios de Uberlândia e Araguari.

Fonte: CCBE, 2010.

A construção das usinas não elimina todas as espécies de peixes existentes no rio, na verdade a transformação ambiental e a formação de um novo ambiente selecionam as espécies que sobreviverão no ambiente lêntico formado. Tal transformação implica em desaparecimentos de habitats típicos de águas rápidas, e consequentemente das espécies associados a estes ambientes lóticos. Por outro lado, o represamento possibilita que as espécies que habitavam as águas mais lentas do rio, encontrem no ambiente novo, condições propícias a sua reprodução e manutenção. Desta forma a diversidade biológica relaciona-se diretamente com a diversidade de ambientes, e o desaparecimento de ambientes causado pelo alagamento, promovem consequentemente, uma diminuição na diversidade de peixes.

Segundo afirmam Vono (2002) e Martins (2009, p. 03) a fauna de peixes a se estabelecer primariamente no novo ambiente depende da fauna preexistente no ambiente lótico. Para Vono (2002) “as espécies pré-adaptadas às condições lacustres tem maior probabilidade de sucesso no novo ambiente formado”, sendo que estas espécies necessitam desenvolver novos “mecanismos adaptativos diferentes daqueles que possuíam no ambiente lótico”. (VONO, 2002, p. 55). Martins (2009, p.03) ressalta que o sucesso da colonização do reservatório depende de uma série de fatores, entre elas estão a plasticidade em adaptar-se aos novos habitat, plasticidade alimentar e

reprodutiva. A plasticidade então, refere-se à capacidade que cada espécie possui de alternar seus hábitos alimentares além da capacidade de reprodução em ambientes distintos dos existentes no rio.

Com as modificações impostas pelas barragens, as pesquisas realizadas apontam de forma geral que a abundância e diversidade de espécies existentes nos lagos é menor do que a encontrada na fase anterior. No reservatório da UHE de Nova Ponte, “várias espécies migradoras foram registradas, embora poucas se mantiveram em proporções numéricas semelhantes ou superiores àquelas da fase rio” (VONO, 2002, p.56). Ainda segundo Vono (2002) a diminuição da diversidade de espécies capturadas no lago decorre da “expressiva dominância de espécies oportunistas, em especial o lambari, o que proporciona uma baixa equitabilidade na distribuição das abundâncias das espécies.” (VONO, 2002, p.58)

Para o reservatório da UHE de Miranda a pesquisa realizada por Vono apontou “abundâncias numéricas expressivamente inferiores àquelas registradas no rio antes dos barramentos e no reservatório de Nova Ponte” (VONO, 2002, p.89), assim, a ampla maioria das espécies existentes no trecho do rio, onde foi formado o lago da UHE de Miranda, tiveram a população reduzida e mantidas em “baixas abundâncias, indicando falhas ou insucesso na reprodução e comprometimento da produção de descendentes” (VONO, 2002, p. 109).

As falhas e insucesso reprodutivo das espécies de maior porte e que possuem baixa plasticidade reprodutiva explica a “ausência de indivíduos jovens ou alevinos de espécies migradoras ao longo de todo o período de amostragem” no “reservatório de Miranda e no reservatório de Nova Ponte a partir do quinto ano de sua formação” (VONO, 2002, p. 109), o que por sua vez acarreta a diminuição e até mesmo extinção destas espécies.

Vono (2002) conclui que “a implantação dos barramentos modifica os atributos reprodutivos das espécies, reduzindo a abundância de espécies migradoras e reofílicas”, espécies de maior importância alimentar e comercial, pois são as que maior porte possuem. Porém, com a formação do reservatório,

pequenas espécies de peixes, que possuem maior plasticidade alimentar e reprodutiva, são favorecidas no novo ambiente, aumentando a abundância pois estas possuem “características de ambientes lênticos.” (VONO, 2002, p. 112).

Segundo Rego (2008) o resultado de sua pesquisa demonstra que no reservatório da UHE Amador Aguiar I “na sua fase inicial, apresentou predomínio em número de espécies de pequeno a médio porte, sedentárias ou que realizam curtas migrações reprodutivas” (RÊGO, 2008, p. 63). Esta autora salienta ainda que as espécies migradoras e de grande porte, “se encontram em números baixos ou não mostraram atividade reprodutiva no reservatório, o que pode estar relacionado com a necessidade de longos trechos lóticos para que a reprodução aconteça” (RÊGO, 2008, p. 63).

Desta forma, assim como no reservatório de Nova Ponte e Miranda, as grandes espécies não são capturadas ou o número de espécies existentes é insignificante. Rêgo (2008) relata que em um ano de pesquisa, com capturas mensais, apenas dois Pintados foram capturados e três indivíduos de piapara. A ausência de espécies como o Dourado, Curimba e Jaú, é resultante de um processo de transformação do rio ao longo de vários anos e de sucessivos eventos. Desta forma, Rêgo (2008) afirma que:

Estas populações podem não ser viáveis e, portanto, estão sendo localmente excluídas. Esses indivíduos podem ser, na verdade, remanescentes retidos nos trechos a montante do reservatório. A presença de outros reservatórios em cascata que existem no rio Araguari, como os reservatórios de Miranda e Nova Ponte que se encontram a montante do reservatório de Capim Branco I, impede a migração reprodutiva em direção às cabeceiras, contribuindo para a extinção das espécies (RÊGO, 2008, p. 21-22).

O relatório produzido por técnicos da UFMG para os trechos pertencentes às áreas das UHE's Amador Aguiar I e II vai ao encontro das afirmações expostas acima, e aponta que:

A comunidade de peixes no trecho amostrado do rio Araguari é caracterizado pelo predomínio de espécies de pequeno porte, não migradoras e de baixo valor comercial. Estudos anteriores mostraram que Dourado, Pintado, Jaú, e Curimba eram frequentemente capturados no rio Araguari antes da construção das represas de Nova Ponte e Miranda. Dessas quatro espécies, foram capturados apenas

cinco exemplares de Curimba no presente estudo. O risco de extinção local dessas quatro espécies é alto (UFMG, 2008, p.17)

Este relatório também ressalta que a composição de peixes para os lago das UHE's Amador Aguiar I e II foi distinto da fase pré-enchimento dos reservatórios, com o surgimento de algumas espécies antes não capturadas no rio e desaparecimento de outras, sendo que “o número de espécies que desapareceu foi maior que o numero de espécies que apareceu e, por isso, houve diminuição da riqueza de peixes em todos os pontos de coleta” (UFMG, 2008, p.16)

Embora com resultados semelhantes que apontam a diminuição da variedade de espécies para todos os lagos, a dinâmica de cada reservatório é singular, complexa e envolve as características ambientais da região onde estão instaladas. Das quatro usinas instaladas no rio Araguari, a de Nova Ponte possui uma singularidade em relação às demais, pois esta possui um grande trecho livre do rio Quebra-Anzol a montante da área alagada, o que teoricamente possibilita a perpetuação das espécies migradoras. Nos trabalhos de campo realizados, foram relatados a captura de espécies de Dourado, Curimba e Pintado, nos municípios de Patrocínio, Ibiá e Pratinha, este último localizado nas nascentes do rio Quebra-Anzol. O fato de espécies de Dourado serem capturados nestas áreas, demonstra que este rio está sendo requerido para o processo de reprodução destas espécies.



FOTO 12: Espécies de Dourados capturados no município de Pratinha-MG, no ano de 2008. A captura destas espécies indica que o rio Quebra-Anzol e seus afluentes estão sendo requeridos pelas espécies migradoras para conclusão do ciclo reprodutivo.
Fonte: acervo particular de Pedro Paulo José.

Já as demais usinas não possuem grandes afluentes, e os pequenos córregos que deságuam nos reservatórios, não permitem movimento migratório a montante, pois se encontram numa área com íngremes vertentes. Isto decorre de um processo natural promovida pela velocidade das águas o rio Araguari, que ao longo do tempo, atravessou todas as camadas de rochas existentes na região. Assim, estas vertentes adquiriram um forte gradiente, ou seja, é possível descer dezenas de metros de altitude percorrendo uma curta distância, no relevo. Essa forma de relevo, com vertentes encaixadas, semelhante a um canyon, possui um desnível, entre o topo da vertente e o fundo do vale, de, aproximadamente, 500 metros, com inclinação média próxima a 25º (RODRIGUES, 2002).

Segundo Baccaro et al. (2004), o Canyon do rio Araguari localiza-se a partir do baixo curso do rio Araguari, divisa com a Unidade Planalto dissecado do Paranaíba, e estende-se até a Represa de Nova Ponte, na parte central da bacia do rio Araguari, ocupando uma faixa estreita, ao longo do vale, apresentando relevo muito dissecado, com feições côncavas, convexas e retilíneas.

Desta forma, com vertentes íngremes, os pequenos córregos possuem diversas cachoeiras de variadas alturas, que tornam-se barreiras intransponíveis para os peixes. Isto implica em uma baixa diversidade de ambientes, o que compromete a diversidade de peixes nos lagos das UHE's de Miranda, Amador Aguiar I e II, e consequentemente a pesca nos moldes que foi descrita no primeiro capítulo.



FOTO 13: Vale do rio Araguari com vertentes íngremes protegidas com vegetação de encosta. Paisagem formada pelo lago da usina hidrelétrica Capim Branco II.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.

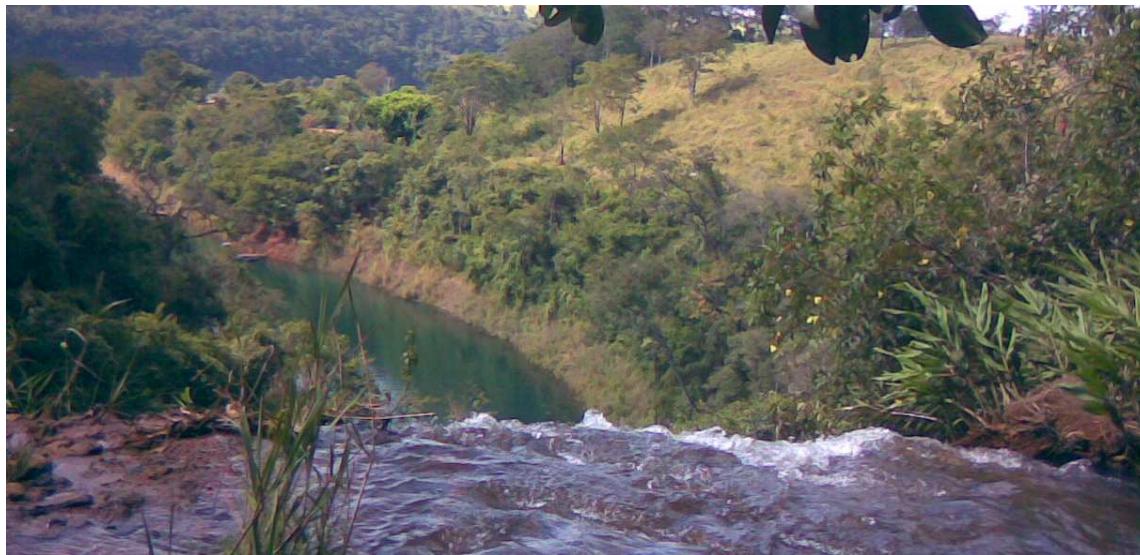


FOTO 14: Topo de cachoeira com lago formado pela UHE de Nova Ponte ao fundo. Estas quedas d'água são comuns na bacia do rio Araguari e constituem barreiras intransponíveis para a ictiofauna do lago.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2011.

2.3 A pesca como atividade lúdica e sua transformação em atividade esportiva

Na bacia do rio Araguari, a consolidação do urbano é a condição para que o lúdico promova uma ressignificação da pesca, transformando-a em uma atividade distinta da praticada pela população rural, já descrita anteriormente. Para estas pessoas, como descrevemos no primeiro capítulo, a pesca representava uma alternativa alimentar e econômica, e era uma atividade vinculada ao cotidiano, praticada diariamente, podendo ser considerada por vezes, um trabalho complementar à existência das pessoas ribeirinhas, camponesas, pois esta prática não se desvinculava da obtenção dos meios de vida, e assim simbolizava de certa forma, um sincretismo com o meio e representava uma conquista sobre a natureza.

No urbano, a distinção começa a se concretizar com o significado que esta adquire e o período dedicado a esta atividade, pois passa a ser praticada nos momentos de tempo livre, conforme revela depoimento abaixo:

eu moro na cidade. Eu pisco é final de semana, quando eu venho de tarde, dá pra dá uma pescadinha, igual hoje, é em função da minha folga⁷².

Como atividade eventual e não mais cotidiana, ela adquire um conteúdo que vai além de uma fonte de alimento e renda. O processo urbano, como demonstramos na tabela anteriormente exposta, se intensificada na década 1970, e a partir de então, o ritmo de vida das pessoas começa a ser transformado, no qual verifica-se uma clara dicotomia temporal entre trabalho e tempo livre.

No meio rural pesquisado na bacia do rio Araguari, não havia uma distinção clara entre as tarefas exigidas nas fazendas e os momentos de diversão. Desta forma, concordamos com Baudrillard (1995) quando este afirma que a questão temporal em sociedades pré-industriais e camponesas deve ser relativizada, pois “a questão de saber se se tem ou não tempo, carece de sentido. O tempo reduz-se nelas ao ritmo das atividades coletivas repetidas, ritual de trabalho, das festas” (BAUDRILLARD, 1995, p. 161-162).

Com a consolidação de uma sociedade urbano-industrial, essa distinção é nítida e o domínio do tempo pelas máquinas torna-o linear, ou seja, desprene-se a produção dos ciclos naturais. Thompson (1998) ao analisar essa transformação temporal afirma que o descaso com o tempo industrial, isto é, o tempo do relógio, das máquinas, atualmente encontra-se limitado à “comunidade de pequenos agricultores e pescadores, cuja estrutura de mercado e administração é mínima” (THOMPSON, E.P. 1998, pág. 271), e que as ocupações destas comunidades e populações estão vinculadas principalmente às tarefas diárias e/ou supressões das necessidades vitais, podendo, segundo suas palavras, “variar da pesca ao plantio, construção de casas, remendo das redes, feitura dos telhados, de um berço ou de um caixão” (THOMPSON, E.P. 1998, p. 271).

⁷² Entrevista realizada com pescador às margens do reservatório da UHE Capim Branco I.

Para Thompson (1998) as “sociedades industriais maduras de todos os tipos são marcadas pela administração do tempo e por uma clara demarcação entre o “trabalho” e a “vida””. (THOMPSON, E.P. 1998, pág. 300), expondo que, segundo este autor, há uma clara e evidente fragmentação do tempo social entre tempo de trabalho e não-trabalho.

Dentro destes momentos fragmentados relatados por Thompson (1998), o momento da vida é o momento distinto do trabalho. Isto implica afirmar que, o trabalho liga-se a outras necessidades, e não é mais direcionado para a satisfação pessoal, comunitária. O mundo do trabalho, na sociedade capitalista, na era industrial/urbana, promove imposições de diversas ordens, sujeitando as pessoas à lógica mercantil, transformando-as em mercadorias quando estas são obrigadas a vender sua força de trabalho em troca de remuneração.

A metamorfose de uma sociedade rural/tradicional em uma sociedade urbana tecnificada, inevitavelmente é acompanhada de transformações nas relações sociais, na percepção e organização das tarefas, na percepção do tempo, das bases alimentares, enfim, há uma ressignificação da vida e das necessidades.

Para Magnani (1998), as transformações não se vinculam apenas ao ritmo e habilidades exigidas no trabalho urbano, mas:

significa alterações profundas em seu modo de vida, na forma de satisfação de suas necessidades e no aparecimento de novas necessidades. Implica, em suma, um reordenamento de todo o seu estoque simbólico. Urge, na grande cidade, reconstituir uma nova identidade, reconstruir laços de parentesco e vizinhança, acostumar-se aos equipamentos urbanos. Nesse processo, junta-se o velho ao novo, tradições rurais com valores próprios da sociedade industrial; algumas coisas permanecem, muitas se transformam, outras ainda desaparecem. (MAGNANI, J. G. p. 25-26).

Compreendemos assim, que além das transformações relatadas por Magnani, o lazer faz parte desta realidade urbana e se insere nas novas necessidades, que lentamente se intensifica na mesma proporção em que o processo de urbanização vai se concretizando em toda bacia do rio Araguari. Desta forma, convém conceituarmos o lazer, pois tal fenômeno é

definitivamente, uma realidade vivenciada por ampla parte da população residente na área de estudo. Diante disso, concordamos com o conceito cunhado por Dumazedier (1976) que já na década de 1970 relatava que o lazer pode ser entendido como:

um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, p. 34).

Ainda de acordo com Magnani (1998), reconhecemos que há também um processo de reordenamento do estoque simbólico, materializado numa nova relação entre homem-natureza marcada por um intenso processo de tecnificação e abstração dos elementos naturais. Como um processo amplo e complexo, a vida urbana promove um distanciamento entre natureza e cotidiano, o que constitui a base para um processo de transformação simbólica do espaço rural, com sua paisagem e sua dinâmica.

A passagem de um modo de vida rural para um modo de vida urbano promove novos usos do rural, pois o lazer enseja valores, conteúdos e significados que são associados à natureza e ao rural. Desse modo entendemos que o lazer associado à pesca passa pelo entendimento do sentido que os homens dão a natureza. Assim, conforme aponta Claval (1997), uma das preocupações da geografia é justamente entender a experiência que os homens têm da Terra, da natureza e do ambiente que os cercam. Assim, Claval afirma que é preciso à Geografia, realizar:

uma reflexão sobre a geograficidade, ou seja, sobre o papel que o espaço e o meio tem na vida dos homens, sobre o sentido que eles lhes dão e sobre a maneira pela qual eles os utilizam para melhor se compreenderem e construírem seu ser profundo (CLAVAL, P. 1997, p. 89-90)

A geograficidade vincula-se ao vivido e ao significado que o espaço e a natureza adquirem no cotidiano das pessoas. O significado tanto do espaço quanto da natureza pode ser entendido como elementos subjetivos e também

temporal, pois se insere no contexto histórico e espacial no qual a vida das pessoas se desenrolam.

A pesca então, praticada por aqueles que vivenciam o urbano adquire novos significados. Desta forma, as transformações que esta atividade adquire acompanha temporalmente o processo de urbanização pela qual passou a bacia do rio Araguari. Um anuncio do jornal O Correio, do município de Uberlândia, datado de setembro de 1946, período no qual o vivido já apontava clivagens entre um modo de vida urbano e rural, exemplifica parcialmente o que tratamos até o momento ao revelar num anúncio com o título “manual do pescador”, o qual reproduzimos na íntegra a seguir:

MANUAL DO PESCADOR
Do professor em pescaria Juquinha La Cierda

O amadorismo na arte de pescar, vem de exigir uma obra de fôlego. Antigo pescador observei essa lacuna, encontrando à margem dos rios, centenas de neófitos, que na maioria das vezes me fizeram perder o prazer e encher a fieira de peixes, para que eu lhes desse aulas práticas e teóricas desse delicioso passa tempo e que também enseja a absorção da boa caninha 52 graus.

Afim de dar ideia aos futuros estudantes do meu Manual, da importante publicação, destaco trechos importantes, como as que seguem:

LINHAS

Para pescar traíra, cordame de 4 fios; bagres, 2 fios; timburé, linha indiana de 6 a 9; lambari, linha indiana de 6 a 9.

ANZOIS

Os anzóis devem obedecer ao seguinte: Para Traíra e Bagre, anzóis grandes; Timboré e Lambari, anzóis pequenos.

VARAS

As varas para pesca podem ser envernizadas, desmontáveis ou inteiriças, ou sem verniz mesmo. Peixe não faz questão dessas distinções por existir um só plano social na família desses animais aquáticos. Observe entretanto o seguinte: Traíra, vara forte, ponta grossa; lambari, vara comprida leve, ponta fina; timburé, vara leve tamanho regular, ponta fina. Bagre, qualquer vara.

HORÁRIO

Para pescar há um fator importante: o horário. A falta desse conhecimento concorre para a volta com o embornal vazio. Vejamos: Timboré, das 22 horas ás 6:30 da manhã; lambari, das 6 ás 9; traíra, das 15 horas ás 19 horas; bagre, das 19 horas ás 20.

OBSERVAÇÃO

Rio cheio com água suja não da traíra. Lambari e bagre o dia inteiro. Não adianta pescar a noite.

Nota: - Essas horas são 'batata' para pescar, salvo mudanças atmosféricas.

Aguarde o Manual do Pescador, a maior revelação do século.

O relato acima retirado do jornal O Correio de 1946, como fonte histórica, nos revela que a pesca podia ser considerada como 'um delicioso passa tempo', o que justificava assim, o anúncio de um manual com instruções, até pertinentes, para futuramente ser vendido aos leitores deste jornal.

Embora com algumas instruções concernentes à pesca das espécies relatadas pelo pequeno anúncio, consideramos que as informações contidas no anuncio não abarcava a totalidade e complexidade exigida para se praticar a pesca no rio Araguari, pois a diversidade de peixes e ambientes existentes exigia um conhecimento que é local e com singularidades específicas do ambiente formado pelo rio Araguari. É mais provável que as habilidades e conhecimentos exigidos na pesca fossem transmitidos pelo contato entre a população rural e a população urbana, conforme demonstra o relato de campo abaixo:

Eu pescava lá no pau furado, embaixo da ponte. Ia pra lá no final de semana e passava a noite toda acordado pescando. Pra pesca lá eu fazia da seguinte maneira... como lá tinha muita correnteza, eu amarrava o anzol e depois colocava uma linha mais fina na ponta... amarrava essa linha fina numa pedra pra ficá lá no fundo... porque ai quando o peixe pegava ou quando enroscava, essa linha arrebentava e o anzol ficava livre.... eu usava como isca ou languira ou algum peixe pequeno, como cascudo, piau...

Quando eu comecei a pesca lá um rapaz que morava lá do lado me disse 'olha companheiro, com esse equipamento ai você não vai conseguir tirar nenhum peixe da água'... só depois que eu comprei um equipamento bom mesmo... um molhinete bem grande que eu consegui tirar um Jaú de lá... eu cheguei a pegar sete peixes e só consegui tirar um peixe de todos que eu peguei. O bicho faz uma força, mas uma força que não dá pra acreditar... era uma luta, é inacreditável a força que o bicho faz... eu fiquei quase uma hora pra tirar o peixe da água...

Na fala transcrita acima, percebe-se que o saber pescar foi parcialmente aprendido com um morador local, que o aconselhou a utilizar equipamentos adequados para as condições locais e assim obter sucesso na pescaria praticada nas correntezas do local conhecido como Pau-Furado. Como atividade recreativa, o relato demonstra que a atividade era então possibilitada nos momentos de tempo livre instituído pela condição urbana vivida, e que o prazer da pesca residia na 'luta' travada entre ele, o pescador e seu oponente, o peixe.

Ao investigarmos a pesca praticada pela população urbana, percebemos que ela quando transformada em atividade lúdica assemelha-se a uma espécie de jogo, pois é necessária uma série de requisitos para obter êxito na pescaria. O conhecimento sobre o comportamento e alimentação das espécies ainda estão presentes e se fazem necessários nesta atividade.

O equipamento a ser utilizado (vara, molinete, anzóis, chumbada, iscas), o ajuste destes apetrechos, o dimensionamento dos mesmos para capturar as espécies desejadas; saber identificar o momento exato de fisgar o peixe faz parte do *holl* de habilidades e regras exigidas na pesca que só se adquire na prática, e que elevam a pesca à uma espécie de duelo entre o pescador e o peixe. Nos depoimentos obtidos nos trabalhos de campo seguidos de experiências empíricas, percebemos que a pesca é acompanhada de muita expectativa e os momentos que antecedem a pesca é marcada pela ansiedade.

Capturar um peixe, como demonstra o relato acima, leva o pescador à euforia, ainda mais quando se captura um exemplar de grande porte. Quando o peixe é fisgado, a pesca torna-se uma espécie de cabo de guerra, no qual o peixe tentando se livrar do anzol, procura fugir para um lado, enquanto o pescador puxa-o, com cuidado e destreza, em sua direção.

A pesca então torna-se uma atividade prazerosa, pois envolve um distanciamento e uma ruptura com o cotidiano urbano, é um momento de fuga e descanso, e além disso, é uma atividade acompanhada pela expectativa de capturar peixes e quando isso se concretiza, a emoção e a sensação de euforia contagia as pessoas. Todo esse contexto acaba por envolver o pescador que por instantes transcende o mundo no qual vive e é absorvido pelos momentos de prazer proporcionados pela pesca.



FOTO 15: Jaú capturado no rio Araguari próximo a antiga ponte do Pau-Furado localizada entre os municípios de Uberlândia e Araguari.

Fonte: arquivo particular de Adriano Rodrigues dos Santos.

A pesca como atividade lúdica ganha novos significados e extrapola a condição do pescado como fonte de alimento. O universo lúdico da pesca é

permeado de um sentimento de aventura, pois certamente, há um distanciamento momentâneo do ambiente urbano, um retorno ao espaço rural e ao mesmo tempo um contato com uma natureza ressignificada⁷³, muitas vezes desconhecida.

Uma pescaria é sempre uma nova experiência e inevitavelmente envolve o imprevisível. Certamente uma pescaria jamais é igual à praticada anteriormente ou será com a próxima, pois há sazonalidades das condições ambientais, climáticas, térmicas, eólicas, condições estas que interferem no comportamento dos peixes e das formas de se pescar.

Por envolver um número de variáveis de fatores que levam ou não ao sucesso da pescaria, cada uma torna-se uma possibilidade nova e única de aprendizado, de conhecimento do ambiente, de revitalização física e emocional. Justamente por proporcionar um hiato temporal das condições vividas no urbano, a pesca adquire também uma dimensão psicológica, de descanso ou recomposição físico e emocional.

Ezequiel Theodoro da Silva no ano de 2000 escreveu um pequeno livro sobre o significado da pesca em sua vida. Consideramos este documento não como uma obra científica, mas sim como uma obra que faz um elogio à pesca e torna-se assim, um documento e uma fonte histórica sobre o universo que envolve a pesca. Para Silva (2000):

Uma pescaria é sempre uma possibilidade de renovação do espírito. Gosto de frequentar os rios e os lagos com a minha família e amigos. Gosto mais ainda de caminhar pelas matas, beirando as águas. Acompanhar as margens daqueles riachos tortuosos, observando as maravilhas dos ecossistemas. Possuo os meus pontos favoritos de pesca, dirigindo-me para lá com a devida assiduidade. Estaciono o carro às margens do rio, retiro a tralha do porta-malas e imediatamente inicio a fruição da natureza. De repente, sou

⁷³ Entendemos que o significado de qualquer fato ou objeto, vincula-se à cultura e as condições históricas e sociais vividas pelas pessoas. No processo de transformação dos modos de vida, transformam-se também a forma de entender e valorizar os acontecimentos, fatos, objetos. Desta forma, quando nos referimos à uma natureza ressignificada, entendemos que a condição urbana vivida, e portanto o ritmo e o modo de vida associado a uma nova cultura, muda o significado da natureza, agora entendida como objeto de lazer, contemplação e não de trabalho. Assim, entendemos que o comportamento das pessoas diante da natureza se transforma na mesma medida em que o modo de vida e a cultura se transformam.

surpreendido por uma lagartixa ou um coelho, habitantes nativos daquele espaço de liberdade. Caminho um pouco rio abaixo até chegar ao meu pesqueiro. É um poço fundo de águas verdes-escuras. Galhos compridos tocam a superfície, formando um rebojo onde lanço a minha linha. A sombra é quase total, deixando passar apenas uns poucos raios de sol. Há algum tempo esculpi no barranco uma poltrona natural para sentar e descansar as minhas costas. Ao meu lado, ao alcance das minhas mãos, disponho a caixa de materiais, as iscas e uma pequena sacola com sanduiches. E reflito sobre a minha vida, ouvindo a orquestra dos passarinhos e o borbulhar das águas no seu eterno movimento. Sou capaz de ficar ali o dia inteiro – a natureza, com toda a sua beleza e todos os seus mistérios, é uma excelente companhia. As vezes, o que nem sempre acontece, tenho a sorte de pegar um ou outro peixe... (SILVA, E. T. 2000, p. 07)

Pelo relato exposto acima, percebe-se que as motivações que são associadas à pesca são múltiplas, envolvendo nesse emaranhado de significados, a contemplação da paisagem com seus aspectos físicos, biológicos, naturais. Diante do exposto, concordamos com Machado (1998, p. 42), quando esta explica que a paisagem:

não se separa da experiência humana. É o homem quem vivencia as paisagens, atribuindo a elas significado e valores. Todas essas nuances ligadas à percepção que o indivíduo tem do meio ambiente de modo geral, e da paisagem de modo particular.

Percepção assim, no sentido que emprega Machado (1998, p. 45) pode ser considerado o “conhecimento que adquirimos através do contato direto e imediato com os objetos e com seus movimentos, dentro do espaço sensorial”. Isto implica em reconhecer que a paisagem não é somente percebida somente pelo seu aspecto visual, embora este seja um importante sentido humano.

Desta forma, podemos compreender que a valorização das paisagens rurais presentes no espaço rural da bacia do rio Araguari também são valorizadas pelos visitantes que ali desfrutam do tempo livre. Entendemos assim, que os elementos das paisagens da bacia do rio Araguari, tais como vegetação, córregos, rios, represas, cachoeiras, o silêncio, a sombra, a monotonia e movimento, fauna e flora, são elementos percebidos e valorizados em função do vivido em um ambiente cujas características diferem dos percebidos no ambiente rural. Desta forma, podemos compreender que a

pesca está também vinculada à paisagem, não só apenas porque promove transformações nela, porque também necessita da interpretação, da percepção, da escolha dos locais de pesca que subjetivamente são valorizados, seja para descanso, contemplação, ou para o lúdico. Nesse sentido:

as paisagens se apresentam como ambientes sensíveis, palpáveis, tem conteúdo e substância e são cenários significantes das experiências, tanto diárias como excepcionais. São presenças constantes e inevitáveis e, consequentemente, não há experiência ambiental que não seja, em algum sentido e grau, uma experiência de paisagem. A ligação interna que une os elementos da paisagem é a presença do homem, o seu envolvimento nela, numa interação incessante e dinâmica, onde a paisagem experienciada dá colorido à existência humana e é por ela colorida, o que se constitui em uma verdadeira mensagem que pode ser decifrada, apesar da grande dificuldade em como fazer isso, respeitando a riqueza e a complexidade dos significados. [...] Cada paisagem tem seu próprio conjunto de significados específicos, a tal ponto que a paisagem na qual uma pessoa vive não emoldura simplesmente a sua existência, não é algo externo a ela, pois a pessoa está dentro dela e se torna parte dela, quase que indissociavelmente (MACHADO, 1998, p. 31)

A fuga do ambiente urbano, e a busca da tranquilidade possibilitada pelos usos das paisagens e elementos constituintes do espaço rural tornam-se então uma compensação psicológica possibilitada pela pesca num ambiente dicotômico do urbano. A paisagem como fonte de contemplação e compensação, e não como meio de sobrevivência, eleva a pesca como uma atividade lúdica, ressignificando-a como uma válvula de escape das condições vividas nas cidades.

O processo de ressignificação da pesca, como pode ser observado no relato, é também acompanhado de uma idealização da natureza, pois contemplar sua ecologia, a fauna e a flora, descansar à sombra das árvores, escutar o ‘borbulhar das águas’ e a “orquestra” dos pássaros certamente é muito mais simples do que, vivenciar e interpretar a dinâmica ambiental, e dessa interpretação, extrair parte das bases alimentares que por um longo período de tempo, sustentaram a vida no espaço rural.

Compreendemos que o processo de ressignificação da pesca é promovido pela transformação do modo de vida e das condições impostas pela consolidação do processo urbano. O tempo-livre e, portanto o aspecto lúdico como elemento mediador entre homem e natureza, sublimam a pesca e o ambiente rural, como pode ser constatado numa placa encontrada num rancho de segunda residência, com os seguintes dizeres:

Pescar é uma oportunidade de lavar a alma em ar puro do esplendor e da maravilha da natureza. Pescar traz paciência e inspiração, faz a pessoa zombar do lucro, traz o aplacamento do ódio e elevação de espírito e traz o júbilo de não se ter de decidir nada até semana que vem.

Uma Inscrição assíria do ano 2.000 A.C diz: Os Deuses não deduzem do prazo fixado para a nossa vida o tempo que se passa pescando.



FOTO 16: Placa afixada em rancho de segunda residência evidenciando os novos significados associados à pesca como atividade lúdica.
Autor: BRACONARO, Fernando. 2009.

Nos dizeres extraído de uma placa fixada numa residência no espaço rural, nota-se que a pesca praticada na bacia do rio Araguari também está associada a contemplação da natureza, da paisagem, do consumo do tempo livre. A pesca como atividade lúdica durante nossa pesquisa foi percebida em toda a extensão da bacia do rio Araguari, e historicamente era praticada em diversos locais ao longo de toda sua extensão, principalmente naqueles de fácil acesso.

No município de Nova Ponte, o rio Araguari dividia a área urbana em dois bairros distintos, o bairro de São Sebastião e o bairro de São João, e por ser parte do cotidiano da população destas áreas, conforme aponta Silva (2004) o rio constituía uma referência sócio-espacial para as pessoas residentes deste município, pois:

Nos domingos, era o rio que atraía grande número de pessoas de Nova Ponte e de cidades vizinhas para a pesca. Nos períodos de piracema, quando os peixes nadavam numa trajetória contra as águas correntes para a desova, o movimento era ainda mais intenso. Em pouco tempo, podia-se pescar grandes quantidades de peixes. O Salto, como era chamada uma área do Rio Araguari onde era mais comum o ato da pesca, ficava repleto de pescadores, ou apenas de expectadores, os quais para ali se dirigiam para verem o espetáculo promovido pelos peixes que saltavam fora d'água, na tentativa de subir rio acima, mas se esbarravam com a chamada Cachoeira do Salto que os impedia de continuarem no percurso (SILVA, 2004. P. 68)

Com a construção da UHE de Nova Ponte, uma nova cidade foi edificada, inundando toda área urbana antiga. Mesmo com a construção do reservatório a pesca continuou sendo praticada, e em muitas localidades, a presença de inúmeros tablados⁷⁴ dispostos na superfície da represa demonstra que esta é uma das atividades mais praticadas neste ambiente.

⁷⁴ A construção destes tablados geralmente é feita com tambores de plásticos ou de ferro decorrentes de resíduos industriais. Estes tambores são atados paralelamente e presos sob madeiras, permitindo a permanência das pessoas sobre os mesmos.



FOTO 17: Pescadores na cachoeira do Salto, em Nova Ponte-MG, década de 1980. A proximidade da área urbana do Município de Nova Ponte com o Rio Araguari, facilitava a pesca nas imediações da cidade e promovia a concentração dos pescadores nas margens do rio, principalmente nos finais de semana. Neste local, foi edificada a UHE de Nova Ponte.

Fonte: Acervo fotográfico Casa da Cultura de Nova Ponte-MG.



FOTO 18: Corredeiras localizadas no rio Araguari, na década de 1980. O afunilamento do rio dificultava a prática da pesca e as corredeiras associadas ao afloramentos das rochas tornava- a uma atividade perigosa neste local.

Fonte: Acervo fotográfico Casa da Cultura de Nova Ponte-MG.

Para exemplificar, basta considerarmos que no lago da UHE de Nova Ponte, no entorno da ponte da BR-452, localizada entre o município de Santa Juliana e Nova Ponte, existem aproximadamente 80 tablados somente neste trecho do lago. Certamente, a facilidade de acesso promovida pela BR-452 é um dos fatores que contribui para a densidade de tablados localizados neste local.

No lago da UHE de Miranda, a presença de tablados ao longo de toda extensão do lago evidencia que a pesca ali também constitui um dos usos do lago e é uma atividade de lazer muito praticada no local.

Entre o município de Uberlândia e Araguari, a pesca nos arredores das pontes localizadas na BR-050 e na antiga Ponte do Pau Furado, era sempre procurada para a pesca, principalmente nos finais de semana. Além desses locais, segundo informações disponibilizadas pelo Consórcio Capim Branco Energia, ao longo do rio Araguari no trecho entre a Barragem de Miranda e o remanso da UHE de Furnas (Itumbiara) na foz do rio Araguari, no período que antecede a formação dos lagos das UHE's de Amador Aguiar I e II, havia, aproximadamente, 210 tablados para a prática da pesca, sendo que 80 deles se encontravam na área de influência do reservatório da UHE Amador Aguiar I (Capim Branco I) e os 130 restantes, na área de influência da UHE Amador Aguiar II (Capim Branco II).

Ao iniciar o processo de formação dos lagos destas usinas, todos os proprietários foram comunicados que neste período seriam obrigados a retirarem seus tablados da água e proibidos de recolocá-los quando terminado a formação do reservatório. Com o fim do processo de formação dos lagos, foi realizado pelo Instituto Estadual de Floresta (IEF), um cadastramento dos tablados existentes nestas represas. Segundo as informações disponibilizadas, nos dois lagos, mesmo com a pesca proibida, já se encontravam nos dois reservatórios um total de cem tablados, sendo trinta e quatro localizados na Amador Aguiar I e sessenta e seis localizados na Amador Aguiar II.

Considerando esses dados e levando em conta que a pesca também é praticada com o auxílio de barcos e nas margens dos lagos, é fácil constatar que a pesca, como opção de lazer, é uma atividade muito praticada na área de estudo, inclusive promovendo a pluriatividade em algumas propriedades rurais, tema que será abordado no próximo capítulo.



FOTO 19: Tablados de pesca no lago da UHE Capim Branco I. A inserção dos tablados nos lagos é uma prática comum promovida pelos proprietários de casas de 2^a residência. Estas edificações promovem comodidades aos pescadores e possibilita a pesca em locais mais pescosos.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2009.

Como atividade lúdica, a pesca popularizou a utilização de apetrechos simples, como varinhas de bambu e posteriormente, a utilização de molinetes. Com a utilização destes equipamentos, o esforço da pesca se dava sobre as espécies de pequeno e médio porte, tais como, piau, piapara, mandi, lambaris, traíra, raramente esses equipamentos permitiam, quando capturados, retirar da água espécies de grande porte, tais como Jaú, Pintado, Dourado.

Mesmo como atividade lúdica, a captura de grandes quantidades de peixes e o sacrifício dos mesmos eram sinônimo de uma pescaria realizada com sucesso, e os peixes capturados, invariavelmente tornavam-se alimentos dos pescadores, amigos e familiares.

Pelo que expomos até o momento, fica evidente a metamorfose pela qual esta atividade passou. Tais transformações envolvem modificações simbólicas, sociais e temporais que resultam em novas mediações entre homem e natureza, resultando assim, em novas formas de uso do espaço e das formas de pescar.

Mas a transformação exposta até o momento é ainda parcial. A maior transformação se processa quando o peixe, alvo de toda pescaria começa a desaparecer dos rios decorrentes, sobretudo, da edificação de hidrelétricas, da sobre pesca e das modificações impostas pela sociedade a natureza.

2.4 Novas práticas e sensibilidades em relação aos peixes

Nos relatos colhidos em campo, percebemos que o prazer proporcionado pela pesca, por vezes a decepção de vários dias de pesca sem êxito, levou a um questionamento das próprias condutas dos pescadores, pois se o ato de pescar lhe proporcionava prazer, o sacrifício dos peixes contraditorialmente eliminava o que de mais atrativo havia na atividade. Desta forma, a captura dos peixes não necessariamente passou a ser acompanhada do sacrifício dos mesmos.

Esta prática de capturar os peixes e depois devolvê-los ao ambiente teve início nos Estados Unidos na década de 1940 e foi denominada de *Catch & Release* (Pesque-&-Solte). No Brasil, esta prática se popularizou a partir da década de 1980 com a divulgação de vários programas televisivos⁷⁵ sobre

⁷⁵ São exemplos de programas de pesca existente no Brasil: Pesca Alternativa, Coração de Pescador, Hora do Pescador, Momento da Pesca, Pescar e Preservar, Pesca e Prosa, Pesca e Lazer, Pesca Dinâmica, Pescando Aventura, Pesca sem Fronteira, Pesca Pará, Pesca Rondônia, Pesca Amazônia, Rancho do Pescador, Show de Pesca, Terra da Gente, Trilhas da Pesca, Pesca Gerais, curva de rio. Destacamos que estes últimos dois são exibidos em Minas Gerais, sendo o último, um programa local, realizado muitas vezes nas represas do Triângulo Mineiro e exibido principalmente nos municípios de Uberlândia e Araguari.

pesca, aos quais foram influenciando e incentivando os pescadores a incorporarem esta conduta nos momentos dedicados a pesca.

eu sou de Uberlândia, sempre pesquei aqui na região. Aprendi a praticar a pesca do tucunaré né, e a partir que eu comecei a pescar tucunaré, eu aprendi uma coisa muito importante, que é a pesca esportiva, entendeu? Ai depois disso eu mudei meu conceito de pesca, porque antes eu era o predador né, matava... pescava e matava e levava pra casa. Hoje não, hoje eu pisco e solto⁷⁶.

Entendemos que essa transformação é uma verdadeira revolução na conduta humana, que transforma de forma geral, toda uma prática e uma concepção sobre a atuação do homem na natureza. Cândido (1982) observou também uma profunda transformação das bases alimentares das comunidades tradicionais que estudou, transformando também, pelas condições impostas pelo urbano e pelo lazer. Assim, segundo este autor:

O que era básico se torna acessório, o acessório se torna básico, e vemos um meio de subsistência tornar-se atividade lúdica, dando lugar a uma constelação inteiramente renovada. O animal, que antes era uma espécie de comparsa antagônico num drama, alvo de solicitações, propiciações, verdadeiros entendimentos em que o homem se incorpora ao mundo natural, passa agora a integrar uma realidade diferente, a que o homem se opõe. As novas fontes de abastecimento levaram a uma rearticulação das relações com o meio, em que aposição do alimento é outra. (CÂNDIDO, 1982, p. 30)

A pesca também transformou-se ao longo do tempo e no espaço, e em função da concretização do processo urbano na bacia do rio Araguari, promoveu uma rearticulação das relações com o meio, elevando a pesca e o peixe, de uma importante fonte alimentar à uma apaixonante atividade lúdica com uma constelação de significados totalmente renovada que enxerga o peixe como um animal que deve ser preservado.

A transformação da pesca praticada por lazer em esportiva é nas palavras de muitos entrevistados, considerada uma evolução da pesca amadora, pois envolve novos equipamentos, iscas e maneiras diferentes de

⁷⁶ Entrevista realizada com pescador na área urbana de Uberlândia.

praticar a pesca e a captura dos peixes. No relato abaixo, um entrevistado revela sua experiência com a pesca esportiva:

Eu passei a conhecer o rio Araguari desde menino, né. Conheci o rio, todas as suas corredeiras, todas as suas curvas, e todos os peixes que tinha no rio Araguari. Então quer dizer, era um rio onde o peixe subia do Paranaíba pra desova né, um berçário, um lugar onde a piracema era bem efetiva, todo os anos tinha mesmo a piracema, e eu praticava sempre a pesca amadora. Mas em meado dos.... no começo da década de 90 (1990), eu comecei a ter contatos com pescadores esportivos. Começou a vir pro Brasil, essa ideia do Pesque & Solte, pescaria esportiva... Então em 91, 92, 93 eu já tava pescando com iscas artificiais. E aconteceu que a pesca esportiva foi tomando conta, e agente foi se inteirando como é que funcionava, foi apaixonando, conhecendo novos equipamentos, embarcações novas, que a pesca esportiva é totalmente diferente né... O estilo da pesca esportiva é totalmente diferente, ela é apaixonante né, ela tem uma adrenalina a mais, porque você na verdade não vai pra beira do rio esperar o peixe vir no anzol, você vai pra beira do rio, entra no rio, e circunda e anda todo rio, procurando, caçando o peixe. Então pra isso nós temos que, na verdade, começar a entender o comportamento dos peixes, então o pescador esportivo ele é um estudioso do comportamento do peixe, porque ele só tem chance de capturar peixe se ele começar a conhecer na íntegra, o seu dia a dia, o dia a dia do peixe, onde ele mora, o que ele come, porque que ele tá ali. Na verdade, o ciclo do peixe, eu percebi, que o ciclo do peixe, ele é metódico. Se não variar muito o clima, no ano que vem ele tá fazendo a mesma coisa praticamente nos mesmos lugares, ali próximo. Então a pesca esportiva pra mim, foi de fácil assimilação porque eu sempre gostei dessa dinâmica, e dessa pescaria corrida que é né, estudiosa, em buscar o novo⁷⁷[...].

A pesca esportiva como demonstra o relato populariza-se principalmente na década de 1990, período no qual ampla maioria dos rios da região do Triângulo Mineiro já se encontravam barrados por grandes hidrelétricas. Neste tipo de pesca, há uma completa reformulação do universo lúdico que abarca a pesca e as formas como tal atividade é praticada.

As transformações passam pelos equipamentos, pois como refere o relato acima, é o pescador quem vai à procura do peixe, e para isso utilizam-se embarcações que possibilitam o deslocamento a grandes distâncias. O ambiente também não é mais um rio com corredeiras e de difícil navegação, este tipo de pesca, embora praticado nos ambientes lóticos, só se populariza com a construção das hidrelétricas que criam uma lâmina de água favorável à navegação.

⁷⁷ Entrevista realizada com Pescador esportivo no município de Uberlândia-MG.

Em função da construção das represas e da formação dos lagos, como dito anteriormente, algumas espécies são extintas, enquanto outras são favorecidas pela formação do novo ambiente. Umas das espécies que se estabelecem nos reservatórios com sucesso é uma espécie exótica⁷⁸, originária da bacia amazônica e conhecida popularmente como Tucunaré, e que é a principal espécie procurada por quem pratica a pesca esportiva na região do Triângulo Mineiro e na bacia do rio Araguari.

Para capturar esta espécie, utiliza-se principalmente carretilhas que permitem arremessos constantes e precisos, e não mais molinetes e varas de bambu como na pesca amadora. As iscas utilizadas são artificiais, produzidas com materiais de plásticos, madeiras e alumínio, e quando arremessadas e arrastadas na água, imitam o nadar de pequenos peixes, estimulando o ataque dos peixes contra a mesma.

A pesca esportiva então, praticada principalmente dentro das embarcações, ocorre principalmente nas represas, e o pescador sai em busca dos cardumes de peixes, principalmente tucunaré e traíras, ao longo da extensão das represas, arremessando constantemente suas iscas artificiais nos locais onde possivelmente os peixes se encontram.

A utilização das carretilhas é fundamental, pois este equipamento permite maior precisão dos lances, evitando que as iscas enrosquem nas galhadas e matos existentes nas margens das represas, e, além disso, um bom equipamento não ultrapassa em média, 200g, evitando um desgaste físico e muscular após horas de arremessos constantes durante um dia de pescaria.

No universo da pesca esportiva, galhadas e vegetação expostas e submersas são denominados estruturas de pesca. Estruturas de pesca são os locais procurados pelos peixes onde encontram abrigo e alimentação. Detendo este conhecimento, os pescadores procuram locais com estas características e se deslocam até os mesmos para praticarem a pesca.

⁷⁸ Considera-se exótica, toda espécie de peixe que originalmente não se encontrava na bacia e que foi introduzida pelo homem no ambiente.



FOTO 20: Estrutura de pesca na UHE de Nova Ponte. Este tipo de estrutura é comum no lago de Nova Ponte nas épocas de maior precipitação, pois neste período as gramíneas encontram condições propícias ao desenvolvimento. Neste período também, este reservatório, diferente dos demais existentes na bacia do rio Araguari, retém grandes volumes de água, aumentando o nível do lago e inundando, conforme demonstra a foto, a vegetação que se desenvolve nas margens e ilhas da represa.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2009.



FOTO 21: Estrutura de pesca formada por galhadas de vegetação exposta. Estas estruturas de pesca é comum em todos os reservatórios da bacia do rio Araguari e ocorrem em função do alagamento das matas existentes nas vertentes do rio.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.

As iscas utilizadas são inúmeras, possuem diversas colorações, e as principais utilizadas são classificadas em três categorias: Profundidade, Meia Água e Superfície. As iscas de profundidade são elaboradas para nadarem a profundidades de 4 a 5 metros abaixo da superfície. As de meia-água possuem características semelhantes, e nadam a profundidades menores, em torno de 1 metro. Já as superficiais são as que mais exigem técnicas dos pescadores, pois a forma como a isca nadará depende da maneira como cada pescador recolhe a mesma. Toques contínuos ou alternados fazem a isca movimentar-se de diferentes formas sobre a superfície da água, atraindo ou não o peixe. Como relata um entrevistado, nesse tipo de pesca com:

a isca artificial você pega um pedaço de plástico, um pedaço de madeira ou metal, e dá vida a esse ser e pega o peixe⁷⁹.

A pesca com iscas artificiais é atraente porque envolve muitos motivos. Navegar nos lagos é uma atividade prazerosa e possibilita a apreciação da paisagem de pontos diferentes das localizadas nas margens. Utilizar corretamente as carretilhas e iscas exige treinamento, e muitos pescadores relatam que treinam os arremessos em suas residências para aprimorarem a precisão dos lances nas pescarias.

Reconhecer os melhores pontos de pesca exige um desbravamento das diversidades de estruturas de pescas existentes nas represas. Associado a estes fatores, a pesca com iscas artificiais é apaixonante por possibilitar a visualização do ataque do peixe, principalmente quando se usa iscas artificiais de superfície, o que promove um verdadeiro espetáculo para quem presencia estes fatos. O tucunaré não é a única espécie a atacar este tipo de isca, mas é considerado por muitos, o peixe mais esportivo de todos que atacam, pois uma das características dessa espécie é a força que este peixe faz ao tentar livrar-se da isca, o que é valorizado pelos pescadores, exigindo dos mesmos, habilidade para retirá-lo da água.

⁷⁹ Entrevista realizada no torneio de pesca com visitante do estado de São Paulo.

Quando capturado, esta espécie salta constantemente fora da água tentando livra-se da isca presa em seu corpo, aumentando a beleza e a dificuldade da captura do mesmo. Não por acaso, muitos pescadores apaixonados por este tipo de pescaria, possuem seus corpos tatuados com imagens desta espécie atacando as iscas artificiais, revelando o quanto este tipo de atividade é significativa e idolatrada por eles.



FOTO 22: Pesca do Tucunaré com isca artificial. Este tipo de comportamento é comum quando fisgado, sendo o salto uma tentativa de livrar-se da isca.
Fonte: acervo particular de Eribert Marquez de Souza.

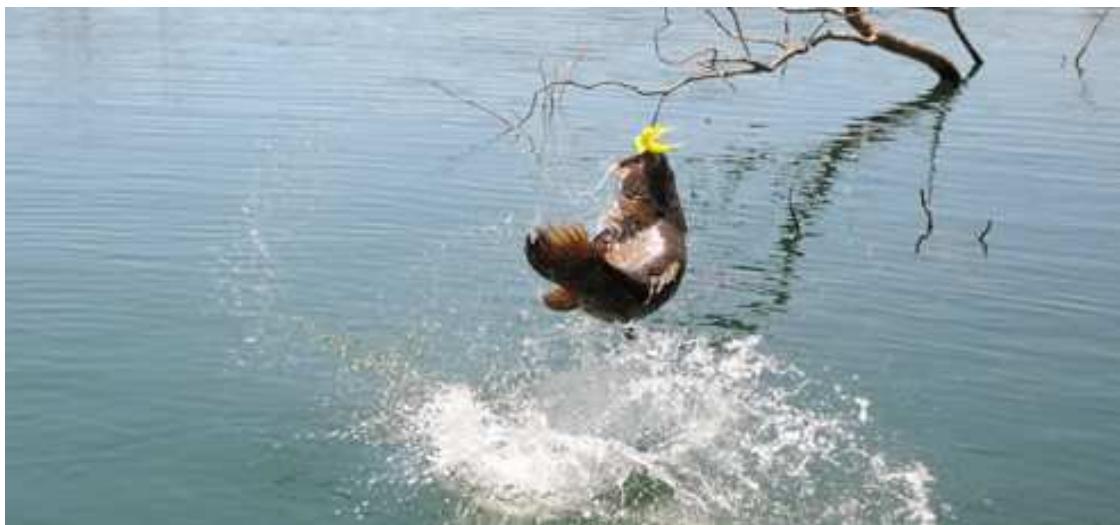


FOTO 23: Traíra capturada com isca artificial. Assim como o Tucunaré, este comportamento é comum a esta espécie. Notar ao fundo, pequenas galhadas expostas que constituem estruturas de pesca procurada por pescadores.
Fonte: acervo particular de Eribert Marquez de Souza.



FOTO 24: Tatuagens de tucunaré. A pesca como atividade lúdica é tão significativa e apaixonante, que não é raro encontrar pescadores que simbolizam sua identificação com a atividade tatuando-a no corpo.

Fonte: foto esquerda pertencente à Cláudio dos Santos, foto direita pertencente Douglas Prado.

Se a transformação apresentadas até o momento envolvem mudanças nas formas de pescar e também dos equipamentos utilizados, ela ainda é parcial se não mencionarmos a maior mudança ocorrida nesta atividade, que é a liberação dos peixes após a captura dos mesmos. Esta prática de liberar os peixes capturados, segundo Ceccarelli (2006, p. 09) tornou-se popular no país, mas esbarrou “na pouca disponibilidade de informações técnicas sobre os procedimentos adequados à captura e soltura dos peixes”, e desta forma, fez surgir, conforme aponta o autor:

A necessidade de desenvolvimento de técnicas adequadas relativas ao manuseio dos peixes capturados, levou o centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros Continentais – CEPTA, Centro Especializado do IBAMA, com apoio do PNDPA, a realizar um rol de pesquisas sobre a pesca amadora, abordando inclusive a modalidade pesque-e-solte, considerando os efeitos desta prática sobre a integridade física dos peixes e suas funções vitais. Dessas pesquisas resultaram trabalhos sobre a sobrevivência dos peixes capturados na modalidade pesque-e-solte, e o desenvolvimento de técnicas e procedimentos adequados que vêm minimizar os efeitos nocivos da captura/soltura dos peixes (CECCARELLI, at all. 2006, p. 09).

Os resultados destas pesquisas são amplamente conhecidos entre os pescadores esportivos de diversas regiões do Brasil, pois estiveram disponível

no site do IBAMA por um longo período, possibilitando que um grande número de pessoas tivessem acesso as informações que resultaram na publicação do livro intitulado “Pesque-e-Solte: informações gerais e procedimentos práticos”. Desta forma, resumiremos as principais informações contidas no livro citado e que são parcialmente incorporadas às condutas dos pescadores.

Esta obra revela que quando um peixe é capturado, os equipamentos utilizados para libertá-lo, tais como alicates utilizados para retirar o peixe da água e para liberar o anzol do mesmo, devem estar sempre próximos ao pescador, pois quanto mais rápida for ação em desvencilhar o peixe do anzol e devolve-lo ao ambiente, maior será a sua probabilidade de recuperação e sobrevivência.

A escolha dos equipamentos também deve levar em consideração as espécies e tamanhos desejados, pois segundo informa a obra, a escolha de equipamentos frágeis pode provocar um tempo maior na “briga” entre pescador e peixe, estressando o animal de tal forma que, mesmo sendo solto após a captura, este não sobreviverá. Utilizar equipamentos muito resistentes, desproporcional ao tamanho dos peixes capturados, pode acarretar lesões físicas no momento da fisgada.

A linha também deve ser adequada ao tamanho do peixe, pois caso a utilizada seja frágil, corre o risco de se romper, deixando preso, ao animal, o anzol utilizado. A obra ressalta também que o pescador ao manusear os peixes capturados, evite que as mãos entrem em contato com as guelras (brânquias) dos peixes, pois este é o órgão responsável pela respiração do animal. O contato com a pele do peixe deve ser evitado também, pois o muco que reveste a pele do animal o protege de fungos e bactérias existentes.

Para evitar o contato do peixe com o pescador é recomendada a utilização de alicate com extremidades arredondadas, utilizado para segurar o peixe pela boca. O tempo do animal fora da água deve ser o mínimo necessário, e se possível, aconselha-se a não retirar o peixe totalmente para fora da água. No ato da soltura do peixe, o pescador deve segurá-lo suavemente pelo ventre (barriga) e liberá-lo quando o peixe estiver recuperado.

Estes procedimentos são de conhecimento de muitos pescadores que praticam a pesca esportiva na bacia do rio Araguari, os quais por vezes colocam em prática parte desses procedimentos no ato de soltura das espécies capturadas.

Embora o sofrimento e ferimento dos peixes sejam inevitáveis, a soltura dos peixes é a principal característica, ou de forma mais precisa, é a essência da pesca esportiva. Devolver um peixe capturado é a garantia de sucesso nas pescarias futuras, e para uma grande parcela de pescadores, soltar os peixes capturados é mais que uma garantia de pescarias futuras, é uma obrigação que envolve valores pessoais e morais em relação à vida e preservação das espécies de peixe.

Conforme revela o depoimento abaixo, a opção em pescar com iscas artificiais ocorreu, entre outros motivos, pelo fato de evitar o sacrifício de pequenas espécies de peixes como atrativo na pesca. Assim relata o entrevistado:

Como pescador eu passei por diversos tipo de pesca, com pesca com isca viva, até que eu cheguei na pesca esportiva, optei pela pesca esportiva, porque nela você já não sacrifica um peixe pra fazer de isca né, usa isca artificial... Com o tempo, eu vi que meu objetivo na pesca, era mais o lazer com o peixe ali, do que o comer ele, consumir ele, então eu passei a não matar, a não depredá o que me leva a pescá, ai optei pelo pesque e solte que é conhecido ai popularmente⁸⁰.

A opção em soltar o peixe se justifica pela preservação do lazer, mas também envolve valores pessoais e morais em relação à vida animal. Nos trabalhos de campo, percebemos que há pessoas que mesmo soltando peixes, ainda o veem como fonte de lazer e alimento, enquanto outros são radicais, e não concebem e não permitem o sacrifício dos peixes em hipótese alguma, assim relata um entrevistado:

Na pesca esportiva, que agente amadureceu a ideia fazer o pesque e solte, sem mediocridade, que também eu gosto de peixe, como peixe, meu filho e minha família gosta de peixe, então agente mata peixe

⁸⁰ Entrevista realizada com pescador esportivo no lago da UHE de Nova Ponte, no município de Pedrinópolis-MG.

também, mas a minha entrada na pesca esportiva ta com cerca de 15 anos⁸¹.

Já outro entrevistado relata o oposto:

Nós temos pescador tão radical que nem tucunaré, se ele for num... vamos supor que ele vai num restaurante e oferecer tucunaré pra ele, o cara não come, de tão apaixonado pelo peixe. Igual a turma do sashimi, vai lá pega 50 peixe, solta 49 e um eles matam pra faze um sashimizinho, pra comê, pra tomar uma cervejinha. Já tem outros que não, já são muito radical, embarcar cota zero, não aceita nenhum peixe no barco deles, eu sou dessa turma, peixe nenhum eu mato. Eu solto todos, nenhum entra no meu barco, e quem tá comigo também não embarca nenhum, porque geralmente eu pergunto 'não quer trazer peixe não né?', porque no meu barco não embarca⁸².

Ainda sobre a nova relação que se estabelece entre homem e animal mediado pelo lúdico, apresentamos outro depoimento que evidencia uma completa transformação dos valores existentes em relação aos peixes e o direito a vida. Assim, relata o entrevistado:

Os outros seres também tem direito a vida. Nós enquanto seres humanos não temos o direito de cerceia, e na verdade, dar uma direção na vida de qualquer espécie, eu acho que eles tem que ser autossuficientes, e eles só conseguem fazer isso tendo um ambiente preservado, intacto⁸³.

Entendemos que os depoimentos expostos acima revelam um reordenamento do homem em relação aos animais, e que é permeado por novas condutas e valores. Valores que, de certa forma, questionam a superioridade ou antropocentrismo em relação aos animais e o direito que os humanos construíram culturalmente e legitimaram socialmente de subjugar e sacrificar outras formas de vida em benefício próprio.

Thomas (1989), em estudo realizado na Inglaterra, pesquisou a transformação das relações que o homem estabelecia com as plantas e os animais. Seu estudo revela que essa transformação foi lenta, durou aproximadamente três séculos, e contou com muitos elementos que

⁸¹ Entrevista realizada com pescador esportivo e representante comercial no município de Uberlândia-MG.

⁸² Entrevista realizada com pescador esportivo e empresário no município de Uberlândia-MG.

⁸³ Entrevista realizada com pescador esportivo no município de Uberlândia-MG.

culminaram com o questionamento das condutas humanas e a descentralização do homem na relação que este estabelece com os animais, explorando-os em benefício próprio. Dentre estes elementos, os principais citados foram a afirmação da ciência, que desvendou e desmistificou diversos dogmas existentes na sociedade e no mundo natural; o questionamento dos valores religiosos, que em parte justificavam o sacrifício animal, e principalmente o surgimento e consolidação do processo urbano-industrial na Inglaterra. Para Thomas (1989) foi só a partir do século XVIII, na Inglaterra, que efetivamente surgiram novas sensibilidades “em relação aos animais, às plantas e à paisagem. O relacionamento do homem com outras espécies foi redefinido; e o seu direito a explorar essas espécies em benefício próprio se viu fortemente contestado” (THOMAS, K. 1989. pág. 18). Para este autor:

Os processos puramente intelectuais precisaram ser estimulados pela transformação social externa. O triunfo da nova atitude esteve estreitamente vinculado ao crescimento das cidades e à emergência de uma ordem industrial em que os animais se tornaram cada vez mais marginais ao processo de produção. Tal ordem industrial emergiu pela primeira vez na Inglaterra, como resultado, nela a preocupação com os animais foi mais amplamente externada, embora o movimento não se restringisse a esse país. (THOMAS, K, pág. 217)

Percebemos que as novas sensibilidades existentes em relação à pesca e aos peixes na área de estudo, também é fruto de uma transformação sócio-espacial, e está claramente vinculado ao processo urbano-industrial e a conquista do tempo livre no cotidiano das pessoas. Destacamos que estas novas sensibilidades, de fato, não excluem os maus tratos provocados aos peixes durante as pescarias, e por vezes, nem o sacrifício dos mesmos é evitado, quando parte das espécies capturadas são consumidas pelos pescadores. De fato há uma nova sensibilidade que é acompanhada de novos valores e práticas, assim como há um sofrimento consentido nesta relação, embora a preservação da vida dos peixes seja preservada com a liberação dos peixes capturados.



FOTO 25: Pesca Esportiva. Liberação de tucunaré na represa Capim Branco II no torneio realizado em março de 2010. Nota-se na foto, alicate do tipo pega peixe na mão esquerda do pescador, que é utilizado para retirar os peixes da água diminuindo o contato com o animal.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.



FOTO 26: Devolução de Traíra capturada no 1º Torneio Nacional de Pesca Esportiva realizado no lago da Capim Branco II no ano de 2010.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.

A pesca como prática social envolve concepções de mundo e valores pessoais, desta forma, também há transformações e questionamentos das práticas sociais e atitudes envolvidas nesta atividade. Nas entrevistas, os pescadores demonstraram que redefiniram seus hábitos alimentares, deixando de ingerir peixes, principalmente da espécie Tucunaré, e de frequentar bares e restaurantes onde esta espécie faz parte do cardápio oferecido. Outros, por serem contra o abate dos peixes, relatam que selecionam os companheiros que os acompanham nas pescarias, pois estes fazem questão de apenas capturar e soltar a totalidade de peixes pescados.

Como nos foi relatado, é prática recorrente entre grupos de amigos, no ato das compras que antecedem as viagens, adquirir peixes em supermercados ou peixarias para serem consumidos durante as pescarias. A justificativa apontada é que estes peixes foram produzidos em criatórios e que o abate não prejudica ou diminui os estoques naturais existentes nos rios e lagos.

Nos relatos acima, percebemos que estas práticas e valores se constituem em atividades que pertencem ao modo de vida das pessoas que se materializam socialmente nos momentos de tempo livre. Trata-se então, segundo Dumazedier (1976), de usos do tempo com atitudes e atividades que permite formar:

em cada grupo e para cada indivíduo um estilo de vida. O estilo de vida poderia ser definido como o modo pessoal pelo qual cada indivíduo ajeita sua vida cotidiana. Como já estudamos, a individualidade de inúmeros trabalhadores tem mais oportunidade de afirmar-se nas atividades livres e cada vez menos no trabalho como atualmente é concebido. Recorrendo a essas atividades, o indivíduo terá tempo e oportunidade para encontrar e desenvolver o estilo de sua própria vida, mesmo com relação ao trabalho. A procura e a realização de um estilo de vida conferem ao lazer seu mais alto significado (DUMAZEDIER, 1976, p. 263)

Contudo, não podemos deixar de considerar que o tempo livre e o lazer estão associados à produção e consumo de mercadorias. Desta forma, concordamos com Marcelino (2000) quando este afirma que:

não é possível se entender o lazer isoladamente, sem relação com outras esferas da vida social. Ele influencia e é influenciado por outras áreas de atuação, numa relação dinâmica. Não entender esse processo pode levar a equívocos, que são muito comuns (MARCELINO, N, C. 2000, Pág. 14).

A pesca como atividade de lazer está também associada à produção de uma série de equipamentos e apetrechos específicos para esta atividade e que constituem um universo de mercadorias diversificadas que sustentam e fomentam uma indústria da pesca no mundo. Conforme relata um entrevistado:

hoje não só sou atuante, como também faço consultoria pra algumas indústrias de são Paulo, Paraná, no segmento de varas, iscas artificiais, carretilhas, molinetes, dos importados, nacionais... Então além da gente ter a paixão da pesca, agente também trabalha com a pesca⁸⁴.

A pesca, continua o entrevistado, passou por profundas modificações que envolvem transformações das mais variadas, desde os equipamentos até as vestimentas utilizadas nesta atividade:

hoje a pesca mudou muito o conceito... vamos dizer, vamo coloca ai de quinze anos atrás. Antigamente você achava que a pesca era aquela de você sentar e ficar esperando o peixe ir na sua isca, seu anzol. Isso... esse conceito foi mudando. Hoje, aja visto que, tem embarcações que custam cento e sessenta mil reais [...] é... são barcos caros, na faixa de cento e vinte, cento e trinta... igual eu falei pra você.

Então esse conceito da pesca, ela modernizou, a evolução dos blancs, que nós chamamos, que são as varas, as baits que são as carretilhas. Hoje o índice de pescador é que utiliza isca artificial... tem muito ainda molinete, mas há uma evolução, uma tendência crescente de substituição dos molinetes pelas carretilhas, uma grande parte dos pescadores já usa a carretilha. E tem varas que hoje, você faz o conjunto, uma vara pesa noventa gramas, enquanto que nossos pais, pra você ter uma ideia da evolução, ela é a metade do peso e hoje elas são bem mais resistentes à tração, não resistência à impactos. Quanto mais carbono ela tem, mais resistência ela tem de invergadura, só são mais sensíveis à impactos.

Então houve uma evolução muito grande, porque o pescador que se entendia, que era o pescador que pescava com os trajes, né, as piores roupas, as roupas mais velhas possível, a botina... ela se transformou. Hoje uma vestimenta de um pescador, não vou dizer

⁸⁴ Entrevista realizada com pescador esportivo e representante comercial no município de Uberlândia-MG.

profissional, vou dizer amador esportivo, que somos nós, com certeza ele vai gastar ai no mínimo uns trezentos reais pra ele comprar a roupa do pescador. Então mudou muito esse conceito, não que ele queira ser elitizado. Hoje o pescador pesca limpo, ele usa uma sapatilha pra pisar e não sujar seu barco, na sua embarcação. Então o pescador ... houve uma evolução muito grande nesse aspecto⁸⁵.

O relato acima demonstra que a transformação é acompanhada por uma evolução técnica dos equipamentos, com produtos especializados e resistentes. A linguagem utilizada para denominar tais equipamentos também modifica-se, e ao mesmo tempo, revela a influência de empresas estrangeiras responsáveis pela produção e distribuição destes equipamentos. Cabe ressaltar que a associação entre mercadoria e lazer, inclusive o da pesca, é antigo, como revela o anúncio exposto nas páginas anteriores, publicado no jornal *O Correio* da década de 1940, cujo objetivo principal deste era tornar público a produção do “Manual do Pescador” que estaria a venda em breve.

Desta forma, numa sociedade claramente caracterizada e dependente da produção industrial e do consumo, não causa espanto em constatar que no caso da pesca, esta atividade também seja transforma numa mercadoria. Desse ponto de vista, conforme aponta Baudrillard “(...) as leis do sistema (de produção) nunca entram em férias” (BAUDRILLARD, 1995, p. 163), e sendo assim, os indivíduos são, por vezes, induzidos ao consumo. Para este autor então, mesmo nos momentos de lazer:

O indivíduo serve o sistema industrial, não pela oferta das suas economias e pelo fornecimento de capitais, mas pelo consumo dos seus produtos. Por outro lado, não existe qualquer outra actividade religiosa, política ou moral, para a qual seja preparado de maneira tão completa, tão científica e tão dispendiosa (GALBRAITH, apud BAUDRILLARD, 1995, p. 83-84).

Neste sentido, o lazer deve ser entendido também como um momento de manipulação da sociedade, que é seduzida e levada ao consumo nos momentos de tempo livre. Consumo não apenas dos objetos industrializados, necessários e utilizados na pesca, mas também do espaço, da paisagem que envolve as atividades de lazer, e isto inclui a pesca. O lazer então não se

⁸⁵ Entrevista realizada com pescador esportivo e representante comercial no município de Uberlândia-MG.

separa da lógica da produção instituída na sociedade capitalista e revela-se como tal, na medida em que o tempo livre se transforma em tempo de consumo.

Desse ponto de vista devemos considerar que a Pesca Esportiva, o ato de capturar e devolver os peixes ao ambiente, na medida em que não sacrifica os animais fisiados, permite a manutenção da vida dos peixes e consequentemente possibilita a manutenção da pesca com novas capturas.

A conservação dos peixes vivos no ambiente natural, torna-se assim o atrativo principal e essencial à atividade turística e de lazer ligada a pesca, portanto, incentivando a mesma atitude, valoriza-se os locais onde esta prática ocorre, pois ao não eliminar o que de fato é a atração da pesca, permiti que mais pescadores se desloquem às localidades que exploram o turismo de pesca, mantendo esta atividade economicamente ativa.

Embora na bacia do rio Araguari essa prática não seja incentivada pelas propriedades rurais que recepcionam os visitantes e pescadores, esta é uma prática comum em algumas pousadas existentes em outras localidades, que chegam a dar descontos aos visitantes que não sacrificarem os peixes capturados.

Desta forma, destacamos a seguir, uma reportagem de uma revista especializada em pesca⁸⁶ que destaca as ações praticadas pelo instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em parceria com o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora (PNDPA) e a potencialidade do turismo de pesca na represa de Itumbiara, município de Tupaciguara-MG:

PESCARIAS EM TUPACIGUARA SÃO MONITORADAS

No município mineiro de Tupaciguara, guias de pesca, empresários do ramo pesqueiro e técnicos do IBAMA se reuniram para monitorar os tucunarés. Em uma ação pioneira, todos os peixes fisiados no reservatório de Itumbiara, no município mineiro de Tupaciguara, têm passado por monitoramento. A intenção é colher dados sobre a biologia pesqueira e sócio-econômica da pesca esportiva no local.

⁸⁶ Fonte: <http://pesca-cia.uol.com.br/exclusivo/exclusivo.aspx?c=168>

São os próprios guias de pesca quem monitoram as pescarias. Munidos de régua e prancheta, eles anotam as características de cada tucunaré retirado das águas, a única espécie que vem passando pelo processo. Dados como comprimento do peixe e cor vão parar no relatório, que depois de preenchido é encaminhado ao IBAMA. As equipes estão acompanhando a ocorrência do tucunaré azul (*Cichla piquiti*) e do amarelo (*Cichla monoculus*). O guia de pesca Daniel Sales participa do monitoramento desde quando ela teve início, em outubro de 2007, e aprova a iniciativa: “É excelente, assim a gente pode falar pro turista que não pode matar o peixe, que tem que devolver pra água”. Por meio de uma metodologia de educação ambiental que inclui coleta de dados como o comprimento de cada espécime pescado, os trabalhadores são instigados a participar de forma ativa no processo de gestão dos recursos pesqueiros do lago de Itumbiara. Iscas utilizadas e gastos com a pescaria também são levados em consideração. Todos esses dados são então reunidos pelo dono da pousada e remetidos ao IBAMA. A análise dessas informações é levada e debatida juntamente com os guias e com os empresários do turismo de pesca. Padronizando o esforço de pesca por um barco por dia, os técnicos conseguem estimar as populações de peixes, além de inferir o nível de exploração pela pesca. Dessa forma, espera-se que o manejo das espécies seja planejado de forma adequada, possibilitando o desenvolvimento da pesca esportiva. Levando-se em consideração os gastos com pousada, aluguel de barco, iscas e guias de pesca, estimou-se a quantia média despendida para cada peixe pescado. Cada peixe tucunaré capturado custou ao turista cerca de R\$ 40. Em virtude de sua extensão, largura e profundidade, o reservatório chama a atenção de turistas que praticam esportes náuticos. O lago se estende por cerca de 180 km e abriga espécies como Pintado, piau, piapara, barbados e Dourados, mas a fama mesmo veio com os bravos tucunarés (Pesca & CIA, 2008).

O texto acima demonstra alguns serviços que envolvem o turismo de pesca, tais como piloteiros, hoje reconhecido como guia turístico, e hospedagem. Para que este tipo de serviço se torne de fato uma opção para as propriedades rurais é preciso demanda, ou seja, é necessário que exista um contingente de pescadores dispostos a pagar pelos serviços prestados. Porém, para que isso ocorra, é necessário que o local de pesca seja atrativo, e isto só ocorrerá se de fato houver abundância de peixes no local.

Desta forma, o espaço turístico da pesca, seja rio ou represa, valoriza-se em função da pescosidade dos locais, então o ato de pescar e soltar torna-se uma alternativa para a estruturação ou manutenção destes serviços, na medida em que insere-se na lógica capitalista, explora racionalmente, homens e o ambiente, pois diminui a mortalidade das espécies procuradas pelo turista

pescador, e ao mesmo tempo, agrega serviços e valores à pesca em função da preservação dos peixes.

Desta forma, concordamos com Almeida et al (2007) quando estes afirmam que:

a prática do Pesque e Solte é uma modalidade que surge não desprovida de sentido, pois aparece como uma alternativa para o desenvolvimento de um lazer e de um turismo que considera a pesca um esporte que se preocupa e se compromete com a conservação das espécies dos ambientes pesqueiros (2007, p. 125).

A soltura dos peixes é então uma prática conservacionista que envolve interesses e rationalidades econômicas, pois um peixe vivo, como demonstra o relato extraído de uma revista especializada em pesca, é muito mais lucrativo do que um peixe abatido para ser comercializado.

2.4 Os torneios de pesca nas represas do rio Araguari.

Esportes, torneios e competições são objetos de estudo de diversas ciências, porém, no escopo da ciência geográfica este tema ainda é recente, embora já possua obras e pesquisadores debruçados em investigar, geograficamente, tal tema. Para Jesus (1999) o descaso e esquecimento vincula-se a priori pelo desdenho de muitos pesquisadores não reconhecerem que os esportes podem ser analisados pela ciência Geografia, ou ainda, que o tema é “rechaçado, sem qualquer reflexão mais aprofundada, muitas vezes por simplesmente não comparecer no tradicional elenco temático da geografia”. Há porém, ressalta o autor, aqueles que se surpreendem com o tema sem rejeitá-lo de imediato, mas questionam “qual seria a relação entre os esportes e o “espaço” ou o “território”, indagando como se pode “espacializar” tal fenômeno” (JESUS, G. M. 1999, p. 02).

Destacamos que é impossível pensar a ação humana sem sua necessária relação com o espaço, os usos que se fazem dele, a dinâmica que impomos, e o significado que este adquire no cotidiano das pessoas. Pensar os

esportes passa também pela análise das identidades formadas e simbolismo inerentes às especificidades das atividades desenvolvidas e praticadas pelas pessoas.

Jesus (1999) ressalta que não são apenas estes elementos que podem ser analisados, pois inúmeros esportes e práticas lúdicas herdam um histórico que lhe remete à relação homem natureza e que foi ressignificada e transformada em atividade lúdica esportiva. Desta forma, destaca o autor:

Cabe registrar que, neste sentido, tendem a resgatar e a redefinir certas relações que há séculos o homem estabelece com a natureza, não apenas lúdicas, mas também de trabalho. Algumas atividades humanas que tiveram significado de luta pela sobrevivência (busca de alimentos, fuga do perigo, etc.) foram posteriormente "reinventadas" com conotação lúdica e competitiva, tornando-se modalidades esportivas. É o caso do alpinismo, da natação, das regatas, do surfe, do hipismo, da esgrima, do arco & flecha, da própria corrida, das várias formas de luta corporal, entre tantas outras modalidades esportivas baseadas no esforço individual em superar desafios impostos pelas forças da natureza, tais como a gravidade, a pressão do ar, a dinâmica das águas, o domínio de animais, etc. O conhecimento e manejo dos elementos da natureza compõem um amplo acervo cultural, e parece-nos razoável pensar que possivelmente os diferentes "gêneros de vida" para retomar provocativamente a clássica noção lablacheana e as diferentes paisagens naturais forneceram certas bases para diversas modalidades esportivas do mundo atual (JESUS, G. M. 1999, p. 06).

Conforme apontamos ao longo de todo capítulo anterior e neste segundo, percebemos que a pesca se enquadra e até mesmo, exemplifica os dizeres de Jesus (1999) exposto acima. A pesca praticada na bacia do rio Araguari constituía uma fonte de renda e alimento e foi aos poucos sendo ressignificada à uma atividade lúdica pelos processos de clivagem impostos pela consolidação do urbano, que transformaram o modo de vida, o ritmo e dinâmica dos processos sociais, o espaço rural, e a sensibilidade das pessoas em relação aos peixes e à pesca.

A pesca, nesse sentido, é hoje uma prática sociocultural que nos remete à relação homem natureza, mas que pelas novas condições, passou a ser exercitada nos momentos de tempo livre, e, portanto, ressignificada, cuja captura dos peixes, representa de forma simbólica, uma conquista do tempo livre e que é mediatizada pelo lúdico.

Ao falarmos de esporte e pesca, estamos necessariamente invocando uma atividade “reinventada”, na qual a competição é uma de suas características elementares, desta forma, o esporte “pesca” se concretiza nos torneios existentes nas diversas localidades do Brasil. Na bacia do rio Araguari, está prática é recorrente nas represas e teve inicio primeiramente na represa de Nova Ponte onde, desde o ano de 2005, são realizadas competições de pesca com incentivo da prefeitura local. Nas demais represas, UHE de Miranda e Capim Branco II, também já foram usadas para realizações das competições de pesca.

Uma competição de pesca inicia-se com a autorização dos órgãos ambientais responsáveis pelo ordenamento e fiscalização da pesca. Estes órgãos são o IBAMA, hoje (2011) o Ministério da Pesca, e em Minas Gerais é o Instituto Estadual de Floresta (IEF). Segundo um dos representantes do IEF, a organização de um torneio de pesca para ser realizado necessita seguir os seguintes requisitos:

nós não podemos autorizar uma pessoa física, só jurídica. Uma associação, uma empresa, né, então... tem todo um procedimento... então precisa de uma cópia da razão social, CNPJ né, cópia do regulamento do torneio de pesca, tá. No caso vai ser emitida uma licença pra data certa do torneio e será exigido a carteira de pesca de todos os participantes⁸⁷.

Na bacia do rio Araguari, os responsáveis pela organização dos torneios são representantes comerciais, lojistas e comerciantes que se especializaram na venda de apetrechos para pesca, empresários que atuam neste tipo de atividade comercial, além de outros profissionais que atuam em áreas diversificadas não vinculadas a pesca, mas que se dedicam e colaboram para a organização destas competições nos tempos livres.

Com a licença autorizando a competição, cabe aos organizadores promoverem a divulgação do torneio. Os meios de comunicação para difundir a existência dos torneios são variados, neste sentido, a divulgação ocorre com a

⁸⁷ Entrevista realizada com profissional responsável pelo setor de pesca do IEF.

distribuição de cartazes nas lojas de pesca, outdoors, propagandas nas rádios e televisões.

Outra forma de divulgação ocorre nos diversos fóruns virtuais de pesca existente em todo o Brasil, sendo o fórum Tucunazul⁸⁸ o veículo de comunicação que mais congrega pescadores da região do Triângulo Mineiro, e portanto, é o fórum mais utilizado para a divulgação das datas dos torneios, dos locais, das regras e premiações existentes.

Para Huizinga (1996) o jogo, possui muitas características, uma delas consiste em estabelecer e delimitar as regras no tempo e no espaço da atividade jogada. Assim, para Huizinga (1996), a definição de jogo corresponde à:

uma atividade ou ocupação voluntária, exercida num certo nível de tempo e espaço, segundo regras livremente consentidas e absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, atividade acompanhada de um sentimento de tensão e alegria, e de uma consciência de ser que é diferente daquela da vida cotidiana (p. 33).

Entendemos que essa definição de jogo se aplica às competições de pesca, pois estes eventos ocorrem eventualmente, fora da vida cotidiana da maioria dos pescadores. Ocorre de forma regulamentada, e estabelecem período de duração, normas e critérios de pontuação. Para quem participa de uma competição de pesca, o sentimento de tensão e alegria faz-se presente antes, durante e depois das competições.

Destacamos que nestas competições as regras mais relevantes estabelecem o Tucunaré como peixe a ser capturado, e as demais espécies são descartadas e não fazem parte do objetivo da competição.

As regras também definem os apetrechos que podem ser utilizados, sendo carretilhas e ou molinetes os permitidos, e as iscas utilizadas são impreterivelmente as artificiais, sendo vetada a utilização de iscas naturais, como pequenos peixes vivos ou mortos, sob pena de eliminação das equipes que forem flagradas utilizando desta estratégia.

⁸⁸ <http://www.tucunazul.com.br/>

A competição, portanto, não é individual. A participação num torneio de pesca exige no ato da inscrição, a formação de uma equipe composta de três pescadores-competidores, sendo que um destes, por determinação do regulamento, no dia do evento, é obrigado a pescar em outra embarcação. Este competidor é denominado co-pescador ou fiscal, e sua presença possui intuito de fiscalizar a equipe que o recebe, fazendo valer as regras estabelecidas no regulamento e portanto, inibindo que outros participantes utilizem estratégias e materiais proibidos.

A formação dos membros destas equipes sempre envolve laços de amizades e um sentimento compartilhado de paixão pela pesca. Embora grande maioria destes pescadores se tornem competidores nestes eventos, a maioria não depende da pesca e encontra nela apenas uma forma de diversão e lazer.

Porém, existe uma pequena minoria de pessoas que possuem equipes fixas, com nomes próprios e uniformes que estampam diversos patrocinadores, que os auxiliam com equipamentos ou subsídio dos custos, com o intuito de promover e propagar seus produtos, seja ela, uma isca, embarcação, motor, ou até mesmo, uma peça de vestuário destinada aos pescadores.

Embora ainda ocorra de forma amadora, não reconhecida e de forma eventual, é provável que num futuro próximo, sejam organizadas federações estaduais e nacionais de pesca, que organize competições em todo território nacional, o que possibilitará a formação de 'atletas' pescadores que se dedicarão exclusivamente às competições e por vezes, serão remunerados como qualquer outro atleta de outras modalidades esportivas.

A estruturação da pesca como atividade esportiva e profissional, como descrita anteriormente, já é uma realidade nos Estados Unidos da América, onde os torneios e competições, denominada *Bassmaster*, são disputadas ao longo do ano em todo território americano, com várias etapas e com diversas categorias⁸⁹.

⁸⁹ Informações a respeito da organização dos torneios americano se encontram disponível no site: <http://sports.espn.go.com/outdoors/bassmaster/index>

Nos campeonatos realizados na bacia do rio Araguari, além da formação de uma equipe, como requisito para participar dos eventos, as regras da competição estipulam, como dissemos antes, a espécie tucunaré como o alvo da pesca, além disso, estabelecem o tamanho mínimo dos peixes capturados e que posteriormente serão computados à equipe, a quantidade de peixes que podem ser computados, assim como estabelecem um fator multiplicador para a pontuação dos mesmos.

Exemplificando, um peixe que mede entre 25 cm e 29.9 cm, valerá seu comprimento multiplicado por 10. Um peixe entre 30 cm e 39.9 cm, valerá seu comprimento multiplicado por 15, e assim sucessivamente. Desta forma, um peixe de 30 cm capturado numa competição valerá à equipe seu comprimento, 30 cm, multiplicado por 15, totalizando 450 pontos.

A equipe formada por 3 integrantes tem o direito de medir apenas 6 peixes, sendo que o co-pescador pode medir apenas dois, e os outros dois integrantes podem medir mais 4 peixes. Destes peixes capturados e medidos, apenas os 4 maiores valerão para a pontuação final da equipe, sendo que os dois menores serão descartados, caso a equipe complete a cota de 6 peixes capturados. O tamanho mínimo e o fator de multiplicação variam de torneio para torneio, mas de forma geral, obedecem a lógica apontada acima, sendo a equipe vencedora a que maior pontuação fizer durante a competição.



FOTO 27: Medição dos peixes capturados no torneio realizado na UHE Capim Branco II. Após a captura dos peixes, os pescadores munidos dos crachás que identificam a qual equipe pertencem, levam os peixes nos locais onde os organizadores realizam a medição dos peixes.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.

A regra essencial ainda não relatada é que num campeonato de pesca, a captura do peixe é obrigatoriamente acompanhada de sua soltura. Desta forma, os peixes capturados são medidos nos locais estabelecidos pela organização e logo em seguida devolvidos à água, sendo pontuados apenas os peixes vivos e em condições de soltura e sobrevivência.

Nestes eventos, tenta-se difundir a pesca esportiva, pesque e solte, e sensibilizar um contingente cada vez maior de pessoas e pescadores a incorporarem esta prática nas futuras pescarias. Estes eventos são sempre acompanhados e registrados por diversos meios de comunicação que propagam, ao mesmo tempo em que incentivam esta conduta como forma de preservar a pesca como opção de lazer e turismo para os locais que exploram economicamente esta atividade ou que apresentam potencial para desenvolver esta prática.

No período que realizamos a pesquisa na bacia do rio Araguari, (2009 a 2011) foram realizados três torneios de pesca. Primeiro e segundo Torneio Nacional de Pesca Esportiva do Triângulo Mineiro, realizados na represa de Capim Branco II nos anos de 2010 e 2011; TOPESCA, Torneio de Pesca realizado no município de Nova Ponte, em Outubro de 2010 e já confirmado para a mesma data no ano de 2011.

Estes torneios receberam um contingente de pescadores de diversas localidades, principalmente dos municípios da região do Triângulo Mineiro. No primeiro torneio realizado na represa de Capim Branco II no ano de 2010, foram 99 equipes inscritas. No torneio realizado no município de Nova Ponte, neste mesmo ano, foram outras 51 equipes, e no ano seguinte, no segundo torneio realizado na represa Capim branco II foram mais 60 equipes inscritas.

A premiação é um forte atrativo destes torneios e estimulam a participação de um contingente cada vez maior de pescadores. Aos vencedores, são distribuídos, além dos troféus, um conjunto de outros prêmios associados ao universo material da pesca, tais como embarcações, motores, carretilhas, varas, iscas. Como parte do pacote também é oferecida aos vencedores, estadias em pousadas de pesca em diversas localidades do país.



FOTO 28: Premiação concedida aos vencedores do torneio realizado no município de Nova Ponte. Além dos apetrechos de pesca e demais bens materiais, os troféus simbolizam a conquista de status e distinção social pelo valor simbólica.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.

Certamente, a premiação é um forte chamariz do torneio, mas devemos considerar que não se trata do único. Huizinga (1996) nos alerta que há algo em jogo que extrapola a esfera do material e adentra ao simbólico. Para o autor:

Jogamos ou competimos por alguma coisa. O motivo pelo qual jogamos e competimos é antes de mais nada e principalmente a vitória, mas a vitória é acompanhada de diversas maneiras de aproveitá-la – como por exemplo a celebração do triunfo por um grupo, com grande pompa, aplausos e ovações. Os frutos da vitória podem ser a honra, a estima, o prestígio. Via de regra, contudo, está ligada à vitória alguma coisa mais do que a honra: uma coisa que está em jogo, um prêmio, o qual pode ter um valor simbólico ou material, ou então puramente abstrato (HUIZINGA, 1996, p. 58)

Huizinga (1996) completa a afirmação acima relatando que o resultado material por vezes não é o mais importante, e que a vitória ou o êxito confere ao jogador ou competidor uma satisfação pessoal, que é temporal, por vezes duradoura. Desta forma, afirma o autor “em todos os jogos é muito importante que o jogador possa gabar-se a outros de seus êxitos. Neste sentido o pescador constitui um exemplo bem sucedido” (Huizinga, 1996, p. 58). De

acordo com a fala transcrita abaixo de um entrevistado, percebemos que os escritos de Huizinga são pertinentes, pois conforme relata um entrevistado:

quem participa de um campeonato quer pescá um peixe grande. Você, eu, ele tem a mesma intenção, quer ganhar dele, qué ganha dele, então é aquela luta desenfreada, é o maior barato⁹⁰.

Outro competidor relata que as motivações são também pessoais, mas vinculam-se ao status que o vencedor adquire em relação aos demais. Desta forma, justifica que:

... todos nós temos um ego né, todos nós somos... quer se superar em alguma coisa. Um campeonato é uma forma gratificante de você rever amigos, se diverte, ainda mostra essa sua capacidade pra você e pra outros também né, porque ninguém quer mostrar só pra si, né. Mas essa auto superação... é muito gratificante, você assiste uma largada de um campeonato, você fica louco. Sessenta e cinco barcos ali, tudo na largada, aquilo ali já é adrenalina, nem é mais o peixe mais, já é mais o espírito de competição⁹¹.

Ganhar um campeonato de pesca então promove uma distinção social através do simbólico, mesmo que momentânea, entre o vencedor e o restante dos participantes. Distinção e superioridade que é fundada nas habilidades exigidas no ato de captura dos peixes, em reconhecer os melhores locais de pesca, na utilização correta dos equipamentos e iscas artificiais. Para um entrevistado, a participação em um campeonato de pesca é importante também porque:

... ele pontua o exato momento onde o pescador tem que elevar o nível técnico, né. Quando o pessoal vem prum campeonato, ele não vem por pescar por pescar, ele vem porque quer disputar um troféu. Quem vai disputar esse troféu ele coloca a melhor isca, melhor vara, melhor carretilha. Ele dedica o full time, né, o tempo da pesca, pra realmente conseguir peixes grandes, peixes maiores, então tudo isso faz elevar o nível técnico, então por isso o campeonato de pesca, na minha opinião, ele é uma atitude muito positiva onde os pescadores crescem tecnicamente⁹².

⁹⁰ Entrevista realizada com competidor no campeonato de pesca realizado no lago da UHE Capim Branco no ano de 2009.

⁹¹ Entrevista realizada com competidor no campeonato de pesca realizado no lago da UHE Capim Branco no ano de 2009.

⁹² Entrevista realizada com um dos organizadores do campeonato de pesca realizado no lago da UHE Capim Branco no ano de 2009.

Nos relatos de campo, ouvimos de um competidor que acabara de ser intitulado o vencedor de um dos torneios realizados na represa de Capim Branco II, que nenhuma premiação material por ele obtida, tais como o conjunto com barco, carreta e motor, tinha tanto valor igual ao troféu de primeiro lugar obtido por ele naquele exato momento.

Destacamos que nestes campeonatos de pesca, o que está em jogo é a afirmação de um modo de vida que confere à pesca, uma atividade plenamente ressignificada, decorrentes de um universo de clivagens impostas pela modernidade, a qual possibilita o uso do tempo livre e do lazer como possibilidade de realização de desejos. Entendemos que é por estes motivos que um campeonato de pesca é capaz de reunir um contingente de 300 pessoas num único dia de pesca, além disso, esta atividade exerce sobre os homens, um fascínio e se torna uma verdadeira paixão que se concretiza também nestes eventos.

Desta forma, cabe ressaltar que este tipo de evento só é possível e se concretiza na bacia do rio Araguari, devido ao conjunto de valores, símbolos, significados, preferências, crenças e habilidades compartilhadas por um conjunto de pescadores que se reúnem nestas ocasiões para afirmarem um novo modo de valorizar a natureza e reforçarem laços de amizades.

Embora estas competições sejam momentos oportunos de confraternização, renovação e conquistas de novas amizades, há também aqueles que cegos e obcecados pela premiação, utilizam-se de estratégias desleais e irregulares conforme regulamento estabelecido nos torneios.

Na área de estudo, alguns competidores já foram flagrados pescando com iscas naturais nos campeonatos, sendo que estes ou escondem estas iscas no interior da embarcação ou as adquirem com pescadores ou ribeirinhos que por ventura encontram durante o dia de competição. Um caso é bem conhecido entre os competidores, e refere-se à tentativa de um dos participantes de pescar com uma Tuvira, pequena espécie de peixe utilizada como isca para capturar o Tucunaré, a qual encontrava-se escondida no cantil

do pescador. A tentativa só não foi bem sucedida devido a presença do Co-pescador que relatou o ocorrido aos organizadores do torneio.

Outra estratégia muito utilizada é justamente dificultar a pesca e a captura dos peixes do co-pescador. Este competidor, além de não ter autonomia para escolher os locais que deseja pescar, ainda tem que situar-se na popa da embarcação, conforme regulamento dos torneios. Este fato impede muitas vezes que este seja o primeiro a explorar os locais de pesca, ou seja, geralmente este é o último pescador a realizar os arremessos o que diminui a sua possibilidade de capturar os peixes. Não bastasse isso, ainda há aqueles que posicionam o barco próximo aos locais de pesca, de tal maneira que, por vezes, este nem tem a oportunidade de realizar os arremessos das iscas na água.

Como nestes eventos o encontro com outras embarcações e amigos durante o torneio é inevitável, alguns competidores sabendo que não pontuaram o suficiente para conquistar uma boa classificação, repassam os peixes capturados a outras equipes para que estas elevem a pontuação e conquistem, de forma ilegal e desmerecida, algum prêmio. Este tipo de tentativa foi presenciada no torneio de Capim Branco II, mas foi coibida pelo fiscal.

Contudo, compreendemos que este tipo de conduta não diz respeito à ampla maioria dos competidores e pescadores, mas consideramos que este tipo de conduta é parte da realidade das competições de pesca realizadas na bacia do rio Araguari. A competição aflora, em alguns competidores, a ganância e o desrespeito aos demais competidores, embora, nos regulamentos de todos os torneios a conduta cortês com os demais seja exigida.

O aspecto lúdico da pesca, em função da competição, é suprimido pelo desejo de ganhar a qualquer custo, encobrindo assim, a essência da pesca como atividade culturalmente ressignificada, que a nosso ver, é justamente a possibilidade de se entreter usando os recursos naturais, e por vezes, fazer e reforçar laços de amizade.

Como demonstramos acima, a pesca transformou-se numa atividade lúdica e esportiva, cujo universo encontra-se inteiramente renovado. Tal transformação envolve também o espaço rural, que neste processo, se reorganiza adquirindo novos significados e funções. Economicamente, muitas propriedades rurais localizadas nas margens das represas, diversificam suas atividades recepcionando um contingente de moradores urbanos que se direcionam ao rural, principalmente nos finais de semana, para consumirem seu tempo livre, praticando atividades de lazer, entre elas, a pesca.

Desta forma, no próximo capítulo, estudaremos a transformação promovida pelo lazer nas propriedades rurais, analisando a transformação do rural, dos novos serviços incorporados às propriedades, assim como o processo de urbanização do rural e as redes comerciais que se formam em função da pesca.

CAPITULO 03

03. PLURIATIVIDADE E URBANIDADES NO PROCESSO DE REORDENAMENTO DO RURAL

Nos capítulos anteriores, demonstramos que a pesca na bacia do rio Araguari, passou por uma profunda transformação, ressignificando-a de um complemento alimentar à uma atividade de lazer e esportiva. Como atividade lúdica, a pesca se concretiza nos momentos de tempo livre, que é decorrente de uma transformação sócio-espacial vinculada à consolidação do urbano.

Tal processo de transformação que possibilita a afirmação do lazer como necessidade e possibilidade de consumo do tempo livre, não pode ser dissociado da transformação do espaço e do modo de vida. Neste sentido, há uma reorganização produtiva também do rural, que se transforma em função das necessidades urbanas de consumo do tempo livre neste local.

Neste capítulo, estudaremos justamente a modificação do rural em função das atividades de lazer, enfocando a pesca como atividade indutora de uma gama de serviços específicos e necessários à prática e realização desta atividade. Desta forma, adentramos às propriedades rurais que localizadas nas margens dos lagos, recepcionam o fluxo de pescadores, urbanos, que se deslocam principalmente nos finais de semana, em direção ao espaço rural.

Com novas atividades desenvolvidas no espaço rural e nas propriedades, destacamos os usos, as novas possibilidades e oportunidades de renda e trabalho relacionadas à pesca como atividade de lazer. Consideramos que estas atividades apresentam-se como um desafio para aqueles que empreendem atividades receptivas, adquirindo novas habilidades com os afazeres relacionados à recepção de visitantes.

O rural na bacia do rio Araguari apresenta uma configuração recente, caracterizada pela coexistência de atividades agrícolas praticadas conjuntamente com não-agrícolas. Evidenciamos assim, as ruralidades e urbanidades presentes no novo rural decorrente, neste caso específico, das atividades de lazer relacionadas à pesca.

3.1 A pesca e o novo rural na bacia do rio Araguari.

As atividades decorrentes do consumo do tempo livre no espaço rural brasileiro são atividades relativamente recentes. Embora, algumas atividades lúdicas sempre estiveram associadas e praticadas ao rural, o processo de industrialização e urbanização, do campo e das cidades, contribuiu imensamente para que estas se multiplicassem e intensificassem o uso deste espaço para tal finalidade.

Acompanhando o uso, apropriação e redefinição do espaço rural por atividades lúdicas, diversos segmentos da sociedade voltaram-se para o rural, tratando-o como objeto de estudos, de políticas públicas, privadas, tanto para o desenvolvimento local e regional, quanto para o (re)ordenamento das atividades já existentes e realizadas nas propriedades rurais.

Num espaço rural marcado por constantes transformações e profundas desigualdades sociais, no Brasil, as atividades decorrentes do consumo do tempo livre estão sendo incorporadas ao cotidiano das propriedades rurais como uma opção de trabalho e renda, e isto também é uma realidade no espaço rural estudado. Silva (1995) classifica esta incorporação e prestação destes serviços como o "Novo Rural", que segundo ele é decorrente do processo de transbordamento do mundo urbano sobre o rural, entendendo este espaço agora como um "continuum" do urbano.

Se o lazer era considerado uma atividade originalmente urbana, hoje isso não é uma realidade única, embora grande parte da população more nas cidades. Silva (1995) nos relata que as atividades de lazer praticadas no rural é resultado de um processo amplo de transformações socio-espaciais vinculados à industrialização e urbanização pelo qual o espaço rural atravessou a partir da década de 1970, portanto, para este autor, as atividades de lazer são realidades e necessidades também para a população rural, assim como é através dos serviços associados às práticas lúdicas e recreativas que o espaço rural ganha nova dinâmica econômica, possibilitando novas ocupações e renda para os moradores e produtores rurais.

A partir da constatação que existem atividades não-agrícolas praticadas no espaço rural, e atividades agrícolas praticadas no urbano, Silva (1995, p. 01) afirma que distinção entre o urbano e rural é uma tarefa difícil, desta forma:

Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um continuum "do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.

Concordamos com a ideia de um '*continuum*' apresentada por Silva (1995), desde que esta ideia não esteja associada à ideia de homogeneização, pois há, mesmo com profundas transformações, especificidades econômicas, paisagísticas e culturais que impedem o entendimento de um espaço único e uniforme, sem distinções sócio-espaciais. Concordamos então com a ideia de que tanto o rural quanto o urbano, não podem ser entendidos como espaços autárquicos, mas sim, fazem parte de uma totalidade que os conectam e se complementam, aumentando suas relações e dependência.

A partir dessa afirmação, é possível compreender que o espaço rural brasileiro, é marcado por uma nova dinâmica e com uma configuração espacial recente, com profundas transformações das atividades agrícolas, e com o surgimento de novas ocupações e emprego, que proporcionam renda através dos serviços prestados e associados às atividades não-agrícolas.

Notadamente, os novos usos presenciados no espaço rural pelas atividades de lazer promovem e redefinem atividades, ocupações. Para Cruz (2001) através das atividades não-agrícolas desenvolvidas no rural, ocorrem reocupações dos funcionários e moradores das propriedades rurais, que deixam de realizarem determinadas tarefas associadas à agricultura e pecuária, ou que reorganizam seu cotidiano para se dedicarem à receptividade desenvolvendo serviços envolvendo atendimento aos visitantes, tornando guias turísticos ou até mesmo realizando serviços relacionados à manutenção de equipamentos e infraestruturas edificadas em função das atividades de lazer.

Em relação à pesca praticada nas propriedades rurais, a manutenção destes serviços vincula-se à manutenção das infraestruturas edificada nas

propriedades que são utilizadas pelos pescadores, tais como, consertos em barcos e tablados, manutenção e limpeza dos chalés e áreas utilizadas para a prática do camping, assim como dos cuidados relacionados ao trato dos peixes nos locais onde se pratica a ceva para a pesca.

Considerando-se que, até a década de 1970, a população brasileira era basicamente rural, torna-se necessário destacar que, em menos de quatro décadas, o processo de urbanização e modernização agrícola provocou mudanças, não só econômicas, mas também sociais, espaciais e culturais. Devido à importância assumida pelas atividades de lazer, nos últimos anos, nota-se a existência de novas atividades desenvolvidas no espaço rural, motivadas por novas necessidades sociais vinculadas ao consumo do tempo livre.

Como resultado desse processo de transformação e articulação entre rural e urbano, algumas propriedades rurais empreendem novas atividades, dentre elas a recepção de visitantes, promovendo novos usos deste espaço, com adequações das infraestruturas existentes nas propriedades assim como das ocupações familiares.

Tais transformações sócio-espaciais, decorrentes de um mundo em processo de globalização e de várias imposições socioeconômicas, percebe-se que, em toda extensão da bacia do rio Araguari, existe uma reestruturação produtiva que tem apontado para várias transformações das propriedades rurais, dentre elas, destacamos a receptividade aos pescadores, que se manifesta principalmente nos finais de semana, com a presença de pessoas que vivem principalmente nas cidades localizadas na bacia do rio Araguari.

Diante disso, estas transformações podem ser percebidos por intermédio do espaço que materializa os desejos e rearticulações produtivas do espaço e das propriedades rurais, promovendo novos usos e significados associados ao novo rural. O novo rural, conforme aponta Silva (1995), ocorre por meio de uma combinação de atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, que se dão dentro e/ou fora da propriedade, desenvolvendo atividades como lazer, turismo, prestação de serviços, dentre outros.

Essas atividades entram no montante da renda do produtor, o qual, por oportunidade de diversificar a renda ou mesmo por imposições socioeconômicas, tem que complementar a renda com atividades, muitas vezes, não-agrícolas. Contudo, o que acontece no meio rural é chamado de pluriatividade, cuja essência está na combinação de diversas formas de renda, exercida por uma pessoa ou pela combinação de atividades numa única propriedade. Para Silva (1995):

A pluriatividade na maioria das vezes se associa a um outro fator complexo que é a combinação, cada vez mais frequente, numa mesma pessoa, do estatuto de empregado com o de conta própria. O resultado dessa associação é o aparecimento de tipos que, tanto do ponto de vista social como profissional, são difíceis de classificar. (SILVA, 1995, p. 48).

Pode-se, então, ressaltar que, nesta nova caracterização do rural, existe uma (re)organização das propriedades rurais, com ênfase nas atividades não-agrícolas, e de novas tarefas desenvolvidas pelos moradores rurais. No caso da pesca realizada na bacia do rio Araguari, as atividades não-agrícolas relacionadas à pesca são realizadas nas propriedades rurais que margeiam os lagos, prestando serviços diversificados tais como, alugueis de tablados e embarcações que auxiliam a prática da pesca, produção e comercialização de iscas, ou até mesmo ofertando chalés e áreas de camping para os pescadores que desejam pernoitar nas propriedades.

Essa transformação não indica, apenas, uma nova forma de geração de renda para os produtores rurais, mas ao mesmo tempo, revela uma transformação social do próprio produtor e seus familiares. Destacamos que na bacia do rio Araguari, mesmo empreendendo novas atividades associadas às atividades de lazer, alguns proprietários rurais, tradicionalmente identificados com a produção rural, rejeitam o abandono das atividades agrícolas, pois há inseguranças econômicas em relação à dependência e às sazonalidades das atividades de lazer, principalmente em relação à pesca que durante parte do ano é proibida.

Porém, há também localidades cuja principal forma de renda está associada exclusivamente às atividades receptivas e não-agrícolas. Nestas

situações, percebe-se que há diferentes sujeitos sociais atuando no espaço rural, que através da renda gerada através dos serviços prestados, garantem a permanência no espaço rural.

Para os produtores rurais que conciliam atividades agrícolas com não-agrícolas, ocorre um processo de metamorfose social deste sujeito que se transforma parcialmente em empresário, combinando diferentes estratégias, garantindo renda extra, assim como se afirmam como produtores rurais na medida em que não abandonam as atividades tradicionalmente rurais já desenvolvidas na propriedade.

Silva (1995) revela que a combinação de diferentes atividades é comum nos países desenvolvidos. Para este tipo de situação, a característica fundamental do agricultor prestador de serviço é que:

ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vem se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. (SILVA, 1995, p. 47).

Para Ortega (2001, p. 110) o desenvolvimento de atividades não-agrícolas em Minas Gerais envolve sujeitos sociais diferentes, é também desenvolvida em grandes propriedades tecnificadas, assim como em pequenas propriedades rurais. Desta forma:

[...] o fenômeno do crescimento das atividades rurais não-agrícolas em detrimento das agrícolas é uma realidade, não somente nas propriedades rurais que incorporaram o padrão tecnológico das revolução Verde, poupadora de mão de obra e que realizam algumas atividades por possuírem trabalho excedente. Também na agricultura familiar, que incorporou aquele padrão ou não, aproveitando nichos de mercado ou criando novos mercados, também realizam atividades rurais não-agrícolas (ORTEGA, 2001, p. 110)

Em relação à pesca praticada na bacia do rio Araguari, percebemos que as propriedades que diversificam as atividades rurais com as não-agrícolas, são propriedades de pequeno porte localizadas no entorno dos lagos, em áreas

de relevo dissecado, as quais possuem imposições naturais que dificultam a mecanização das atividades agrícolas.

Consideramos importante ressaltar que o tempo livre é uma realidade na sociedade contemporânea, e que o lazer praticado nos lagos existentes na bacia do rio Araguari, cria novas possibilidades de uso do espaço rural, promovendo a pluriatividade destas propriedades.

Neste sentido, como as atividades de lazer também podem ser compreendidas como necessidades sociais derivadas da lógica de reprodução do capital, o espaço rural se adéqua e se transforma às necessidades de reprodução do sistema capitalista. No entendimento de Santos (1979, p. 18), o espaço, além de dinâmico, é um produto histórico e social, e sua dinâmica e transformação “reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas.”

A partir do entendimento que o espaço é dinâmico e resultado de relações históricas e sociais, é possível compreender que os serviços no espaço rural, através das atividades receptivas relacionadas a pesca, vinculam-se à necessidades econômicas, políticas e sociais de consumo do tempo livre.

Consideramos pertinente ressaltar que o conceito de pluriatividade refere-se não somente à diversificação de atividades na propriedade rural, mas contempla também, aquele produtor que realiza outros serviços e atividades não rurais em outras propriedades ou locais. Portanto, pluriatividade é ao mesmo tempo diversificação de atividades e afazeres familiar dentro ou fora da propriedade rural.

Para Schneider (2003, p. 101-102) a pluriatividade refere-se a um fenômeno social no qual:

não raramente uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a se dedicar a atividades não-agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades. Essa forma de organização do trabalho familiar vem sendo denominada pluriatividade e refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto

variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. Ao contrário do que se poderia supor, esta não é uma realidade confinada ao espaço rural de países ricos e desenvolvidos.

Conforme aponta Silva (1995, p. 27) “o mundo rural brasileiro não pode mais ser tomado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais”, pois o meio rural brasileiro “ganhou por assim dizer novas funções”. Uma destas funções referidas pelo autor é justamente “propiciar lazer nos feriados e fins de semana através dos pesque-pague, hotéis-fazenda, chácaras de fins de semana, etc”.

Para Silva (1995) o surgimento de atividades não-agrícolas no rural pode ser entendido como um processo de urbanização deste espaço. Já Rua (2006) ressalta que as atividades não-agrícolas praticadas no rural não é suficiente para afirmar que o rural se urbaniza, apenas é possível constatar que há urbanidades no rural. Desta forma Rua (2006) comprehende o espaço como um híbrido onde coexistem lógicas e atividades diferentes, descartando a ideia de um processo de desenvolvimento do rural que anularia suas especificidades.

Pelo exposto acima, entendemos que mesmo diante de novas atividades praticadas no rural, ainda que estas atividades sejam não-agrícolas, o rural se mantém sob coexistências de atividades, e é justamente pelas coexistências que o rural não se urbaniza por completo, e portanto não se dissolve. A pluriatividade assim corresponde a uma estratégia familiar que possibilita através da renda e dos serviços, habitar e viver no espaço rural. Mas devemos ressaltar que pluriatividade é a conciliação entre atividades agrícolas e não-agrícolas, e portanto, o vínculo e o trabalho ligado à terra, seja em tempo parcial deve estar presente no cotidiano das pessoas que habitam este espaço para que estas sejam classificadas como pluriativas.

Desta forma, a condição de ser rural, não deriva da utilização de equipamentos industriais, domésticos ou pela existência de infraestrutura básica, mas pelo vínculo e identidade com a produção rural. Diante disso, concordamos com Moreira (2002, p. 06-07) quando este afirma que:

[...] as complexas relações sociais contemporâneas apresentam, ao mesmo tempo, fluxos culturais e materiais da ruralidade e da urbanidade, rompendo assim com a concepção essencialista de um ser rural que se opõe ao ser urbano. Olhando assim para esses componentes poder-se-ia falar de elementos de ruralidade em espaços urbanos, bem como, de elementos de urbanidade em espaços rurais. Essa argumentação, se consistente, refuta algumas das teses que falam do fim do rural, como a industrialização e a urbanização do campo, nessa a urbanidade em todos os espaços rurais e naquela, a urbanidade industrial dos processos produtivos.

Neste sentido, o entendimento do rural ou das ruralidades apresentadas por Moreira (2002, p. 12) estão ligadas às atividades que permitem proximidades “com a natureza, o solo, a terra, as estações e os climas, suas vegetações e animais”.

Seguindo este raciocínio, podemos afirmar que o oposto, as urbanidades, são atividades que se afastam do vínculo com a terra e a lida rural, e também podem ser encontrados no espaço rural. Tais atividades estariam atreladas então ao comércio, a prestação de serviços desvinculados à produção rural.

Entendemos que urbanização do rural se concretiza na medida em que o surgimento de atividades não-agrícolas não é acompanhada ou conciliada das atividades agrícolas, impondo novas dinâmicas ao rural. Assim:

As novas dinâmicas em termos de geração de emprego e renda no meio rural brasileiro têm origem urbana, ou seja, são impulsionadas por demandas não-agrícolas das populações urbanas, como é o caso das dinâmicas imobiliárias por residência no campo e dos serviços ligados ao lazer (turismo rural, preservação ambiental, etc.). (SILVA, 2001, p. 44).

Nosso entendimento é que, conforme aponta Rua (2006) o espaço rural deve ser compreendido como um híbrido que possui ruralidades e urbanidades. Nesse sentido, há pluriatividade quando se desenvolvem concomitantemente, seja na propriedade ou nas tarefas desenvolvidas por membros familiares, atividades agrícolas e não-agrícolas, tais como atividades relacionadas ao lazer, mencionadas por Silva (2001). Por outro lado, há urbanidades, ou uma

urbanização do rural, na medida em que os serviços desenvolvidos e prestados no rural, não possuem vínculo ou não são conciliados com as atividades rurais.

Destacamos que na bacia do rio Araguari, os serviços existentes no rural relacionados à pesca, são decorrentes do consumo do tempo livre da população urbana das cidades existentes nesta bacia. Portanto, entendemos que a pesca se manifesta como atividades de lazer, pois é essencialmente praticada nos momentos livres das obrigações sociais e do trabalho, por iniciativa e vontade própria, conforme aponta o conceito de lazer de Dumazedier (1976) apresentado no capítulo anterior.

Segundo as informações apresentadas por Silva; Vilarinho e Dale (1998, p. 139), no Brasil “um importante fator de indução do crescimento de atividades não-agrícolas no meio rural tem sido o aproveitamento para lazer das represas formadas para geração de energia elétrica” destacando que dentre as várias atividades praticadas nas propriedades rurais localizadas no entorno das represas a pesca vem ganhando destaque, sendo uma das mais praticadas, demandando uma série de serviços.

A transformação das paisagens pelos lagos possibilitam usos diversos para as atividades de lazer, por vezes dinamizando a economia local e diversificando as atividades praticadas nas propriedades rurais, por isso, conforme aponta Almeida (et all, 2007, p. 08) “não causa surpresa que as áreas de entorno de reservatórios também se incluam nessa tendência de valorização de lugares e regiões, a partir de atividades turísticas e de lazer”.

Os usos e aproveitamentos socioeconômicos dos lagos, para atividades de lazer, são comuns na região do Triângulo Mineiro, sendo a pesca uma indutora das atividades não-agrícolas encontradas na região. Na bacia do rio Araguari estas atividades também estão presentes em inúmeras localidades situadas no entorno das UHE's de Nova Ponte, Miranda, Capim Branco I e II.

Embora a construção de reservatórios cause grandes impactos para a ictiofauna local, a pesca como atividade lúdica não desaparece com a formação dos lagos, pois conforme aponta Cecarrelli (2006, p. 32) geralmente estas represas situam-se próximas à centros urbanos, além disso:

o aumento significante de espécies de ambientes lênticos e a introdução de espécies não-nativas, como o tucunaré (...), dentre outras, tem levado muitos pescadores (entre eles) esportivos a procurarem esses locais. (IBAMA, 2006. pág. 32)

Mesmo diante das transformações ambientais, as paisagens formadas pelos lagos são utilizadas para a prática da pesca, e desta forma, não há surpresa em constatar que as áreas no entorno e reservatórios são valorizados por aqueles que praticam a pesca nos momentos de tempo livre.

Para Rodrigues (1997) o fluxo e deslocamento de pessoas de diversas localidades com objetivo lúdico, pode ser analisado pelas redes de serviços que estas atividades promovem nos lugares, que se transformam em função do consumo do tempo livre. Desta forma, esta autora identifica três elementos importantes para a realização das atividades lúdicas que constituem em centros dispersores de pessoas, que em sua maioria constituem centros urbanos; o fluxo de pessoas, o que envolve a utilização de infraestruturas de rodagem e deslocamento, e por último, os centros receptivos, que podem ser tanto urbano quanto rurais.

Na bacia do rio Araguari, temos como centros emissores as cidades e centros urbanos localizados no entorno das represas. Como centro receptor, temos as propriedades privadas localizadas no entorno dos lagos, que permitem o acesso ao interior da propriedade mediante o pagamento de taxas estipuladas pelos proprietários, além de oferecerem dentro destes locais, outros serviços vinculados à pesca.

Entendemos que a organização do espaço, interconectando localidades distantes, permitindo o fluxo de consumidores e produtores de amenidades, cria uma rede que envolve o espaço urbano e o rural. Diante disso, entendemos que as localidades na bacia do rio Araguari constituem os espaços urbanos e rurais que se conectam através das estradas de rodagem, possibilitando o fluxo de pessoas de um local para o outro, neste caso, do espaço urbano em direção ao rural. Do urbano, partem um contingente de pessoas em busca de serviços relacionados à receptividades nas propriedades rurais. Tais serviços estão relacionados aos locais de pesca, áreas de camping,

chalés, locação de barcos, tablados, e refeições. O rural então se caracteriza como um produtor de serviços e mercadorias que é revendido aos visitantes na forma de atividades não-agrícolas, receptivas, serviços, transformando o acesso aos lagos em mercadoria que possui valor de uso e valor de troca.

No entorno das represas existentes no rio Araguari, é fácil identificar as transformações sócio-espaciais derivadas desta atividade. Isto porque no ato da pesca, são necessários não apenas equipamentos comercializados nas cidades, mas também é preciso acesso aos lagos e portanto às propriedades rurais existente nos entorno.

A busca por espaços para a prática da pesca promove então a receptividade nas propriedades rurais, dando início, em muitas casos, à pluriatividade nestes locais. Desta forma, destacamos que por ser uma atividade passível de promover renda e novas ocupações no rural, este espaço adentra na lógica mercantil pela suas especificidades, mas também devido à sua escassez, pois conforme aponta Baudrillard (1995, p. 56) “o espaço, o tempo, a água, o silêncio, o ar puro” apareçam como objetos raros, e “determinados bens, outrora gratuitos e disponíveis em profusão, tornam-se bens de luxo acessíveis apenas aos privilegiados, ao passo que os bens manufaturados ou os serviços são oferecidos em massa.”

Conforme aponta Baudrillard (1995), podemos afirmar que é em função da desigual disponibilidade de acesso e particularidades entre os espaços que o rural se valoriza como local propício às amenidades sociais e às práticas esportivas e lúdicas. Desta forma, as especificidades paisagísticas do rural tornam-se também atrativos, pois:

[...] O direito ao ar puro significa a perda do ar puro como bem natural, a sua passagem ao estatuto de mercadoria e a sua redistribuição social desigualitária. [...] isto é, de transformação progressiva de todos os valores concretos e naturais em formas produtivas, ou seja, em fontes de lucro econômico, e de privilégio social (BAUDRILLARD, 1995, p. 57).

Desta forma, é preciso considerar que o espaço rural possibilita o desenvolvimento e prática de determinadas atividades de lazer que se inserem

em especificidades deste espaço que o urbano carece. Nesse sentido, valoriza-se o contato com a paisagem formada pelos lagos, rios e o entretenimento com os peixes, o principal atrativo relacionado à pesca.

Diante desse processo de mercantilização da natureza, os proprietários rurais conscientes dessa necessidade urbana por momentos e espaços de lazer encontram uma nova possibilidade para empreender e diversificar as atividades, pois os elementos do espaço rural aparecem como atrativos que seduzem as pessoas, pois num mundo moderno e agitado a sociedade é privada de inúmeras amenidades.

Entendemos assim, que a mercantilização do espaço rural e da natureza priva a população do acesso, por outro, entendemos que, do modo como se organiza a sociedade, a recepção nas propriedades rurais são capazes de proporcionar benefícios à alguns moradores e famílias rurais, pois estas encontram nesta atividade, uma oportunidade de diversificar a renda e o trabalho.

Diante dos aspectos já relatados, demonstraremos abaixo como o rural se renova diante das possibilidades recreativas. Desta forma, buscamos compreender especificamente como as propriedades rurais se reorganizam para atender os pescadores na área de estudo, assim, o que apresentaremos a seguir é o resultado de inúmeros diálogos, entrevistas, percepções vivenciados nos diversos trabalhos de campo praticado antes e durante esta pesquisa realizada na bacia do rio Araguari, principalmente no entorno das usinas hidrelétricas de Nova Ponte, Miranda, Capim Branco I e II.

Como a pesca promove transformações em diversas localidades ao longo de toda bacia do rio Araguari, e envolvem mudanças de diversas ordens, apresentamos abaixo os locais visitados tendo como referência os lagos das hidrelétricas. Assim, iniciamos a apresentação das localidades partindo da represa de Nova Ponte, Miranda, Capim Branco I e II, percorrendo desta forma, a sequência de hidrelétricas existente na Bacia do rio Araguari. No final, elaboramos um quadro com as principais características das propriedades e localidades visitadas.

3.2 Pluriatividade, serviços e urbanidades: o reordenamento produtivo do rural na bacia do rio Araguari.

3.2.1 A pesca no lago de Nova Ponte

Como demonstram diversos relatos e citações apresentadas nos capítulos anteriores, a pesca, mesmo como atividade lúdica, era praticada no rio em toda sua extensão. Esta prática se intensificava nos locais de fácil acesso, tais como rodovias, estradas de terra ou pontes localizadas sobre o rio. O espaço rural então era apropriado pelos pescadores que no anseio de acesso ao rio, por vezes, mesmo sem o consentimento ou conhecimento dos proprietários, invadiam as propriedades e ali praticavam a pesca.

Alguns proprietários enxergaram nessa prática, a possibilidade de recepcionar tais visitantes, cobrando uma pequena taxa, permitindo a entrada na propriedade e equacionando o problema da invasão. Esta estratégia foi posto em prática na represa de Nova Ponte, na propriedade conhecida como Rancho do Paulão, localizada às margens da BR-452 e do lago da referida represa.

Localizada no município de Santa Juliana, esta propriedade pertencia à um casal de senhores que, neste local, produziam parte de seus bens alimentares com uma pequena criação de aves, porcos e gado, conciliada com o cultivo de plantas para o consumo familiar.

A receptividade realizada na propriedade iniciou com os pescadores no final da década de 1990, logo após a formação da represa, e em curto prazo de tempo, a pluriatividade ali desenvolvida tornou-se uma importante fonte de renda para o casal que ali residia. O fato de a propriedade margear o lago foi fundamental para que a receptividade no local fosse estabelecida, além disso, devemos considerar também que a proximidade com a BR-452 e as boas condições de rodagem apresentadas pela estrada, que é pavimentada em sua totalidade, garantiu a fluidez dos visitantes, principalmente dos centros

emissores próximos, notadamente as cidades de Santa Juliana, Nova Ponte e Uberlândia.

As alterações realizadas no interior da propriedade para o atendimento aos visitantes foram discretas, com exceção dos cinco tablados edificados no local que garantiam, junto com a taxa de entrada na propriedade, a renda gerada com a visitação.

Nesta propriedade inexistia uma área destinada aos acampamentos, pois quem ali pernoitava, o fazia diretamente sobre os rústicos tablados que possuíam cobertura e quartos no interior dos mesmos. Como a pesca, praticada nestas estruturas era a principal atividade realizada no interior da propriedade, estes eram cevados constantemente, atraindo os peixes e os pescadores que com antecedência confirmavam a presença na propriedade, reservando a utilização das áreas de pesca.

A presença destes flutuantes no local evidencia uma estratégia de ampliação do espaço de lazer no interior da propriedade, isto se deve em função da pequena extensão da área existente que margeia o lago. Além de ampliar a possibilidade de recepção na propriedade, estes tablados, mesmo sendo edificações simples, apresentam cobertura e acentos que protegem os pescadores contra ventos e insolação, proporcionando um mínimo de conforto e bem-estar aos visitantes. Soma-se a isso, a presença de peixes que eram atraídos pelas cevas realizadas com milho e soja.

Além do aluguel e da taxa cobrada para adentrar à propriedade, eventualmente eram servidas algumas refeições aos visitantes, quando estes com antecedência, informavam ao proprietário o desejo de almoçar ou jantar no local. A visitação também suscitou a venda de bebidas, assim como parte da produção dos queijos, de ovos e galinhas caipiras criadas soltas na propriedade.

Desta forma, as atividades não-agrícolas desenvolvidas no local promoveu uma fonte alternativa de renda às já desenvolvidas no local, mais que isso, ela foi importante também por criar um novo mercado consumidor

para a produção artesanal de doces e queijos, além das galinhas e ovos caipiras produzidos na propriedade.

Como descrito acima, a dinâmica da propriedade foi alterada em função das visitações, mas a vida na pequena propriedade e as diversas atividades ligadas à terra com criação de animais, o cuidado com as plantas nunca deixaram de ser praticada nesta propriedade. A conciliação entre atividades agrícolas e não-agrícolas foi uma característica marcante desta propriedade, e assim, conforme aponta Silva (1995), neste local a pluriatividade de fato era praticada, e o fato de conciliar as duas atividades, proporcionava segurança aos proprietários pois notadamente a pesca apresenta sazonalidades.

Justamente por apresentar sazonalidades, a manutenção das atividades agrícolas garantiam segurança econômica e alimentar ao casal de senhores que moravam na propriedade. Desta forma, conciliar atividades não-agrícolas com agrícolas, além de uma atitude que demonstra sabedoria em relação às sazonalidades, livrava-os da dependência econômica exclusiva tanto das atividades agrícolas como das não-agrícolas.

No ano de 2008, o casal de senhores que ali viviam, venderam a pequena faixa de terra à outro proprietário. Segundo o novo dono, a venda ocorreu por motivos relacionados à saúde dos antigos proprietários, que migraram para a área urbana do município de Nova Ponte para receberem atendimento médico com maior facilidade.

Atualmente (2011), o local que abrigava apenas uma residência foi loteado em pequenas glebas, que agora formam um condomínio denominado GUMI com aproximadamente quinze residências e com dimensões semelhantes às encontradas no espaço urbano das cidades brasileiras, modificando totalmente a paisagem local. Embora com profundas transformações na paisagem pela edificação de dezenas de moradias de segunda residência, alguns moradores deram continuidade às atividades que ali já ocorriam.

Um dos motivos para dar prosseguimento aos serviços prestados no local, segundo o novo proprietário, que é aposentado e comprou o local como

área de descanso pessoal, relata que no início não possuía nenhuma pretensão de estabelecer um comércio ali, mas os antigos frequentadores não deixaram de procurar a propriedade, assim, explica o entrevistado:

Quando eu entrei, o pessoal... os pescador começou a chegar... um quer cerveja, outro quer refeição, ai eu fui cedendo, das coisas que eu tinha aqui. Ai to tocando, mal organizado, pra por funcionário hoje é difícil né, não faço propaganda, mas ai o pessoal chega ai e agente vai levando⁹³.

Os serviços prestados atualmente não diferenciaram muito em relação aos prestados pelo antigo proprietário, pois conforme revela o atual, a dinâmica econômica desta propriedade gira em torno da comercialização de bebidas, refeições e alugueis dos tablados. Conforme revela o relato do proprietário:

Tenho vários tablados, então os que tão no tablado, eles trazem as bebidas, o gelo, o refrigerante, mas o que acaba lá eles vem pegar aqui comigo. Então o que eu tenho é cerveja, refrigerante, agente serve uma porçãozinha de peixe frito, uma refeiçãozinha, marmita, então sempre tem algum movimentinho⁹⁴.

Os peixes comercializadas no local ao visitante, em porções ou in natura, conforme revela o proprietário, são espécies pescadas por ele e sua esposa em sua propriedade, tais como Mandi, Tucunaré e Traíra. Além da comercialização destes itens mencionados na fala transcrita acima, outra fonte de renda é possibilitada pela venda de iscas procuradas pelos pescadores, principalmente minhoca. A produção destes animais ocorre de forma simples e improvisada em uma pequena caixa d'água, na qual é inserida uma camada de terra e outra camada de esterco de gado, a qual será consumida pelas minhocas, criando assim, condição de crescimento e reprodução das mesmas.

Nesta propriedade encontram-se três embarcações, cujos proprietários optaram em deixá-los no local com o intuito de evitar o transtorno proporcionado pelo transporte destes das áreas urbanas até o local. Este tipo de acordo, proporciona outra fonte de renda para o proprietário, que fica incumbido de zelar pela segurança das mesmas. Acordo semelhante ocorre

⁹³ Entrevista realizada com proprietário do estabelecimento comercial em Santa Juliana-MG.

⁹⁴ Entrevista realizada com proprietário do estabelecimento comercial em Santa Juliana-MG.

também na propriedade vizinha, onde encontram-se depositados dezenas de embarcações, que também fica aos cuidados do morador local.



FOTO 29: Condomínio GUMI. Bar, tablados e barcos, e a improvisada minhocultura constituem infraestruturas receptivas e serviços existentes na propriedade localizada no condomínio GUMI.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.

As transformações que ocorreram na propriedade aparentemente foram poucas se considerarmos apenas os serviços prestados aos visitantes. Porém, percebemos que na medida em que a mudança de proprietário ocorre, há também uma transformação na paisagem e nos usos do espaço. As diversas atividades características do espaço rural, agricultura e criação de animais, a lida na terra que estavam ligadas ao modo de vida dos antigos proprietários é substituída por atividades exclusivamente não-agrícolas, nitidamente associadas ao modo de vida urbano.

Desta forma, com fragmentação da antiga propriedade rural em pequenos lotes característicos do espaço urbano, a prestação de serviços e o abandono das atividades agrícolas que eram desenvolvidas pelos antigos proprietários, temos uma configuração espacial claramente marcada pela urbanização do rural.

Como ressaltamos anteriormente, a localização da propriedade entre o lago da represa e a BR-452 foi fundamental para que as atividades de lazer fossem realizadas ali. Consideramos também que este foi um dos fatores que

contribuíram para que o mesmo processo de loteamento e urbanização verificado na propriedade descrita acima, fosse também materializado na propriedade adjacente. Hoje (2011), existem dois condomínios contíguos, o GUMI formado pela venda da propriedade rural descrita, e o condomínio denominado Beira Lago, cujas características e dimensões também se assemelham aos loteamentos encontrados no espaço urbano.

A grande quantidade de tablados dispostos na água num pequeno trecho do lago, os quais pertencem aos proprietários das residências destes condomínios, revelam que a pesca é uma das principais atividades de lazer praticadas no local.



FOTO 30: Tablados e Condomínio Beira Lago. A quantidade de tablados existentes no arredor dos condomínios GUMI e Beira Lago, destacado na foto acima, demonstram que a pesca é uma atividade muito praticada no local, contribuindo para a urbanização do rural no município de Santa Juliana-MG.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.

Ao percorrer a BR-452 próximo à ponte sobre o rio Araguari, na divisa entre os municípios de Nova Ponte e Santa Juliana, é possível observar algumas faixas indicando a presença de um restaurante denominado Peixe Frito. Este estabelecimento comercial, pertencente à um morador do município de Uberlândia, encontra-se localizado ao lado dos condomínios descritos anteriormente, e desde o ano de 2008 pertence ao atual proprietário que recepciona, pescadores, viajantes e também visitantes dos condomínios. Segundo o proprietário, os usos de sua propriedade estão vinculados às

atividades de lazer de parte da população das cidades vizinhas. Segundo o proprietário:

É uma área praticamente de lazer, né. Onde grande parte cidade de Santa Juliana, Nova Ponte, Uberaba, Uberlândia, e outras cidadinhas ai por perto, vem muita das vezes, usufruir, tomar seu banho na época de calor, e também observar a beleza, que isso daqui, eu tenho isso daqui, e considero um paraíso, porque aqui você fica fora de tudo quanto é problema de cidade, aquelas coisa, né. Então eu gosto muito daqui, e no entanto, aqui é um local que praticamente é tido como um passa tempo pro pessoal que queira passar um dia assim, mais folgado⁹⁵.

O restaurante é um dos principais atrativos do local, sendo as refeições de peixes o prato mais procurado pelos visitantes. Segundo o proprietário, o restaurante é administrado por seu filho que reside na propriedade.

E aqui, meu filho aproveitou aqui e tem esse restaurante, onde fornece um peixe frito para aqueles que aqui vem. Aqui nós oferecemos, praticamente refeições, e especialmente um peixe frito de diversas qualidades. Tem o Surubim, tem o Tucunaré, tem o Lambari, tem a Traíra. Então são peixes que tá ligado ao nosso povo, que gosta né⁹⁶.

Segundo as informações fornecidas pelo proprietário, os peixes servidos no local são em sua maioria adquiridos nas peixarias localizadas no município de Uberlândia. Entretanto, parte das espécies que são capturadas pelos funcionários do local, seis pessoas que possuem parentesco com o proprietário, são revendidos no próprio estabelecimento comercial, seja frito ou in natura. Espécies mais comum no lago, tais como Tucunaré, Traíra e Mandi possuem boa aceitação dos visitantes que muitas vezes levam grandes quantidades de peixes pra casa.

A pesca então representa uma importante fonte de renda para o local, pois além do acesso ao lago, os serviços prestados nesta propriedade também envolvem os cuidados das embarcações que são deixadas no local pelos proprietários que moram em outras cidades, além disso, os peixes capturados

⁹⁵ Entrevista realizada com proprietário do estabelecimento comercial em Santa Juliana-MG.

⁹⁶ Entrevista realizada com proprietário do estabelecimento comercial em Santa Juliana-MG.

pelos funcionários que ali vivem e trabalham, representa um atrativo gastronômico para os visitantes do local.

Nesta propriedade, não há tablados para serem alugados nem mesmo a locação de barcos é realizada no local. Mas há edificada no local, dois chalés disponíveis aos visitantes que desejam pernoitar na propriedade. Segundo as informações do proprietário, a diária custa sessenta reais e o chalé possui dois quartos, copa, cozinha, varanda, banheiro, com aparelho de televisão, fogão e geladeira.

Outra opção fornecida pela propriedade para quem deseja pernoitar no local é uma pequena área destinada aos acampamentos, cujo valor estabelecido pelo proprietário gira em torno de vinte reais por carro. Nesta área há uma pequena infraestrutura direcionada para este tipo de serviços, tais como luz elétrica, churrasqueiras, banheiros e duchas.

As estruturas existentes e edificadas nesta propriedade, assim como os serviços prestados no local, são atividades não-agrícolas que permitem a receptividade no interior da propriedade, proporcionando também conforto e comodidades aos visitantes, sendo estas atividades e serviços a principal fonte de renda local.

Destacamos que as atividades ali desenvolvidas não vinculam-se exclusivamente à pesca, pois o restaurante atrai visitantes de cidades próximas em função das refeições servidas no local, assim como torna-se um ponto de parada para alguns viajantes que se deslocam pela BR-452.

Como atividade lúdica, a pesca possui sazonalidades, principalmente relacionadas ao período de defeso e nas épocas frias do ano, desta forma, as visitas relacionadas ao restaurante, e portanto a diversificação de serviços, certamente ampliam o público atendido no local. A diversidade de público e serviços, mesmo com atividades exclusivamente não-agrícolas tornam-se fundamentais para a manutenção dos moradores na propriedade pois diversificar os serviços significa variar as fontes de renda gerada no local, o que certamente promove segurança quando a presença de visitantes ou pescadores, passa por sazonalidades.



FOTOS 31: Restaurante Peixe-Frito. A infraestrutura edificada pelo restaurante atende além dos visitantes dos condomínios adjacentes, moradores das cidades próximas e viajantes que transitam pela BR-452, sendo as refeições e porções de peixes um atrativo local. No local, há inúmeras embarcações que ficam aos cuidados do proprietário do restaurante.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.

Nestas três áreas que acabamos de descrever (condomínio GUMI, condomínio Beira Lago e Restaurante Peixe Frito), percebemos que embora ocorram uma pequena criação de aves, o plantio de verduras para consumo próprio e uma pequena e improvisada criação de minhocas, não há de fato uma ligação com a terra nem uma dependência econômica e vital com a produção rural e os ciclos naturais, portanto, os serviços prestados e as atividades não-agrícolas praticadas nestes locais constituem a principal atividade econômica e fonte de renda para os comércios existente nesta área.

A pesca, como uma das atividades de lazer mais praticada no local, foi responsável pela transformação da paisagem local, originando uma série de serviços voltados para a recepção e atendimento dos pescadores, contribuindo decisivamente para a urbanização deste pequeno espaço localizado no município de Santa Juliana.

As boas condições de acesso promovidas pela BR-452 em direção à área localizada no município de Santa Juliana, descrita acima, também contribuiu para que transformações semelhantes ocorressem no lado oposto da ponte, no município de Nova Ponte. Para quem percorre este trecho da rodovia, é fácil identificar placas comerciais dando publicidade às propriedades que neste local também recepcionam pescadores.

Nesta área, pertencente ao município de Nova Ponte, há um aglomerado urbano com aproximadamente quarenta residências, entre as quais, três prestam serviços semelhantes aos descritos na área localizada no município de Santa Juliana. A origem deste aglomerado de residências ocorreu de forma irregular, segundo informações repassadas pelos próprios moradores e frequentadores do local. Esta área foi utilizada como moradia pelos trabalhadores da construtora responsável pela edificação da atual ponte sobre o rio Araguari, em decorrência do alagamento da antiga passagem que interligava os municípios de Nova Ponte e Santa Juliana.

Com o final das obras relacionadas à edificação da ponte, este local foi abandonado pelos trabalhadores. Com a formação do reservatório de água, diversos pescadores utilizavam esta área para a prática da pesca e camping. Esta área foi sendo parcialmente ocupada a partir do final da década de 1990, onde foram edificadas moradias e casas de segunda residência no local, que atualmente é denominada pelos frequentadores e moradores como condomínio Lago Azul.

Por ser uma área muito procurada por pescadores, em função da facilidade de acesso pela BR-452, surgiram alguns serviços vinculados à pesca nestas residências. No conjunto de residências existente no local, há três propriedades, Recanto do Tucunaré, Mercearia Anita, e a outra denominada Waldomiro e Rubão (nome dos proprietários) que prestam serviços semelhantes aos pescadores que frequentam o local. Estes estabelecimentos fornecem uma variedade de alimentos, tais como salgados, refeições, marmitex e bebidas.



FOTO 32: Placas publicitárias na BR-452. Os serviços prestados pelas propriedades Anita, Recanto do Tucunaré e Waldomiro e Rubão, são descritos nas placas afixadas à margem da BR-452, próximo à ponte sobre a represa de Nova Ponte, e tornam público os usos do espaço, infraestruturas e serviços prestados no local.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.

Nestas propriedades há também a comercialização de produtos destinados aos pescadores, tais como, farinha de osso e quirela, que são utilizados como ceva para atrair os peixes. Há também, na propriedade de Waldorimo e Rubão, uma pequena e improvisada criação de minhocas num antigo galinheiro e numa caixa térmica de isopor, que são revendidas no local.

Além destes serviços, as três propriedades alugam canoas e tablados como fonte de renda. Segundo um dos proprietários, as atividades desenvolvidas no local, além do comércio já citado, constitui basicamente do:

aluguel de canoa, tablado. Eu tenho cinco barcos e treis tablado. O tablado é cinquenta reais a diária e o barco é vinte reais, a diária também. É sem motor, eu faço o transporte pro pessoal com o meu motor, o pessoal que chega aqui que quer ir pro tablado, ele me paga e eu levo eles pro tablado. O transporte é dez reais cada viagem, ai eu levo, dez reais, ai eu busco, mais dez. E cinco reais o carro que fica aqui no pátio⁹⁷.

Além dos tablados que possui ao qual faz o transporte com sua embarcação, muitos frequentadores dos condomínios Gumi e Beira Lago, assim como os demais proprietários das residências vizinhas, por não possuírem barcos mas serem proprietários de tablados no lago, solicitam com frequência este tipo de serviço no local.

⁹⁷ Entrevista realizada com proprietário do estabelecimento comercial em Nova Ponte-MG.

Em nossa visita à propriedade, no exato momento em que realizávamos a entrevista com o proprietário, um visitante, vindo da cidade de Uberaba, solicitou uma embarcação, o que provocou a interrupção momentânea da entrevista. Este visitante já possuía um tablado próximo ao local, e também dispunha de um motor próprio para embarcação, desta forma, foi necessário apenas locar a embarcação.

Este tipo de serviço promove comodidades aos frequentadores, pois estes ficam livres da obrigação e do trabalho em deslocar suas embarcações das áreas urbanas até a propriedade. Minutos depois de realizar o aluguel da embarcação ao visitante, voltamos ao diálogo que tínhamos iniciado, logo, fomos novamente interrompidos por um grupo de pessoas, vindo da cidade de Uberlândia que requisitou um tablado e um barco na ocasião.



FOTO 33: Aluguel de tablados e barcos. Na propriedade denominada Waldomiro e Rubão, o aluguel de barcos e tablados constitui parte dos serviços relacionados à receptividade de pescadores, e é uma das principais fontes de renda do local.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.

Percebemos que a visitação na propriedade, principalmente nos finais de semana, é intensa, e segundo informações do proprietário, o local chega a recepcionar cinquenta pessoas por final de semana, exigindo dos visitantes um contato prévio solicitando a reserva dos barcos e tablados. Porém, ocorre uma sazonalidade das visitações, sendo a época do ano mais quente, a mais procurada, com uma pequena diminuição das visitas nas épocas de temperaturas mais amenas.



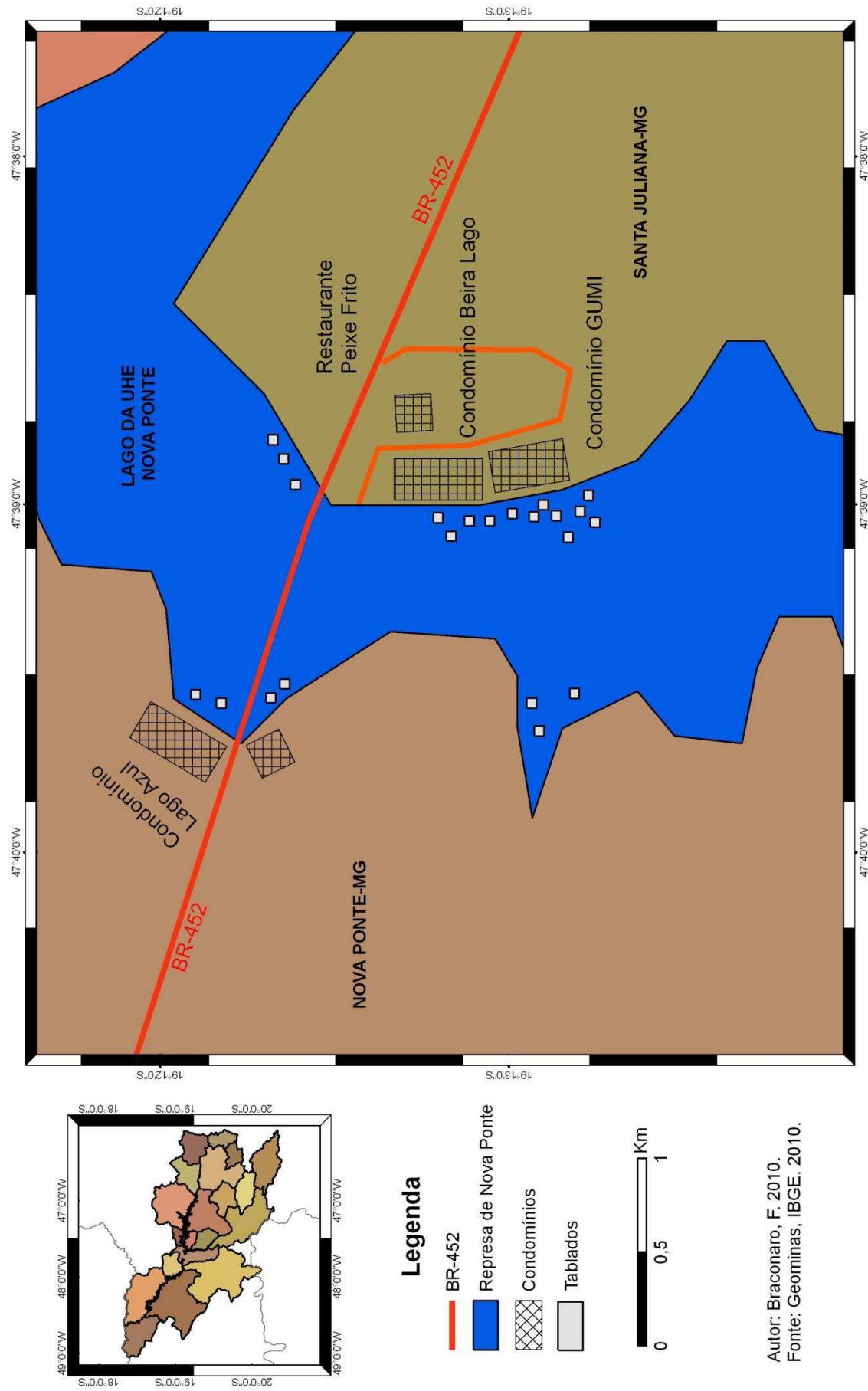
FOTO 34: Transporte de barco. O deslocamento até os tablados alugados é realizado com as embarcações do dono da propriedade, que cobra uma taxa de ida e outra de volta, tornado-se outra fonte de renda local.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.

Como não há pluriatividade neste local, ou seja, somente ocorrem serviços e atividades não-agrícolas, mesmo diante das sazonais apresentadas pela pesca, a principal fonte de renda relaciona-se às atividades receptivas e pela comercialização de alimentos realizadas no local. Assim, mesmo nos períodos onde a procura é menor, a fonte de renda principal são geradas em função destas atividades. Nos diálogos estabelecidos com o proprietário, este revelou que nas épocas mais frias do ano, ocorrem visitações aos tablados, mas como a procura é menor, parte da renda obtida nos meses mais quentes é guardado caso seja necessário suprir alguma necessidade nos períodos onde a visitação é menor.

Consideramos pertinente ressaltar que entre os meses de Novembro e Fevereiro, época do ano que possui as temperaturas mais elevadas no cerrado do Triângulo Mineiro, ocorre o período de piracema, ao qual é proibido pescar espécies nativas da bacia do rio Araguari. Desta forma, a época no qual a propriedade recepciona um maior número de visitantes e que gera uma receita maior ao proprietário, a pesca praticada no local confronta a legislação estadual que impede a pesca neste período.

MAPA 04 - LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS URBANIZADAS EM NOVA PONTE/MG E SANTA JULIANA-MG



Nos trabalhos de campo realizados no entorno da represa de Nova Ponte, percebemos que existem outros condomínios com as mesmas características urbanas, e com a existência de serviços semelhantes aos existentes nas áreas de Santa Juliana e Nova Ponte descritas acima.

No município de Pedrinópolis, há um condomínio com aproximadamente 30 casas de segunda residência denominada Bahia Branca, cujos proprietários, segundo os diálogos estabelecidos no local, são em sua maioria, do município de Uberlândia. Neste condomínio, há uma propriedade conhecida como Rancho do Vale, que também pertence à um antigo morador de Uberlândia, que após sua aposentadoria, reside no local desde o ano 2000, ofertando alguns serviços relacionados à pesca.

Na propriedade Rancho do Vale, somada a casa no qual reside o proprietário, há um chalé edificado que é a principal benfeitoria existente relacionada à receptividade de pescadores que visitam o local. Além do chalé que é locado aos que desejam pernoitar na propriedade, há um conjunto de cinco tablados dispersos no lago que, há exemplo das outras propriedades descritas, também é cevado com milho e soja, atraindo os peixes existentes no lago para as imediações do tablado, e a presença de cardumes de peixes torna-se o atrativo principal do lugar, motivando os pescadores a se deslocarem e consumirem o tempo livre com a pesca nestas estruturas, pois a possibilidade de captura dos peixes é ampliada com a realização das cevas.

O aluguel dos tablados e chalés, somada a venda de bebidas e refeições são comodidades oferecidas neste local aos visitantes, sendo a prestação destes serviços a principal fonte de renda da propriedade. Destacamos, que neste caso, o proprietário possui outra fonte de renda referente à aposentadoria, que é somada com as atividades não-agrícolas desenvolvidas. Desta forma, destacamos que nesta propriedade, não há nenhuma atividades agrícolas desenvolvida em conjunto com os serviços prestados, caracterizando esta como uma propriedade particular com dimensões e serviços urbanos.

Destacamos que a presença de casas de segunda residência localizada no entorno desta propriedade, promove uma singularidade dos serviços prestados ali. Este proprietário foi apelidado pelos vizinhos e visitantes das propriedades adjacentes como 'Barco-Boy' devido à entrega, com sua embarcação, de refeições e principalmente de bebidas solicitadas pelos pescadores.



FOTO 35: Placa indicando acesso à propriedade Rancho do Vale no município de Pedrinópolis-MG, localizada no condomínio Bahia Branca, no entorno da UHE de Nova Ponte.
Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.



FOTO 36: Condomínio Bahia Branca. Em destaque nas fotos, residência secundária e tablados alugados aos visitantes da propriedade Rancho do Vale.
Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.

Além das propriedades descritas anteriormente, destacamos ainda, a existência de uma área urbana localizada no município de Nova Ponte que é utilizada com frequência para o acesso de embarcações neste lago. Esta área constitui um espaço público de Nova Ponte, denominado Prainha, e foi projetado visando o lazer dos moradores assim como o aproveitamento turístico do lago. Para Silva (2004, p. 143) este espaço foi lentamente sendo utilizado pelos moradores locais e visitantes da cidade, que por sua vez:

despertou a atividade comercial, fazendo surgir hotéis [...], além de bares próximos ao reservatório com o intuito de seduzir o turista e garantir uma renda melhor no final do mês. Também despertou nos moradores o hábito de frequentar a área nos finais de semana e em datas especiais, como o carnaval, constituindo-se um novo ponto de encontro para os moradores que, a cada dia, construíam essa relação de identidade com a prainha.

Considerando as diversas possibilidades de lazer e turismo que o local permite, destacamos a pesca esportiva como atividade de lazer praticada no local, que devido as infraestruturas como bares, facilidade de acesso por vias pavimentadas, a existência de rampas que permitem o embarque e desembarque no lago, tornam-se atrativos para os pescadores que desejam acessar o reservatório da hidrelétrica. Devido a estes fatores, os campeonatos de pesca realizados neste município desde o ano de 2005, ocorrem nesta área.



FOTO 37: Área urbana de Nova Ponte-MG denominada Prainha. Os torneios de pesca realizadas no município de Nova Ponte-MG, são realizados no local denominado Prainha devido à infraestrutura de bares e banheiros existentes ali, além da facilidade de desembarque e acesso ao lago. Em destaque, embarcações alinhadas na margem do lago, momentos antes do inicio do torneio realizado em Outubro de 2010.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.

3.2.2 A pesca no lago da UHE de Miranda e as transformações do espaço.

A formação do lago Hidrelétrica de Miranda no ano de 1998, promoveu diversos usos relacionados às atividades de lazer. Para Borges (2006, p. 69) “a represa de Miranda é considerada, atualmente, um grande pólo de lazer regional que atrai muitos turistas, todos os meses”.

O processo de valorização das áreas adjacentes ao lago para as atividades lúdicas promoveu profundas transformações na paisagem local, onde foram edificados diversos condomínios de segunda residência. Para Souza e Silva (2010), na margem esquerda do lago, pertencente ao município de Uberlândia, uma “

nova forma de ocupação do espaço foi adotada na área, onde foram construídos diversos condomínios fechados, totalizando uma quantia superior a 10, atraindo um público específico, de classe média a alta, que possui interesse em encontrar uma alternativa para seu cotidiano, uma fuga de sua rotina. (SOUZA & SILVA, 2010, p. 14)

No município de Indianópolis, margem esquerda do reservatório de Miranda, as modificações socio-espaciais são semelhantes às apontadas por Souza & Silva (2010), pois conforme aponta Borges (2006, p. 18):

A construção da Usina e a consequente criação de um lago artificial, no município, trouxeram impactos ambientais que desencadearam modificações substanciais em seu entorno. Isto induziu toda a população indianopolense a aprender a conviver com uma área, vista agora como área de lazer, que antes não existia. [...] Tais modificações têm sido originadas por uma intensa ocupação vinda da proliferação desordenada dos loteamentos de chácaras de lazer e pesca.

A transformação da paisagem em função da formação do lago de Miranda foi objeto de estudo de Santos (2004), que revelou novas formas de uso do entorno, tais como ocupação acelerada (especulação imobiliária) e desordenada do entorno do reservatório por loteamentos de chácaras, construções de clubes e pequenos empreendimentos de lazer motivados pelos atrativos naturais, decorrentes das facilidades de acesso ao lago para a prática de esportes náuticos e pesca.

Na represa de Miranda, conforme aponta os autores acima, a existência de condomínios ocorre em quase toda sua extensão, tanto na margem localizada no município de Uberlândia, Uberaba, quanto na margem de Indianópolis. Dentre os usos do lago, destacamos que o acesso ao lago e a prática da pesca podem ser consideradas um dos fatores para a edificação destes condomínios.



FOTO 38: Ranchos no entorno da UHE de Miranda. A edificação destas residências estão associadas ao consumo do tempo livre com práticas relacionadas aos esportes náuticos (passeios de lanchas, barcos, Jet-skis) assim como a pesca, evidenciada pela existência de inúmeros tablados ao longo de todo reservatório de Miranda.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2009.

Embora as edificações com características urbanas sejam comum no entorno do reservatório, destacamos que a propriedade conhecida popularmente como Cruz Branca, localizada no município de Uberlândia-MG, concilia atividades agrícolas com atividades receptivas não-agrícolas. A denominação da propriedade faz referência ao cruzeiro existente próximo à propriedade, e as atividades não-agrícolas desenvolvidas no local relacionado à pesca teve inicio no ano de 2008, segundo informação fornecida pelo funcionário local.

Segundo este mesmo funcionário, a receptividade ocorria na propriedade vizinha, que, por motivos desconhecidos, deixou de recepcionar os pescadores. A partir da desistência da propriedade vizinha, esta acolheu os tablados existentes no lago, e as embarcações que eram deixadas na

propriedade. Embora esta atividade gere uma pequena renda, a principal atividade da propriedade é a pecuária leiteira, que é conciliada com a receptividade, gerando de forma mais concreta uma pluriatividade no local.

Como a receptividade é ainda recente, há poucas modificações na infraestrutura. Desta forma há apenas uma área destinada a acampamentos situada na margem da represa, com iluminação, churrasqueiras improvisadas, duchas e banheiros. A renda gerada na propriedade com esta atividade baseia-se exclusivamente na taxa de acesso à propriedade cobrada pelo proprietário e dos cuidados com as dezenas de embarcações existentes na propriedade deixadas pelos donos dos barcos que visitam frequentemente o local. Não há assim, como demonstrado nas propriedades localizadas no lago de Nova Ponte, a comercialização de iscas, bebidas ou refeições aos visitantes.



FOTO 39: Infraestrutura receptiva em propriedade rural no lago da UHE de Miranda. Nas fotos, destaque para área de camping e churrasqueira localizada à margem da represa e os tablados e barcos existente na propriedade.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.

Como inexiste a comercialização de bebidas e refeições no interior da propriedade, estes são obrigados a adquirir os produtos que irão consumir no local, nos comércios existentes nas áreas urbanas. Porém, próximo à propriedade, localizada à margem da BR-452 há uma pequena mercearia que faz parte do trajeto dos visitantes que se dirigem a esta propriedade e que acaba revendendo parte de seus produtos aos pescadores e demais visitantes.

A renda gerada nesta propriedade então, é limitada as taxas de entrada cobradas aos visitantes, desta forma, em função do uso que se faz neste local, o surgimento de atividades não-agrícolas extrapola o local, beneficiando o comércio localizado no entorno da BR-452, que a priori, atendia somente as pessoas que trafegavam pelo rodovia.

Para Cardoso & Moreno (2003) na região do Triângulo Mineiro, a existência de inúmeros reservatórios vem sendo aproveitado como locais de lazer e turismo pela população residente nos centros urbanos próximos às UHE's. Entre os diversos usos, estes autores destacam que no entorno dos lagos são edificados "clubes visando seu aproveitamento para esportes náuticos" (CARDOSO & MORENO, 2003, p. 70).

A afirmação de Cardoso & Moreno (2003), é verdadeira quando se analisa o lago da UHE de Miranda, pois na margem situada no município de Uberlândia-MG, há uma estrutura urbana denominada Clube Náutico, conhecida popularmente como Parque dos Dinossauros.

Neste local, a infraestrutura edificada foi planejada para o consumo do tempo livre da população do município de Uberlândia, e há no clube, piscinas, restaurantes, chalés. Além destes, há uma rampa de acesso ao lago toda pavimentada para facilitar o desembarque no lago, assim como há galpão onde são armazenados diversas embarcações, tais como lanchas e Jet-skis.

Embora inicialmente este clube tenha direcionado suas atividades para a prática de esportes náuticos, muitos pescadores, notadamente do município de Uberlândia, utilizam as infraestruturas existentes no clube para acessarem o lago com suas embarcações e praticarem a pesca no reservatório de Miranda. Porém, como se trata de um clube particular, para usufruir das infraestruturas existente no local, é preciso pagar uma taxa na portaria do clube.

Por possuir uma rampa que facilita o acesso ao lago, neste local já foram realizados dois torneios de pesca esportiva. O primeiro em março do ano de 2009, e o segundo mais recente, no mês de Maio de 2011, intitulado "1º torneio Nacional da Represa de Miranda".



FOTO 40: Clube Náutico no entorno do lago da represa de Miranda, Uberlândia-MG. Em destaque na foto, infraestrutura do clube com galpão coberto onde as embarcações são guardadas, além de rampa pavimentada de acesso ao lago, facilitando o desembarque.
Autor: BRACONARO, Fernando. 2007.



FOTO 41: Campeonato de pesca no Clube Náutico realizado na represa de Miranda. Em destaque no lado direito da foto, rampa de acesso, veículos e carretas utilizadas para o transporte das embarcações no gramado, e tablado onde foram realizadas as medições dos peixes capturados.

Fonte: Acervo particular de Eribert Marquez de Souza. 2010.

3.2.3 Urbanidades e pluriatividade no entorno das UHE's Capim Branco I e II

Em relação às UHE's Capim Branco I e II, em função da formação recente destes reservatórios, nos anos de 2005 e 2006, foi possível acompanhar e pesquisar, durante o período de formação acadêmica (graduação), a transformação do espaço em função destas represas.

Nesta área, já existia inúmeras propriedades que diversificavam suas atividades agrícolas com não-agrícolas, devido à proximidade do rio em relação ao município de Uberlândia, o maior centro urbano da Bacia do rio Araguari, e portanto, o maior centro emissivo de pessoas que se destinam ao rural para consumirem o tempo livre.

Segundo o Plano Diretor das AHE's Capim Branco I e II, elaborado no ano de 2005, o rio Araguari já era utilizado para a prática de inúmeras atividades de lazer. Para CCBE (2005):

Dante dos estudos realizados, atualmente, são poucas as oportunidades de lazer existentes nos municípios de Araguari e Uberlândia. Essa transformação do espaço deverá ampliar as atividades voltadas ao Turismo no que tange ao desenvolvimento de práticas esportivas, principalmente, a pesca amadora (CCBE, 2005, p. 50)

Este estudo revela também que na fase anterior à construção das hidrelétricas, a pesca como atividade lúdica era:

uma das principais atividades de lazer praticadas atualmente no rio Araguari, devido à variedade de peixes existentes no local. Estas atividades são realizadas em tablados de madeira flutuantes espalhados ao longo do rio [...]. Esses locais são destinados ao lazer de final de semana e estão localizados, na maioria dos casos, nas margens do rio, onde se encontram bares, chácaras de recreio e áreas de camping (CCBE, 2005, p. 50).

Para Almeida (et all, 2007, p. 104), as transformações da paisagem decorrente da formação dos lagos das “UHE's Amador Aguiar I e II (Capim Branco I e II) acabaram por se tornar um importante motivador acerca do caráter reordenador das atividades socioeconômicas no baixo curso do rio Araguari”. Desta forma, afirmam os autores:

Com a formação dos lagos, anunciam- se novos usos, que começam a se manifestar por meio de várias iniciativas, que convergem para o consumo do tempo livre e se fazem notar a partir da pesca amadora, dos esportes náuticos e da contemplação das paisagens cênicas. (ALMEIDA, et all, 2007, p. 94)

Conforme aponta Braconaro (2008) a edificação destas represas representou um momento de transformação destas propriedades, pois diversas atividades que, necessariamente eram realizadas nas corredeiras do rio, tais como boiacros, caiaquismo, foram extintas em função da transformação de um ambiente lótico em lêntico.

Algumas propriedades que direcionavam suas atividades receptivas para os praticantes de Motocross e Mountain Bike, notaram uma redução de visitantes devido ao alagamento do fundo do vale, e a constituição do Parque Estadual do Pau Furado, que promoveu a perda de diversas trilhas que ou foram inundadas ou cercadas pelo parque.

Com a construção das represas, a pesca passou por um período de transição, pois foi instituída pelo IEF no final do ano de 2005, a lei nº 261, que proibiu a realização desta atividade por um período indeterminado de tempo. Desta forma, muitas propriedades rurais que diversificaram suas atividades direcionando a recepção aos praticantes desta atividade, tiveram uma queda considerável no número de visitantes. Após cinco anos de proibição da pesca, esta atividade só foi permitida em março de 2010. Desta forma, as propriedades que descreveremos abaixo estão situadas no entorno destas represas e possuem suas atividades não-agrícolas relacionadas à pesca e a recepção dos pescadores.

A propriedade rural conhecida como Serra Dourada, localiza-se no município de Indianópolis e está situada a jusante da Hidrelétrica de Miranda. Esta propriedade foi por muito tempo, espaço de consumo do tempo livre, não só do pesquisador, mas também, de um número significativo de pessoas domiciliadas no município de Uberlândia, que através da BR-365, dirigiam-se para a propriedade principalmente nos finais de semana.

Nestas visitas percebemos que a principal atividade econômica desenvolvida no local era a pecuária leiteira, e uma agricultura de pequeno porte, praticada sem auxílio de máquinas ou irrigação, realizada em pequenas glebas de relevo mais plano, onde eram cultivadas hortaliças, milho, que além do consumo familiar eram revendidas no município de Uberlândia.

Por ser uma propriedade banhada pelo rio Araguari, a pesca era uma atividade praticada no local, não só pelo proprietário, mas também por parentes e amigos que por vezes visitavam o lugar. Além dos amigos e familiares, a procura de desconhecidos que desejavam acessar o rio para a prática da pesca era constante.

Diante dessa situação, da procura dos amigos e dos desconhecidos na busca por um local de fácil acesso ao rio, que possibilitasse a prática da pesca, a aproximadamente vinte e três anos, por volta do ano de 1988, a propriedade começou a recepcionar tais visitantes, incorporando esta atividade como uma alternativa de renda para seus moradores.

Segundo diálogo estabelecido com a vizinha desta propriedade que possui laços de parentescos com os proprietários e herdeiros da propriedade, a ideia de recepcionar, principalmente pescadores, surgiu durante um diálogo entre o proprietário, justamente com um amigo que na ocasião visitava a propriedade. Assim relata a entrevistada:

Um amigo dele, que viu que todo mundo queria pescar lá, vê como é que é... que o lugar era lindo, tudo. É lindo ainda, né. Ai falou... vamos começar a cobrar né, pro pessoal entra e pescá né. ai ele começou a cevar os peixe, tudo, a ideia foi essa⁹⁸.

Com essa iniciativa, a propriedade foi aos poucos se adequando para recepcionar os visitantes. A primeira mudança ocorrida como anunciou a fala da entrevistada, foi a cobrança de uma taxa de entrada e permanência na propriedade. Sabe-se que essa taxa cobrada no ano de 2005 era de R\$ 3,00 por pessoa. Diante da visita que ali se verificava, outra medida tomada foi cevar o local para atrair os peixes e consequentemente os pescadores. Com o

⁹⁸ Entrevista realizada com proprietária de estabelecimento comercial localizado na zona rural do município de Indianópolis-MG.

desenvolvimento e consolidação da atividade no local, foram erguidas na propriedade algumas benfeitorias destinadas exclusivamente aos visitantes. Para a entrevistada, estas benfeitorias erguidas tinha como característica a simplicidade:

o dele era [...] assim, bem rústico, assim sabe? Bem simples mesmo. Ele começou com uma cabaninha e ele continuou⁹⁹.

A fala revela o inicio das atividades e as primeiras edificações realizadas no interior da propriedade. Além disso, evidencia, de certa forma, a simplicidade e o improviso como alternativa encontrada para promover comodidades aos visitantes. Entendemos que o improviso, a simplicidade das edificações e o baixo investimento de capital na reestruturação da propriedade rural, são frutos da incerteza e insegurança geradas ao empreender uma atividade nova, muitas vezes desconhecidas pelos proprietários rurais.

Como a presença de pescadores no interior da propriedade tornou-se uma realidade e as visitas eram frequentes, principalmente nos finais de semana, outras intervenções e edificações foram realizadas no espaço local com o intuito de proporcionar maior conforto e comodidade aos pescadores. Nesta propriedade foi delimitada uma área destinada ao estacionamento dos veículos, e na margem do rio, foram construídas churrasqueiras, duchas, banheiros, além de calçamentos facilitando o deslocamento das pessoas no local. A prática de camping também ocorria nas áreas adjacentes ao rio Araguari, e representava outra opção de renda para o local.

O bar e o chalé (quartos para pernoite) foram as principais intervenções realizadas no local, diversificando a renda gerada na propriedade, que conforme já relatado, decorria da cobrança de pequenas taxas cobradas aos visitantes, além da venda de bebidas e salgados.

Sabe-se que o aluguel do quarto de casal, para pernoitar na propriedade, no ano de 2005 era negociado por R\$ 20,00 reais, enquanto o de

⁹⁹ Entrevista realizada com proprietária de estabelecimento comercial localizado na zona rural do município de Indianópolis-MG.

solteiro era locado por R\$ 15,00. Nesse processo de reformulação do espaço de lazer localizado dentro da propriedade e destinado aos visitantes, a antiga cabana que abrigava os visitantes foi substituída por uma cobertura com telhas de zinco. Outra cobertura, de lona, foi construída ao lado dos quartos, onde abrigava uma mesa de bilhar, outra opção de lazer encontrada no local.

Embora as informações apresentadas sejam insuficientes para uma análise muito aprofundada sobre a geração de renda e emprego, pode-se notar que as atividades ali desenvolvidas tiveram relevância nas transformações que a propriedade sofreu. Pela infraestrutura que foi edificada e pelas placas publicitárias que ali existiam, deduz-se que a mão de obra empregada nesta atividade era principalmente a familiar.



FOTO 42: Pluriatividade na propriedade Serra Dourada. As infraestruturas receptivas edificadas na propriedade Serra Dourada, tais como Bar e quartos para pernoite, foram destruídas devido à formação do lago da UHE Capim Branco I. A placa demonstra que a mão de obra familiar era empregada no local.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2006.

Dois fatos contribuíram para que as atividades receptivas ali realizadas deixassem de ocorrer. O primeiro foi o falecimento de seu proprietário no final da década de 1990. Mesmo diante deste fato, as atividades ali realizadas continuavam a ser praticada. Porém, com a construção da UHE de Amador Aguiar I, a propriedade foi parcialmente alagada, e como descrito anteriormente, grande parte das benfeitorias relacionadas à receptividade, que se encontram na Área de Preservação Permanente (APP), foram demolidas

pelo consórcio responsável pela edificação das UHE's, que foram obrigados a indenizar os proprietários.

Atualmente (2011), a proprietária arrendou a fazenda, devido à idade avançada e a solidão vivenciada no local em função da ausência do marido e dos filhos que residem na área urbana de Uberlândia. Segundo informação repassada por um funcionário no ano de 2008, a proprietária tinha a intenção de reestruturar as atividades lá desenvolvidas logo que liberada a pesca no lago, fato este que não se concretizou mesmo com a liberação no local no ano de 2010.

Com o falecimento do proprietário ocorreu o parcelamento da terra entre os herdeiros. Diante da herança recebida e consciente que a atividade receptiva ali desenvolvida gerava uma fonte de renda importante, um dos herdeiros iniciou uma atividade semelhante às já desenvolvidas na propriedade Serra Dourada. Segundo a entrevista realizada em campo, a iniciativa de empreender a mesma atividade na área herdada, que hoje constitui a propriedade conhecida como Recanto do sossego, surgiu:

porque já tinha a área do meu sogro, lá né, Serra Dourada. Ai meu sogro faleceu, que que acontece, dividiu, e agente tava cansado da cidade, né, ai meu marido vendeu tudo que agente tinha lá e construí aqui. Essa área aqui foi herdada, um pedaço foi de herança e um pedaço ele comprou do meu cunhado [...] agente construiu por causa dele, porque ele fez, deu certo, né. ai agente falou, vamos fazer uma coisa mais organizada, tudo. [...] aqui também foi da pesca. Porque todo mundo fica doido pra sai pros lugar assim pra descansa, pra pescá e tal. [...] ai foi começando aos poquinhas, aos poquinhas, ai ficou bom, o movimento aumentou¹⁰⁰.

Consideramos que o relato acima demonstra um fato no mínimo interessante, na verdade dois. O primeiro diz respeito à herança, mas no caso não é a herança da terra, mas sim a da atividade receptiva desenvolvida na propriedade Serra Dourada que inspirou e serviu de exemplo para que a atividade empreendida no local já surgisse direcionada para atender um determinado público, o de pescadores. Em função das atividades realizadas na

¹⁰⁰ Entrevista realizada com proprietária de estabelecimento comercial localizado na zona rural do município de Indianópolis-MG.

propriedade do sogro, estes, ao empreenderem atividade semelhante, tinham em mente as estruturas necessárias a serem edificadas que promoveria conforto e comodidade aos visitantes.

Outro fato importante que não pode passar despercebido no relato exposto é a demonstração de que antes de herdarem as terras, estes não viviam no espaço rural, portanto, estas pessoas não possuem habilidades e conhecimentos ligados às atividades e produção agrícolas tradicionalmente realizadas no rural.

A fala revela então, que no espaço rural, há diferentes sujeitos sociais atuando e empreendendo atividades não-agrícolas, portanto, com lógicas e necessidades diferentes. Neste caso, fica evidente pelo relato, que a motivação e a tomada de decisão em empreender atividades não-agrícolas no rural decorre do conhecimento sobre a carência e necessidade de infraestruturas no rural, destinados à recepção de moradores urbanos, vinculados às atividades de lazer, descanso e pesca. Pelo exposto, entendemos que há nesta localidade, o desenvolvimento de urbanidades no espaço rural através das atividades receptivas relacionadas ao lazer e à pesca.

As atividades desenvolvidas nesta propriedade tiveram início no ano de 1999, período no qual iniciaram a edificação das benfeitorias no local. Para a proprietária, esta fase foi de adaptação à nova moradia, que foi acompanhada de muito sacrifício e dificuldades, pois planejar e construir o local demandaram além do esforço físico, tempo e dinheiro. Segundo relata a proprietária, no local a infraestrutura era inexistente:

nem estrada não tinha, nada. Fizemos tudo. Agente que abriu a estrada, ai colocou a energia, né. ai fez uma barraquinha debaixo dessa árvore de lona, ai agente começou. Ai depois foi construindo, construindo, fez o barracão, e foi aos poucos. No inicio era só esse barracão aqui, não tinha casa, era só o barracão e um quarto, agente foi morar no quarto [...] construiu o barracão eu já vim, porque os primeiros meses, que meu marido ficou aqui sozinho, porque eu não queria vir nunca pra cá pra roça, ai os primeiros meses o pessoal já começou a vir pescar, e já queria comida, essas coisas assim, e eu já

mexia com self-serviço lá em Uberlândia,¹⁰¹ então eu já tinha a experiência, né, ai por isso que eu vim pra cá¹⁰¹.

Na fala exposta acima, percebe-se que abandonar o local de moradia em direção à “roça” não foi tarefa fácil, e esta foi incentivada devido à procura por parte dos visitantes por refeições no local. Diante do movimento e da procura que se pronunciava, foram lentamente construídas edificações no sentido de saciar a procura por outros serviços no local. Além do barracão, que na verdade pode ser entendido como a primeira e principal benfeitoria de atendimento ao público, outra opção foi a construção de quatro chalés que alugados geram uma outra opção de renda. Essa construção justifica-se pois a procura por pernoites na propriedade começou a se tornar uma realidade e a propriedade carecia de espaços destinados exclusivamente a esta finalidade, conforme revela o relato abaixo.

o pessoal queria vim pra acampar, às vezes era época de chuva, e tudo. Ai que que acontece? Eles queria posar e não tinham lugar, as vezes colocava barraca dentro do barracão mesmo, aquela coisa desagradável né. Ai todo dinheiro que agente ia ajuntando, naquele sacrifício danado, ai agente ia construindo. Áí vamos construir uns chalés. Ai que agente construiu. então vamos alugar os chalés¹⁰².

Em 2011, as principais edificações existentes no local são o restaurante, os quatro chalés, além de churrasqueiras, banheiros e duchas. As áreas mais planas e situadas próximas ao lago são utilizadas pelos visitantes para acampar. Estas áreas são dotadas de iluminação e churrasqueiras.

Logo no primeiro ano, a atividade receptiva se consolidou na propriedade, e a renda gerada na propriedade era derivava da cobrança de entrada na propriedade, da taxa aos que pernoitavam na propriedade acampando ou utilizando os chalés, além das refeições e bebidas revendidas no local. No auge da atividade na propriedade, conta a proprietária que esta chegou a recepcionar uma quantidade de aproximadamente:

¹⁰¹ Entrevista realizada com proprietária de estabelecimento comercial localizado na zona rural do município de Indianópolis-MG.

¹⁰² Entrevista realizada com proprietária de estabelecimento comercial localizado na zona rural do município de Indianópolis-MG.

quinhentas, seiscentas, até seiscentas pessoas, no domingo. No sábado, às vezes dava trezentas, quatrocentas pessoas. Era gente demais, demais, demais da conta¹⁰³.

O número de visitante não é mera especulação, a proprietária detém um caderno no qual controla e registra com suas anotações o número de visitantes que estiveram na propriedade durante a semana e nos dias final desta. Diante desse movimento Segundo a entrevistada, o valor gerado somente com a cobrança da taxa de entrada no:

final de semana, na época que eu cobrava dois reais por pessoa, eu fazia na média de dois mil, dois mil e quinhentos, só de portaria... só pra você ter uma ideia do jeito que era o movimento, do tanto de gente... e criança até dez anos não paga, então não conta criança. Então era um movimento muito bom.

Com um número significativo de visitantes nos finais de semana, a renda gerada permitiu a fixação no rural com o desenvolvimento exclusivamente de atividades não-agrícolas que vinculavam-se à venda de bebidas, refeições, alugueis dos chalés e taxas cobradas para entrada e pernoite na propriedade.

Com um movimento expressivo dentro da propriedade, num primeiro momento, a ajuda familiar, marido e duas filhas, foram solicitadas no auxílio das tarefas dedicadas ao atendimento do público e preparo das refeições. Porém, esta ajuda foi complementada com mais quatro funcionários nos finais de semana. No total, a propriedade gerava ocupação para oito pessoas.

¹⁰³ Entrevista realizada com proprietária de estabelecimento comercial localizado na zona rural do município de Indianópolis-MG.



FOTO 43: Edificações na propriedade Recanto do Sossego. O restaurante e o chalé constituem as principais benfeitorias existentes no local, promovendo fonte de renda a proprietária e comodidade aos visitantes.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2006.

A partir do ano de 2006, efetivamente com a proibição da pesca, as atividades receptivas realizadas na propriedade passou por um momento de declínio, pois embora diversas atividades fossem realizadas no local, a pesca era o atrativo principal do lugar. Assim, se num período anterior a propriedade chegava a recepcionar aproximadamente mil pessoas por final de semana, em entrevista realizada no ano de 2008, a proprietária relatava que:

se vem, no muito, no muito, cinco, seis carros por final de semana. não vem nem cinquenta, num vem ninguém não. Se você passa aqui no dia de domingo, você vai ver que não tem ninguém não, ninguém, ninguém, ninguém” e os chalés “não aluga, muito difícil eu alugar um chalé¹⁰⁴.

Com a proibição e a fiscalização que de fato ocorreu nestas represas, o número de visitantes na propriedade lentamente foi decaindo, com consequente diminuição do consumo dentro da propriedade, e redução da renda gerada. O número de funcionários que lá trabalhavam, apenas dois foram mantidos até o ano de 2008. Nesta época, uma das duas filhas já tinha retornado à cidade de Uberlândia-MG e o marido por motivos particulares não

¹⁰⁴ Entrevista realizada com proprietária de estabelecimento comercial localizado na zona rural do município de Indianópolis-MG.

trabalha mais na propriedade. Residia na propriedade no ano de 2008, apenas a proprietária, sua filha, e um casal, que desempenha a função de caseiros do lugar, fato que se relacionava com a ausência do marido na propriedade, que certamente lhe transmitia segurança. O receio de residir na zona rural sozinha a obrigava a manter os funcionários como segurança e companhia.

Conforme apontou os depoimentos, esta propriedade passou por um difícil período, pois grande parte dos visitantes não se arriscaram a pescar de forma irregular no período de proibição da pesca. A promulgação da lei então, levou as atividades não-agrícolas ao declínio, obrigando a proprietária a retornar ao município de origem. Destacamos que entre outros motivos, o retorno ao urbano ocorreu porque, conforme relatou a proprietária meses antes de alugar a propriedade, as atividades de lazer eram:

a única fonte de renda. Eu não tenho mais nada. Eu não tenho gado, eu não tenho nada. Tem as galinha qué pra gente... entreter. [...] Só o turismo, agente veio pra mexer com isso mesmo, só pra isso. [...] nosso meio de vida era esse, né. [...] não dá, não dá pra você pagar as despesas com funcionário. Que que acontece, o movimento que agente teve, o dinheirinho que agente guardou pra fazer mais coisa aqui, agente ta mantendo as despesas, só que ta acabando, por isso que vamo embora. Não tem como continuar, você vai tirar da onde, né? Porque ai agente, como diz o outro, tinha o pé-de-meia guardado¹⁰⁵.

Desta forma, no final do ano de 2009, esta propriedade deixou de receber visitantes e foi alugada para uma pessoa que a fez, até o ano de 2010, como local de segunda residência. Entre 2008 e o início do ano de 2010, todos que moravam e trabalhavam nesta propriedade voltaram para o município de Uberlândia. Fica evidente que a pluriatividade caracterizada pela associação de atividades agrícolas e não-agrícolas, não era uma prática dentro desta propriedade, e nesse sentido esta propriedade assemelhava-se a um estabelecimento comercial urbano localizado no espaço rural.

¹⁰⁵ Entrevista realizada com proprietária de estabelecimento comercial localizado na zona rural do município de Indianópolis-MG.

Com a liberação da pesca em março de 2010, a proprietária retornou à propriedade e retomou, junto com sua filha e dois funcionários, as atividades antes ali realizadas. Mesmo que timidamente, segundo informou a proprietária em 2010, o movimento e a procura dos serviços antes prestados aos visitantes apresentou sinal de melhorias, o que vem permitindo novamente residir no rural desenvolvendo atividades não-agrícolas.

Destacamos que a pesca como atividade lúdica ocorre também em outras propriedades rurais tais como Fazenda Barra Grande e o Assentamento Vida Nova. A fazenda Barra Grande, localizada no município de Uberlândia, próximo à ponte da BR-365 sobre o trecho final do lago da UHE de Capim Branco I desenvolvia uma receptividade em sua área, atendendo principalmente pescadores e demais visitantes que lá acampavam. Devido às atividades receptivas lá desenvolvidas, a propriedade também era conhecida popularmente como Camping Barrinha.

Durante todo o período de proibição da pesca, entre os anos de 2006 e 2010, esta atividade não foi realizada na propriedade, porém com a formação do lago, a propriedade recepcionou alguns visitantes que utilizaram a propriedade para o desembarque de jet-skis para a prática de esportes náuticos.

Embora não ocorram mais visitações na propriedade relacionada à pesca, mesmo depois de liberada em março de 2010, as placas publicitárias ainda existentes na propriedade demonstram que o local era utilizado como área de lazer e portanto, conciliava atividades agrícolas e não-agrícolas.

A formação destas duas UHE's inundaram diversas propriedades interrompendo parcialmente ou a totalidade das atividades agrícolas realizadas nestas, o que impediu que muitos moradores e funcionários existentes e residentes destas fazendas mantivessem sua rotina. Desta forma, foi arquitetado pelo consórcio responsável pelas hidrelétricas, dois assentamentos para abrigar parte desta população atingida. Um destes assentamentos está localizado entre o dique de retenção e a barragem da usina Capim Branco I, e é denominado Assentamento Vida Nova.

Por localizar-se a margem do lago formado as atividades de lazer tornam-se importantes atividades econômicas para as pessoas ali residentes. Além de fornecer alguns cursos de capacitação entre os moradores, segundo o site do consórcio, os assentamentos contam também com um Projeto de viabilidade econômica, que tem como proposta, proporcionar formas “alternativas de geração de renda viáveis para as suas propriedades”.

No assentamento Olhos D’água o projeto ofereceu estruturas para o desenvolvimento de atividades agrícolas. As famílias puderam optar pela compra de equipamentos, construção de estruturas para bovinocultura leiteira ou auxílio para horticultura. [...] No assentamento Vida Nova o projeto ofereceu aos assentados a construção de chalés ou cômodos comerciais. Os assentados puderam optar por dois chalés para locação, ou um cômodo comercial e o restante em cabeças de gado; houve ainda a possibilidade de um chalé e mais o valor restante em gado. (Informativo Capim Branco, ano V, nº 38, Set/Out/Nov/Dez 2007).

Em 2008, quando visitamos este assentamento, as atividades de lazer e turismo, eram timidamente praticadas no local. Nas conversas que tivemos com estes moradores, foi unânime a reclamação pela falta de trabalho e renda no local, embora algumas iniciativas já tenham sido tomadas pelos moradores, tais como o aluguel dos chalés, venda de doces e bebidas aos visitantes.

Conforme revela o relato abaixo, os representantes do consorcio responsável pela edificação da represa e do Assentamento Vida Nova, argumentavam que as atividades de lazer que seriam desenvolvidas ali trariam benefícios aos moradores, mas conforme revela a entrevistada, no ano de 2008:

num melhorou nada não. A vida lá (na fazenda onde morava) era mais tranquila, agente tinha mais segurança. Hoje em dia agente tem que depender de turismo pra vê se vem ou se não vem, pra ter o salário, né. Meu esposo tem que ta trabalhando em três, quatro serviço, antes ele trabalhava só num, hoje em dia ele ta trabalhando em quatro. Hoje em dia ele trabalha na fazenda do juiz, ele mexe aqui em casa, e ainda mexe em mais outro dois lugar. Ele capina, ele faz um... vamos supor.. o povo quer que ele faz um chiqueiro ele faz, qué que faz um cercado ele faz, mexe com cerca, o que aparece ele faz. Antes não, antes ele só tinha um serviço, agora ele tem que ta... com quatro e ainda passa aperto¹⁰⁶.”

¹⁰⁶ Entrevista realizada com moradora do Assentamento Vida Nova, cuja propriedade desenvolve atividades receptivas.

Hoje (2011), com a liberação da pesca, todos os oitos lotes existentes possuem seus chalés locados, e atividades como camping, esportes náuticos (jet-skis e embarcações) são praticadas nestas propriedades. Desta forma, no assentamento Vida Nova, há atividades agrícolas tradicionais conciliadas com atividades de lazer e turismo. Estas últimas surgem como atividades geradoras de renda e trabalho para os assentados principalmente nos finais de semana, pois embora todos moradores destes locais produzam hortaliças nos quintais, alguns moradores ainda diversificam as atividades prestando serviços em outras propriedades como forma de aumentar os rendimentos familiares.



FOTO 44: Chalé edificado no assentamento Vida Nova. Os chalés existentes nos lotes do assentamento constituí uma alternativa de renda aos moradores, e a presença de apetrechos de pesca no interior dos mesmos, revela que a pesca é uma das atividades praticadas no local.
Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.

O aproveitamento do lago e da paisagem formada pela UHE Capim Branco II voltadas para atividade de lazer também é uma realidade, e a exemplo do trecho inundado pela UHE de Amador Aguiar I, a formação desta paisagem interferiu nas antigas atividades desenvolvidas como também estimulou outras propriedades a diversificar sua produção. Assim, considerando agora a formação do lago da UHE de Amador Aguiar II, outra propriedade que aproveita a paisagem formada pelo lago para empreender uma nova atividade receptiva é a propriedade conhecida como Rancho Liliane, localizada próximo ao pontilhão férreo sobre o rio Araguari.

Porém, as atividades de lazer praticadas neste local são antigas e remetem-se à década de 1950 quando passageiros da antiga linha férrea Mogiana vindos das cidades de Uberlândia e Araguari desembarcavam na estação do Preá, e caminhavam até a margem esquerda do rio, para consumirem o tempo livre com a prática da pesca e nado numa praia naturalmente formada pelo depósito de sedimentos transportados pelo rio.

Sabe-se, que nesta época as pessoas tinham livre acesso ao local e não ocorria a cobrança de qualquer taxa para adentrar e usufruir das possibilidades de lazer que a área oferecia. Na década de 1970 o percurso da linha férrea foi alterado, pois segundo o Ministério do Transporte¹⁰⁷, a antiga ponte e o trajeto até a mesma impediam que as locomotivas alcançassem grandes velocidades, reduzindo a capacidade de carga das mesmas.

Desta forma, no ano de 1973 o trajeto da ferrovia foi alterado e uma nova ponte foi edificada, aumentando a velocidade e a capacidade de carga em cinco vezes. Essa mudança foi responsável pela desativação da Estação do Preá, com isso, as pessoas que utilizavam os trens como meio de transporte até o rio, tiveram que se deslocar com veículos próprio até o local.

Além da mudança relacionada ao transporte férreo, gradativamente a paisagem no local também foi sendo alterada, pois se instalou ali, uma draga responsável pela extração da areia que era depositada às margens do rio. Embora com algumas transformações, as atividades de lazer não deixaram de ser praticadas ali.

Não sabemos exatamente a data, mas a propriedade Sobradinho II, também conhecida como Preá, passou a cobrar uma taxa de acesso ao local. Nesta propriedade, as principais atividades de lazer era a pesca e o camping. No interior da propriedade, conforme revelou um funcionário, chegou a ser edificado um bar, onde era comercializado principalmente bebidas aos visitantes. Ainda segundo o funcionário, o bar foi desativado devido às brigas e desentendimentos ocorridos no interior da propriedade em função do consumo

¹⁰⁷ Fonte: Ministério do Transporte. Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/bit/pontes/MG/araguari-uber/GPTARAGU.htm>

exagerado de bebida alcoólica. Com a formação do lago da usina Capim Branco II no ano de 2007, esta propriedade foi atingida e desapropriada.

A propriedade adjacente, conhecida popularmente como Rancho Liliane, sabendo da histórica utilização da área como opção de lazer e consciente que a paisagem formada pelo lago continuaria sendo um atrativo, construiu um conjunto de quatro chalés para serem locados aos visitantes.

Além destes chalés, que encontram-se locados desde o ano de 2007, há também alguns tablados na propriedade, que indica que a pesca é uma atividade praticada no local. Em 2010, ao revisitarmos a propriedade, percebemos que apenas quem tem acesso aos chalés possuem permissão para entrar na propriedade, e conforme relatos, a propriedade tem na atividade pecuária, a sua maior e principal atividade econômica.

Assim, não há cobrança de taxas aos visitantes, nem revenda de refeições ou bebidas no local. Os tablados existentes na propriedade foram edificados e inserido no lago pelas pessoas que alugam os chalés. Diante disso, mesmo restringindo o número de visitantes no interior da propriedade, esta se caracteriza como uma propriedade pluriativa, pois concilia diversas atividades, diversificando a renda gerada na propriedade com o aluguel cobrado referente aos chalés.



FOTO 45: Infraestrutura na propriedade Rancho Liliane. O conjunto de quatro chalés, churrasqueiras e tablados no lago são infraestruturas edificadas no local utilizadas por visitantes e pescadores que visitam a propriedade.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2007.

Outra propriedade que recepciona pescadores a mais de duas décadas é a propriedade conhecida como João do Véio. Esta propriedade iniciou suas atividades receptivas no início da década de 1990, e está localizada ainda às margens do rio Araguari, logo a jusante da barragem da UHE de Capim Branco II. Nesta propriedade, que não foi atingida pela construção da represa, é destino de muitos pescadores do município de Uberlândia, pois neste local, há inúmeros tablados que são locados pelo proprietário. De forma geral, quem visita esta propriedade, apenas paga uma taxa de entrada para ter acesso ao rio e aos tablados.

Neste local existem também muitos tablados que não pertencem ao proprietário, que autoriza os visitantes à instalarem estas estruturas no rio e em troca, cobra destes apenas o acesso à propriedade. Como a propriedade concilia as atividades não-agrícolas com atividades agrícolas, no caso a pecuária, há de fato uma pluriatividade, e a renda gerada no local advém das taxas de acesso cobradas aos visitantes assim como dos alugueis dos tablados pertencente ao proprietário local.

Quando visitamos a propriedade localizada no lago de Miranda conhecida como Cruz Branca, o funcionário que lá nos atendeu, revelou que muitos proprietários que possuíam tablados, deslocaram os mesmos, para esta propriedade.

Entendemos que esta mudança relaciona-se à pescosidade da propriedade João do Véio. Por situar-se abaixo da barragem, barreira intransponível para os cardumes de peixes que na época da piracema, migram da represa de Itumbiara em direção ao rio Araguari e acumulam-se nos trechos abaixo da barragem. Segundo alguns relatos dos pescadores que utilizam este trecho do rio como local de pesca, ainda é possível capturar, mesmo que esporadicamente, algumas espécies raras e extinção, tais como Pintado e dourados.

No decorrer deste capítulo, diversos propriedades e localidades foram descritas e os serviços existentes e prestados estão relacionados à pesca como atividade lúdica, onde a captura de peixes é acompanhado do sacrifício

dos mesmos. Porém, na bacia do rio Araguari, embora exista grandes áreas navegáveis e a presença de espécies esportivas como o tucunaré nos lagos, não encontramos nenhuma propriedade rural que prestasse algum serviço envolvendo guia de pesca.

Este tipo de atividade é comum em outras represas, tais como no lago da UHE de Serra da Mesa, localizada no estado de Goiás; na UHE do Lago do Peixe, no estado de Tocantins, no estado do Amazonas. No estado de Minas Gerais, este tipo de serviço é encontrado em muitas represas, tais como na UHE de Três Marias, localizada no rio São Francisco. No município de Tupaciguara, localizado no Triângulo Mineiro, embora não tenhamos visitado, sabemos da existência de pousadas de pesca que oferecem este tipo de serviço, com incentivo à prática do Pesque e Solte.

Como na bacia do rio Araguari, a pesca esportiva é uma realidade, quem a pratica, utiliza equipamentos próprios e se apropria das infraestruturas de acesso existentes no entorno dos lagos, sejam propriedades rurais ou condomínios de segunda residência para desembarcarem e utilizar os lagos para tal atividade.

Na represa de Capim Branco II, duas propriedades rurais são procuradas para o desembarque e acesso ao lago. A primeira é conhecida como Recanto Guaritá, e a segunda é a propriedade Paraíso, onde se localiza o Restaurante Recanto das Águas. Ambas as propriedades diversificaram suas atividades com atividades não-agrícolas, e nestas foram realizados, respectivamente, os campeonatos de pesca no ano de 2010 e 2011.

Para a propriedade Recanto Guarita, a oportunidade de conciliar atividades de lazer com as agrícolas, surgiu com a formação do reservatório da UHE Capim Branco II no ano de 2007. Segundo informa o proprietário, as atividades antes praticadas no local vinculava-se à criação de gado e plantio que foram parcialmente prejudicadas pelo inundação parcial da propriedade, assim, as atividades receptivas:

na verdade foi mais necessidade do que, como se diz, ideia, opção. Agente tinha um sítio de dez alqueire, a parte plana, mais produtiva,

que podia plantá lavoura, fazê capineira, essas coisas, foi toda atingida pela barragem, fico tudo embaixo d'água¹⁰⁸.

Neste local, mesmo com a formação do lago, as atividades agrícolas ainda existentes, e estão sendo conciliadas com atividades não-agrícolas. Nesta propriedade há atualmente (2011) um restaurante, três chalés, três quiosques, e estruturada uma área de camping no antigo pasto, além da construção de três tablados que são locados aos pescadores.

Empreender uma atividade nova, promoveu mudanças no cotidiano do proprietário e dos familiares com os novos afazeres, assim como exigiu dos proprietários, habilidades que foram adquiridas na prática e em cursos relacionados ao turismo. O entrevistado relata que embora tenha partido dela a ideia e iniciativa em diversificar as atividades existentes na propriedade, esta só se concretizou graças ao consórcio responsável pela construção das hidrelétricas, os quais colocaram:

à disposição da gente, pessoas habilitadas... cursadas na área. Agente teve uma orientação, por sinal uma orientação boa, não posso deixar de mencionar isso, porque.. agente foi orientado, e agente num tinha experiência nenhuma nisso ai, nessa área. Eu fiz um curso no SEBRAE sobre turismo rural, e isso ajudou, sem dúvida. Isso tudo é muito diferente pra gente, sabe, é uma coisa desconhecida na verdade, pra gente. Você que sai de uma atividade igual eu, que sempre parti e criei, só fiz isso na vida, mexe com gado e lavoura, e de repente você lidar com o turismo né, é totalmente diferente, é tudo novo pra gente, não tem nada a vê uma coisa com a outra. Então se agente não tivesse uma orientação, você não sabe nem por onde começar. Eu tive uma ideia assim, do que construir, mas de como fazer funcionar... não tinha¹⁰⁹.

No ano de 2010, quando visitamos a propriedade, o entrevistado revelou ainda que a mudança de hábitos e habilidades exigidas nas atividades receptivas foram apreendidas lentamente, pois:

nesses dois anos, eu posso te falar, com certeza, foi só de aprendizagem. Agora é que agente ta começando a caminhar. Até

¹⁰⁸ Entrevista realizada com proprietário rural que desenvolve atividades receptivas em sua propriedade na zona rural de Uberlândia-MG.

¹⁰⁹ Entrevista realizada com proprietário rural que desenvolve atividades receptivas em sua propriedade na zona rural de Uberlândia-MG.

agora agente tava aprendendo. Mas é muito... é cansativo, lidar com gente não é muito fácil. Eu acho que agora, agente vai começar a... porque agente chegou numa estabilidade, e agora agente vai começar a crescer¹¹⁰.

Com as novas atividades na propriedade, que recebe um contingente grande de pessoas de Uberlândia, novas habilidade e funções foram exigidas do proprietário e familiares. Na propriedade, segundo o relato abaixo, trabalham:

nos finais de semana, seis, sete pessoas. No dia a dia, praticamente treis. Quem fica direto aqui durante a semana é eu e um funcionário. No final de semana atende eu, a Jandira (esposa), um casal de filhos, um cozinheiro de Araguari, duas ajudantes que são daqui da região mesmo (propriedades vizinhas).. tem o menino, é a folga dele, mas quando aperta, porque ele trabalha durante a semana, no domingo se ele aperta, ele imenda. E eu imendo o mês¹¹¹.

A rotina dos familiares e do proprietário agora voltam-se à receptividade, principalmente do restaurante que consome mais tempo nas atividades que envolvem a compra dos alimentos, preparo, atendimento aos visitantes. A contratação de um cozinheiro foi fundamental para o funcionamento do restaurante, que embora localizado na zona rural, traz oportunidades de emprego e renda para moradores da cidade também. A ajuda familiar não supri todas as tarefas exigidas nos dias mais movimentados, principalmente finais de semana, assim, as relações de vizinhança, tão comum na vida rural, se manifesta nesta propriedade, na medida em que duas ajudantes moradoras das propriedades adjacentes são requeridas para ajudarem nas tarefas.

Para o proprietário, pela fala exposta acima, não há folga, pois este, antes apenas responsável pelo trabalho com o gado, agora, além das atividades agrícolas, principalmente no decorrer da semana, se envolve com atividades não agrícolas nos finais de semana. A esposa também responsável por administrar as atividades não-agrícolas na propriedade, concilia atividades

¹¹⁰ Entrevista realizada com proprietário rural que desenvolve atividades receptivas em sua propriedade na zona rural de Uberlândia-MG.

¹¹¹ Entrevista realizada com proprietário rural que desenvolve atividades receptivas em sua propriedade na zona rural de Uberlândia-MG.

fora da propriedade, na escola rural localizada no distrito de Martinésia. Desta forma, a pluriatividade praticada nesta propriedade, tornou-se uma importante fonte de renda, mas foi acompanhada de um processo lento de aprendizagem, de transformação da rotina, e também de um sobre trabalho para todos os membros da família.

Embora o restaurante seja um atrativo interessante para a propriedade, a facilidade de acesso ao lago nesta propriedade torna-se um atrativo para praticantes de esportes náuticos, assim como para a pesca embarcada. Nesta propriedade, foi realizada em março de 2010 o 1º campeonato Nacional de Pesca Esportiva do Triângulo Mineiro, que contou com 99 embarcações. A possibilidade de realização deste campeonato na propriedade foi uma iniciativa dos organizadores do torneio, que procuraram o proprietário e em conjunto organizaram a competição. Este campeonato marcou a liberação da pesca nos lagos das represas Capim Branco I e II, e com aproximadamente 500 pessoas visitando a propriedade no final de semana, difundiu a existência desta propriedade como local propício à prática da pesca e de acesso ao lago.

A partir desse evento, a expectativa de aumento da visitação na propriedade aumentou, pois como revela a entrevista abaixo, a intenção de recepcionar pescadores já existia, pois mesmo proibido, a presença de pescadores na propriedade já era uma realidade:

Eu tinha pesquisado isso aí, inclusive esse curso que agente fez, por agente ta na margem de um lago, diz que a pesca é o esporte mais praticado no mundo, mais que qualquer outro esporte. Se agente tiver o cuidado de saber administrar pra não entrar predador, gente que vai destruir, gente que vai levar cem quilo de peixe. É um recurso permanente, e cliente pra ele você tem sempre. Enquanto tiver peixe, vai ter alguém querendo pegar, tirar uma foto, soltar. Tem um público muito bom, pra isso. Isso ai pra nós, acho que vai ser... sabe, é o que agente tava esperando¹¹².

Na fala exposta acima, percebe-se que ao empreender uma atividade receptiva aos pescadores já é acompanhada de uma lógica econômica, pois a

¹¹² Entrevista realizada com proprietário rural que desenvolve atividades receptivas em sua propriedade na zona rural de Uberlândia-MG.

intenção recepcionar pescadores esportivos e de promover o respeito à legislação assim como incentivar a soltura dos peixes é, em seu entendimento, a garantia de prolongar a atividade receptiva vinculada à pesca. Desta forma, completa o proprietário:

o que agente tem direito de fazê, nesse caso, agente vai faze com certeza. Tem um ponto que já num é direito da gente, aquela história, como se diz, você não tem poder de polícia, mas, orientá, tanto verbalmente, quanto por escrito, agente vai fazê, tomando esse cuidado, preparando material pra isso, tentando atrair um público igual esse aqui (pescadores esportivos presentes no campeonato de pesca da CCBE II), porque isso tudo aí é pescador esportivo, pesque e solte. Eu cedi espaço pra esse torneio, pra que esse pescador pudesse conhecê o lugar da gente. Porque esse é o cliente que eu quero, que eu to esperando, é esse aí. Então se agente tiver um certo cuidado, agente vai poder explorar a pesca, por um tempo indeterminado, é só você ter o cuidado de não deixar acabar, de coibir o predador. Mata a galinha, ai os ovos de ouro desaparece¹¹³.

A possibilidade de recepcionar pescadores também promove outras alternativas de renda, diversificando os serviços prestados na propriedade. Desta forma, o proprietário entende que há:

outras opções né, igual barco, né. Comprar uns barco e alugá. Eu tenho uma ideia de barco aqui assim, tem muita gente que vem da cidade e acha difícil trazer o barco, rebocar um barco toda vez que vem aqui. Sé você tiver um barco, ele põe o motor no porta mala do carro, e agente aluga o barco. É uma opção interessante¹¹⁴.

Este tipo de serviço, aluguel de barcos aos visitantes, presente em outras propriedades já descritas anteriormente, quando visitamos a propriedade no ano de 2010 ainda não tinha se concretizado propriedade, pois a liberação da pesca ainda era recente. Quando retornamos à propriedade meses depois, a construção de tablados e o aluguel dos mesmos aos pescadores evidenciava que a pesca como atividade de lazer promove transformações no local.

¹¹³ Entrevista realizada com proprietário rural que desenvolve atividades receptivas em sua propriedade na zona rural de Uberlândia-MG.

¹¹⁴ Entrevista realizada com proprietário rural que desenvolve atividades receptivas em sua propriedade na zona rural de Uberlândia-MG.



FOTO 46: Propriedade Recanto do Guaratá. Restaurante, chalés e área de camping existente na propriedade que sediou o campeonato de pesca esportiva no lago da Capim Branco II no ano de 2010.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.

Para a propriedade Paraíso localizada próxima ao Instituto Federal do Triângulo Mineiro (antiga Escola Agrotécnica) a diversificação das atividades no local surgiu com a formação do lago da UHE Capim Branco II em virtude da transformação da paisagem presente no interior da fazenda, que por localizar-se às margens do lago, suscitou a ideia de estabelecer um restaurante no interior de um antigo curral existente. Para o proprietário, a ideia de empreender uma atividade receptiva na propriedade:

surgiu quando a represa... na verdade foi até antes da represa demarcar o nível da água, ai quando agente ficou sabendo mais ou menos onde a água da represa ia chegar, foi quando surgiu essa ideia, porque até então agente não sabia se ia cobrir a propriedade, se não ia, então quando agente descobriu que a água não ia cobrir a propriedade, ai foi onde tivemos essa ideia, de transformar lá num restaurante.¹¹⁵

Certamente, a formação de arquiteto do entrevistado influenciou no aproveitamento e transformação do antigo curral num restaurante, que além de se tornar um atrativo local, sua iniciativa se por um lado é criativa, por outro foi economicamente viável, pois com pequenas alterações, a base local foi preservada, o que consequentemente diminui o capital investido. Essa conduta

¹¹⁵ Entrevista realizada com proprietário rural que concilia atividades receptivas e rurais em sua propriedade no município de Uberlândia-MG.

vai ao encontro da afirmação de Cruz (2001) cujas benfeitorias presentes no espaço rural são (re)aproveitas, abrigando novos usos e funcionalidades.

Desta forma, revela o proprietário, que os ajustes necessários realizados no interior do curral com o intuito de transformá-lo num restaurante, foi preciso criatividade e cuidados para torná-lo, além de confortável e agradável, também um atrativo. Desta forma:

iniciar a atividade, como lá é um restaurante na beira... na beira da água, e foi construído dentro do curral, eu tive que fazer... passar por uma reforma no curral, procurando não descaracterizá-lo, que é o que chama a atenção lá¹¹⁶.

O curral então passou por um processo de transformação. Primeiramente, foram retiradas todas as telhas para serem lavadas, assim como, as teias de aranhas comuns nestas edificações, foram queimadas com o auxílio de um maçarico. O piso foi todo pavimentado, assim como foi necessário edificar a cozinha do restaurante, os banheiros, e instalar a rede hidráulica e elétrica no local.

Empreender uma atividade receptiva é ao mesmo tempo uma escolha e uma aposta, cuja atividade desenvolvida está sempre influenciada pelo mercado, pela procura por determinados produtos e pela oferta destes. O proprietário revelou que antes de iniciar a atividade, este pesquisou a respeito do turismo rural existente na região, e encontrou no restaurante, uma carência que poderia ser explorado por ele no local. Além disso, a constituição da paisagem formada pelo lago tornava-se outro elemento de sedução do local, e portanto um outro atrativo do local.

Pelo diálogo que estabelecemos, e pelas visitas que realizamos no local, percebe-se que a atividade empreendida é aparentemente bem sucedida pois o número de visitantes que frequentam o restaurante é bem expressiva, principalmente nos finais de semana, conforme revela o proprietário:

¹¹⁶ Entrevista realizada com proprietário rural que concilia atividades receptivas e rurais em sua propriedade no município de Uberlândia-MG.

tem muita procura, principalmente quando agente vai chegando perto de feriados prolongados, finais de semana. [...] Números exatos eu não tenho não, mas eu creio que fica entorno de umas trezentas e cinquenta, quatrocentas e cinquenta pessoas, quando a casa enche¹¹⁷.

Embora empreendendo uma nova atividade, a propriedade ainda mantém a atividade pecuária, mas a efetivação e consolidação da nova atividade empreendida tem tornado a pecuária uma atividade secundária e a atenção agora volta-se para a nova atividade receptiva, onde as tarefas tanto dos proprietários e como dos antigos funcionários são alteradas por esta. Se a lida rural e o tratamento com o gado faziam parte do cotidiano local, com o represamento parcial da propriedade, e a diminuição da área de pastagem existente, agora com a receptividade no local, as preocupações com a administração do restaurante ditam o ritmo e consomem grande parte do tempo dos proprietários. Desta maneira, a dedicação à receptividade é tamanha que até as atividades desenvolvidas com o escritório de arquitetura são deixados em segundo plano.

No ano de 2007, além da gastronomia, algumas outras atividades eram desenvolvidas no local, diversificando os atrativos do lugar. O acesso ao lago e a prática de atividades náuticas, com barcos e Jet Skis era uma prática comum no propriedade, além disso, pequenos passeios de barco nas imediações do restaurante são realizados, diversificando ainda mais a renda.

Como dito anteriormente, a pesca esteve proibida neste lago até março de 2010. Neste período, mesmo impedida de ser praticada, a procura por pescadores pedindo autorização ao proprietário para praticar a pesca era constante. O fato de o restaurante privilegiar um outro tipo de público e devido a então proibição da pesca, a recusa nos pedidos foi corriqueira.

Após a liberação, com a insistência de muitos pescadores, foi inserido no lago dois tablados que são alugados às pessoas que desejam utilizar a propriedade com local de pesca. Porém, como nesta fazenda existe um local

¹¹⁷ Entrevista realizada com proprietário rural que concilia atividades receptivas e rurais em sua propriedade no município de Uberlândia-MG.

de desembarque que facilita a inserção das embarcações na água, muitos pescadores utilizam esta propriedade como local de acesso ao lago da UHE Capim Branco II.

Devido a infraestrutura existente no interior da propriedade, em março de 2011, foi realizando o 2º Torneio Nacional de Pesca Esportiva do Triângulo Mineiro – Capim Branco II, que contou com a participação de 60 equipes. Ainda segundo o proprietário, devido à intensa procura por parte dos pescadores, há a intenção de edificar no local, alguns chalés que possibilitará aos visitantes, pernoitar na propriedade.

o povo liga muito lá pra pode perguntar se não pode acampar, se não tem hospedagem pra pode ta passando o final de semana, o feriado. eu to estudando, eu to pensando ainda a esse respeito, não tem nada definido ainda não. Mas que eu tenho o interesse eu tenho em construir uns chalés aqui¹¹⁸.

Conforme relato acima, a presença de pescadores esportivos na propriedade é certamente uma das atividades não-agrícolas desenvolvidas no local, e devido a intensa procura por locais que possam pernoitar, há ainda a possibilidade de se construir no local, edificações que satisfaça este tipo de demanda.



FOTO 47: Propriedade Recanto das Águas. A infraestrutura e serviços prestados neste local possibilitou a realização do torneio de pesca realizado em Março de 2011.
Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.

¹¹⁸ Entrevista realizada com proprietário rural que concilia atividades receptivas e rurais em sua propriedade no município de Uberlândia-MG.

3.3 A produção de iscas na bacia do rio Araguari

A pesca, como atividade de lazer, realizada nas propriedades que descrevemos acima, ocorrem muitas vezes nos tablados e nas margens das represas, portanto, é um tipo de pesca que territorialmente depende da permissão dos proprietários e acesso ao lago, das infraestruturas e comodidades criadas para recepcionar os pescadores, tais como áreas de camping, chalés, tablados cevados, etc. Neste tipo de pescaria, como relatado, o esforço da pesca se dá sobre espécies de pequeno porte, tais como mandi, piau, piapara, traíra, que são capturadas utilizando-se apetrechos como varas de bambu, molinete.

Entendemos que por situarem-se à margem dos lagos, estas possuem localização privilegiada, permitindo que se desdobre dentro das propriedades, uma receptividade aos pescadores que origina atividades não-agrícolas. Mas existem outras propriedades que mesmo situadas distantes dos lagos, diversificam parte da produção rural à pesca, especificamente atividades voltadas à produção de iscas, notadamente a piscicultura e minhocultura. Diante desta afirmação, constata-se que há um processo de diversificação das atividades agrícolas e não corresponde à uma pluriatividade, pois esta envolve conciliação de atividades não-agrícolas com agrícolas.

Na bacia do rio Araguari, identificamos uma propriedade localizada no município de Araguari que diversifica a pecuária conciliando-a com a piscicultura. Nesta propriedade, denominada Tabapuã, são produzidas apenas uma espécie de peixe, o lambari, que é revendida principalmente aos comerciantes localizados nos municípios de Uberlândia e Araguari, embora também sejam atendidos nesta propriedade, pescadores que negociam diretamente com o produtor.

Moreira (1998) identificou no Triângulo Mineiro diversas propriedades que ou conciliavam a piscicultura com outras atividades agrícolas ou se mantinham exclusivamente com esta atividade. Segundo este mesmo autor, foi no ano de 1959 que a piscicultura passou a ser praticada nesta região,

inicialmente no município de Uberlândia. A criação de peixes nessa época, majoritariamente de espécies exóticas como a Tilápia e Carpa, não vinculava-se às atividades de lazer e turismo, sendo que parte desta produção era voltada para povoamento de pequenas lagoas localizadas nas propriedades rurais, assim como para o consumo familiar e revenda destes no mercado regional. A partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, a finalidade, além do consumo dos peixes, ganhou uma nova direção, pois segundo Moreira (1998) ocorreu uma:

Diversificação mais significativa das espécies cultivadas apenas recentemente quando se verificou, na região, o surgimento de unidades produtoras de alevinos do setor privado e dos pesqueiros ("pesque-pague"), apresentando estes uma demanda diversificada e específica de espécies de peixes consideradas "boas de anzol" ou apreciadas para a pesca desportiva (MOREIRA, 1998, p. 113)

Conforme aponta Moreira (1998) a pesca praticada nos estabelecimentos comerciais denominados pesque-pague fomentou a diversificação das espécies cultivadas nas propriedades rurais que eram então revendidas vivas para estes estabelecimentos.

A propriedade Tabapuã, situada em Araguari, faz parte desta realidade descrita por Moreira (1998), pois esta propriedade inicialmente revendia alevinos de diversas espécies principalmente para as propriedades rurais realizarem povoamento em pequenos lagos, assim como, parte da produção era destinada aos pesque-pagues regionais. Segundo relata um funcionário da propriedade:

Quando nósis começo, nósis tinha o intuito assim, de criar todas as espécies pra por em represa, em rio, essas coisa, só que não funcionô. Porque, vamos supor, você tem um represa, você poê um peixe, por exemplo, o tambaqui, você poê só uma veis, ele vai crescendo, você vai pegando. Ai agente vende uma veis e não vende mais¹¹⁹.

¹¹⁹ Entrevista realizada no município de Araguari com funcionário responsável pela criação de alevinos na propriedade.

Esta atividade sofreu uma pequena mudança no decorrer do tempo, pois a variedade de espécies criadas no local, em virtude da baixa rotatividade e procura, foi substituída por uma única espécie, utilizada como isca para outros peixes. Conforme relata o funcionário, a nova criação foi possibilitada pelas condições anteriormente criada no local, pois:

[...] a estrutura já tava formada. Ai nós parô com os outros peixe e começou com o lambari. O lambari, por exemplo, o pescador vem cá e pega, vamos supor cem (lambaris), pesca e acabou, ele tem que vir aqui comprar mais, ai foi com esse intuito que agente optou pelo lambari, mexê com ele¹²⁰.

Nesta propriedade há um total de dezoito tanques escavados, por onde a água desviada do córrego próximo à propriedade, através de um rego d'água, abastece todos os tanques até retornar ao curso natural. Esta infraestrutura criada, permite, segundo o funcionário, produzir 200 mil lambaris que em quatro meses atingem o tamanho ideal para a pesca e venda. No ano de 2010, quando revisitamos a propriedade, dois destes tanques encontravam-se improdutivos, sendo que os demais estavam subutilizados, ou seja, produzindo abaixo da capacidade dos tanques. Isto é resultado de uma série de fatores, enumerados pelo funcionário, no relato abaixo:

Quando agente começou, era só nois aqui na região, todo mundo vinha aqui e pegava de nós, só que agora tem muito concorrente em cima. também teve a pesca fechada que influenciou muito pra diminui, e o tempo agora num ta ajudando porque ta ventando demais, frio demais, num é uma época boa de pesca, mas setembro, outubro, vamo vê o que que vai dá, que é o tempo bom de pesca né¹²¹.

A concorrência, embora não tenhamos encontrado outra propriedade com características semelhantes na bacia do rio Araguari, é estabelecida segundo informou alguns comerciantes do município de Uberlândia que revendem estas espécies, com propriedades localizadas em outros municípios

¹²⁰ Entrevista realizada no município de Araguari com funcionário responsável pela criação de alevinos.

¹²¹ Entrevista realizada no município de Araguari com funcionário responsável pela criação de alevinos.

do Triângulo Mineiro, assim como com propriedades produtoras de lambaris localizadas em Goiás e interior do estado de São Paulo.

Outro motivo relatado refere-se ao período no qual a pesca nos lagos das UHE's Capim Branco I e II encontrava-se proibida, como já relatada aqui. A sazonalidade também é influenciada pelas condições climáticas, pois além da procura por pescadores ser menor nos meses mais frio do ano, a alimentação e crescimento dos peixes também ocorre de forma mais lenta nas épocas de baixa temperatura.



FOTO 48: Piscicultura e comercialização de iscas. A propriedade Tabapua, localizada em Araguari-MG, possui 18 tanques escavados onde são produzidos lambaris. Esta produção é escoada para comércios urbanos especializados na venda de produtos e apetrechos de pesca. Na foto central e direita, local onde são armazenados os peixes e sacola plástica contendo Lambaris vendidos que serão utilizados na pesca como isca.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.

Alem da piscicultura, percebemos que a minhocultura é uma atividade relativamente fácil de ser desenvolvida, e que é comum em muitas propriedades rurais onde a pesca é desenvolvida.

No distrito de Martinésia existe um estabelecimento comercial, que produz e revende minhocas e outros apetrechos de pesca para os pescadores que se deslocam em direção ao lago da represa de Capim Branco II, e para a propriedade já descrita anteriormente denominada João do Véio. Este local, é na verdade, uma residência urbana que também abriga um estabelecimento

comercial, denominado Bar do Povo, onde são revendidos inúmeros produtos e bebidas.

Dentro desta propriedade, há um pequeno quintal de aproximadamente 25 m², onde são cultivados em um pequeno espaço, couves e cebolinhas para consumo familiar. Há também, de forma improvisada, em canteiros e numa carcaça de refrigerador, uma pequena produção de minhocas. Segundo o morador local, e também proprietário do estabelecimento comercial:

agente vende umas minhoca aqui, que eu crio no quintal. Comecei o ano passado (2008).tem semana aqui que eu chego a vendê mais de deis litro. O negócio da minhoca aqui é o que dá mais dinheiro aqui na venda. Tem gente lá de Uberlândia que chega aqui e ta querendo quarenta litro de minhoca, pra revende lá né¹²².

A procura por minhocas, como revela o relato acima, além dos pescadores que por lá passam, também é requisitada por comerciantes do município de Uberlândia que revendem estas iscas nos estabelecimentos comerciais na área urbana. A produção realizada no quintal de sua residência, ocorre, a exemplo de outras propriedades já descritas, também de forma simples e improvisada:

Agente só coloca bosta de vaca, menos da do curral, porque da do curral num presta não. Agente compra as minhoca no frigorífico, porque lá é cheio de minhoca né, basta você compra um litro de minhoca, você forma um mundo veio de minhoca. Com trinta dias o viveiro ta cheinho de minhoca, você mete a mão assim, só sai minhoca¹²³.

A modesta produção improvisada, realizada em sua residência, revelada pela simplicidade na fala, demonstra ainda uma ligação com o rural, pois mesmo de forma simplificada, a minhocultura ali praticada exige um saber fazer que se concretiza nas escolhas dos estercos a serem utilizadas como substrato que serão decomposta pelas minhocas no processo de desenvolvimento e crescimento destes. A produção destas minhocas ocorre durante todo ano, porém, é na época mais quente que a procura é maior:

¹²² Entrevista realizada com morador e comerciante do distrito de Martinésia, Uberlândia-MG.

¹²³ Entrevista realizada com morador e comerciante do distrito de Martinésia, Uberlândia-MG.

Na época das água que é bão. Nas águas é pescador demais, você pode ir lá na beira do rio que é pescador demais, parece festa lá de tanta gente. Então eles não trais tráia de lá né, num trais isca né. O litro da minhoca ta quinze conto. Tem semana ai que agente vende até deis litros, quinze, fora os que qué muito ai não tem jeito de você vender¹²⁴.

Conforme aponta Moreira (2002) o espaço deve ser entendido como um híbrido, onde é possível falar de pertencimentos que nos revelam urbanidades no rural, assim como o contrário se manifesta, com as ruralidades no urbano. Conforme descrito acima, esta propriedade é um estabelecimento urbano, mas entendemos que há, por parte do proprietário, um pertencimento e identidade com o espaço rural, pois há notadamente habilidades relacionadas à produção rural, no caso a minhocultura e o pequeno cultivo realizado no quintal da residência.



FOTO 49: Comércio e venda de minhocas no distrito de Martinésia, Uberlândia-MG, que revende suas mercadorias para os pescadores que se dirigem ao lago da UHE Capim Branco II. Em destaque nas fotos, o estabelecimento comercial e a produção das minhocas.
Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.

Como expusemos neste capítulo, no espaço rural da bacia do rio Araguari, há diversas localidades que prestam serviços relacionados à pesca, ora diversificando a produção rural, ora, ofertando exclusivamente serviços e atividades não-agrícolas. Destacamos que essa transformação é decorrente do fluxo de pessoas que se dirigem do urbano ao rural promovendo, através deste fluxo e do consumo do tempo livre, o surgimento de urbanidades no rural.

¹²⁴ Entrevista realizada com morador e comerciante do distrito de Martinésia, Uberlândia-MG.

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS

Propriedade	Localização	UHE	Atividades não-agrícolas	Atividades agrícolas	Pluriativa	Urbanizada
Condomínio Gumi – Beira Lago – Peixe Frito	Santa Juliana	Nova Ponte	Receptividade; aluguel de tablados, barcos, chalés, camping. Comercialização de refeições e bebidas.	Não há	Não	Sim
Condomínio Lago Azul (Recanto do tucunaré – Anita – Waldomiro e Rubão)	Nova Ponte	Nova Ponte	Receptividade; aluguel de tablados e barcos. Comercialização de refeições e bebidas	Não há	Não	Sim
Rancho do Vale	Pedrinópolis	Nova Ponte	Receptividade; aluguel de tablados e barcos. Comercialização de refeições e bebidas	Não há	Não	Sim
Cruz Branca	Uberlândia	Miranda	Receptividade; Áreas de camping, tablados e embarcações	Pecuária leiteira	Sim	Não
Serra Dourada	Indianópolis	Capim Branco I	Receptividade. Chalés, camping, bar.	Pecuária e agricultura	Sim	Não
Recanto do Sossego	Indianópolis	Capim Branco I	Receptividade. Chalés, camping, restaurante.	Não há	Não	Sim
Camping Barrinha	Uberlândia	Capim Branco I	Receptividade. Camping e Bar. Esportes Náuticos.	Pecuária	Sim	Não
Assentamento Vida Nova	Uberlândia	Capim Branco I	Receptividade. Chalés, camping, esportes náuticos.	Pecuária e agricultura.	Sim	Não
Recanto Guaratá	Uberlândia	Capim Branco II	Receptividade. Restaurante, chalés, camping, tablados.	Pecuária e agricultura.	Sim	Não
Recanto das Águas	Uberlândia	Capim Branco II	Receptividade. Restaurante, tablados.	Pecuária.	Sim	Não
Tabapua	Araguari	Capim Branco II	Não há	Pecuária e Pisicultura	-	Não
Bar do Povo	Uberlândia	Capim Branco II	Comércio.	Minhocultura	sim	Sim

Quadro 03: Classificação das propriedades rurais.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2011.

Diante destas transformações, entendemos que a pesca praticada na bacia do rio Araguari, promove transformações não apenas nas propriedades rurais, mas também no cotidiano das pessoas que se desdobram em atividades múltiplas exigidas no saber-fazer receptivo associado ao lúdico. As transformações também são percebidas na paisagem, pois para quem percorre as imediações desta bacia hidrográfica, seja por terra ou por água, torna-se quase impossível não notar as edificações, comércios associados à pesca, e a disposição de centenas de tablados nos lagos.

O espaço então, através da pesca ganha novas formas e funções, pois o consumo do tempo livre, notadamente no espaço rural, sustenta e diversifica o trabalho e a renda gerada com os serviços prestados nas diversas localidades visitadas.

Entendemos que o espaço e suas transformações derivadas da receptividade vinculadas ao lazer, conforme aponta Santos (2006) envolve além das infraestruturas e materialidades do espaço, a vida e as relações que se estabelecem nele e que os anima.

Portanto, compreendemos que a transformação e ressignificação da pesca em atividade lúdica não elimina sua importância como fonte alimentar, mas diversifica e amplia os seus significados. Diante disso, constata-se que há lógicas, relações e práticas sociais na pesca que culturalmente se originam em tempos diferentes e que se encontram no espaço promovendo novas possibilidades dessa atividade continuar existindo.

No quarto capítulo analisaremos a permanência da pesca na bacia do rio Araguari, suas práticas herdadas e resíduos culturais. A pesca e o abate dos peixes além de representar uma alternativa alimentar é ressignificada, fazendo surgir novas atitudes e sensibilidades em relação aos peixes e a legislação que regula a atividade.

CAPITULO 04

04. A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E AS DIFERENTES PRÁTICAS DA PESCA NA BACIA DO RIO ARAGUARI-MG

Nos capítulos anteriores compreendemos que o significado da pesca se transformou no tempo e no espaço. Porém, mesmo com um universo inteiramente renovado, constata-se que novas práticas sociais não eliminaram velhos costumes, ou seja, a pesca como fonte de alimento e como atividade lúdica são práticas que convivem na bacia do rio Araguari.

Portanto, neste capítulo temos como objetivo analisar as tensões sociais, os desencontros e contradições das práticas relacionadas à pesca. Partimos do entendimento que no espaço, convivem tirocínios relacionadas à pesca que possuem origens temporais distintas. São historicamente formadas sob condições e circunstâncias diferentes, e, portanto, trazem consigo, objetivos e significados diversos, e por vezes, divergentes e conflitantes.

Considerando a pesca como uma prática cultural, recorremos à Laraia (1993) para compreender sua dinâmica e o comportamento humano. Em seu livro “Cultura - um conceito Antropológico” este autor revela que uma das primeiras preocupações teóricas da ciência antropológica foi a conceitualização do termo cultura. Para este autor, um dos primeiros a defini-la foi Edward Taylor, que no século XIX, conceituava-a como:

um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (LARAIA, 1993, p. 25)

Na antropologia, tal definição de cultura apontada por Taylor demonstrava a preocupação de uma sistematização deste conceito que permitiria um estudo aprofundado e abrangente do comportamento humano, ao mesmo tempo em que lutava contra uma corrente teórica da qual submetia a conduta humana à fatores biológicos/genéticos. No entendimento de Taylor, a cultura deveria ser compreendida como uma herança social que era transmitida

e (re)inventada no bojo das relações sociais estabelecidas entre os indivíduos e grupos sociais. Laraia (1993, p. 46) vai ao encontro desta afirmação ao escrever que:

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criatividade desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade.

Mesmo considerando-a como uma herança, a cultura não deve ser entendida como algo imutável, pois conforme aponta Claval, “a cultura transforma-se, também, sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu seio. (CLAVAL, 1999, p. 63). Desta forma, continua Claval:

A cultura não é vivenciada passivamente por aqueles que a recebem como herança: eles reagem aquilo que lhes é proposto ou que se lhes pretende impor. Interiorizam certos traços e rejeitam outros. Inventam, ao longo de suas existências, novas maneiras de fazer, atribuem cores novas aos seus sonhos e aos seus pesadelos, e criticam os valores usuais quando estes não correspondem às suas aspirações profundas (CLAVAL, 1999, p. 13)

Segundo Claval (1999) a cultura se transforma no tempo e no espaço pelas iniciativas individuais, coletivas, que estão associadas à criatividade humana e pelas múltiplas possibilidades criadas pelas diversas técnicas produtivas, promovendo reajustes no cotidiano e no modo de vida dos grupos sociais e indivíduos. Desta forma:

A cultura não é uma realidade passivamente endossada pelos indivíduos: estes não aceitam forçosamente o que lhes é imposto e opõem-se frequentemente desde a mais tenra idade a certas regras ou a certas injunções. Nas estratégias sociais desenvolvidas, pode, adotar atitudes muito diversas em relação à cultura” (CAMILLÉRI, 1980, apud CLAVAL, 1999, p. 102).

Entendemos que a pesca existente na bacia do rio Araguari constitui uma prática social e cultural, portanto, também um legado social, pois historicamente foi repassada ao longo de diversas gerações. Mas conforme demonstramos ao longo do segundo capítulo, esta prática passou por um amplo processo de transformação e ressignificação. Neste movimento, que

afirmou a pesca como atividade lúdica, alguns aspectos foram mantidos, outros foram rejeitados.

A metamorfose dos significados da pesca não elimina as práticas e valores mais antigos. Na verdade, a diversidade de significados presentes na pesca se dá na perspectivas de acumulações, pois as modificações não são abruptas, pelo contrário, se processam no tempo e no espaço lentamente ao longo do tempo histórico.

Desta forma, não estamos tratando de transformações que seguem um tempo social linear nem cíclico, mas sim de coexistência de práticas sociais originadas e datadas temporalmente distintas, portanto, estamos diante de temporalidades sociais.

Como constatamos no primeiro capítulo, a pesca praticada na bacia do rio Araguari utiliza diversos apetrechos que permitiam explorar uma variedade de ambientes e espécies existentes no rio. A utilização de apetrechos como redes, tarrafas, espinheis e pindas ainda são utilizadas atualmente (2011) por possibilitar a captura de diversas espécies de peixes, assim como proporcionar um aumento na quantidade do pescado. Segundo um informante, a pesca praticada por ele ainda baseia-se nos seguintes apetrechos:

Eu uso só rede e tarrafa, espinhel. Varinha eu nunca usei¹²⁵.

Outro entrevistado, quando questionado sobre os apetrechos utilizados na pesca, nos revela uma prática com os mesmos apetrechos, conforme relato a seguir:

Nóis pesca de vara, pesca de rede, com espinhel¹²⁶.

Nestes depoimentos, percebe-se que a pesca praticada com estes apetrechos tem por objetivo capturar a maior quantidade possível de peixes, pois estes constituem uma fonte de alimento. Outro entrevistado, que possui a pesca como fonte de lazer, revela em seu depoimento, um universo inteiramente diferente:

¹²⁵ Entrevista realizada com morador da zona rural de Araguari-MG.

¹²⁶ Entrevista realizada com morador da zona rural de Uberlândia-MG.

A emoção de pegar um peixe é uma coisa... como se diz, só sabe quem pega o peixe, ainda mais quando o peixe é grande. Então é uma emoção muito grande, é uma emoção enorme¹²⁷.

O mesmo entrevistado quando questionado sobre a utilização de apetrechos diferentes das varas com linha e anzol revela um conflito que envolve uma mesma atividade mas que possui valores e objetivos distintos. Desta forma, continua o entrevistado:

Eu sou contra esse tipo de pesca, com rede. Até condeno esse tipo de pesca, sou contra esse tipo de pescador, pescador profissional na região, porque não tem tanto peixe pra ele pescar de rede, entendeu? Ele pesca de rede ali dois meses... podí embora, porque ali não tem mais nenhum peixe. Então eu sou contra. Sou contra arpão, sou contra tarrafa, sou contra rede, sou contra espinhel... que é muito perigoso... isso ai tudo é predatório¹²⁸.

Para Martins (1996) este tipo de conflito revela-se no espaço como resultado de um processo desigual de desenvolvimento e transformação social. Desta forma:

coexistem relações sociais que tem datas diferentes e que estão, portanto, numa relação de descompasso e desencontro. Nem todas as relações sociais têm a mesma origem. Todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas (MARTINS, 1996, p. 15)

Em relação à pesca praticada atualmente na bacia do rio Araguari, este conflito é decorrente do convívio de temporalidades sociais que valorizam e dão significados diferentes e divergentes à atividade. Acreditamos que a essência deste desencontro decorre do fato de que para alguns pescadores, a pesca representa uma fonte de alimento. Desta forma, a captura dos peixes é inevitavelmente acompanhada do sacrifício dos mesmos, o que consequentemente, aos poucos, elimina o objeto de lazer para aqueles que valorizam a pesca como atividade lúdica.

Para Santos (1994, p. 21) o tempo e espaço são indissociáveis, pois cada “grupo, instituições, indivíduos convivem juntos, mas não praticam os

¹²⁷ Entrevista realizada com Pescador Esportivo presente no campeonato de Pesca realizado no lago da UHE Capim Branco II no ano de 2010.

¹²⁸ Entrevista realizada com Pescador Esportivo presente no campeonato de Pesca realizado no lago da UHE Capim Branco II no ano de 2010.

mesmos tempos”, desta forma, “os ritmos de cada qual, empresas ou pessoas - não são os mesmos”, por isso, esclarece este autor, ao analisar o convívio de práticas sociais, torna-se prudente “utilizar a expressão temporalidade em vez da palavra tempo.” Desta forma, afirma Suertegaray (2001, p. 96):

num mesmo espaço coabitam tempos diferentes, tempos tecnológicos diferentes, resultando daí inserções diferentes do lugar no sistema ou na rede mundial (mundo globalizado), bem como resultando diferentes ritmos e coexistências nos lugares. Constituindo estas diferentes formas de coexistir, materializações diversas, por consequência espaço(s) geográfico(s) complexo(s) e carregado(s) de heranças e de novas possibilidades.

Desta forma, o conflito decorrente das diversas significações dadas à pesca, além de temporalidades e heranças culturais, envolve também diferentes e novas formas de usos do espaço. É diante deste movimento histórico e espacial, que as diferentes formas de valorização e usos do espaço se sobrepõem, revelando os embates, desencontros e contradições das práticas sociais.

Este conflito, embora seja comum no rio Araguari, não ocorre apenas nesta bacia, pois diversos relatos nos revelam embates semelhantes nas demais represas existentes na região do Triângulo Mineiro. No rio Grande, divisa entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, Castro (2004, p. 265) aponta conflito semelhante entre pescadores artesanais e pescadores amadores:

A pesca de Barbado é realizada com espinhel, uma tecnologia estacionária mantida em territórios de pesca por alguns pescadores há vários anos. A ameaça aos territórios de pesca pelos pescadores turistas que involuntariamente danificam os espinheis é uma das principais causas de conflito entre pescadores artesanais e turistas (CASTRO, 2004, p. 265)

Para Castro (2004) os danos causados pelos ‘pescadores turistas’ aos equipamentos de pesca utilizados pelos pescadores artesanais são involuntário e decorre do desconhecimento, por parte dos turistas e demais visitantes, da existência de locais e territórios de pesca da população ribeirinha que tradicionalmente reconhece e delimita áreas com maior produtividade de pesca. Entendemos que estes danos, por vezes, são realmente involuntários,

mas há situações, que os danos causados à determinados equipamentos de pesca são destruídos propositalmente pelos pescadores (amadores e esportistas) que não concordam com a utilização de determinados apetrechos e equipamentos por entenderem que se trata de uma prática ilegal ou predatória.

No município mineiro de Ipiaçu, localizado no extremo oeste da região do Triângulo Mineiro, a pesca é uma realidade praticada nas águas do lago formado pela UHE de São Simão. Os embates entre as diversas formas de praticar e valorizar a pesca também se revelam neste espaço conforme demonstram as fotos a seguir.



FOTO 50: Redes de pesca com aproximadamente 200 metros encontrada por pescadores esportivos no lago da UHE de Furnas no ano de 2011. Conforme demonstra as imagens, as redes foram retirada da água, recolhida até a margem onde foram incineradas pelos pescadores.

Fonte: Acervo pessoal de Leandro.

Conforme demonstramos no primeiro capítulo, a pesca praticada pela população rural dispunha de diversas técnicas e apetrechos, entre elas a utilização de redes. Esta prática, mesmo com a construção de inúmeras represas, continua a ser praticada na região do Triângulo Mineiro, e constitui uma herança cultural. Porém, esta herança entra em conflito com aqueles que valorizam a pesca como atividade lúdica e não valorizam a pesca como fonte

de alimento. Desta forma, as temporalidades da pesca se revelam pelo conflito entre as diferentes maneiras de pescar e valorizar esta atividade.

Outro relato revela o mesmo conflito, porém, na represa de Itumbiara, localizada no Rio Paranaíba, conforme depoimento a seguir:

Tava passando a isca aqui ó, olha o que eu peguei. Uma rede. Tem peixe nela, tá batendo peixe nela. Isso é um crime, é proibido pescaria com rede. Não tem profissional aqui na área, isso é uma rede que tá aqui... tá velha aqui, já tá matando peixe a muito tempo. Essa rede foi largada aqui. Um irresponsável largou essa rede aqui, causando essa chacina de peixe. Olha só, esse peixe tá podre, essa rede tá aqui a quanto tempo? Que vergonha [...] isso aqui não é coisa de pescador, isso aqui é crime, olha que vergonha. Essa rede tá qui matando peixe, com certeza o pessoal largou essa rede aqui porque falou que não valia a pena vir buscar, ficaram com preguiça, ou perderam o lugar, ai fica aqui ó, o peixe tá podre aqui. Olha só moçada, que coisa absurda largar uma rede dessa no meio da represa. Primeira coisa já é um absurdo vim pescar e passar uma rede dessa, o peixe não tem chance nenhuma. Olha só, esse peixe tá preso aqui a quanto tempo? Dois dias, três dias. Essa nós recolhemos e essa não volta. Eu não tenho coragem de largar uma rede num lugar desse. Muita gente fala, eu não vou mexer porque não é minha, mas eu assumo qualquer risco, porque isso aqui não pode, isso aqui é um crime. A florestal não tá podendo fazer nada, porque eles não têm nem gasolina pra colocá nos barco.¹²⁹

O relato extraído de um programa televisivo de pesca demonstra a indignação e o descontentamento de um pescador esportivo, que encontra na pesca uma oportunidade de consumir seu tempo livre. Sua indignação decorre do fato de encontrar na represa, uma rede de aproximadamente 50 metros, provavelmente abandonada, com inúmeros peixes presos, alguns ainda vivos, outros mortos e apodrecidos, promovendo a morte contínua de uma variedade de espécies de peixes.

No rio Araguari, este conflito também é uma realidade, e ocorre ao longo dos quatro lagos formados a partir das hidrelétricas edificadas na bacia, conforme revela o depoimento abaixo:

¹²⁹ Relato extraído do programa de pesca denominado Curva de Rio realizado na represa de Itumbiara, rio Paranaíba (FURNAS). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=hXI0NDc8ofg>

Eu tava pescando aqui no capim branco dois... desci o barco ali no recanto das águas... tava pescando e minha isca enroscou numa rede, pego naquela cordinha mais grossa que segue na superfície, por cima dela. Tinha muito peixe morto nela. Tinha muito cascudo... eu nunca vi cascudo em outra represa porque eles são de água corrente, né. Ai agente tirou a isca, rasgou a rede toda e pindurou ela numa arvora lá¹³⁰.

Como demonstra os relatos, fica evidente o confronto entre pescadores, sendo que os que possuem a pesca como atividade lúdica¹³¹, propositalmente danificam os apetrechos de pesca, principalmente as redes, que são utilizados por aqueles que ainda valorizam a pesca como alternativa alimentar¹³². Destacamos que na bacia do rio Araguari, a utilização de redes de pesca e outros apetrechos é ilegal e contraria a legislação que normatiza a pesca nesta bacia, justificativa dada por muitos pescadores amadores ao danificarem propositalmente as redes.

Mas os questionamentos e enfrentamentos não ocorrem apenas por parte dos pescadores amadores em relação à prática por aqueles que pescam com redes. Estes, que possuem a pesca como fonte de alimento questionam a pesca como atividade lúdica, conforme relato abaixo:

eu pisco aqui com minha redinha, coloco ela de noite e tiro de manhã. Pego lá uns deis, quinze peixe quando pego muito. Agora um pescador com varinha, se ele pescar o dia todo, ele pega duzentos, quatrocentos peixe. Então ele mata muito mais que eu¹³³.

Este questionamento não é o único, e é acompanhado da desconfiança em relação às novas práticas e sensibilidades em relação à soltura dos peixes capturados:

Eu fico pensando, será que esses peixe sobrevive? Eu acho que morre tudo, porque o peixe machuca.... e esse peixe Tucunaré, isso é

¹³⁰ Entrevista realizada com pescador esportivo na represa de Capim Branco II.

¹³¹ Conforme aponta Brasil, através do Ministério da Pesca e Aquicultura, a pesca amadora corresponde à uma atividade de natureza não comercial, a qual se caracteriza por hobby ou esporte, onde o praticante não depende desta atividade para sobreviver, ou seja, a pesca é praticada como atividade lúdica, com objetivo de recreação

¹³² Entendemos que neste caso, a pesca como fonte alimentar enquadra-se na pesca de subsistência. Para o IEF, órgão responsável pelo ordenamento pesqueiro no estado de Minas Gerais a pesca de subsistência é aquela praticada por pessoas carentes, moradoras nas áreas próximas à margem dos rios e lagos, e o seu objetivo é, exclusivamente, o sustento do pescador e sua família. Mesmo como fonte de alimento, nesta categoria fica vetada a utilização de apetrechos como a rede, sendo permitida apenas o uso de linha, anzol, chumbada.

¹³³ Entrevista realizada com morador da zona rural do município de Uberlândia-MG.

praga, tinha que acabá com isso. Esse peixe num tinha aqui, ai onde tem ele... acaba com tudo... ele come os filhote de peixe tudo, num dá tempo nem de crescer, tinha que acabá com isso na represa. Pra mim tinha que acabá com esse peixe¹³⁴.

No relato exposto acima, há um duplo questionamento envolvendo a pesca esportiva, sendo o primeiro em relação à sobrevivência dos peixes capturados e soltos, e outro em relação à presença de espécies exóticas nos reservatórios da bacia do rio Araguari.

Em relação à sobrevivência dos peixes, há uma carência de dados em relação a esta prática no Brasil, sendo que o livro 'Pesque-e-Solte: informações gerais e procedimentos práticos', editado no ano de 2006 por pesquisadores do IBAMA e do CEPTA (Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros Continentais) constitui uma das principais referências sobre o assunto. Para Ceccarelli at all (2006, p. 43) no Brasil, "até o momento, não se encontram na literatura nacional trabalhos com base científica que avaliem resultados de sobrevivência de peixes na prática do pesque-e-solte". Desta forma, aponta os autores:

A inexistência de informações técnicas tem levado setores da sociedade organizada a questionar sobre os danos sofridos pelos peixes quando capturados, manuseados e devolvidos à água, com foco principalmente na sua sobrevivência e capacidade de se reproduzir normalmente (CECCARELLI at al,2006, p. 43).

Por isso, a publicação deste livro teve como objetivo, verificar a sobrevivência de diferentes espécies de peixes, principalmente aquelas capturadas por pescadores amadores e esportistas. Estes autores, ao final das diversas capturas e solturas realizadas em tanques artificiais constataram que:

a captura de peixes na modalidade de pesque-e-solte, praticada em viveiros de pesca com anzol, contenção com alicate e liberação, sem provocar fadiga excessiva, garante ao peixe sobrevivência superior a 90%.(CECCARELLI at all, 2006, p. 53)

Embora existam poucas pesquisas referentes à sobrevivência dos peixes fisiados e liberados, o referido estudo revela que a sobrevivência dos peixes quando manuseados corretamente, evitando ferimentos além daqueles provocados pelos anzóis, e com equipamentos adequados, possibilita

¹³⁴ Entrevista realizada com morador da zona rural do município de Uberlândia-MG.

realmente a sobrevivência dos peixes. Além deste livro, há relatos de pescadores que registraram com fotografias, a captura do mesmo peixe em épocas diferentes. Isto é possível, pois há marcas e manchas ao longo do corpo de determinadas espécies de peixes que são únicas, facilitando sua identificação por intermédio das fotos registradas pelos pescadores, o que certamente comprova que os peixes capturados podem sobreviver após liberados.

Além da desconfiança em relação à soltura dos peixes, no relato acima, a fala revela um outro questionamento, que possui ampla literatura científica a respeito, que refere-se à presença do Tucunaré, uma espécie exótica no lagos da bacia hidrográfica do rio Araguari. Esta espécie de peixe é nativa da bacia do rio Amazonas e foi introduzida nas represas e rios em diversas localidades no Brasil. Delariva & Agostinho (1999) definem espécie exótica como sendo:

qualquer espécie intencional ou accidentalmente liberada pelo homem em um ambiente fora de sua área de distribuição" [...]. Dessa forma, do ponto de vista ecológico, independentemente da origem geográfica (intracontinental ou proveniente de outro país, continente ou zona zoogeográfica), a introdução é entendida como a inserção de um elemento totalmente novo em uma dada região (DELARIVA & AGOSTINHO, 1999, p. 255)

Para estes autores, a presença de espécies exóticas podem resultar em benefícios, inclusive econômicos, porém, quando se considera a presença de elementos exóticos em um ambiente, as alterações promovidas são na “maioria das vezes, considerados deletérios” (DELARIVA & Agostinho, 1999, p. 255). Desta forma, Agostinho, Thomaz & Gomes (2005), apontam que a:

Introduções de espécies resultam em grandes impactos sobre a biodiversidade dos ecossistemas aquáticos. Introduções de peixes, tanto de espécies nativas como exóticas, são comuns no Brasil e resultam da irresponsabilidade de parte do pessoal envolvido com a pesca recreativa, estocagem e aquicultura. Levantamentos realizados na bacia do rio Paraná (51 locais; 2.100 amostragens) revelaram que piscívoros da Amazônia são os que alcançam maior sucesso nessas introduções. As introduções de espécies de peixes também alcançam maior sucesso em corpos de água com elevado grau de endemismo e naqueles regulados por barragens (AGOSTINHO, THOMAZ & GOMES, 2005, p. 75)

As espécies exóticas, entre outros danos, podem promover um desequilíbrio ambiental nos locais onde são introduzidos, isto porque estas concorrem e disputam com as espécies nativas, na obtenção de alimentos. Além disso, geralmente as espécies introduzidas, não encontrarem nos novos ambientes, predadores naturais, o que, por sua vez, pode promover uma superpopulação das espécies invasoras, eliminando gradualmente as espécies nativas.

Como revelam Agostinho, Thomaz & Gomes (2005), o Tucunaré foi amplamente introduzido na Bacia do rio Paraná, e se adaptou com sucesso, principalmente nos reservatórios existentes ao longo desta bacia. Embora o Tucunaré possa ser considerado um peixe voraz e predador, é importante ressaltar que ele não é o único a promover modificações nos ecossistemas, pois sua adaptação na bacia do rio Paraná, é entre outros fatores, resultado da transformação dos ambientes lóticos em lênticos causados pelas hidrelétricas, e como demonstrado no segundo capítulo, a edificação das hidrelétricas é a principal modificadora da dinâmica ecologia dos rios, e consequentemente, da eliminação de espécies dos rios brasileiros.

Se por um lado, a presença de espécies exóticas podem promover danos e transformações ambientais, os pescadores esportivos defendem-se alegando que, mesmo o Tucunaré não sendo uma espécie nativa, ela é tão predadora quanto as outras espécies existentes no rio

o pessoal tem o tucunaré como predador, não nativo, que vai acabar e vai dizimar com os outros peixes, pelo contrário, é um peixe que come pra sobreviver, não é um predador igual ao bagre por exemplo... O lambari, o Lambari dizima ovas e ovas de peixes, no entanto ninguém fala mal dele, então ele (tucunaré) é só... é um sobrevivente da represa, porque a filhoteira dele alimenta outros peixes também, como ele se alimenta de outros, é um balanço, uma cadeia alimentar bem regulável. Ele não é esse bicho ai que todo mundo fala¹³⁵.

Além desse argumento, há outro que diz respeito ao aproveitamento dos lagos para o turismo e lazer na região, pois esta espécie, Tucunaré, é

¹³⁵ Entrevista realizada no município de Uberlândia com pescador esportivo.

reconhecida pela sua esportividade, ou seja, é um peixe forte e predador, que ataca outros peixes e as iscas artificiais, e na região do Triângulo Mineiro, há registros de captura de espécies de aproximadamente 6 kg. Desta forma, um entrevistado do município de Patrocínio, no cargo de funcionário público, que atuou na preservação do lago de Nova Ponte revela que:

O tucunaré veio... hoje, no entendimento nosso, é... nós tentamos proteger o lago de Nova Ponte justamente por causa disso, porque muitas vezes o pessoal fala que o peixe exótico. O peixe que não é da bacia, não é??? O alóctone, né. Ele ... o IEF não tem esse interesse, os órgãos governamentais não tem esse interesse em proteger esse peixe porque ele não é da bacia. Mas nós que vivenciamos e que moramos no entorno do lago, tamo vendo que é o peixe viável para o turismo, né... Exótico... maior exótico do que a represa no lugar, não tem. Ela que transformou realmente um rio, num sistema lêntico, né. Um sistema lótico como era o quebra anzol, um rio de corredeiras, de cachoeiras, hoje é um mar de água parada, num é? Então isso, realmente, o peixe que vai adaptar, no nosso entendimento, a esse tipo de água, vai ser o tucunaré realmente¹³⁶.

Se por um lado, o tucunaré é tido como um predador, por outro, devido sua força e luta para se livrar do anzol, é considerado uma das espécies mais esportivas existente no Brasil, e por isso, como revela a entrevista, sua presença nos ambientes é valorizado como um peixe capaz de impulsionar e promover o turismo de pesca nos municípios banhados pelos lagos das usinas hidrelétricas.

Portanto, na bacia do rio Araguari há um desencontro entre aqueles que valorizam a presença do tucunaré, como uma espécie esportiva capaz de promover um turismo de pesca nas hidrelétricas, contra aqueles que possuem aversão à espécie exótica, por considerá-la uma espécie predadora e responsável pela diminuição e/ou desaparecimento das demais espécies existentes nas represas.

Além destes desencontros, que revelam práticas culturais historicamente datadas em tempos diferentes, há também confrontamentos em relação à

¹³⁶ Entrevista realizada no município de Uberlândia com o ex-secretário de Meio Ambiente de Patrocínio-MG.

legislação que determina as formas e modalidades de pesca possíveis de serem praticadas.

Para Castro (2004) conflitos entre as diversas categorias de pescadores com pescadores amadores ocorrem em diversas localidades, e é resultado de um manejo pesqueiro no qual parte dos atores envolvidos nos conflitos são cerceados ou ignorados pelas instituições responsáveis pela legislação. Desta forma, aponta Castro (2004):

O manejo de recursos naturais nem sempre é controlado por decisões locais. Sistemas de manejo são, em muitos casos, arranjos institucionais que combinam diferentes níveis de decisão, muitas vezes conflituosas entre os diversos atores envolvidos. Quando isso acontece, as estratégias de uso não são reflexos apenas do sistema local, mas também de respostas a pressões econômicas ou de políticas externas (CASTRO, 2004, p. 273).

A pesca, em suas diversas categorias e modalidades, é uma prática regulamentada pelo Governo Federal. Até o ano de 2009, quem ordenava a pesca em todo território nacional era o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), porém, neste mesmo ano de 2009, foi criado o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) que passou a ser o:

responsável pela execução da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, compreendendo entre as funções a concessão de licenças, permissões e autorizações para o exercício da pesca amadora, bem como para o desenvolvimento sustentável desse segmento (BRASIL, 2011).

Além do Governo Federal, cada estado possui legislação específica sobre as atividades referentes à pesca; sendo as legislações estaduais mais restritivas do que a legislação federal, exigindo dos pescadores atenção especial em relação às normas de cada localidade.

No caso de Minas Gerais, o órgão responsável pela fiscalização da pesca é o Instituto Estadual de Floresta (IEF). O IEF também é o órgão responsável pela emissão de licenças para as categorias de pesca amadora, de subsistência, científica e despesca. O IEF classifica¹³⁷ e subdivide as

¹³⁷ Classificação disponíveis no sítio eletrônico do Instituto Estadual de Florestas:
<http://www.ief.mg.gov.br/pesca>

categorias de pesca em Pesca Amadora, Profissional¹³⁸, de Subsistência, Científica¹³⁹, Subaquática¹⁴⁰, e Despesca¹⁴¹, sendo exigida do pescador a licença que o habilita a prática de qualquer uma delas.

Na bacia do rio Araguari, o principal conflito então envolve os pescadores amadores, esportistas, com os demais pescadores que utilizam como apetrecho as redes de pesca. Deve-se ressaltar portanto, que na bacia do rio Araguari, além da legislação estadual, há outras normas específicas que proíbem a utilização deste e outros apetrechos nos lagos, não podendo ser utilizada nem mesmo por pescadores profissionais ou por aqueles que encontram na pesca um fonte alternativa de alimento (Pesca de Subsistência).

Para o representante do Instituto Estadual de Floresta (IEF), mesmo num período anterior as edificações das hidrelétricas na bacia do rio Araguari, a utilização de apetrechos de pesca, como redes, tarrafas, pindas e espinheis

¹³⁸ A Pesca Profissional caracteriza-se pela prática da pesca como profissão e principal meio de vida, impedindo, assim, qualquer outro vínculo empregatício do praticante. O pescador profissional é obrigado a se cadastrar e a obter licença junto ao órgão responsável. A autorização para a prática, bem como a restrição da Pesca Profissional depende do órgão competente; no caso do Governo Federal, do Ministério da Pesca e Aquicultura, e no caso do Governo Estadual de Minas Gerais do IEF. Essa categoria subdivide-se em Aprendiz de Pesca Profissional, praticada por menores de 18 anos, com autorização dos responsáveis, e Pesca Profissional, praticada por pessoas que já alcançaram a maioridade penal. Os equipamentos utilizados nesta categoria sofrem algumas restrições em determinados locais, variando de bacia hidrográfica para bacia hidrográfica. Os equipamentos autorizados, segundo o site do IEF, já mencionado, para o pescador profissional, são a rede de emalhar, tarrafa, anzol, linha chumbada, vara ou caniço, espinhel, caçador, pinda ou anzol de galha, molinete ou carretilha ou similar, João bobo, galão ou cavalinha e embarcação (IEF, 2011).

¹³⁹ A Pesca Científica é praticada por pessoas qualificadas e tem, por objetivo exclusivo, a pesquisa e/ou manejo da ictiofauna. Sua prática é regularizada e autorizada pelo órgão competente e, ao final do prazo estipulado pela licença de pesca científica, o pesquisador autorizado deverá encaminhar à Diretoria de Gestão da Pesca uma cópia do relatório técnico do projeto realizado (IEF, 2011).

¹⁴⁰ A pesca subaquática é aquela no qual o pescador mergulha em busca dos peixes. Os equipamentos liberados para essa modalidade são a espingarda de pressão ou arpão de pressão e arpão de goma (arbalete), ficando a critério do pescador o auxílio de embarcação. Fica restrito o uso de aparelhos de respiração artificial. Assim como em outras categorias de pesca existente, é obrigatória a retirada da licença para a prática pesqueira (IEF, 2011).

¹⁴¹ A Despesca caracteriza-se pela criação e captura de peixes para o manejo e comercialização. Para o exercício desta, no estado de Minas Gerais, exige-se o cadastro e licença do pescador junto ao IEF (IEF, 2011).

eram proibidas, assim como a comercialização do pescado. Desta forma, destaca o entrevistado em relação à pesca profissional nesta bacia:

O rio Araguari não tinha pesca profissional, o comércio a venda de peixe. Devido até a extensão dele né, a legislação não permitia né. Porque a legislação prevê que, igual ao rio tijuco, não tenha pesca profissional, porque a legislação prevê que rios com menos de 30 metros de largura não pode ter pesca profissional, porque nem toda extensão do rio Araguari tinha 50 metros, principalmente quanto mais pra cima você subia, o volume de água já ia diminuindo, você tinha essas complicações¹⁴².

Conforme demonstramos no primeiro capítulo, a comercialização de peixes foi uma realidade apenas no baixo curso do rio Araguari, para alguns pescadores que, além de encontrarem na pesca uma forma alternativa de obtenção de alimento, subsistência, vendiam o excesso do pescado à vizinhos e comércios localizados no área urbana do município de Uberlândia.

Em relação a fiscalização praticada na bacia do rio Araguari, antes da edificação das hidrelétricas, esta se dava em locais de fácil acesso, principalmente nas estradas vicinais, pois, conforme revela o mesmo entrevistado:

a fiscalização dele acontecia mais de forma terrestre né. Pela dificuldade, não era qualquer embarcação e não era em qualquer época do ano que você fazia patrulha nele com volume de água muito grande, por causa das corredeiras pedras, a formação rochosa que ele tem. Mas os acessos eram fáceis né, tinha as estradas certas que dava acesso ao rio e tinha os pontos críticos de pesca né, que eram os trechos que mais acumulavam cardume, volume maior de água, fácil acesso, que era de pesca mesmo¹⁴³.

A pesca neste contexto era praticada em muitas localidades ao longo da bacia do rio Araguari e se concentrava em locais de fácil acesso, como pontes e estradas vicinais que margeavam o rio. Além destes locais, para a população rural, a pesca ocorria também nas propriedades rurais adjacentes ao curso do rio Araguari, dificultando a fiscalização pelas autoridades responsáveis, o que de certa forma, permitia a utilização de apetrechos demonstrados no quadro 01, tais como redes, pindas, espinheis e tarrafas.

¹⁴² Entrevista realizada com funcionário do IEF responsável pelo setor de pesca.

¹⁴³ Entrevista realizada com funcionário do IEF responsável pelo setor de pesca.

Queremos demonstrar com os relatos acima, que ao longo do tempo, uma prática cultural e historicamente constituída na bacia do rio Araguari foi sendo cerceada pelo Estado através de uma série de legislação, reprimindo aqueles que desejassem capturar os peixes com determinados apetrechos de pesca.

Com a construção das represas, além das inúmeras transformações ambientais promovidas pelo represamento do rio, conforme já demonstrado no segundo capítulo, a partir deste momento, o estado promulga outras leis que coíbem e restringem ainda mais a pesca na bacia do rio Araguari.

4.1 Ordenamento Pesqueiro na Bacia do Rio Araguari.

A partir do ano de 2009, com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, foi sancionada a Lei 11.959/2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, e que também regula as atividades pesqueiras. A partir do sancionamento desta lei, as normas anteriores instituída pelo IBAMA foram revogadas, sendo esta lei a principal norma reguladora das atividades relacionadas à pesca e aquicultura do país em vigência.

Embora com legislações federais recentes, para o Estado de Minas Gerais, há normas específicas criadas pelo Instituto Estadual de Floresta (IEF) que são mais antigas e restritivas que as leis federais. Segundo o site do IEF, para o Estado de Minas Gerais, as normas vigentes que regulamentam a pesca são o decreto nº 44.844, a lei nº 14.181 de 17 de janeiro de 2002, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 43.713 de 14 de janeiro de 2004, que:

estabelecem que os organismos vivos da fauna e da flora aquáticas existentes nos cursos d’água, lagos, reservatórios, represas e demais ambientes aquáticos, naturais ou artificiais são bens de interesse comum de todas os habitantes do Estado, sendo-lhes assegurado o

direito de explorá-los, de acordo com o estabelecido na legislação vigente¹⁴⁴.

Na bacia do rio Araguari, existe uma legislação ainda mais específica e restritiva, que é fruto de embates entre modos de vida diferentes e que revela ao mesmo tempo, usos conflitivos do espaço e dos recursos naturais. Desta forma, para entendermos como foi elaboração desta legislação, estabeleceremos abaixo, diálogos com alguns entrevistados envolvidos com a normatização destas leis, os quais nos revelarão o contexto e conflitos que originaram as normas vigentes na bacia do rio Araguari.

No lago de Nova Ponte, especificamente no município de Patrocínio, como revela o ex-secretário de Meio Ambiente, no final da década de 1990, a presença de pescadores profissionais no interior do lago era uma realidade. Conforme revela entrevista abaixo, com a formação do reservatório:

nós constatamos vários problemas no lago com a pesca predatória, pesca não só profissional. Mas só pra você ter uma ideia, quando eu fui secretário de meio ambiente em Patrocínio, nós fizemos um cadastro dentro do município, e tinha mais de oitenta pescadores profissionais só dentro do município de patrocínio, e esse pessoal degradando mesmo, pegando peixe... pegando o peixe que era comercial eles vendiam, pegava pra vender. O peixe que não era comercial que eles pegavam, eles matavam, eles jogavam fora. Era muito comum você está na beira do lago e vê aquela quantidade de peixe morto, porque não era comercial, mandi, peixe de tamanhos inferiores, usando redes com malha proibida¹⁴⁵.

Nos trabalhos de campo realizados na bacia do rio Araguari, tivemos a oportunidade de conversar com um pescador profissional que atua no município mineiro de Três Marias, que na ocasião visitava familiares no município de Uberlândia. Segundo nos revelou este pescador, quando a represa de Nova Ponte foi formada, inúmeros pescadores profissionais que exploravam a represa de Três Marias, localizada no rio São Francisco, migraram para esta bacia. Este profissional nos revelou que os pescadores acampavam às margens da represa, exploravam a pesca por aproximadamente quinze dias, armazenavam o pescado em caixas térmicas

¹⁴⁴ Disponível em <http://www.ief.mg.gov.br/pesca>. Acesso em 19 de Setembro de 2011.

¹⁴⁵ Entrevista realizada com ex-secretário de meio ambiente do município de Patrocínio-MG.

conservando o pescado com gelo, e depois retornavam e revendiam os peixes em outras localidades.

Portanto, a presença de inúmeros pescadores no município de Patrocínio, conforme revela o depoimento pode ser explicado pela migração de pescadores de outras regiões do estado de Minas Gerais em direção à bacia do rio Araguari.

Ferreira at all (1997) pesquisaram a pesca profissional no reservatório de Nova Ponte logo após sua formação. Percorrendo os rios Quebra Anzol e Araguari, e os principais tributários (ribeirões Capivara, Santo Antônio e Antinha), estes autores reconheceram 57 (cinquenta e sete) pescadores profissionais atuando nesta represa (FERREIRA at all, 1997, p. 03). Além do município de Nova Ponte, que acolheu muitos pescadores, estes autores revelam que a maior concentração de pescadores ocorria nos municípios de Patrocínio e Perdizes.

Estes autores também afirmam que nestes municípios “concentram-se os chamados pescadores barrageiros (vindos das represas de Três Marias e Furnas, e açudes nordestinos)”, além disso, indicam que ocorriam conflitos entre pescadores e fazendeiros da região, pois “o roubo de redes foi a principal queixa entre eles no exercício da pesca [...] e, ao que tudo indica, o desaparecimento [...] resulta da ação de fazendeiros insatisfeitos com a presença dos pescadores acampados em suas terras”. (FERREIRA at al, 1997, p. 03), confirmando desta forma, o relato de um pescador profissional já citado anteriormente.

O resultado da pesquisa desenvolvida por Ferreira at all (1997) revela que, no lago da hidrelétrica de Nova Ponte, entre Janeiro e Julho de 1996, a captura de peixes neste período totalizou:

4.973 indivíduos pertencentes a 16 espécies e uma biomassa de 5.214,90 kg de pescado, considerando todos os locais de desembarque pesqueiro. Os dados foram extraídos dos 126 questionários aplicados, em um total de 19 pescadores profissionais atuantes no reservatório da UHE Nova Ponte (FERREIRA at all, 1997, p. 05),.

Estes autores, ao final da pesquisa, estimaram a produção anual de pescado para o lago de Nova Ponte no ano de 1996, chegando à conclusão que foram capturados:

173 ton/ano. Para tanto, foi considerado o rendimento médio por pescador (15,2 kg/pescador/dia), o número de dias efetivos de pesca (em Nova Ponte foi estimado em 200 dias/ano/pescador) e o número de pescadores profissionais efetivos (este último parâmetro considerou o total de pescadores cadastrados no período. (FERREIRA at all, 1997, p. 06),

Conforme expôs o ex-secretário de Meio Ambiente de Patrocínio, a pesca praticada no lago realmente capturava grande quantidade de peixes, e percebendo que a pesca ali praticada colocava em risco a ictiofauna da represa, os municípios começaram a mobilizar-se contra esta prática que entendiam ser prejudicial ao lago, conforme indica depoimento abaixo:

Então essa ação, desse tipo de pesca, foi irritando bastante agente, e agente viu que era um crime que tava acontecendo ali... e nós resolvemos fazer um movimento, e esse movimento chamou 'eu amo a represa', e em perdizes por exemplo 'S.O.S represa'. Então os municípios do entorno vendo aquilo, eles começaram a se organizar em movimentos, cada um fazer seu movimento no seu município pra mostrar que aquilo estava errado. Nós chegamos a seguinte conclusão, que agente tinha que unir esses movimentos pra que agente chegasse á um órgão, na época o IEF, o representante nosso aqui do estado que legisla sobre pesca, então que que eu fiz, procurei o prefeito na época, e nós conseguimos marcar uma audiência com o governador na época, o Eduardo Azeredo. Então foi prefeito de patrocínio, de Nova Ponte, Perdizes, Iraí, são oito municípios... Sacramento, Pedrinópolis, Santa Juliana, então o que que nós fizemos, juntamos esse pessoal, levamos aquele pessoal, aquelas pessoas que nos ajudavam naquela tarefa dos movimentos, e fomos até Belo Horizonte conversar com o governador. Chegou lá, a hora que ele viu aquela quantidade de gente, até ia receber agente no gabinete e falou 'vou ter que arrumar um salão pra receber vocês, não sabia que era tanta gente assim'. Ai deram a palavra pra mim lá na época, eu expus tudo que tava acontecendo aqui, e ele falou que ia dar uma solução praquilo e que agente ia ser procurado pelo IEF. Na época eles me ligaram, agente procurou a partir de então... agente foi procurado, e agente começou a contatar diretamente com a diretoria do IEF, né... Ai agente bateu aquele papo, eles mandaram técnicos aqui, agente andou o rio quebra-anzol com esses técnicos (Marcelo Coutinho)... agente chegou na conclusão seguinte, agente precisava fazer uma portaria específica pra região. Quando foi que agente tava discutindo a portaria, foi fechada pro lago de Miranda também, que o lago de Miranda já tinha ficado pronto a hidrelétrica e tava fechando (as comportas). 'Pessoal, nós temos que incluir o lago de Miranda também (na portaria), porque se não esses caras vão sair

daqui e vão lá pro Miranda detonar lá' e o lago de Miranda, ele é um décimo do tamanho do de nova ponte. Então é muito mais fácil, mais rápido de ser degradado¹⁴⁶.

Com esta mobilização, foi criada uma norma que impedia a pesca profissional nos reservatórios de Nova Ponte e Miranda. Além disso, foi criada uma Organização Não Governamental (ONG) denominada Associação de Meio Ambiente Regional (AMAR) que constituiu uma estratégia importante na fiscalização do reservatório, conforme relato abaixo:

Bom, nesse movimento ai, saiu a primeira portaria de proteção da pesca. Bom, foi feito a portaria, e a partir de então agente começou a fazer uma fiscalização, e agente entrou tanto nisso que agente chegou a conclusão que tinha que passar pra associação, foi ai que foi criada a AMAR. Ai nós procuramos o ministério público estadual e fizemos uma parceria entre ministério público e AMAR. Então aquelas pessoas que estavam cometendo esse crime, o promotor recebia da polícia militar uma cópia do boletim de ocorrência, ta certo? E ali de imediato já entrava com uma ação criminal contra esse ato, desse elemento que tava praticando a pesca proibida. Ai onde foi criado os termos de ajuste de conduta, os tac's. e esse dinheiro que a promotora.. promotor procurava fazer com esses elementos, a AMAR abriu uma conta e eles iam depositando esse dinheiro na conta da amar, e a amar, com esse dinheiro começou a fazer educação ambiental, agente participava dos peixamentos, é, agente começou a juntar dinheiro e comprar um veículo pra florestal, na época, até hoje, o que o governo realmente trabalha em termos de verba pra polícia, pro IEF, realmente fica a desejar, né¹⁴⁷.

Apesar das dificuldades, da elaboração da portaria que restringia a pesca no reservatório de Nova Ponte e Miranda, e das demais ações realizadas em prol da preservação da fauna aquática dos lagos, ocorreu uma modificação na legislação estadual que possibilitou o retorno de alguns pescadores profissionais ao reservatório. Segundo informa o ex-secretário de Meio Ambiente de Patrocínio, esta modificação na legislação ocorreu no período de gestão do Governador Itamar Franco. Assim conta o entrevistado:

essa lei, quando ela mudou, passou a ser uma outra lei, e revogou a lei anterior, a nossa portaria que era baseada na lei anterior, caiu. Então, tinha que se fazer uma nova portaria nos moldes da anterior,

¹⁴⁶ Entrevista realizada com ex-secretário de meio ambiente do município de Patrocínio-MG.

¹⁴⁷ Entrevista realizada com ex-secretário de meio ambiente do município de Patrocínio-MG.

eu lembro até direitinho, a portaria 39, né. Aí que que aconteceu? Ai agente viu que... procuramos o governo de novo, fomos à Belo Horizonte, ai foi só a AMAR que foi, ta certo? Fomos lá, fomos no IEF, e vimos a diretoria do IEF toda modificada, não era aquelas mesmas pessoas que tinham feito aquele trabalho conosco, e eu vi que o governo, o pessoal tava empurrando agente com a barriga. E veio a eleição, né, foi no final do mandato dele, veio a eleição e o Aécio ganhou, ai nós procuramos através de um deputado lá da cidade, ele disse 'óh, aguarde ai um instantinho que quem vai ser o secretário de meio ambiente vai ser o José Carlos Carvalho. E quando nós fizemos a reunião em Belo Horizonte com o governador, o doutor José Carlos Carvalho que era o secretário de meio ambiente tava na reunião. Ele que colocou agente em contato com o IEF, pra conversar com o pessoal do IEF. Então, ele voltou, nós fomos a Belo Horizonte, conversamos com ele novamente, e ele reeditou a portaria. Ta certo? Ele reeditou a portaria. Só que nesse tempo, entre a portaria deixar de existir por causa da lei com a nova portaria, os pescadores profissionais entraram no lago de novo¹⁴⁸.

Com a presença de pescadores profissionais explorando novamente a pesca no reservatório de Nova Ponte, a fiscalização voltou a ser realizada, coibindo a pesca profissional praticada no lago, amparada novamente pela legislação Estadual. Porém, o receio de ver novamente a portaria e a legislação estadual ser modificada levou os municípios banhados pelo reservatório a criarem uma legislação municipal ordenando a pesca no reservatório. Desta forma, a legislação para ter efeito em todo reservatório teria que ser sancionada por todos os municípios, o que foi realizado conforme aponta o relato:

Quando eles entraram no lago de novo, houve uma situação nova pra gente, nós começamos a estudar a possibilidade de uma lei municipal, ai nos fizemos, redigimos a lei municipal, fomos nos municípios, nos oito municípios, e conseguimos com o prefeito, que cada prefeito, cada município tivesse aquela mesma lei. A lei é igualzinha, só muda o nome da cidade e dos vereadores que aprovaram a lei¹⁴⁹.

Conforme relatada na transcrição, a lei referida é idêntica a todos os municípios banhados pelo lago da hidrelétrica de Nova Ponte. Abaixo, transcrevemos a legislação referente ao município de Patrocínio-MG, publicada

¹⁴⁸ Entrevista realizada com ex-secretário de meio ambiente do município de Patrocínio-MG.

¹⁴⁹ Entrevista realizada com ex-secretário de meio ambiente do município de Patrocínio-MG.

no ano de 2002 sob o Nº 3.625, e dispõe sobre a regulamentação da pesca nas águas do lago da UHE de Nova Ponte e seus afluentes:

A Câmara Municipal de Patrocínio-MG, por seus representantes legais, aprovou e o prefeito Municipal, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A pesca, nas águas represadas no lago da UHE de Nova Ponte e seus afluentes, nos limites do Município de Patrocínio, será regida por lei.

Art. 2º - Fica terminantemente proibida a captura de peixes, de qualquer espécie, para consumo e comercialização, nas águas represadas pela UHE de Nova ponte e seus afluentes, nos limites do Município de Patrocínio.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo, aplica-se também no que tange à caça subaquática.

Art. 3º - Não será atingida pelas proibições constantes dos artigos anteriores, a pesca exclusivamente esportiva (pesque e Solte) e aquela destinada ao consumo humano, no último caso observado o disposto no parágrafo 1º.

Parágrafo 1º - Só será permitida a captura e transporte de pescado, respeitando-se as quantidades e respectivas medidas mínimas, considerando-se nesta, desde a conformação física da cabeça até a nadadeira caudal (eviscerados ou não).

Parágrafo 2º - Permitir aos pescadores, um limite de captura e transporte de até 05 kg de peixes mais um exemplar, respeitando os tamanhos mínimos de captura, salvaguardados sempre os limites da tabela.

Art. 4º - Proibir a utilização de rede, tarrafa e qualquer outro aparelho de emalhar, bem como, o uso de Espinhel, Fisga, Pinda, João Bobo, Galão ou Cavalinho.

Art. 5º - A constatação, pela fiscalização, por qualquer pessoa do povo, e ou entidades conveniadas, da captura ou transporte de peixes com medidas inferiores e ou quantidades superiores àquelas estabelecidas no artigo 3º, implicará na apreensão de todo pescado, e todo material utilizado na pesca, inclusive embarcações e motores que sejam ou tenham sido utilizados para o cometimento da infração.

Parágrafo 1º - Além das sanções deste artigo, a infração também será punida com multa de 200 UFIR, se primário e 500 UFIR, em caso de reincidência.

Parágrafo 2º - O infrator será notificado e disporá de um prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de sua defesa que será apreciada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental – CODEMA.

Art. 6º - A fiscalização da atividade pesqueira compreenderá as fases de captura, extração, coleta, transporte, conservação, transformação, beneficiamento e industrialização, nos limites territoriais do Município de Patrocínio.

Art. 7º - Durante o transporte, nos mesmos limites territoriais do município, a fiscalização averiguará a quantidade máxima e o tamanho mínimo das espécies capturadas.

Art. 8º - Fica liberado o transporte, a comercialização, o beneficiamento e a industrialização de peixes provenientes da aquicultura ou pesque-pague, devidamente registrado junto ao IBAMA, ao Ministério da Agricultura ou ao órgão Estadual competente, com comprovação de origem.

Art. 9º - Aos pescadores profissionais, com registro no Ministério da Agricultura e do Abastecimento (art. 93 do Decreto Lei nº 221), com a Carteira de Inscrição e Registro (CRI) fornecida pela Marinha do Brasil, Inscrito na Fazenda do Estado (art. 20, inciso I), fica assegurado o Exercício da pesca conforme orientação dos órgãos competentes, obedecendo ao art. 4º desta Lei.

Art. 10º - O Município de Patrocínio, através do Prefeito Municipal ou Procuradoria, firmará convênio com o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Polícia Florestal e de Mananciais, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Minas Gerais, Organizações não Governamentais, Entidades Ambientais para fiscalização de atividades dela decorrentes e de recíproca cooperação para o cumprimento das Portarias do IBAMA nº 21 de 09/03/93, e nº 25 de 09/03/93 que estabelecem normas para o exercício da pesca na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná e proibições, bem como a Lei nº 7.679 de novembro de 1988.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Patrocínio-MG, 13 de Dezembro de 2002.

Roberto Queiroz do Nascimento

Prefeito Municipal

Conforme evidencia a legislação acima, referente ao município de Patrocínio-MG, a pesca profissional e outras modalidades, não ficam proibidas de serem realizadas no lago. Na verdade, a legislação coíbe, conforme artigo 4º, a utilização de determinados apetrechos que significativamente permite a captura de grandes quantidades de peixes. Proibindo a utilização destes apetrechos, os pescadores profissionais diminuem a capacidade de exploração do lago, desestimulando aqueles pescadores que sobrevivem exclusivamente da pesca.

Com a publicação da legislação municipal, a fiscalização no lago foi realizada, conforme relato abaixo:

Ai eu comecei lá em Patrocínio, a fiscalizar a pesca com a lei municipal. Então eu comecei tomando barco, motor, ta certo? Fazendo a fiscalização com a polícia, então o que que eu fazia? Eu pegava o meu fiscal, da prefeitura, fiscal nosso lá de meio ambiente, punha ele no barco junto com a polícia, e ele multava e prendia e a polícia dava, tava dando a garantia policial ao nosso fiscal, a segurança¹⁵⁰.

Com a aplicação da legislação, diversas multas foram aplicadas aos pescadores que tiveram seus equipamentos e apetrechos de pesca

¹⁵⁰ Entrevista realizada com ex-secretário de meio ambiente do município de Patrocínio-MG.

apreendidos. Com a presença constante de policiais e funcionários da prefeitura fiscalizando o lago, a pesca profissional foi aos poucos deixando de ser praticada no lago. Contudo, os embates não deixaram de ocorrer, pois os pescadores profissionais questionaram a legalidade da legislação municipal, conforme relato abaixo:

Ai como nós fizemos esta fiscalização, a federação dos pescadores profissionais de Minas Gerais, entrou com uma ação de constitucionalidade da lei municipal, alegando que a nossa legislação era inconstitucional. Aí com pedido de liminar... ai um juiz, de primeira instância, lá da minha cidade julgou que realmente nossa lei era inconstitucional e que eu tinha que devolver todos os equipamentos apreendidos pra eles, e que eles podiam voltar a pescar no lago. Ai na época teve até um desentendimento... mas eu cumprí a determinação. Juiz você cumpre né! Mas eu não concordei com a atitude que ele tomou, eu naquele momento, já que nós fizemos, nós tínhamos certeza que nossa lei era constitucional, que a nossa lei municipal, ela ta evocando ali, a proteção do meio ambiente local. Local é o município, como a lei é municipal, eu to protegendo o meu município. Às margens do território do meu município, se você praticar aquele tipo de pesca, é proibido. Não ta proibindo ninguém de pescar, ta proibido certos equipamentos. Aí nós recorremos em Belo Horizonte, em segunda instância, e nós ganhamos. A nossa lei é constitucional. Até o despacho do desembargador fala que o município 'não' tem o direito de legislar sobre proteção ambiental do seu município, ele tem a obrigação de zelar por isso, e isso ficou bem característico na decisão do tribunal, que o município tem a obrigação de zelar pelo... pela qualidade ambiental do município. Que o município tinha sim direito de fazer aquele tipo de lei.

Então essa decisão pra nós foi de fundamental importância, onde realmente mostrou pra gente que agente tava no caminho certo, e essa lei vale pra todos os outros oito municípios."

"como a lei é igualzinha, mas foi dentro do município de patrocínio que foi questionado isso, os pescadores, se tivesse tido uma fiscalização nos outros municípios, tinha que entrar em cada município. Mas como o município de Patrocínio era o mais ativo na fiscalização, é que o prefeito na época dava mais ênfase, e agente como trabalhava lá, teve uma ajuda fundamental de agente ser funcionário público na época, e ter conseguido fazer isso. Então agente realmente conseguiu [...]¹⁵¹.

Com a confirmação da constitucionalidade da legislação municipal, a pesca profissional, praticada por pescadores vindo de outros municípios praticamente não existe mais no reservatório de Nova Ponte. Todavia, a legislação atinge também aqueles que ainda residem nas margens da represa

¹⁵¹ Entrevista realizada com ex-secretário de meio ambiente do município de Patrocínio-MG.

e que historicamente pescavam no rio e na represa com os apetrechos que hoje encontram-se proibidos.

Desta forma, a população local, que recorria ao rio e represa para obterem parte dos bens alimentares com a pesca, atualmente enfrentam um empecilho legal que cerceia esta prática cultural historicamente constituída no cotidiano de parte destes moradores.

O sítio eletrônico da 5^a Companhia Independente de Meio Ambiente e Transito da Polícia Militar do município de Araxá-MG, informa que diversas fiscalizações são realizadas ao longo de todo o ano no lago da UHE de Nova Ponte com o intuito de identificar e localizar as irregularidades praticadas no interior e entorno do lago, dentre elas, a pesca considerada predatória, conforme informação abaixo:

Foi desencadeada pela 5^a Cia PM Ind MAT no período de 04 a 07 de novembro de 2009 a Operação denominada “Setorial de Pesca Nova Ponte II” que teve como objetivo intensificar a Fiscalização no período da Piracema 2009/2010, bem como informar aos pescadores as diretrizes do Estado para o período de defeso (01/11/2009 a 28/02/2010), visando prevenir possíveis irregularidades cometidas por pescadores, bem como reprimir infrações e crimes ambientais ligados a pesca.

A operação foi realizada através de fiscalizações embarcadas e terrestres no lago da UHE de Nova Ponte, Rio Quebra Anzol e Araguari e seus afluentes, além de fiscalizações em estradas vicinais e em pontos de pesca.

A operação contou com a participação de 12 policiais militares de Meio Ambiente pertencentes a 5^a Cia PM Ind MAT e 01 técnico do Instituto Estadual de Florestas-IEF.

As principais irregularidades encontradas foram a pesca em local proibido (a pesca está proibida no rio quebra anzol e todos os seus afluentes), pindas e redes armadas (pesca com pindas e redes é proibida no reservatório da UHE de Nova Ponte e no rio quebra anzol, mesmo fora do período da piracema).

As fiscalizações continuam de forma preventiva durante todo o período da piracema (em todo o Estado), sendo realizadas também fiscalizações em rodovias e em comércios de pescado, bares e similares.¹⁵²

O resultado dessas ações realizadas pela polícia, revela que, embora a legislação proíba a utilização de inúmeros apetrechos de pesca, o emprego de

¹⁵² Notícia veiculada no sítio oficial da 5^a Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) de Araxá. Fonte: <http://5ciaindmat.blogspot.com/2009/10/operacao-de-pesca-em-nova-pontemg.html> Acesso em 20 de Outubro de 2010.

redes, espinheis continuam sendo utilizados para a captura dos peixes no lago de Nova Ponte. Isto decorre, a nosso ver, de uma prática social historicamente constituída na bacia do rio Araguari e que foi transmitida e herdada por aqueles que, embora confrontando a legislação, encontram na pesca uma forma alternativa de alimento.

Destas ações realizadas pela 5^a Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) de Araxá, destacamos o resultado de apenas duas ações realizadas no ano de 2009, conforme quadro abaixo:

Apreensões de apetrechos de pesca no lago de Nova Ponte no de 2009	
Pescadores amadores fiscalizados	453
Pescadores profissionais fiscalizados	05
Embarcações fiscalizadas	54
Veículos Fiscalizados	148
Ranchos e acampamentos vistoriados	65
Números de estabelecimentos notificados	90
Pescado apreendido	09 Kg
Apetrechos apreendidos (Molinetes, Carretilhas, Caniços)	50
Pindas apreendidas	82
Espinheis apreendidos	07
João bobo apreendidos	06
Arpão apreendido	01
Redes apreendidas (metro linear)	1.236 metros
Boletins de Ocorrências registrados	93

Quadro 04: Apreensões de apetrechos de pesca no lago de Nova Ponte

Fonte: 5^a Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) de Araxá.

Conforme revela o quadro acima, as irregularidades existente no lago de Nova Ponte praticada por pescadores dizem respeito à utilização de apetrechos proibidos, como por exemplo a utilização de redes, espinheis, João bobo, arpões. Estas ações fiscalizadoras resultaram na apreensão de inúmeros apetrechos de pesca, além disso, foram lavrados quase cem boletins de

ocorrências que resultaram em multas para diversos pescadores flagrados pescando irregularmente na represa de Nova Ponte e no rio Quebra-Anzol.

Em trabalhos de campos realizados no entorno do lago de Nova Ponte, podemos constatar que a utilização de redes de pesca ainda constitui uma prática comum no lago.



FOTO 51: Rede de pesca encontrada as margens do lago de Nova Ponte, provavelmente abandonada, com peixe emalhado e apodrecido.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.



FOTO 52: Redes de emalhar capturadas por pescadores esportistas no Campeonato de pesca realizado em 2010 no município de Nova Ponte-MG.
Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.

Para o representante do IBAMA, sediado no município de Uberlândia, este tipo de conduta é recorrente em toda bacia do rio Araguari, pois é comum encontrar pescadores que:

não respeitam a sinalização verde, vão pra essas áreas usando apetrechos de profissionais, que são redes, tarrafas, varas de molinetes, e outros tipos de usos irregulares. Então eles sofrem a apreensão dos animais, a multa. Tem muita fiscalização nessas áreas¹⁵³.

As irregularidades praticadas por pescadores, desta forma, também ocorrem nas hidrelétricas Capim Branco I e II. Na área onde foram edificadas estas represas, foi criada também uma legislação específica para ordenar as

¹⁵³ Entrevista realizada com funcionário do IBAMA sediado no município de Uberlândia-MG.

condutas dos pescadores. Assim, logo depois da formação do lago da UHE Capim Branco I, o IEF promulgou no dia 30/12/2005 a Portaria nº 261, que proibiu a pesca no rio Araguari por tempo indeterminado, entre o trecho que vai desde a barragem de Miranda até foz do rio Araguari, localizada na margem esquerda do rio Paranaíba, no remanso formado pela UHE de Furnas, Itumbiara-GO.

A justificativa em proibir a pesca neste trecho da bacia do rio Araguari, teve como princípio e objetivo, preservar, proteger e evitar a captura de grandes cardumes de peixes que ficam vulneráveis com a transformação repentina de um ambiente lótico em lêntico, além disso, outro argumento utilizado para a interdição da pesca na área foi a presença de espécies raras e em extinção, tais como Dourado, Pintando, Jaús e Corimbas ainda existente neste trecho do rio. Desta forma, a Portaria nº 261 possui o seguinte conteúdo:

Art. 1º Proibir a pesca, em qualquer categoria, exceto a pesca científica e de subsistência, nos reservatórios formados ou em formação, das UHE's Capim Branco I e II no rio Araguari, compreendido desde a montante, no barramento da UHE Capim Branco II, até a jusante da UHE de Miranda, trecho de divisa de municípios de Uberlândia e Araguari, todos no Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único: Entende-se por pesca de subsistência, a pesca praticada por pessoas carentes, nas imediações de suas residências, em ambientes de domínio público, com a utilização de anzol, chumbada, linha e caniço, destinando-se ao sustento da família, normatizada pelo órgão competente.

Ar 2º Aos infratores desta Portaria serão aplicadas as penalidades previstas no ordenamento jurídico brasileiro.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Permitindo a pesca somente para subsistência e científica, esta portaria ao ser publicada em 30 de Dezembro de 2005, impediu a prática de todas as demais modalidades de pesca nestes reservatórios por um tempo indeterminado. A liberação da pesca somente ocorreu após cinco anos de proibição, com a publicação da Portaria nº. 40, em 12 de Março de 2010.

Embora proibida neste período, a pesca foi uma atividade muito praticada nestes lagos, conforme demonstra notícia veiculada no jornal Correio

de Uberlândia em 21 de maio do ano de 2008, com o título “Proibição da pesca não é respeitada: Portaria do IEF visa proteger fauna aquática após construção de usina¹⁵⁴”. Esta matéria jornalística relata que:

os pescadores teimam em não cumprir a Portaria nº 261 do IEF, que vigora desde dezembro. Até agora já foram autuadas 76 pessoas pela 32ª Companhia de Meio Ambiente da Polícia Ambiental de Uberlândia. O valor das multas aplicadas foi de R\$ 21.309, foram recolhidos 180 quilos de pescados e dezenas de apetrechos de pesca - entre redes, tarrafas e caniços com molinetes - foram confiscados.

Nesta mesma matéria, um funcionário do IEF responsável pela setor de pesca deste órgão estadual, relata ainda outros problemas relacionados à pesca profissional no lago:

a facilidade (de captura dos peixes) atraiu pescadores até de outros Estados, entre eles, profissionais que montaram acampamentos à beira da Capim Branco I em busca de peixes que migram na piracema, como piaparas, piaus de três listras, dourados e mandis, e que tiveram o período de reprodução afetado pelo aumento do nível do lago, que atingiu a sua capacidade total no início do ano (de 2006).

No ano de 2009, solicitamos à 9ª Companhia do meio ambiente e transito da polícia militar de Uberlândia, responsável pela fiscalização da área, os dados referentes às autuações ocorridas na área no período de proibição da pesca, a partir da vigoração da Portaria do IEF nº261. Foram disponibilizados pela 9ª Cia da Policia Militar, apenas os dados referentes ao ano de 2007 e 2008, excluindo assim a análise do primeiro ano de proibição referente à 2006. Os dados disponibilizados em relação a pesca encontram-se nas tabelas a seguir e trazem as autuações ocorridas na área de influência das UHE's Capim Branco I e II.

¹⁵⁴ Fonte: Jornal Correio de Uberlândia. Disponível em: http://www.correiouberlandia.com.br/texto/2006/03/31/17214/proibicao_de_pesca_nao_e_respeitada.html

Tabela 02 - Autuações na UHE Amador Aguiar I entre 2007 e 2008

Local	Ano	Quantidade de Autuações	Tipo de Infração	Município
Amador Aguiar I	2007	19	Pesca Amadora	Uberlândia
	2008	26	Pesca amadora	Uberlândia
Trecho de Vazão Reduzida	2007	08	Pesca Amadora	Uberlândia
	2008	06	Pesca Amadora	Uberlândia
Estrada de Acesso à Amador Aguiar I	2007	03	Pesca Amadora	Uberlândia/Araguari
	2008	02	Pesca Amadora	Uberlândia
Total		64		

Fonte: 9ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito.
Org. BRACONARO, Fernando, 2008.

Tabela 03 - Autuações na UHE Amador Aguiar II entre 2007 e 2008

Local	Ano	Quantidade de Autuações	Tipo de Infração	Município
Amador Aguiar II	2007	36	Pesca Amadora	Uberlândia/Araguari
	2008	62	Pesca amadora	Uberlândia/Araguari
Estrada de Acesso à Amador Aguiar II	2007	11	Pesca Amadora	Uberlândia
	2008	07	Pesca Amadora	Uberlândia
Total		116		

Fonte: 9ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito.
Org. BRACONARO, Fernando, 2008.

A análise da tabela apresentada acima, baseada nos dados fornecidos pela 9ª Cia Independente de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar de Uberlândia-MG, assegura que a pesca continuou a ser praticada nos lagos, mesmo com a proibição. Esta atividade teve maior repressão no lago da UHE Capim Branco II, onde foram efetuadas 116 autuações neste período e 64 na área de influência da Capim Branco I. Estes dados não constam a quantidade de peixes capturados nem os apetrechos utilizados.

Embora tenha ocorrido uma fiscalização e repressão à pesca nesta área, isto não foi suficiente para afastar os pescadores destes lagos. Certamente, um dos principais fatores deriva da poucas operações de repressão realizadas nos lagos e à falta de condições de trabalho da polícia Militar e do IEF, que utilizam muitas vezes equipamentos precários ou mesmo baixo contingente de policiais para realizarem as ações.

Outro fator que dificulta as autuações é o fácil acesso as margens do lago, o que por sua vez facilita a fuga dos pescadores quando estes visualizam a fiscalização, que na maioria das vezes, ocorre somente com a utilização de embarcações.

Na foto abaixo, registrada no ano de 2008, quando ainda a portaria nº 261 estava em vigor, e portanto, a pesca amadora encontrava-se proibida, é possível perceber a presença de duas embarcações na represa e um tablado, indicando o enfrentamento da legislação e confirmando que a pesca foi uma atividade praticada no lago de forma ilegal.



FOTO 53: Barco, tablado e pescadores no lago da UHE Amador Aguiar I no período de proibição da pesca no lago.

Autor: BRACONARO, F. 2008.

Como dito anteriormente, a pesca só foi liberada em Março de 2010 com a Portaria nº. 40. Esta legislação é específica para as hidrelétricas Capim Branco I e II, e possui o seguinte conteúdo:

Art. 1º - Estabelecer normas de pesca nos reservatórios das UHE's Amador Aguiar I (Capim Branco I) e Amador Aguiar II (Capim Branco II), no Estado de Minas Gerais.

Art. 2. Proibir, nos reservatórios das UHE's Amador Aguiar I (Capim Branco I) e Amador Aguiar II (Capim Branco II), para a pesca profissional (artesanal) e amadora:

I - o uso dos seguintes petrechos, aparelhos e métodos de pesca:
a) redes e tarrafas, de qualquer natureza; b) espinhel; fispas, joão bobo, galão, cavalinho, anzol de galho, pesca de lambada e pinda; c) armadilhas tipo jequis ou covo, cercada ou quaisquer aparelhos fixos com a função de veda; d) arbalete ou espingarda de mergulho, zagaia, arpão ou outro material contundente perfurante metálicos ou não; e) outros petrechos, aparelhos e métodos que causem mutilação ou comprometam a integridade da fauna aquática; f) Utilização de produtos de origem animal "in natura", quais sejam derivados do

abate de aves, suínos e bonivos, como: sangue, vísceras e crânios, com função de atrativo de cardumes, conhecidos como cevas;

II - nos seguintes locais:

a) em lagoas marginais; b) a menos de 200m (duzentos metros) a montante e a jusante de cachoeiras e corredeiras; c) a menos de 500m (quinhentos metros) de saídas de efluentes, confluências e desembocaduras de rios, lagoas, lagos e reservatórios; d) a menos de 1.000m (mil metros) a montante e a jusante de barragens de empreendimentos hidrelétricos; e) no trecho localizado dentro do Parque Estadual Pau Furado, desde a jusante da UHE Amador Aguiar I (Capim Branco I), percorrendo toda extensão do trecho de vazão reduzida (TVR) até a coordenada UTM 22k 797068m Leste e 7920388 m Sul, com demarcação no local.

Art. 3.. Proibir o pescador profissional (artesanal) e amador de armazenar e transportar peixes sem cabeça ou em forma de postas ou filés.

Art. 4. Permitir nos reservatórios das UHE's Amador Aguiar I (Capim Branco I) e Amador Aguiar II (Capim Branco II), para pesca profissional (artesanal) e amadora, o uso dos seguintes aparelhos e métodos de pesca:

I - a utilização de linha de mão, puçá, anzóis simples, chumbadas, encastol, viveiros para peixe, o uso de iscas naturais permitidas e iscas artificiais. O uso de anzóis múltiplos somente será permitido quando acoplados a iscas artificiais.

Art. 5. Permitir nos reservatórios das UHE's Amador Aguiar I (Capim Branco I) e Amador Aguiar II (Capim Branco II) a cota para captura, guarda, porte e transporte de 03 (três) exemplares de peixes para o pescador amador, desde que a soma do peso dos exemplares não ultrapassem a cota nacional, e 10 (dez) exemplares de peixes para o pescador profissional (artesanal), para peixes nativos ou não da bacia hidrográfica do rio Araguari, por ato de pesca, e ambas categorias devidamente licenciadas, respeitando os tamanhos mínimos e máximos estabelecidos em normas federais e estaduais para os peixes nativos, não existindo tamanho mínimo para captura, guarda, porte e transporte de peixe não nativo (exótico, alóctone ou híbrido), devendo ser respeitado apenas o limite de captura por exemplares. Espécies nativas utilizadas para iscas, tais como lambaris e turviras (sarapós), somente poderão ultrapassar a cota estabelecida no caput deste artigo, desde que oriundos de criações, acompanhados de nota fiscal ou comprovante de origem de produtor.

Art. 6. São considerados de uso proibido aparelhos, petrechos e métodos não mencionados nesta Portaria.

Art. 7º Os materiais de pesca apreendidos em decorrência do não cumprimento das normas estabelecidas nesta Portaria não serão restituídos cabendo o órgão competente promover sua destinação legal.

Art 8. Ficam excluídas das proibições previstas nesta Portaria a pesca de caráter científico, de controle ou manejo de espécies, e de subsistência, prévia e devidamente autorizadas ou licenciadas pelo IEF ou IBAMA.

Art. 9. Aos infratores da presente Portaria serão aplicadas as penalidades e sanções previstas na Legislação vigente.

Art. 10º Esta portaria entra em vigor a partir da data de 20 de março de 2010.

Art. 11º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a portaria IEF nº 261 de 30 de dezembro de 2005.

Belo Horizonte, aos 12 de março de 2010; 221º da Inconfidência Mineira e 187º da Independência do Brasil.

Como demonstra o segundo artigo desta legislação, a pesca mesmo depois de liberada, possui muitas restrições em relação aos apetrechos permitidos, vetando a utilização de redes, tarrafas, pindas, espinheis, assim como proíbe a utilização de cevas que servem de atrativos para os peixes e facilitam a captura. Embora a legislação não coíba a pesca profissional, a proibição destes apetrechos, somada a cota de apenas dez exemplares de peixes por dia, conforme artigo 5º da portaria, desestimula a prática desta atividade nos reservatórios.

A pesca amadora, atividade de caráter lúdico e sem fim comercial, também sofre muitas restrições, sendo a cota de captura de apenas três exemplares de peixes por pescador, uma das mais restritivas existentes na bacia do rio Araguari. Esta norma inclui qualquer espécie de peixe, tanto nativas quanto exóticas, e quando cumprida, obriga os pescadores a devolverem o excedente de pescado.

Mas, pelo que vivenciamos e percebemos nos trabalhos de campo realizados na bacia do rio Araguari, e com os diálogos e entrevistas estabelecidos com diversos pescadores, os apetrechos, cotas e período de Piracema, não são respeitados por todos. É comum ouvir dos pescadores relatos de captura de dezenas ou centenas de espécies de peixes, ou até mesmo relatos de utilização de redes e capturas de dezenas de quilo de peixes num final de semana de pescaria.

Segundo diálogo estabelecido com um representante do IEF, responsável pelo ordenamento pesqueiro e fiscalização da pesca na bacia do rio Araguari, a legislação é amplamente desrespeitada, principalmente nos lagos das usinas capim Branco I e II que permite a captura de apenas três exemplares de peixes por pescador. Segundo informação relatada, a aplicação de multas e apreensão de equipamentos e peixes nestes lagos é constante e corriqueira em todas as operações realizadas nesta área.

Uma reportagem noticiada no jornal Tudo Já, com circulação municipal de Uberlândia, vai ao encontro do relato emitido pelo representante do IEF, e revela que em 1º de Março de 2011, treze pescadores foram presos e

autuados em Araguari por pescarem no período de Piracema. Esta notícia revela um balanço das fiscalizações realizadas no município de Araguari:

O 4º pelotão de Meio Ambiente de Araguari fez ontem um balanço da operação Piracema nos rios, represas e rodovias da região, desde o início do período de procriação dos peixes, em 18 de outubro de 2010.

O período terminou ontem e segundo a Polícia de Meio Ambiente, foram realizadas 251 patrulhas terrestres e 66 aquáticas. Os policiais apreenderam quase 5 toneladas de peixe nos quatro meses de operação. Foram apreendidas 13 tarrafas, 120 redes, 12 espinheis e 94 molinetes.

Os 108 autos de infração lavrados no período resultaram em multas de R\$ 57,9 mil. Foram 521 pescadores abordados e 59 profissionais. A polícia de Meio Ambiente apreendeu também três armas de fogo e prendeu 13 pessoas que insistiam em pescar. Apesar de os números serem muitos, houve redução da criminalidade, segundo o cabo Silvino, da assessoria de comunicação do pelotão. Isso se deve, segundo ele, a intensificação do policiamento nos pontos de maior incidência de pesca.

A quantidade de pescado apreendido aumentou em relação à operação Piracema do ano passado porque, segundo a PM, houve mais fiscalização nos criatórios de peixes exóticos, tais como carpas e tilápias¹⁵⁵.

Como revela a notícia, as fiscalizações foram realizadas pela polícia militar do município de Araguari, portanto, devemos ressaltar que nem todas as apreensões realizadas ocorreram na bacia do rio Araguari, pois este município é banhado também pelas águas do rio Paranaíba. Porém, a matéria revela que a utilização e desrespeito às normas que regem a pesca são desconsideradas por diversos pescadores em lugares distintos.

Em trabalho de campo realizado no entorno do lago de Capim Branco II, podemos conversar com um proprietário de uma casa de 2ª residência que, ao visitar a parte de sua propriedade banhada pelo lago, deparou-se com uma pequena rede, que foi recolhida por ele, conforme foto abaixo.

¹⁵⁵ Fonte: Jornal Tudo Já. 1º de Março de 2011.



FOTO 54: Rede recolhida no lago de Capim Branco II às margens de rancho de 2ª Residência.
Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.

Este tipo de conflito não se refere apenas ao enfrentamento às normas e ordenamentos referentes à pesca. Acreditamos que a essência deste conflito está fundado no encontro de modos de vida diferentes que valorizam a pesca distintamente, atribuído valores e significados divergentes à atividade.

Diegues (1993) ao analisar a criação de parques para a preservação da natureza, demonstra que mais do que uma delimitação de área ou espaço físico, existe uma concepção própria de relação homem-natureza, revelando um conflito entre modos de vida e significados de natureza distintos, sendo um urbano-industrial e outro rural-tradicional. Desta forma, a concepção de preservação da natureza embutida na delimitação dos parques, contem traços de um modo de vida urbano-industrial que desconsidera o modo de vida de outras populações e a capacidade de preservação e conservação do ambiente mesmo promovendo modificações na natureza.

Por isso, Diegues (1993) afirma que além de uma simples demarcação de áreas, a criação de parques abrange um modo de vida urbano que envolve uma relação entre homem-natureza, cuja finalidade é preservar elementos ecológicos dos ecossistemas, além de criar áreas para usufruto de atividades como lazer, turismo e contemplação do mundo natural pela população urbana (Diegues, 1993)

Em relação à pesca, percebemos que a existência de modos de vida diferentes implica em maneiras diferentes de valorizar e atribuir significados à esta atividade, o que por sua vez, implica modos distintos de usar o tempo e o espaço. Desta forma, percebemos que, por de traz destas legislações existentes na bacia do rio Araguari, além do desejo de ordenar a pesca, existe também o desejo de preservar também uma prática cultural moderna, claramente atrelada ao modo de vida urbano, que valoriza a pesca com atividade lúdica, e que, mesmo não proibindo a morte dos peixes, vai dificultando esta prática, e cerceando a população e pescadores que obtinham com a pesca, uma fonte de renda ou forma alternativa de alimento.

Desta forma, entendemos que o Estado ao institucionalizar regras para a pesca, mais do que permissões e proibições, vai invadindo o cotidiano e moldando práticas e alterando hábitos. Diante disso, concordamos com Seabra (1996, p. 79) quando esta afirma que “o conflito pelo uso do espaço estaria revelando a essência do processo social”.

Para esta autora, ao delimitar e normatizar o uso do espaço, o Estado concebe-o como estratégia de dominação e gestão da sociedade, pois:

Ele articula, organiza, justifica, trata de ter precedência e, em nome de uma suposta cidadania, encaminha os embates sem ter nenhuma solução; encaminha sempre instituindo, em que pese a história já registrar a metamorfose do usuário em usador, aquele que usa sem mediação. Arranca o uso. Nesse duro embate entre propriedade, representada pelo Estado, e apropriação, já se recusa o caminho do institucional, até porque o uso pode, no limite, ter se tornado vital (SEABRA, 1996, p. 78).

Compreendemos então que o enfrentamento à legislação é na verdade, uma insurreição de usos do espaço por práticas referenciadas e atreladas a um

modo de vida historicamente constituído na bacia do rio Araguari. Desta forma, o conflito existente na pesca revela as particularidades deste espaço, que em decorrência das transformações sócio-espaciais transformou determinados hábitos, estratégias e necessidades da população local em fragmentos culturais.

4.2 Impactos e transformações espaciais dos condomínios de segunda residência e tablados na bacia do rio Araguari.

A presença de residências com características e dimensões urbanas no espaço rural é uma realidade em muitos municípios brasileiros, e está associada à consolidação do processo urbano-industrial. Para Becker (1995) a procura por espaços de lazer no rural ocorreu em função das transformações sócio-espaciais iniciadas na década de 1950, como explica a autora:

No Brasil, o aparecimento do fenômeno da segunda residência dá-se na década de 1950, sob a égide do 'nacional-desenvolvimentismo' que foi responsável pela implantação da indústria automobilística, pela ascensão do rodoviário como matriz principal dos transportes e pela emergência de novos estratos sociais médios e urbanos que, aos poucos, começariam a incorporar entre os seus valores sócio-culturais a ideologia do turismo e do lazer. (BECHER. p 10)

Para Becker (1995) a recém criada indústria automobilística instalada no país nesta época, associada à facilidade de deslocamento promovido pelas estradas de rodagem, assim como, o status e simbolismo criados por uma parcela privilegiada da população que dispunha de tempo livre para viajar, correspondem às condições iniciais para que este fenômeno se concretiza-se no país.

Cabe ressaltar que, estas residências secundárias relatadas por Becker (1995) inicialmente foram edificadas nos municípios litorâneos localizados

próximos aos grandes centros desta época, notadamente a cidade de São Paulo.

Silva, Vilarinho e Dale (1998) relatam que este fenômeno não ocorre somente nas áreas litorâneas, mas sim, nos locais afastados das cidades, geralmente situadas nas adjacências dos “grandes centros urbanos, na orla marítima ainda não densamente povoada ou em áreas próximas a rios, lagos, represas ou reservas florestais, e com fácil acesso através das principais rodovias asfaltadas do país” (SILVA, VILARINHO & DALE, 1998, p. 135-136). Ainda para estes autores:

é difícil quantificar a proliferação dos sítios de recreio, ou simplesmente chácaras, como são chamadas no interior do estado de São Paulo. [...] São pequenas áreas de terra destinadas ao lazer de famílias de classe média urbana, geralmente inferiores a 2 hectares (que é o menor módulo rural)

Estes autores revelam que a edificação de residências secundárias localizadas no espaço rural, possuem pequenas dimensões e estão associadas à algum atrativo natural, tais como lagos, rios, florestas, e represas. Desta forma, entendemos que, segunda residência ou residência secundária, refere-se às habitações particulares existentes no espaço rural, com dimensões semelhantes aquelas encontradas no espaço urbano, que são utilizadas temporariamente, cujas atividades desenvolvidas nestes locais estão inseridas no tempo livre do cotidiano de seus proprietários, sendo que estas pessoas possuem outros domicílios, de caráter permanente, em outras localidades.

Como uma prática recorrente, nas mais diversas regiões e municípios brasileiros banhados por rios e lagos artificiais existem edificações secundárias e ou condomínios¹⁵⁶ destinados ao consumo do tempo livre da população urbana. Felipe (2004) ilustra bem esse processo, ao revelar que no município goiano de Três Ranchos, logo após a construção da UHE de Emborcação, e a consequente formação de um ambiente lacustre, que possibilitou o

¹⁵⁶ Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), condomínio é definido como um “Imóvel rural cujo domínio pertence a mais de uma pessoa, constando do título de propriedade a parte ideal de cada uma. Esta parte pode ser dada em termos de área, de percentagem ou ainda, em termos de fração”. (INCRA, 2010, P. 60)

aproveitamento da paisagem para o desenvolvimento de práticas de lazer, entre eles a pesca e esportes náuticos. O território deste município foi intensamente reconfigurado, pelos condomínios construídos no entorno do reservatório. Para esta autora estas edificações contaram com o incentivo e conveniência do poder público, permitindo que se construísse nas Áreas de Preservação Permanente.

Na região do Triângulo Mineiro, Cardoso (1999) ao estudar o Novo Rural nesta região, identificou diversos condomínios urbanos localizados no entorno de diversos reservatórios, sendo estas edificações pertencentes a distintas classes sociais. Desta forma, encontram-se residências luxuosas contrastando com residências simples ou inacabadas.

Estas características arquitetônicas também são encontradas nas residências e condomínios edificados no entorno dos lagos existentes ao longo de toda bacia do rio Araguari. Cabe ressaltar ainda que, embora muitas residências tenham sido construídas após a formação desses lagos, alguns condomínios já existiam em fase anterior à construção das hidrelétricas.



FOTO 55: Condomínio localizado no município de Uberlândia, às margens do rio Araguari, que foi totalmente inundado pela construção da Hidrelétrica Capim Branco II no ano de 2006. Autor: ANDRADE, R. B. 2005.

Cardoso (1999) chama a atenção para o fato de nem todas as residências e condomínios existentes no espaço rural, constituem realmente uma segunda moradia. Para Ortega (2001) uma das possíveis causas da transformação destas residências secundárias em primeira moradia refere-se à baixa procura “num primeiro momento, talvez em virtude de que aqueles que possuem maior poder aquisitivo e desejam uma segunda residência no campo, já possuam terra” (ORTEGA, 2001, p. 98). Outra possibilidade foi a fuga dos custos de moradia encontrado no espaço urbano.

Ao visitarmos alguns condomínios no lago de Nova Ponte, constatamos também que algumas residências constituíam moradia fixa, e foram transformada em primeira residência. Percebemos que os moradores que se estabelecem nestes locais, geralmente são pessoas já aposentadas ou que empreenderam algum tipo de comércio no interior dos condomínios, como já demonstramos no terceiro capítulo.

Para Cardoso (1999) estes comércios ocorrem devido à distância dos centros urbanos e comercializam produtos de primeira necessidade e bebidas. Destacamos que além desses produtos, há aqueles associados à pesca, tais como iscas, principalmente minhocas, assim como revendem milho, soja, torresmos e farinha de osso utilizado como atrativos dos peixes, popularmente denominado ceva.

Cardoso (1999) ressalta que nestes locais há a criação de novos serviços no rural, principalmente relacionados à construção civil. Destacamos que além da mão de obra empregada na edificação das residências, há aqueles relacionados à pesca, como aluguéis de tablados e barcos. No município de Nova Ponte, num condomínio localizado no rio Araguari próximo ao distrito de Almeida Campos, tivermos a oportunidade de conversar com um morador de uma pequena propriedade rural que nos relatou prestar alguns tipos de serviços para os frequentadores dos condomínios localizados próximo à sua propriedade.

Segundo nos informou, além da venda de doces e galinha caipira revendida aos visitantes dos condomínios, as principais atividades

desenvolvidas nestes locais referem-se aos cuidados despendido com os quintais das residências, tais como limpeza, irrigação e poda das plantas e árvores. Além desses serviços, que representam uma forma alternativa de renda, cuidados com conserto, vigia dos tablados e manutenção das cevas também fazem parte das atividades desenvolvidas por ele.



FOTO 56: Estabelecimento comercial, onde são revendidos alguns alimentos e principalmente bebidas, no interior de condomínio residencial às margens do lago de Nova Ponte, próximo ao distrito de Almeida Campos.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2011.



FOTO 57: Placa afixada em porteira de propriedade rural, informando a comercialização de frango caipira e doces caseiros aos visitantes dos condomínios de segunda residência.
Autor: BRACONARO, Fernando. 2011.

Embora a edificação destes condomínios origine ocupações temporárias e serviços para algumas pessoas, é impossível não notar as irregularidades e impactos decorrentes destas edificações. Para Ortega (2001) diversos loteamentos, invariavelmente irregulares, não possuem saneamento básico, causando sérios problemas ambientais para as represas (Ortega, 2001, p. 98).

Outra irregularidade presente nestas residências refere-se à localização das propriedades, as quais desrespeitam a Área de Preservação Permanente (APP) dos reservatórios. A Área de Preservação Permanente (APP) segundo o Código Florestal Brasileiro¹⁵⁷, considera toda área coberta ou não por vegetação nativa, localizada no entorno dos rios e lagos, cuja função ambiental

¹⁵⁷ Lei nº 4771, de 1965 – Código Florestal, Medida provisória 2166/67 de 2001 e Resolução do CONAMA nº 302 e 303 de 20/03/02.

vincula-se a preservação dos recursos hídricos, da paisagem, da estabilidade e fertilidade do solo, da biodiversidade, além de contribuir para a proteção da fauna e da flora. Segundo o Art. 2º do código florestal, considera-se Área de Preservação Permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

- a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será: 1 - de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; 2 - de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; 3 - de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; 4 - de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; 5 - de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros; b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais; c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura; d) no topo de morros, montes, montanhas e serras; e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45º, equivalente a 100% na linha de maior declive; f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais; h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.

Desta forma, toda área localizada a cem metros do então rio Araguari, constituía sua APP. Com a construção das barragens, esta área passa a ser delimitada a partir do lago formado pelas usinas. Segundo a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) Nº 302, DE 20 DE MARÇO DE 2010, que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno, no Art 3º, define a Área de Preservação Permanente como sendo a área com largura mínima, em projeção horizontal, no entorno dos reservatórios artificiais, medida a partir do nível máximo normal de:

- I - trinta metros para os reservatórios artificiais situados em áreas urbanas consolidadas e cem metros para áreas rurais; II - quinze metros, no mínimo, para os reservatórios artificiais de geração de energia elétrica com até dez hectares, sem prejuízo da compensação ambiental. III - quinze metros, no mínimo, para reservatórios artificiais não utilizados em abastecimento público ou geração de energia elétrica, com até vinte hectares de superfície e localizados em área rural.

Portanto, segundo esta legislação as APP's são consideradas intocáveis e qualquer tipo de intervenção só é possível quando autorizada por órgão competente, cujas finalidades atendam aos interesses público e social¹⁵⁸. Uma reportagem do Jornal Correio de Uberlândia do dia 23 de março de 2006 revela que a edificação de condomínios e casas de segunda residência nas APP's ocorre em muitas localidades:

A água que embeleza a prainha (em Nova Ponte) também inundou algumas residências às margens do lago. De acordo com a CEMIG, responsável pela usina, são todas construções irregulares. A reação dos moradores parece confirmar. Em todas as moradias nas quais a equipe de reportagem conseguiu entrar, ninguém quis conceder entrevista ou deixar fotografar. A maioria delas estava com as porteiras de acesso trancadas ou até mesmo com cerca-elétrica que impedia a entrada de "visitas" não muito desejáveis. Em uma das chácaras, o morador afirmou que a propriedade era regular, mas para, "preservar sua intimidade", não concederia entrevista nem imagens. Apenas um morador afirmou estar em área restrita da CEMIG e por isso não permitiria que fossem feitas imagens nem falaria sobre o assunto.

Em uma chácara, apesar dos enormes portões trancados e mesmo com sinais que indicavam que havia pessoas na propriedade, ninguém atendeu aos insistentes chamados da reportagem. Pelo lado de fora, puderam ser vistas belas construções, equipadas com antena parabólica para recepção de canal de televisão por satélite.

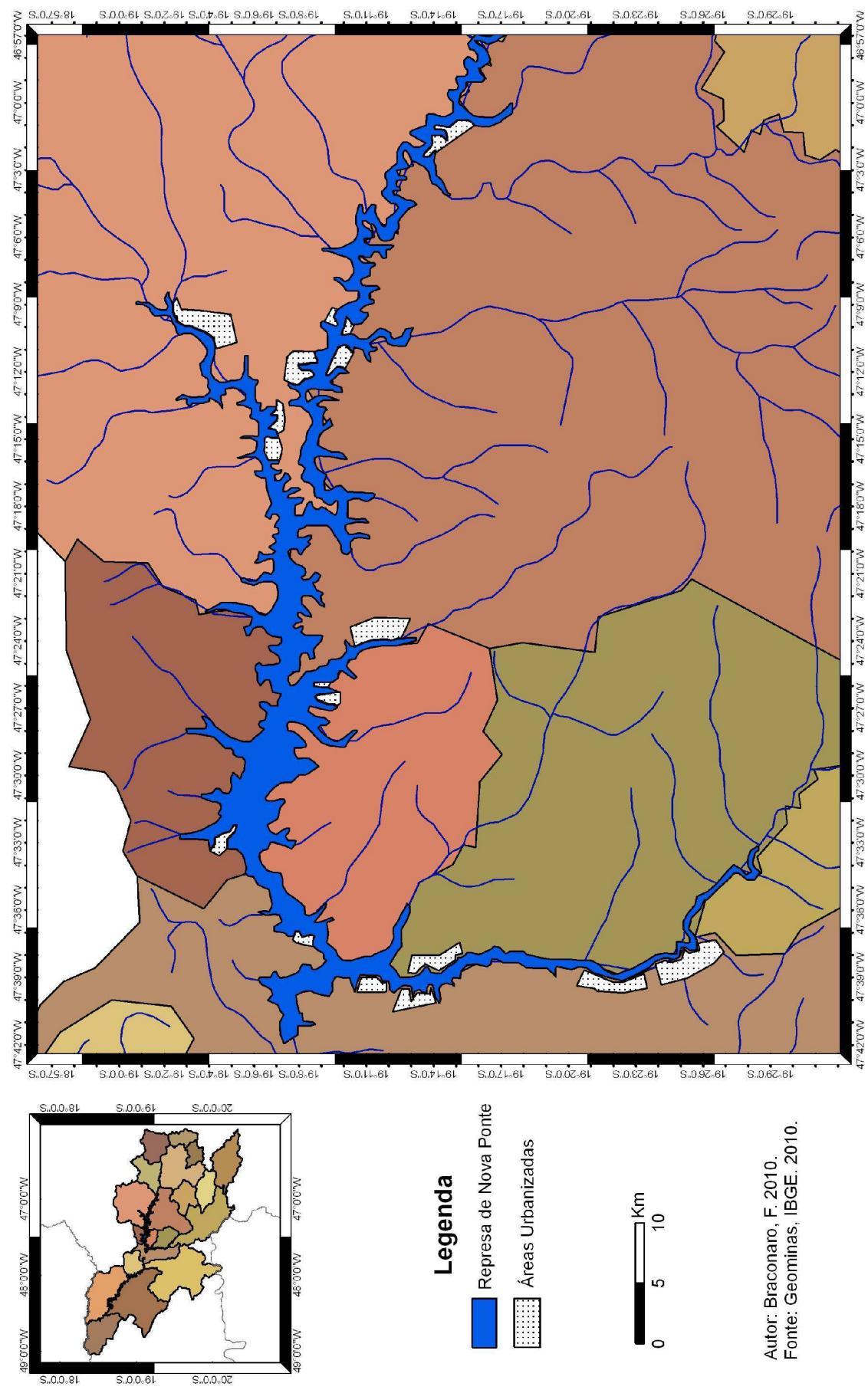
De acordo com a CEMIG, são 330 propriedades em situação irregular e muitas delas já sofrem ações de reintegração de posse. De acordo com Márcio José Peres, gerente das Usinas Oeste da CEMIG e responsável pela hidrelétrica de Nova Ponte, apesar da advertência, muitas pessoas ignoram as normas ambientais e até mesmo de segurança e se arriscam em construções em situações irregulares.

No comando da Polícia Militar de Nova Ponte também não foi registrada, até o início da tarde de sábado, nenhuma ocorrência por dano a propriedade. Isso pode ser um indício de que realmente somente foram atingidas as propriedades que estão em situação irregular.

Como explana a reportagem, as casas localizadas em APP's reúnem uma quantidade expressiva. É preciso ressaltar porém, que logo após a formação do lago da hidrelétrica de Nova Ponte, o reservatório nunca tinha atingido a cota máxima de inundação. Isto ocorreu apenas em uma única oportunidade, no início do ano de 2006, por isso, diversas residências construídas de forma irregular foram inundadas. (MAPA)

¹⁵⁸ Fonte: Lei nº 4771, de 1965 – Código Florestal, Medida provisória 2166/67 de 2001 e Resolução do CONAMA nº 302 e 303 de 20/03/02.

MAPA 05 - LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS URBANIZADAS NO ENTORNO DA UHE NOVA PONTE.



No mapa 05, identificamos vários condomínios de pesca e de lazer. A área mapeada foi visitada nos trabalhos de campo realizados durante a pesquisa. Contudo identificamos outros condomínios com a análise das imagens de satélites e fotografias aéreas disponibilizadas pelo programa Google Earth. Ressaltamos também que, as áreas demarcadas que ilustram a existência de condomínios de segunda residência foram ampliadas para facilitar a localização e visualização neste e nos demais mapas que serão apresentados no decorrer deste trabalho.

No lago de Miranda a presença de condomínios no entorno do reservatório ocorre também ao longo de toda sua extensão. Borges (2006) identificou cinco áreas de intensa ocupação por condomínios no município de Indianópolis. Santos (2004) identificou uma dezena de condomínios residenciais na margem pertencente ao município de Uberlândia.

Para Souza & Silva (2010) a edificação destes condomínios envolve um modo de vida urbano, cujas pessoas são capturadas pelo desejo de fugir do cotidiano, mesmo momentâneo, das cidades. Além disso, a edificação destes condomínios envolve o interesse particular de agentes imobiliários que encontram na revenda de lotes, muitas vezes irregulares, a possibilidade de reproduzir o capital. Assim, as pessoas:

Atraídas pela busca do lazer e pela comercialização da ideia de uma vida 'mais natural', do bucolismo de se viver em contato com os elementos naturais, pela constante promessa de saúde, segurança e bem-estar para as famílias presentes nos anúncios publicitários, diversas pessoas de considerável poder aquisitivo adquirem parcelas dos terrenos disponíveis próximos às represas ou compram uma chácara ou sítio em condomínios previamente construídos, estruturados e equipados pelos agentes imobiliários que atingem, assim, o nível máximo de lucros passíveis de serem obtidos com a venda e revenda dessas áreas. A apropriação destes terrenos com grandes potenciais paisagísticos, por pessoas que anseiam utilizá-los com fins recreativos, cria uma nova forma de uso do solo, criam-se novos territórios baseados em novas perspectivas de vida, implicando em diferentes efeitos ambientais e sociais. (SOUZA & SILVA, p. 12)

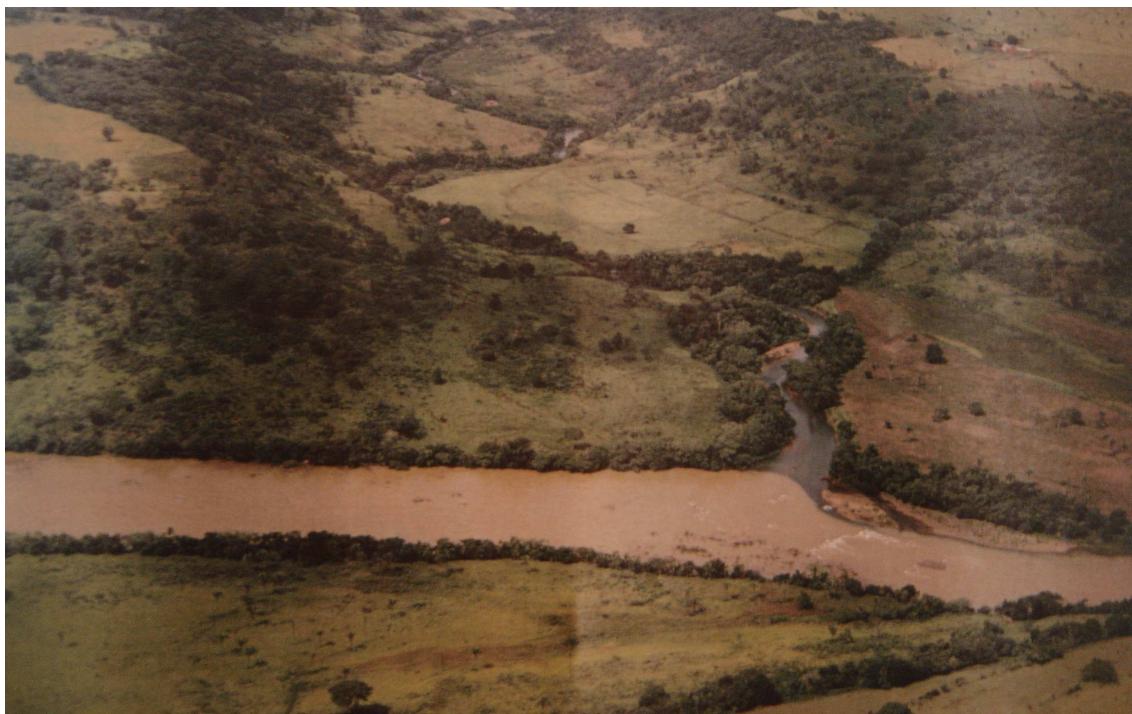


FOTO 58: Encontro do Rio Claro com o rio Araguari. Na foto, da década de 1990, notar a diferença de tonalidade das águas dos rios e áreas de pastagem e agricultáveis nas partes mais planas do relevo.

Fonte: CEMIG, 1996.



FOTO 59: Foz do rio Claro represado pelo lago de Miranda. A formação do lago inundou áreas agricultáveis e de pastagens, e possibilitou novos usos do espaço associado às atividades lúdicas e recreativas, com a edificação de condomínio de segunda residência.

Autor: BRACONARO, Fernando. 2010.

Nas imagens anteriores, percebe-se uma reorganização do espaço em função da formação do reservatório de Miranda. Na primeira imagem, percebe-se que o fundo do vale, com áreas mais férteis e neste caso, menos acidentada, os usos estavam vinculados à produção rural, sendo utilizados como área de pastagens e agricultura.

Com a formação do reservatório, estas áreas foram inundadas, restando às margens do reservatório, uma área íngreme e com remanescente da vegetação de fundo de vale. Estas áreas que naturalmente dificultam a mecanização e a utilização para fins agropecuário, foram valorizadas e reocupadas, neste caso, pela edificação de um condomínio de segunda residência.

Como estas residências invariavelmente encontram-se próximas ao lago, e em vertentes íngremes, a construção das residências promove, mesmo que parcialmente, o desmate da vegetação das encostas. Porém, segundo um representante do IEF, este impacto provocado pelas residências secundárias, pode ser relativizado, pois, em alguns casos, estas edificações são erguidas em áreas degradadas, e quando se destina ao uso recreativo, estas áreas são replantadas com uma variedade de árvores de grande porte e frutíferas, amenizando assim o impacto causado por estas edificações.

Assim como no lago de Nova Ponte, a presença destes condomínios trouxeram alguns impactos e benefícios à população local. Santos (2004), Borges (2006b) e Souza & Silva (2010), relatam problemas relacionados à intervenção em APP's, uso incorreto de fossas, assim como a má destinação dos resíduos gerados nestes condomínios. Borges (2006b, p. 69) ressalta que nas áreas do município de Indianópolis ocupadas por residências:

Não existe um sistema de rede de esgoto sanitário, mas, sim, o uso de fossas negras, e até mesmo de fossas secas, para escoar os resíduos das chácaras, [...] o que leva à ameaça de contaminação dos lençóis freáticos, das águas do lago e, consequentemente, à ameaça da saúde pública.

Santos (2004, p. 115), relata que:

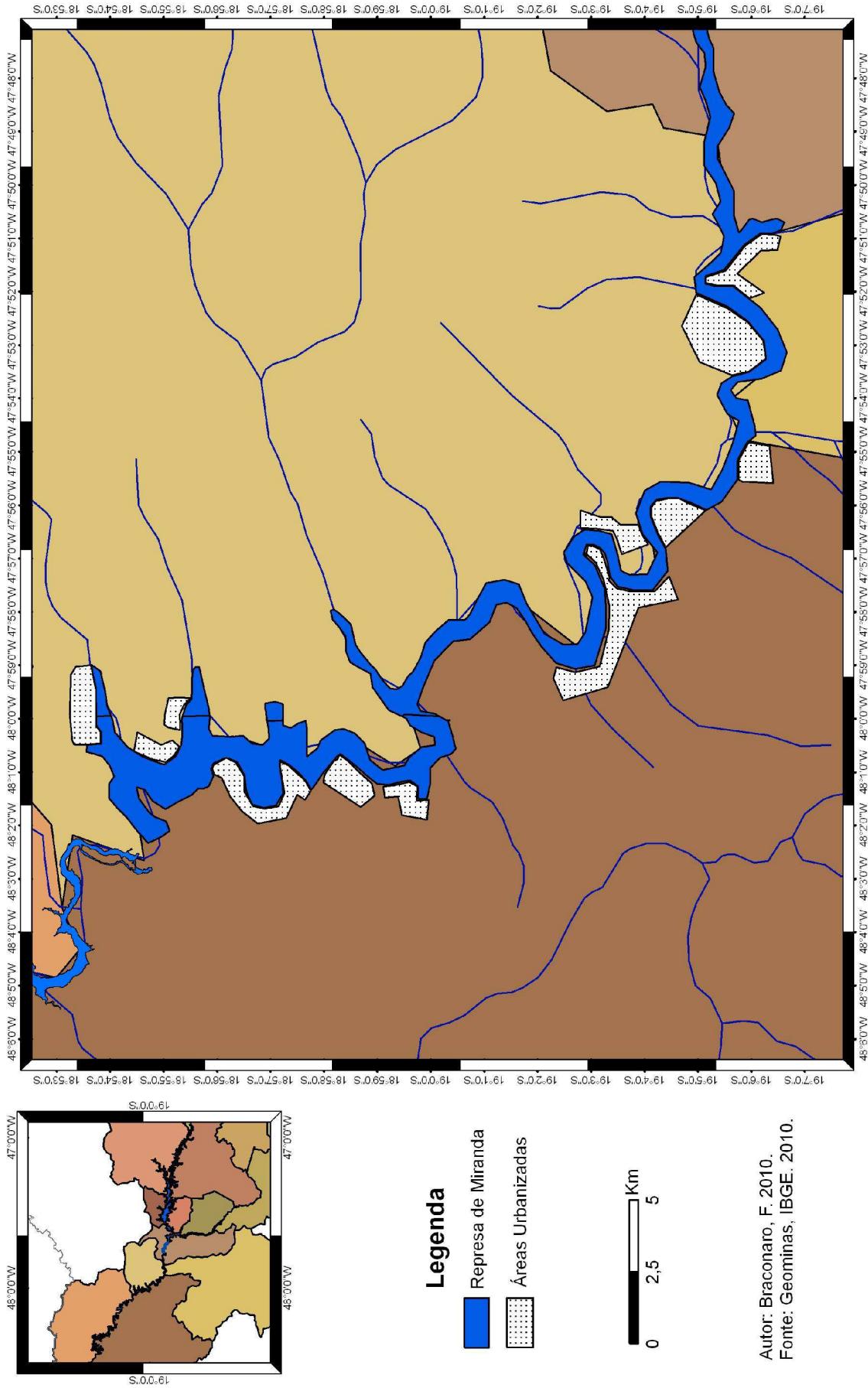
O principal impacto ambiental produzido por esses usuários é a quantidade de lixo que eles deixam nos locais de lazer e diversão. Muitos visitantes não têm a consciência de que quem leva o lixo para esses locais tem que trazê-lo de volta para sua cidade de origem, pois no local não existem sistemas de coleta.

Santos (2004) ressalta que embora estas edificações tenham promovidos alguns impactos ambientais e sociais, a edificação de inúmeros condomínios movimentou a economia dos municípios de Uberlândia e Indianópolis, promovendo oportunidades para a população, principalmente, na área da construção civil. Além da construção civil, Santos (2004) relata que a edificação de clubes, chácaras de lazer, condomínios, hotéis e restaurantes, geraram ocupações para serviços envolvendo atendentes, porteiros, paisagistas, zeladores, garçons, balconistas, cozinheiros e auxiliares de serviços gerais. Santos (2004) expõe ainda a presença de alguns outros serviços que estão atrelados à pesca, tais como, guarda barcos e serviços relacionados à construção e vendas de tablados.

A existência de condomínios residenciais no entorno dos lagos de Capim Branco I e II, possuem as mesmas características apresentadas anteriormente nos lagos de Nova Ponte e Miranda. Destacamos, porém que, devido a proximidade de Uberlândia ao rio Araguari, o maior centro urbano desta bacia, a presença de condomínios já ocorria antes da formação dos lagos destas hidrelétricas. CCBE (2005) relata que:

Nas áreas diretamente afetadas pela formação dos reservatórios dos AHE's Capim Branco I e II já se encontram instalados condomínios que deverão ser inundados totalmente e parcialmente, como Jatobá Barreiro, Valparaiso, Vale do Miranda e parte do Vale das Águas (175 lotes), Rio Bonito I (263 lotes) e Rio Bonito II (237 lotes). Esses condomínios não estão legalizados pelo município de Araguari. O único condomínio que atualmente possui documentação regular, com alvará da Prefeitura Municipal de Araguari é o Condomínio Rio Bonito I. Todos os loteamentos apresentam configurações arquitetônicas similares e bastante rudimentares. Além das atividades de lazer, voltadas à pesca amadora, são também desenvolvidos e praticados a criação de gado leiteiro e cultivo da terra. Estas características do ambiente rural manifestam-se em vários condomínios e, muitas vezes, as chácaras não funcionam apenas como segunda residência, mas como residência fixa e, em alguns casos, como única possibilidade de sustento da família.. (CCBE, 2005, p. 51)

MAPA 06 - LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS URBANIZADAS NO ENTORNO DA UHE MIRANDA.



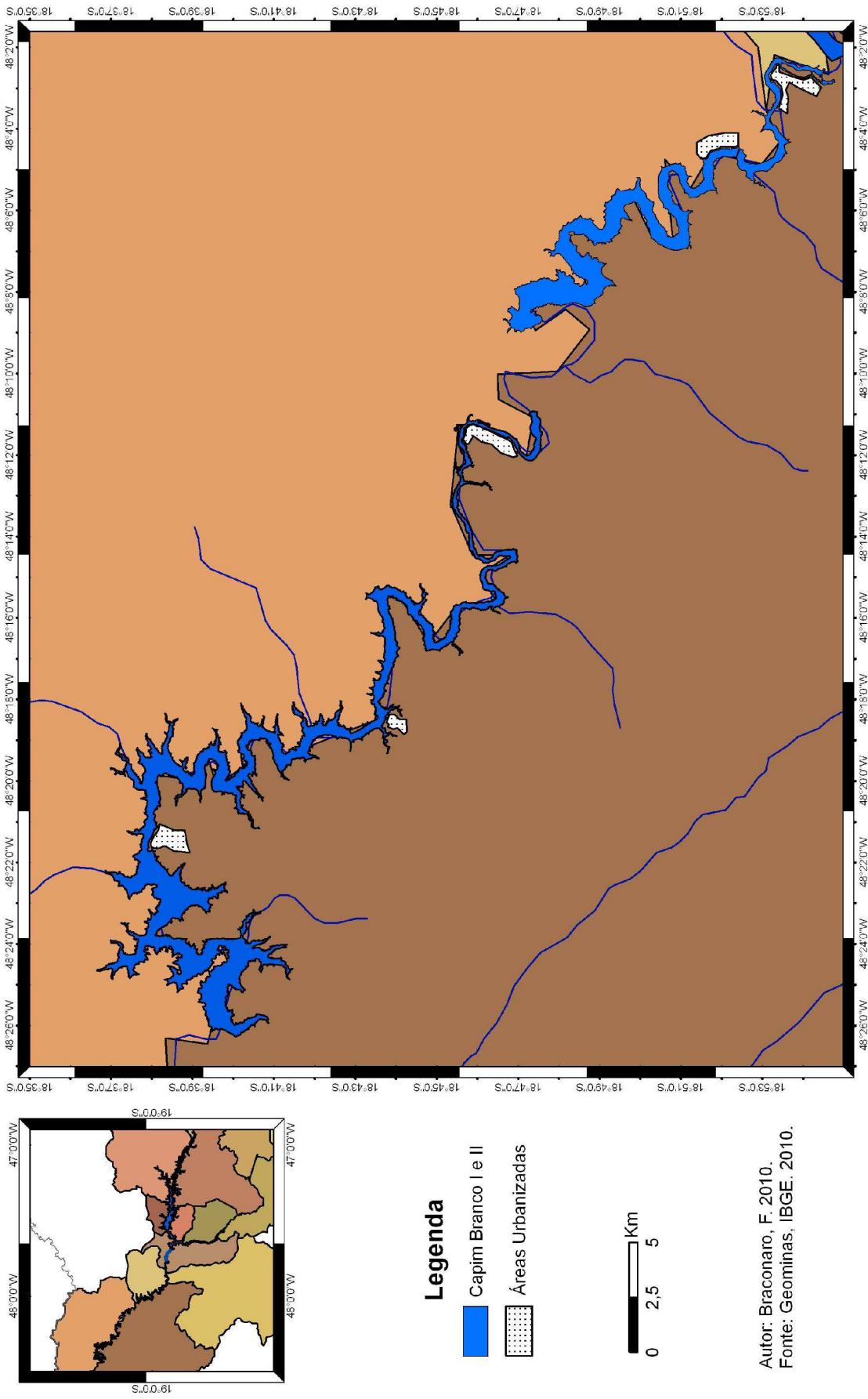
Segundo o plano diretor das AHE's das usinas Capim Branco I e II, CCBÉ (2005) nem todos os condomínios existentes na área alagada pelas hidrelétricas foram atingidos. Portanto, a paisagem atual existente no entorno destes lagos, possuem heranças que envolvem a utilização do espaço pelas práticas recreativas ainda praticadas no rio, mas também é possível identificar novos empreendimentos sendo edificados, e que, também não respeitam os cem metros destinados à Área de Preservação Permanente.

Assim como na fase anterior à formação dos reservatórios, a pesca continua sendo uma das atividades praticadas no interior destes condomínios, onde é possível notar, assim como nos demais reservatórios, a concentração de tablados utilizados na pesca. Nestes tablados, para facilitar a captura dos peixes, geralmente são criadas cevas com restos de alimentos, milho, soja, torresmos, etc.

Para os lagos de Capim Branco I e II, conforme o 2º artigo da legislação apresentada anteriormente, a utilização desta estratégia é proibida nesta área. Esta norma tem por finalidade, dificultar a captura de grandes quantidades de peixes pelos pescadores, além disso, há uma preocupação com a qualidade da água destes reservatórios, pois proíbe-se que diversos dejetos orgânicos sejam submersos nas águas. CECARELLI (2006, p. 18) destaca que:

a utilização indiscriminada dessa técnica pode causar prejuízos ao meio ambiente, tanto pela poluição orgânica das águas, como também por ser um excelente substrato, propício ao crescimento de microorganismos (bactérias, fungos e protozoários). É cientificamente comprovado que estes microorganismos, quando em contato com a boca e as brânquias dos peixes, podem favorecer ao desenvolvimento de enfermidades. Logo, recomenda-se não utilizar para cevas material estragado ou em excesso, preservando assim a saúde do peixe e do meio ambiente.

MAPA 07 - LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS URBANIZADAS NO ENTORNO DAS UHE'S CAPIM BRANCO I E II.



Fato semelhante ocorreu no Estado de Mato Grosso, onde a utilização desta estratégia, foi também proibida por uma legislação local, colocando em risco a atividade turística relacionada à pesca nesta região. Assim, destacamos o conteúdo da reportagem intitulada “Multa por pesca em tablado impõe riscos a atividade turística em MT”, veiculada em 30 de março de 2009¹⁵⁹:

O pescador que for flagrado pescando em tablado ou ceveiros fixos poderá ser multado de R\$ mil a R\$ 100 mil. Essa é uma das alterações na nova lei que dispõe sobre a política de pesca no Estado de Mato Grosso. A proibição atinge, em cheio, a maioria das pousadas localizadas nas margens do rio Paraguai, nas proximidades de Cáceres, onde são instalados pesqueiros em tablados para atrair turistas e frequentadores, além de cevas implantadas por pescadores, ao longo de grande parte das margens do rio. A lei foi sancionada no dia 16 de janeiro, porém, somente, nesta semana entrou em vigor, em razão da liberação da pesca, devido à prorrogação do período da piracema no rio Paraguai e afluentes. [...]. A pesca em tablados e ceveiros fixos está inserida no artigo VI da lei que estabelece como pesca predatória, o uso de armadilha, fisga, redes, tarrafão, covo, pari, jiqui, além de aparelhos elétricos, substâncias tóxicas e explosivos para captura do peixe. [...] Diretor da Unidade Regional da Sema, Luciano Pinto de Arruda, afirma que a maioria dos pescadores, donos de pousadas e propriedades rurais localizadas próximo às margens do rio já foram informados sobre a nova norma e que o órgão estará fiscalizando e punindo quem infringir a lei. “A maioria dos pescadores e proprietários de pousados já foram informados e estão conscientes da proibição. Óbvio que não haverá um fiscal em cada tablado. Mas a fiscalização será feita, normalmente”, adverte acrescentando que “se alguém for flagrado, certamente, será aplicada a lei”. [...] A proibição da pesca em tablado e dos ceveiros fixos divide opiniões. O vendedor ambulante Roger Martins dos Santos, diz que “já era tempo das autoridades tomarem uma atitude como essa. Quem pesca por esporte, em nossa cidade, sabe que já não tem onde ir. As pessoas que fazem as cevas impedem a gente até de aproximar dos barrancos”, afirma. “Essa proibição, principalmente, das cevas veio em boa hora porque a beira do rio parece que foi loteado para os donos das cevas. Resta saber se haverá fiscalização. Caso contrário, de nada vai adiantar”, observa o pedreiro Alcindo Moraes. “Ora se a gente cuida o local, gasta com “trato” para os peixes e não prejudica o meio ambiente, seria justo que pudesse continuar com a ceva”, sugere lembrando que “assim como eu, muita gente, tira o sustento da família com a pesca nas cevas”, assinala a Maria Aparecida da Silva, dona de casa que pesca em uma ceva na localidade da “rocinha”.

¹⁵⁹ Disponível em: http://www.pesca.sp.gov.br/noticia.php?id_not=4269

Na bacia do rio Araguari, a pesca em tablados e a utilização de cevas, como atrativos para peixes, ainda é uma prática comum, e está proibida apenas nos lagos das UHE's Capim Branco I e II. Portanto, como ressaltou Ceccarelli (2006), a prática indiscriminada desta prática pode comprometer a qualidade da água nos locais de grande concentração de tablados e cevas, assim como provocar doenças nos peixes existentes nestes ambientes.

Diante do exposto, entendemos que a pesca praticada na bacia do rio Araguari, envolve modos de vida, valores, significados e práticas sociais que nos remetem a temporalidades. Desta forma, os usos do espaço revelam contradições, embates e conflitos culturais, que se manifestam também pelos confrontamentos em relação às legislações locais criadas para ordenar as diversas maneiras e modalidades de pesca. Assim, como uma atividade transformada no tempo e no espaço, os conflitos revelam as especificidades da pesca nesta bacia hidrográfica.

CONSIDERAÇOES FINAIS

05. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desejo de desenvolver uma pesquisa na bacia do rio Araguari envolvendo a pesca como objeto central de estudo e análise, exigiu, mais do que estabelecer um ponto de partida e chegada, uma metodologia atrelada à procedimentos metodológicos que permitissem desvendar como esta prática socioeconômica e cultural, inserida no cotidiano e no mundo vivido da população rural e urbana se transformou no espaço e no tempo na área de estudo.

Metodologicamente, desde o início da investigação, a compreensão conceitual envolvendo modo de vida, cultura, espaço e tempo foram fundamentais para investigar e reconhecer a dinâmica sempre mutável das práticas sociais, dos valores e simbolismos humanos concatenadas às diversas modalidades de pesca.

Ao propormos um estudo sobre a geografia da pesca, foi imprescindível reconhecermos que por de trás da sucessão dos tempos históricos e das transformações sócio-espaciais, existem aqueles que praticam a pesca e com suas humanidades envoltos neste processo, agem (re)criando e (re)significando os sentidos dados à natureza, às suas práticas alimentares, lúdicas, sociais.

A problemática da pesquisa, portanto, esteve vinculada ao modo de vida da população, rural e urbana, e aos conhecimentos e saberes ecológicos necessários para se praticar a pesca no rio Araguari. Portanto, considerou-se o cotidiano, as lógicas e tempos sociais das pessoas envolvidas com esta atividade, assim como as técnicas utilizadas, importância e significados que o pescado representa(va) para elas.

Ao investigarmos um tema amplo e complexo, portanto, um tema abrangente e interdisciplinar, foi necessário estabelecer alguns elos com outras ciências, tais como História, Antropologia, Sociologia, Biologia e Ecologia. Com

leitura de diversas obras referenciadas nestas ciências, inúmeras incursões ao campo e vários diálogos estabelecidos com antigos moradores e pescadores foi possível entender a relevância da pesca em tempos distintos.

Ao longo desta dissertação, dividida em quatro capítulos, descobrimos que a pesca foi uma atividade intensamente praticada na bacia do rio Araguari, e que provia de uma só vez, uma alternativa alimentar, uma fonte de renda e também continha elementos lúdicos. Com relação aos conhecimentos exigidos para praticar a pesca, entendeu-se que, para a população mais antiga, estes foram adquiridos observando a natureza, aprimorados com a experiência, e por vezes, repassados aos sucessores e demais membros familiares, portanto, as habilidades fazem parte e estão inseridos no modo de vida e no mundo vivido das pessoas.

Desta forma, o rio constituía um ambiente diversificado, heterogêneo, que para ser explorado, exigia o reconhecimento das épocas propícias, das áreas e locais adequados. Vinculados ao reconhecimento da dinâmica do rio e de sua diversidade de ambiente, os saberes e fazeres dos pescadores abarcavam os hábitos alimentares dos peixes e das técnicas corretas a serem utilizadas para sua captura.

Descobriu-se que, mesmo num mundo rural marcado pela rusticidade das técnicas, parte dos equipamentos utilizados nesta atividade eram produzidos nas propriedades rurais, tais como, anzóis nas ferrarias, linhas de algodão que fiadas, trançadas, e impermeabilizadas com cera de abelha, aumentavam sua resistência e durabilidade, permitindo explorar o rio. Além, disso, armadilhas do tipo barragem e jequis, e a elaboração de cevas, práticas e apetrechos aprendidos com a população indígena, representavam outras estratégias de pesca colocadas em prática na bacia do rio Araguari.

Redes, tarrafas, pindas, espinheis, varas e anzóis, constituíram os principais materiais utilizados para capturar as espécies de Dourados, Jaús, Pintados, Curimba, Mandi, Traíras, Piapara, entre outros de menor representatividade. A pesca então se inseria no cotidiano da população rural, e era conciliada com as demais atividades existentes nas propriedades rurais.

Desta forma, percebeu-se que para uma grande parcela da população rural que morava às margens do rio, a pesca era praticada à noite, após a lida rural, e por vezes, quando eram utilizados apetrechos como pindas, espinheis ou redes, os peixes também eram recolhidos ao amanhecer.

Além do aspecto lúdico e da relevância alimentar, a pesca como fonte de renda foi notada, principalmente no baixo curso do rio Araguari. Isto porque a formação de um grande centro urbano como Uberlândia, localizado próximo ao rio, criou um mercado consumidor para o pescado que era capturado nesta região, o que permitiu sua comercialização neste município.

A consolidação do processo de modernização da agricultura e urbano-industrial na bacia do rio Araguari promoveu profundas transformações ambientais nesta área. Além da consolidação e ascensão de um modo de vida urbano, o processo de industrialização iniciado, no Brasil, na década de 1950, teve como base a energia hidráulica, por isso, diversos rios brasileiros foram barrados para a geração de energia elétrica. Na bacia do rio Araguari, a edificação das PCH's Pai Joaquim e dos Macacos, além das UHE's, Nova Ponte, Miranda, Capim Branco I e II, e a UHE de Furnas (Itumbiara), localizada no rio Paranaíba, causaram o represamento de extensas áreas do rio, provocando uma reorganização ecológica da ictiofauna, eliminando parte dos peixes migradores, e de certa forma introduzindo espécies consideradas exóticas.

Embora o represamento promova inúmeros impactos à ictiofauna, a pesca não desapareceu, pelo contrário, com a formação das represas e a afirmação do modo de vida urbano, o aspecto lúdico existente nesta prática é potencializado, promovendo novos significados e valores humanos que são revigorados quando associados à pesca.

Praticada nos momentos de tempo livre, como atividade lúdica, a pesca passa a ser realizada principalmente nos finais de semana. Pode-se perceber que a pesca como atividade lúdica está associada ao ócio, descanso, contemplação da natureza, cujo irredutível humano desta atividade na verdade está no prazer de relacionar-se e entreter-se com os peixes. Neste processo de

transformação dos significados da pesca, verificou-se uma renovação das práticas, com o surgimento de novos valores humanos e sensibilidades em relação aos animais.

Estas novas sensibilidades redefinem, em relação aos animais, o universo simbólico existente na pesca e, o que anteriormente representava uma alternativa alimentar ou fonte de renda transforma-se numa atividade lúdica esportiva, cuja captura dos peixes passa a não ser acompanhada do sacrifício dos mesmos.

Tamanha transformação toma forma e corpo nos campeonatos de pesca realizados nos lagos das hidrelétricas existentes no rio Araguari, onde reúnem-se centenas de pescadores que compartilham um universo simbólico comum em relação à pesca.

No que se refere às transformações sócio-espaciais, verificou-se que, como atividade lúdica e esportiva, há uma reorganização produtiva das propriedades rurais localizadas no entorno dos reservatórios. Tal transformação promove em determinados locais a urbanização das áreas, principalmente nos condomínios e ranchos de segunda residência espalhados ao longo de toda bacia. Há também, novas oportunidades de emprego e renda com os serviços prestados aos pescadores, tais como aluguel de barcos, tablados, produção e venda de iscas, principalmente minhocas e lambaris.

Percebe-se também que a presença de pescadores no entorno dos lagos permitiu que a receptividade ocorresse no interior das fazendas, reorganizando e/ou edificando novas infraestruturas nas mesmas. Portanto, encontram-se nestas localidades rampas de acesso aos lagos e para o desembarque nos lagos. Também foram instalados bares, restaurantes, chalés e áreas de camping, que acabam promovendo comodidades e atraindo pescadores para estas propriedades que quando conciliadas com as atividades rurais, promove o surgimento da pluriatividade no espaço rural.

Todo processo de transformação e ressignificação pelo qual passou a pesca na bacia do rio Araguari, não eliminou a possibilidade de captura dos peixes como fonte de alimento ou renda. Desta forma, convivem na área de

estudo, valores humanos que se associam as ideologias ambientalistas expressando significados distintos. Desse modo, compreendemos que os conflitos existentes e os enfrentamentos referentes às legislações, são na verdade concepções de mundo que resultam em práticas sociais que se sobrepõe às imposições do estado e que no uso dos lagos geram alguns desencontros.

Desta forma, o embate entre aqueles que pescam por lazer e aqueles que valorizam a pesca como fonte de alimento e/ou renda e trabalho, revela antes de tudo, um conflito social pelos usos que se faz do espaço. Desta forma, constata-se que estas práticas possuem origens distintas, logo, são datadas em tempos e em condições diferentes e por vezes divergentes.

Destacamos que na dissertação não esgotamos as possibilidades de pesquisa referentes à pesca praticada na bacia do rio Araguari. Na verdade, há uma carência de literaturas e obras relacionadas à Geografia e a pesca. Como na região do Triângulo Mineiro há inúmeras represas e a pesca é uma prática presente em muitos reservatórios, pesquisas semelhantes podem ser desenvolvidas abordando temas como Modo de Vida, produção pesqueira, pesca profissional, amadora, esportiva, etc.

Vale lembrar ainda que a recente criação do Ministério da Pesca e Aquicultura no ano de 2009 pelo governo brasileiro, pode promover mudanças na pesca nesta região, pois parte dos objetivos deste Ministério é ampliar a produção pesqueira, a criação de peixes (piscicultura), além de promover o turismo de pesca no interior do país. Portanto, novas dinâmicas podem surgir nestas áreas, suscitando novas pesquisas e abordagens.

Além disso, percebe-se um vácuo imenso sobre pesquisas e dados relacionados e referentes à capacidade de exploração dos estoques pesqueiros dos inúmeros reservatórios espalhados pelo território nacional. Tais informações são imprescindíveis para conhecer a dinâmica destes ambientes, estimar a capacidade de exploração e a captura de peixes, e assim ordenar a pesca, tanto amadora quanto profissional

REFERÊNCIAS

06. REFERÊNCIAS

ABDALA, M. C. **Receita de mineiridade**: a cozinha e a construção da imagem do mineiro. Uberlândia: Edufu, 1997.

AGOSTINHO, A.A.; THOMAZ, S.M.; GOMES, L.C. Conservação da biodiversidade em águas continentais do Brasil. **Megadiversidade**, v.1, p.70-78, 2005.

ALMEIDA, Daniela Gomes de; SANTOS, Rosselvelt José; BRACONARO, Fernando; LIMA, Samuel do Carmo. Novos cenários, paisagens cênicas e as possibilidades de reordenamento socioeconômico. In: SANTOS, Rosselvelt José. (Org.). **Práticas sociais e reordenamento econômico das atividades de turismo e lazer no entorno das UHE's Amador Aguiar I e II**. Uberlândia: Composer, 2007.

ANDRADE, Rodrigo Borges de. **Religiosidade e modos de vida: a (re)construção do lugar na comunidade rural Tenda do Moreno em Uberlândia – MG**. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2007. 216f.

ARANTES, Antônio Augusto. **O Que é Cultura Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BACAL, S. (2003). **Lazer e o universo dos possíveis**. São Paulo: Aleph.

BACCARO, C. A. D.; MEDEIROS, S. M.; FERREIRA, I. L.; RODRIGUES, S. C. Mapeamento geomorfológico da Bacia do Rio Araguari (MG). In: LIMA, S. C.; SANTOS R. J. (Orgs.) **Gestão ambiental da Bacia do Rio Araguari – rumo ao desenvolvimento sustentável..** Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia/ Instituto de Geografia; Brasília: CNPq, p.1-19. 2004.

BACELAR, Winston K. de A. **Os mitos do “sertão” e do Triângulo Mineiro: as cidades de Estrela do Sul e de Uberlândia nas teias da modernidade.** Uberlândia: Gráfica Composer, 2003. 188p.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de consumo.** Lisboa: Edições 70, 1995.

Becker, bertha (1995). **Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seus impacto na região costeira.** Brasília: Ministério do Meio ambiente, dos recursos Hídricos e da Amazônia Legal. (1995).

BEGOSSI, A. 1993. Ecologia Humana: Um Enfoque Das Relações Homem-Ambiente. **INTERCIENCIA** 18(1): 121-132. URL: <http://www.interciencia.org.ve>

BEGOSSI, A. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. In: BEGOSSI, A. (org). **Ecologia de pescadores da mata atlântica e da Amazônia.** São Paulo: Hucitec, 2004b. p. 256-287.

BEGOSSI, Alpina (2004). Introdução – Ecologia Humana. In: Begossi, A. (org.). **Ecologia de pescadores da mata atlântica e da Amazônia.** São Paulo: Hucitec, 2004.

BESSA, K. C. F. O. SOARES, B. R. Considerações sobre a dinâmica demográfica na região do Triângulo Mineiro/alto paranaíba. In: **Caminhos de geografia** - revista on line do programa de pós-graduação em geografia do instituto de geografia UFU. caminhos de geografia 3(6), jun/2002. acesso em 15 de outubro de 2010. Disponível em: <http://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br/viewarticle.php?id=52&layout=abstra> ct.

BORGES, M. A. **Indianópolis: por aqui passaram os bandeirantes.** Uberlândia: Composer, 2004.

BORGES, Jhonny de Oliveira. **As Ruralidades do Fundão: origens, valores sócio-culturais e representações comunitárias no município de Araguari MG.** 2006. 235 f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Gestão do Território) –

BORGES, Adairley Aparecida da Silva. (2006b) **Diagnóstico ambiental e proposta de monitoramento da área do lago de Miranda pertencente ao município de Indianópolis – MG.** Uberlândia: UFU, 2006b. 141p. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG.

BOSI, E. **Memória e sociedade. Lembranças de velhos.** São Paulo: Queiroz/Edusp, 1979.

Bosi, E. (2003). **A pesquisa em memória social.** Revista do Instituto de Psicologia. São Paulo: USP, 1993, v. 4, 1 e2.

BRACONARO, Fernando. **As UHE's Amador Aguiar I e II e as implicações sócio-econômicas e ambientais nas atividades de lazer e turismo.** Monografia de final de curso. 2008. Universidade Federal de Uberlândia.

BUTTIMER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (org). **Perspectivas da Geografia.** São Paulo; Difel, 1982. P. 165-194.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus modos de vida.** 6º ed. São Paulo: Livraria duas cidades, 1982.

CARDOSO, A. **O novo rural brasileiro: abordagem a partir de uma economia regional, o Triângulo Mineiro.** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1998. Dissertação de Mestrado.

CARDOSO, Edivane. MORENO, Maria Ines Cruzeiro. **Opções ecológicas e turísticas da região do Triângulo Mineiro e adjacências.** In: Caminhos da Geografia, set. P. 60-73. 2003

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar no/do Mundo.** São Paulo: Hucitec, 2007.

CASTRO, F. 2004. Níveis de decisão e o manejo dos recursos pesqueiros. In: Begossi A. (Org.). **Ecologia dos Pescadores da Mata Atlântica e da**

Amazônia. Hucitec/Nepam-Unicamp/Nupaub- USP/Fapesp, São Paulo, Brasil, p. 255-284.

CCBE. Consórcio Capim Branco Energia. 2005. Fundação de Desenvolvimento da pesquisa (FUNDEP). **Plano Diretor: aproveitamentos hidrelétricos Capim Branco I e II.** Belo Horizonte, jun, 2005. 209p.

CECCARELLI, P. S. **Pesque-e-solte: informações gerais e procedimentos práticos.** Brasília: IBAMA, 2006.

CEMIG. 1996. Companhia Energética de Minas Gerais. **Patrimônio natural: Usina Hidrelétrica de Miranda; documento fotográfico.** Belo Horizonte, CEMIG, 1996, 88p.

CHAUI, Marilena. **Cidadania Cultural: o direito à cultura.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2006. 148p.

CLAVAL, Paul. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO. Iná Elias de et al (orgs). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. P. 89-117.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural.** Florianópolis: UFSC, 1999.

CLAVAL, Paul. El enfoque cultural y las concepciones geográficas del espacio. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles.** ISSN 0212-9426, Nº. 34, 2002 , pags. 21-39. Acesso em 10 de Outubro de 2008. Disponível em: <http://age.ieg.csic.es/boletin/34/3403.pdf>

CLAVAL Paul. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDALH, Z. (orgs). **Introdução à Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CORREA, R.L., ROSENDALH, Z. (orgs.). (1995): Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ. CORREA, R.L., ROSENDALH, Z. (orgs.). A Dimensão Cultural do Espaço: alguns temas. **Espaço e Cultura**, ano 1, num. 1, outubro de 1995.

CORRÊA, Roberto. A geografia cultural e o urbano. In: CORREA, R.L., ROSENDALH, Z. (orgs.). (orgs.) **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, pp. 167-186.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à Geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

DELARIVA, R. L. & AGOSTINHO, A. A. **Introdução de espécies: uma síntese comentada**. Acta Scientiarum, 21: 255-262. 1999.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DIEGUES, Antonio C. S. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, Célia e BRUHNS, Heloísa T.(orgs). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

DIEGUES, C. **O mito moderno da natureza intocada: populações tradicionais em unidades de conservação**. NUPAUB/ USP, 1993.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, SESC, 1976.

FELIPE, C. E. **O lago azul e as cores do turismo em Três Ranchos (GO) no período de 1980 a 2004**. Dissertação (mestrado em Geografia), UFU, Uberlândia, Minas Gerais.

FERREIRA, A.O; V. VONO: F. VIEIRA & C.B.M. ALVES. 1997. **Monitoramento do desembarque pesqueiro no reservatório da UHE Nova Ponte**, p. 1-7. /11: Anais do XIV SNPTEE - Seminário nacional de produção e transmissão de energia elétrica, Belém, I 12p.

GERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara koogan,1989.

GRANOU, André. **Capitalismo e modo de Vida.** Porto: Afrontamento 1975.

HERLES dos Santos, Rodrigo. A vida, o trabalho e as representações da natureza em Barra do Pacuí. in: **Tempos e espaços nas comunidades rurais no alto e médio São Francisco, Minas Gerais: uma pesquisa interdisciplinar sobre permanências e mudanças de modos de vida em comunidades rurais e ribeirinhas.** Relatório final de pesquisa. Edital MCT/CNPq 61/2005 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. 2005.

HUIZINGA, J. ***Homo ludens: o jogo como elemento da cultura.*** 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

JESUS, G. M. de. À Geografia dos Esportes: uma introdução. **Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociales** (ISSN 1138-9788), volumen III, n.35, Universidade de Barcelona, marzo/1999. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn35.htm>

KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos.** Tradução Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros – Bauru-SP: EDUSC, 2002. 324p.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico.** 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade;** tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 1991.

LOURENÇO, L. A. B. **A oeste das Minas - escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista: Triângulo Mineiro, 1750-1861.** Uberlândia, MG: EDUFU, 2005.

MACHADO, Lucy M. C. P. A Serra do Mar paulista: um estudo de paisagem valorizada. 1988. 312p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

- MAGNANI, J. **Festa no pedaço**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- MAIA, D.R. A geografia e o estudo dos costumes e das tradições. **Terra Livre**, nº 16, p.71-98, 1º semestre, 2001.
- MARCELLINO, N.C. **Lazer e Educação**. Campinas: Papirus, 1987.
- MARCELLINO, N.C. **Lazer e Humanização**. 5a. ed. Campinas. Papirus, 2000
- MARTINS, Janaína Maria Eustáquio. 2009. **Biologia de HOPLIS MALABARICUS (BLOCK, 1974) (CHARACIFORMES, ERYTHRINIDAE) na represa de Capim Branco I, rio Araguari, MG**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. 2009, 84p.
- MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza (org). **Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética**. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 13-23.
- MOREIRA, F. S. A. **A sustentabilidade da piscicultura no Triângulo Mineiro: subsídios para a sua avaliação**. Uberlândia, 1998. 225f. Dissertação - (Mestrado em Desenvolvimento Econômico), Universidade Federal de Uberlândia.
- MOREIRA, Roberto José J. **Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação**. VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (Alasru), Porto Alegre, 2002.
- MOREIRA, Rui. Da região à rede e ao lugar (a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo). **Ciência Geográfica**, Bauru, n. 6, 1995.
- MORELLI, G. A de S. **Cotidiano e territorialidades de uma comunidade caiçara : Puruba, Ubatuba, SP**. Dissertação de mestrado. 2009, 150 f.
- ORTEGA, Antonio Cesar. Minas são muitas: todas ampliando suas atividades rurais não-agrícolas. **Revista Economia-Ensaio**, v.16, n.1. Dezembro, 2001. P. 91-117.

PERONI, Nivaldo. Agricultura de Pescadores. In: BEGOSSI, A. (org.) **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec, 2004.

Rêgo, A. C. L. 2008. **Composição, abundância e dinâmica reprodutiva e alimentar de populações de peixes de um reservatório recém-formado (UHE – Capim Branco I/MG)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. 106p.

RIBEIRO, Gilmar José. **A expansão das igrejas pentecostais em Indianópolis – MG e as transformações das práticas culturais e religiosas**. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2007.

RODRIGUES, A. B. (org.) **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 2001.

RODRIGUES, Adyr Balastreri (Org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, S. C. Mudanças ambientais na região do Cerrado. Análise das causas e efeitos da ocupação e uso do solo sobre o relevo. O caso da bacia hidrográfica do rio Araguari, MG. **GEOUSP**: Revista da Pós-Graduação em Geografia / Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, nº 12, 105-124. São Paulo: FFLCH/USP, 2002.

RODRIGUES, S. C.; OLIVEIRA, P. C. A. de. 2007. **Programa de registro de patrimônio natural – Complexo Energético Amador Aguiar**. Araguari: Zardo. 90 p.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária. Uberlândia: vol. 1. Nº. 1. P. 82-106, fev. 2006.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática – dois paradigmas da teoria antropológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem à província de Goiás.** São Paulo:Itatiaia/USP, 158p. 1975.

SANTOS, Gilton Mendes dos. SANTOS, Geraldo Mendes dos. Homens, peixes e espíritos: a pesca ritual dos Enawene-Nawe. **Tellus**, ano 8, n. 14, p. 39-59, abr. 2008.

SANTOS, Jean C. V. **A Criação do Reservatório de Miranda e a (RE)Configuração das Paisagens do Médio Vale do Rio Araguari MG.** 2004. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IG/UFU, Uberlândia – MG. 2004.

SANTOS R. J. (Orgs.) **Gestão ambiental da Bacia do Rio Araguari** – rumo ao desenvolvimento sustentável.. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia/ Instituto de Geografia; Brasília: CNPq. 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo, Hucitec, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade.** Petrópolis: Vozes. 1979.

SANTOS, Milton. (1994) Técnica **Espaço Tempo – Globalização e Meio Técnico- Científico-Informacional.** São Paulo: Editora Hucitec, 1994, 190p.

SANTOS, R. J. **As humanidades do Cerrado na dialética da festa e do espetáculo.** 284 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo/USP, 1998.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** v. 18, n. 51, p. 99-122, fev. 2003.

SEABRA, O. C. L. A insurreição do uso. In: MARTINS, J. S. (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, E. T (2000). **Compromissos e competências do pescador esportivo.** Ed. Arte Escrita, São Paulo, SP. 2000, 56p.

SILVA, Aldo Aloísio D. da. Monbeig, paisagem e Geografia estigmática. In: **Mercator-Revista de Geografia da UFC**. ano 01, n. 02, 2002, p. 71-78.

SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. Nova Economia, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.43-81, 1995.

SILVA, J. G. da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.I. 15, n. 43, p. 43-50, 2001.

SILVA, J. G.; VILARINHO, C.; DALE, P. J.. **Turismo em Áreas Rurais: Suas Possibilidades e Limitações no Brasil**. In: Almeida, J. A.; Riedl, M.; Froehlich, J. M., (orgs.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria (RS): Centro Gráfico, 1998. p. 11-47.

SILVA, Vicente de Paulo da. **Efeitos sócio-espaciais de grandes projetos em Nova Ponte – MG: reorganização do espaço urbano e reconstrução da vida cotidiana**. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2004. 221f.

SILVANO, R.A.M. Pesca artesanal e etnoictiologia. In: BEGOSSI, A. (Org.). **Ecologia de pescadores da mata atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 185-220.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Uberlândia: da cidade Jardim ao Portal do Cerrado – imagens e representações no Triângulo Mineiro**. São Paulo. FFLCH/USP, 1995 (tese de doutorado).

SOARES, Beatriz R. **Habitação e produção do espaço em Uberlândia**. Dissertação (Mestrado)- Universidade de São Paulo - Departamento de Geografia, São Paulo, 1988.

SOARES, Beatriz Ribeiro et al. Dinâmica urbana na bacia do rio Araguari (MG) – 1970-2000. In: LIMA, Samuel do Carmo; SANTOS, Rosselvelt José (Org.). **Gestão ambiental na bacia do rio Araguari: rumo ao desenvolvimento sustentável**, Uberlândia: UFU/IG, Brasília: CNPq, 2004. p. 125-161.

SORRE, M. **Geografia** (Tradução Januário F. Megele) São Paulo: Ática, 1984.

SORRE, M. A noção de gênero de vida e seu valor atual. In CORRÊA, R. L. ; ROSENDALH, Z.(Org.) **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. p. 15-62.

SOUZA, Camila Louise de. SILVA, Vicente de Paula da Silva. **Efeitos Espaciais e Sociais de Grandes Projetos: Territórios, territorialidades e Deslocamentos compulsórios na área de abrangência da usina hidrelétrica de Miranda no rio Araguari, em Uberlândia – MG**. In: Horizonte Científico, Vol. 4, Nº 1 (2010). Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontcientifico/article/view/4381>>. Acessado em Agosto de 2011.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Espaço geográfico uno e múltiplo**. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona, n.5, p.93-103, jul, 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>. Acesso em 18 de Fevereiro de 2010.

TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central – História da criação do município de Uberlândia**. 1ª Ed. Uberlândia: Gráfica Uberlândia, 1970. 2v.

THÉ, Ana Paula Glinfskoi. **Conhecimento Ecológico, Regras de Uso e Manejo Local dos Recursos Naturais na Pesca do Alto-Médio São Francisco, MG**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2003. (Tese de Doutorado).

THOMAS, Keith. (1989), **O homem e o mundo natural**. São Paulo, Companhia das Letras.

THOMPSON EP. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras; 1998.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980. 288p.

VELHO, G. Estilo de vida urbano e modernidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 227-234, 1995.

UFMG. Centro de Transposição de Peixes. UHE Capim Branco I. **Programa de Monitoramento e de conservação da Ictiofauna**. Relatório Final. 2008.

UFMG. Centro de Transposição de Peixes. UHE Capim Branco II. **Programa de Monitoramento e de conservação da Ictiofauna**. Relatório Final. 2007.

VONO, Volney. 2002. **Efeitos de implantação de duas barragens sobre a estrutura da comunidade de peixes do rio Araguari (bacia do alto Paraná, MG)**. Tese de doutorado em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 148 f.

WAGNER, P. e MIKESELL, M. – Os Temas da Geografia Cultural. In **Introdução à Geografia Cultural**. R. L. Corrêa e Z. Rosendahl (org). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003 (original de 1962).